



Plano Museológico 2025



FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Sonia Guajajara (Sonia Bone de Sousa Silva Santos)

Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Joenia Wapichana (Joênia Batista de Carvalho)

Diretora do Museu do Índio

Fernanda Kaingang (Lucia Fernanda Jófej Kaingáng)

Coordenador Técnico-científico (COTEC)

Seiji Pacheco Nomura

Coordenadora de Patrimônio Cultural Substituta (COPAC)

Luiza Zelesco Barretto

Coordenadora de Divulgação Científica Substituta (CODIC)

Sayuri Aragão Fujishima

Coordenador de Administração Substituto (COAD)

Israel Licurgo Leal

Chefe do Serviço de Gabinete (SEGAB)

João Cláudio Moreira

Chefe do Serviço de Atividades Culturais (SEAC)

Fernando Esteban do Valle

Dispensa de Termo de Execução Descentralizada (TED) 01/2023 Museu do Índio -
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (MI - FUNAI) e Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Processo - Museu do Índio: 08786.000501/2023-11

Processo - UNIRIO: 23102.004704/2023-11

Processo - Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
(COPPETEC): 25657 - Termo de Convênio: 228/2023

Cadastro Transfere Gov: Programa de Trabalho nº 08786000501202311

Gestores da Dispensa de TED - Museu do Índio

Daniel Oliveira Lira

Munique Cardoso Cavalcante

Consultora UNESCO - Museu do Índio

Joana Euda Barbosa (Joana Munduruku)

Equipe - Museu do Índio

Anete Silva Ferreira de Macedo - Programa de Advocacy
Bárbara Souza Mendes Lourenço - Programa de Sustentabilidade
Carlos Alberto Montes Perez - Programa de Acessibilidade Universal
Christiano Pimentel de Oliveira - Programa de Segurança e Gestão de Riscos
Cristiane Borges de Oliveira - Programa Arquitetônico-Urbanístico
Eduardo Rocha Barcellos - Programa de Advocacy
Eliane Rocha Araújo - Programa de Comunicação
Fábio da Silva Tomaz - Programa de Segurança e Gestão de Riscos
Fernando Esteban do Valle - Programa Educativo e Cultural
Francisco José Gonçalves Gomes - Programa de Financiamento e Fomento
Janaina Teixeira de Carvalho - Programa de Gestão de Pessoas
João Cláudio Moreira - Programa de Comunicação
Juliano Almeida da Silva - Programa de Pesquisa
Luiz Augusto Couto do Nascimento - Programa de Segurança e Gestão de Riscos
Luiza Zelesco Barretto - Programa de Gestão de Acervos
Margareth Vieira de Souza - Programa de Gestão de Acervos
Maurício Soares Filho - Programa de Infraestrutura Tecnológica
Natasha da Fonseca da Frota Simões - Programa de Gestão de Pessoas
Nazareno Pinto Estevam Batista - Programa de Acessibilidade Universal
Paulo Roberto Bahia da Silva - Programa de Acessibilidade Universal
Paulo André Petra de Barros Casali - Programa de Infraestrutura Tecnológica
Renato Bezerra Herculano - Programa de Exposições
Rodrigo Piquet Saboia de Mello - Programa Arquitetônico-Urbanístico
Sayuri Aragão Fujishima - Programa de Pesquisa
Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura - Programa de Financiamento e Fomento
Thiago Ikeda de Araújo - Programa de Exposições
Tsara Kokama - Programa de Sustentabilidade
X'Mayá Kaká Fulniô Veríssimo - Programa Educativo e Cultural

Projeto de pesquisa e inovação “COSUMUD: compartilhando saberes entre universidades, museus e detentores de conhecimentos tradicionais”

**Plano de Trabalho “Compartilhando saberes: uma proposta de metodologia
participativa para elaboração de plano museológico”**

Coordenação Geral

Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUGEP - UNIRIO)

Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Fiscal do Plano de Trabalho - UNIRIO

Elizabete de Castro Mendonça

Coordenadora do Plano de Trabalho - UNIRIO

Paulina Aparecida Vieira de Albuquerque

Coordenador substituto do Plano de Trabalho - UNIRIO

Vladimir Sibylla Pires

Bolsista de Pesquisa e Desenvolvimento - concepção e desenvolvimento do Plano Museológico

Alice Barboza Sampaio - Bolsa COPPETEC

Paula de Aguiar Silva Azevedo - Bolsa COPPETEC

Bolsista de Iniciação Científica - concepção e desenvolvimento do Plano Museológico

Júlia Ribeiro dos Santos de Assis - Bolsa CNPq

Miguel Carvalho dos Anjos da Silva - Bolsa COPPETEC

Suellen Ribeiro Gois (Suitty Pataxó Hã-Hã-Hãe) - Bolsa COPPETEC

Bolsista de Iniciação Científica

Geysa do Nascimento Machado - Bolsa UNIRIO

João Victor Barretto Sena - Bolsa UNIRIO

Glaucineide do Nascimento Coelho - Bolsa COPPETEC

Soraya Rodrigues Fernandes - Bolsa COPPETEC

Pesquisador colaborador

Amanda Ribeiro Carneiro

Desirree dos Reis Santos

Leonardo da Silva Vidal

Michel Cícero Magalhães de Melo

Consultora Especializada

Sandra Regina de Paula Rosa

Parcerias no âmbito da UNIRIO para desenvolvimento das metodologias participativas

Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Educacionais (NAPE)

Coordenadoras

Andreza Silva de Oliveira

Flávia Varriol de Freitas

Joana Viana de Barros

Laboratório de Ações Sustentáveis (LAÇOS)

Coordenadora

Michelle Cristina Sampaio

Voluntária

Yasmin Galante David de Andrade Costa

Gerência de Convênios e Contratos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ronaldo Viana Serpa

Fundação de Apoio

Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC

Representantes da sociedade civil

Alessandro Santos da Cruz (Turymata Pataxó)
Aline de Souza da Silva
Amirele Porto Machado
Amanda Ribeiro Carneiro (representante do entorno)
Ana Kuiiau Suya Trumai
Anápuàka Tupinambá
Andréia Fernandes (Andréia Takuá)
Anna Tornaghi
Antônia da Silva Santos (Antônia Kanindé)
Ana Beatriz Galvão (representante do entorno)
Benilda Vergílio (Benilda Kadiwéu)
Caroline da Silva Lima (Caroline Truká)
Cerizi Francelino Terena
Claucir Matchua Kadiwéu
Dalva Justino de Araújo
Darlene Yaminalo Taukane Bakairi
Dauá José da Silva (Dauá Puri)
Denilson Tewarixiana da Silva Javaé
Domingos Pedroso
Edina Carlos Brandão (Edina Shanenawa)
Elaine Wanderley
Elvis Ferreira Oliveira Kaxinawa (Isaka Huni Kuin)
Evanildo da Silva Albuquerque Kaxinawa (Dasu Huni Kuin)
Francineia Bitencourt Fontes (Francy Baniwa)
Geise Perrelet
Gemina Brandão Borges Shanenawa (Gemina Xiu)
Genilda Maria Rodrigues Kaingáng
Heliton Kaiowá
Igor Medeiros Rocha
Iracema Nascimento
Irmânio Sarmento de Magalhães
Jadiel Barbosa Pataxó (Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia)
Janiel Marques Do Nascimento

Joel Anastacio Kanhgág
José Mário Hilário dos Santos (representante do entorno)
José Ronaldo França de Siqueira (Ronaldo Kapinawá)
Juliana Mayuruna Wadick
Karoline Kadiwéu
Kassia Lod
Leandro Mamirawa Trumai
Lenise Batista
Lucas Zelesco de Oliveira
Luiz Fernando Matchua Kadiwéu (Nikenatagi)
Luiz Weymilawa Suruí
Mabel Francisca Fernandes de Almeida
Magaly Fiko Matchua Souza
Makepa
Mara Kambeba
Márcio Kókoj Kanhgáng
Maria Alice Paulino de Souza
Marinete Almeida Costa
Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe
Mayla Karajá
Merremii Karão Jaguaribaras
Nailton Pataxó
Neoli Salete Luiz Kafy Kanhgáng
Nina Paiva Almeida
Ninawá Inu Huni Kui
Nivaldo Tapirapé
Paulo Franco de Souza
Raial Orutu Puri
Salomão Ticuna
Samila Kadiwéu
Sandrinha Inácio Clemente
Santo Cruz Mariano Clemente
Semari Akoquati França Costa
Sérgio Ricardo de Lima (Sérgio Ricardo Potiguara)
Shyrlene Oliveira
Silvana Dias de Souza de Albuquerque (Silvana Terena)
Tainá Paiva Godinho (Tainá Marajoara)

Tânia Wakari Javaé
Telma Marques Sanches
Tumi Matis
Valdevino Gonçalves Cardoso
Wagner Ribeiro da Silva (Wagner Katamy Krahô-Kanela)
Xinu Yawanawa

Logotipos

Logotipo Principal do Plano Museológico

Cacique Ninawá Inu Huni Kui
Shyrlene Oliveira
Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipo do Processo de Elaboração do Plano Museológico

Santo Cruz Mariano Clemente
Sandrinha Inácio Clemente
Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipo do Histórico Institucional e da Caracterização Institucional

Irmânio Sarmento de Magalhães

Logotipo de Contexto e Conjuntura

Dauá José da Silva Puri
Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipo de O Museu e seus públicos

Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipo da Missão, Visão e Valores

Márcio Kókoj Kanghang

Logotipo de Matriz FOFA

Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipo de Análise Comparativa (Benchmarking)

Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

Logotipos dos 14 Programas do Plano Museológico

Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia

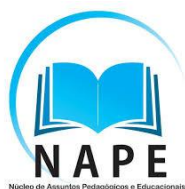
Realização



Parceria



Apoio



Siglas

- BMV** – Biblioteca Multimídia Virtual
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCI** – Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá
- CAud** – Centro Audiovisual, em Goiânia
- CNPI** – Conselho Nacional de Proteção aos Índios
- CNV** – Comissão Nacional da Verdade
- COAD** – Coordenação de Administração
- CODIC** – Coordenação de Divulgação Científica
- COPAC** – Coordenação de Patrimônio Cultural
- COTEC** – Coordenação Técnico-Científica
- DEP** – Divisão de Estudos e Pesquisas
- DGPC** – Departamento Geral de Planejamento Comunitário
- Dobes** – Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas
- DOU** – Diário Oficial da União
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio / Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GECON** – Gerência de Controle de Contratos e Convênios
- IBC** – Instituto Benjamin Constant
- IMS** – Instituto Moreira Salles
- INRC** – Inventário Nacional de Referências Culturais
- LAÇOS** – Laboratório de Ações Sustentáveis
- LAI** – Lei de Acesso à Informação
- MAE** – Museu de Arqueologia e Etnografia
- MCI** – Museu das Culturas Indígenas
- MI** – Museu do Índio
- MNPI** - Museu Nacional dos Povos Indígenas
- MoW** – Programa Memória do Mundo
- MPI** – Ministério dos Povos Indígenas
- NAPE** – Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Estudantis
- NUGEP** – Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus

OIPAM – Organização do Povo Indígena de Parintintin do Amazonas

PHL – Personal Home Library

PNX – Parque Nacional do Xingu

PPA – Plano Plurianual

PRODOCERV – Projeto de Documentação de Acervos

PRODOCLIN – Projeto de Documentação de Línguas Indígenas

PRODOCSON – Projeto de Documentação de Cantos e Sons

PRODOCULT - Projeto de Documentação de Culturas

PROGDOC – Programa de Documentação de Culturas e Línguas Indígenas

SE – Seção de Estudos

SEAC – Serviço de Atividades Culturais

SECOL – Serviço de Contratos e Licitações

SEESP – Serviço de Estudos e Pesquisas

SEGAB – Serviço de Gabinete

SEGER - Serviço de Gestão da Renda Indígena e Recursos Próprios

SELOG – Serviço de Logística

SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

SEPACA – Serviço de Patrimônio Cultural e Arquitetônico

SERED – Serviço de Referências Documentais

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	14
2.	O processo de elaboração do Plano Museológico.....	19
3.	O Museu.....	24
3.1.	Histórico Institucional.....	25
3.2.	Contexto e conjuntura.....	37
3.3.	Museu e seus públicos.....	42
3.4.	Missão, visão, valores.....	45
3.5.	Objetivos estratégicos.....	47
3.6.	Organograma.....	48
3.7.	Matriz FOFA.....	49
3.8.	Análise Comparativa (Benchmarking)	50
4.	Programas.....	57
4.1.	Programa Institucional.....	58
4.2.	Programa de Advocacy.....	70
4.3.	Programa de Financiamento e Fomento.....	85
4.4.	Programa de Sustentabilidade.....	100
4.5.	Programa de Acessibilidade Universal.....	111
4.6.	Programa Arquitetônico-urbanístico.....	128
4.7.	Programa de Comunicação.....	143
4.8.	Programa de Gestão de Pessoas.....	158
4.9.	Programa de Infraestrutura Tecnológica.....	169
4.10.	Programa de Segurança e Gestão de Risco.....	182
4.11.	Programa de Gestão de Acervos.....	194
4.12.	Programa de Pesquisa.....	213
4.13.	Programa de Exposições.....	225
4.14.	Programa Educativo e Cultural.....	235
5.	Considerações finais.....	249
6.	Referências.....	253
	Apêndices:.....	259
	Apêndice A: Representações da sociedade civil.....	260
	Apêndice B: Logotipos.....	267
	Apêndice C: Consulta pública.....	288

Apêndice D: Linha do Tempo Institucional.....294

Anexo:.....299

Anexo A: Organograma.....300

Apresentação

O Museu Nacional dos Povos Indígenas tem a satisfação de apresentar seu Plano Museológico, documento orientador das políticas e ações estratégicas da Instituição para os próximos anos. A elaboração deste Plano foi conduzida de forma colaborativa, envolvendo a participação ativa de representantes dos povos indígenas, da equipe técnica do Museu, da equipe do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUGEP/UNIRIO), entre outros parceiros institucionais.

O Plano Museológico estabelece as diretrizes fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento do Museu, contemplando sua missão, objetivos, diagnóstico institucional e planos de ação nos diversos eixos museológicos. Trata-se de um instrumento que consolida a identidade da Instituição como um espaço de referência na valorização, salvaguarda e difusão das culturas dos povos indígenas no Brasil.

O processo de construção coletiva garantiu a centralidade das vozes e dos saberes indígenas, reafirmando o compromisso do Museu com a escuta, o diálogo intercultural e o respeito à diversidade. Ao incorporar diferentes perspectivas e conhecimentos, o Plano fortalece a atuação do Museu como um espaço de memória, educação, pesquisa e protagonismo indígena.

O Museu Nacional dos Povos Indígenas/ FUNAI é um espaço dedicado à preservação, valorização e promoção das culturas, histórias e saberes dos povos indígenas do Brasil. Com uma Missão voltada para o reconhecimento da diversidade cultural e a defesa dos seus direitos e se configura como um centro de referência para o estudo, a pesquisa e a reflexão sobre as prioridades e necessidades dos povos indígenas no país.

O objetivo do Plano está em delinear as diretrizes para o funcionamento e a expansão das atividades do Museu, criando um ambiente propício à educação, à sensibilização para a formação e uma nova consciência sem preconceitos e fortalecimento da identidade dos povos indígenas. A proposta respeita a diversidade de tradições e conhecimentos e busca envolver os povos indígenas de forma ativa, ao mesmo tempo em que promove o entendimento intercultural, abrangendo as dimensões museológicas, pedagógicas, culturais e sociais, pautando-se no compromisso com a preservação dos bens materiais e imateriais

indígenas, e na criação de um espaço inclusivo e plural. Além disso, o Museu se propõe a ser um ponto de encontro, diálogo e convivência entre diferentes culturas, onde as narrativas dos povos indígenas são valorizadas e respeitadas, garantindo a representatividade e a voz desses povos nas esferas de poder e na sociedade como um todo.

Por esse instrumento jurídico e técnico o Museu Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI, reafirma seu compromisso com a promoção da diversidade cultural e a construção de um futuro em que os povos indígenas ocupem um lugar de destaque, não apenas na história do Brasil, mas também no cenário global. Apresentamos algumas das principais razões que justificaram a necessidade de um Plano Museológico, o qual contribuirá para orientar a organização e a catalogação de maneira adequada, do acervo etnográfico relacionado às culturas dos povos indígenas, proporcionando a preservação dessas expressões culturais tradicionais e a criação de uma abordagem museológica que respeite seu significado cultural.

Considerando que nós, povos indígenas, temos nossas tradições e histórias transmitidas oralmente, assim como as práticas culturais e sociais. O Plano Museológico traz em sua estrutura métodos para proteger esses registros e garantir sua integridade para as futuras gerações.

O Plano Museológico promove o fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas ajudando a criar um ambiente onde nossos povos possam se reconhecer e se orgulhar de suas culturas. Isso é particularmente importante, pois muitos povos indígenas enfrentam processos de negação de direitos culturais ao longo da história.

A criação de programas educativos que podem ser oferecidos aos visitantes, abordando questões relacionadas à diversidade cultural dos povos indígenas e promovendo uma melhor compreensão de nossas lutas e do papel relevante que desempenhamos para a construção de um Brasil pluricultural é uma das contribuições deste Plano.

O Plano Museológico elaborado com a participação colaborativa de indígenas, de diversos povos que habitam diferentes biomas, assegura que as representações no Museu sejam autênticas, respeitadas e alinhadas com as perspectivas desses povos. Esse processo fortalece o vínculo entre o Museu e a nossa diversidade cultural dos povos indígenas representados.

O Plano Museológico pode ajudar a traçar estratégias para a sustentabilidade financeira e institucional do Museu, identificando fontes de financiamento e firmar parcerias com organizações governamentais, ONGs e empresas privadas.

Contribuir para criação de espaços e práticas inclusivas, acessíveis a diferentes públicos, como pessoas com deficiência, a fim de que todos compreendam e vivenciem a rica diversidade cultural dos povos indígenas, é uma das finalidades do Plano Museológico.

Impactos sócio-político e cultural da elaboração e implantação do Plano Museológico.

❖ Autonomia e representação política

Significativo nesse processo é o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas na gestão de suas próprias histórias. O Plano Museológico contribuirá para que tenham mais controle sobre e como suas culturas devem ser representadas, o que é uma importante forma de afirmação política. Além disso, contribuirá para a ampliação do debate sobre os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, estimulando discussões sobre a preservação ambiental, a descolonização, desconstruindo preconceito, reconhecendo e respeitando os direitos humanos e o reconhecimento político dos povos indígenas no Brasil.

- ❖ Por fim, promoverá maior visibilidade do Museu, mediante a realização de exposições e eventos que possam atrair um público diversificado, além de fomentar o intercâmbio cultural entre diferentes grupos sociais.

Assim, o Plano Museológico é fundamental para garantir que o Museu desempenhe seu papel educativo e preservacionista, mas também de elaboração de políticas públicas de cultura para os povos indígenas, de produção científica e literária, reconhecendo o saber dos nossos anciãos, das parteiras, rezadeiras, pajés e sábias e sábios indígenas, como referências da nossa ciência e tecnologia ancestrais.

O Plano respeita, em sua construção, as especificidades das culturas dos povos indígenas e seu protagonismo, de forma eficiente e sensível, em um ambiente de diálogo e reflexão sobre nossas expressões culturais tradicionais, acervos bibliográficos e arquivísticos que integram a história do nosso passado e apontam para o nosso futuro em um Museu de Culturas Vivas.

Com este documento, o Museu Nacional dos Povos Indígenas reafirma seu papel como instituição pública comprometida com a representatividade, a memória, a inclusão e a justiça histórica. Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Lucia Fernanda Jófej - Kaingáng

Diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas

“UNIR PARA LUTAR UNIFICAR PARA VENCER”

“ITXA NAWE AKATSIRÃ RASITÃ BINA BAINAWE”

“JUNTOS SOMOS MAIS FORTES”

“RASIÃ NU KUXI PABUKI”

Autor: Cacique Ninawá Inu Huni Kui

Tradutor : Prof. Ms. Shaneibu Sibiruá Napoleão Huni Kui



O processo de elaboração do Plano Museológico

Com o objetivo de elaborar o primeiro Plano Museológico¹ institucional com participação² ativa de representações de povos indígenas, em maio de 2023, o Museu estabelece um diálogo com o Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e Documentação em Museus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUGEP-UNIRIO). Desse diálogo, é formulado o Plano de Trabalho (PT) “Compartilhando saberes: uma proposta de metodologia participativa³ para elaboração de plano museológico”, vinculado ao projeto de pesquisa e inovação cadastrado na UNIRIO “COSUMUD: compartilhando saberes entre universidades, museus e detentores de conhecimentos tradicionais”. Tendo, a formalização da

¹ “ferramenta de gestão estratégica para museus, representando o passado, presente e, sobretudo, o futuro da instituição. Define missão, visão, valores e objetivos, orientando programas e projetos para cumprir a função social do museu.” (IBRAM, 2023)

² Com base em Querol, Mendonça e Miguel (2020, 19), participação é entendida como “um mecanismo de promoção da diversidade e da integração cultural como uma ferramenta de diálogo, de informação e de reflexão, que possibilita o exercício da cidadania com o patrimônio como instrumento de reconhecimento de direitos culturais, sociais e econômicos”.

No mesmo artigo as autoras - fundamentando-se em autores como Bordenave (1983), Arnstein (2004), Santos (2007) e IAP2 (2014) - debatem a existência de diferentes graus de participação, estabelecendo a escala de três graus, assim distribuídos:

participação dirigida - formas de participação que permitem a quem decide poder “educar” ou “curar” as cidadãs e os cidadãos envolvidos no processo. Como consequência: prevalecem linhas de atuação e produtos dirigidos por grupos dominantes.

participação concedida - formas de participação que permitem “tomar parte de”, podendo ser limitada de poder ao permitir a informação do processo em curso, a consulta e o envolvimento, embora o poder de decisão ainda se mantenha do mesmo lado.

participação emancipadora - inclui diferentes graus de participação ativa, isto é, baseada no “fazer parte de”, envolvendo a gestão compartilhada dos processos de ação e de decisão e a negociação de igual para igual com quem detém tradicionalmente o poder.

³ “conjunto de métodos com características semelhantes usados para atingir um mesmo objetivo, fundamentado no princípio da participação. Engloba diversos instrumentos que convidam à ação e ao aprendizado conjunto.” (QUEIROZ, COUTO, 2015)

ação ocorrido, por meio de Dispensa de Termo de Execução Descentralizada (TED) em dezembro de 2023, e suas atividades formalmente iniciadas em março de 2024.

No âmbito deste PT, o processo de elaboração e escrita do Plano Museológico foi organizado em etapas consideradas fundamentais para construir o documento, tal como: escolha de metodologias para desenvolvimento das ações participativas; Planejamento Estratégico; Planejamento Tático; e Planejamento Operacional.

O processo de escolha de metodologias participativas a serem empregadas e seu delineamento para melhor enquadramento às etapas do Plano Museológico institucional visou atingir o grau de participação cidadã emancipadora proposto por Querol, Mendonça, Miguel (2020: 14), ou seja, plena por meio dos interesses e de processos de gestão compartilhada, caracterizando-se pela comunicação multivocal e avaliação regular com vista a tomada de decisões coletivas e a produção de benefícios socialmente transformadores. Neste sentido, determinou-se que agentes externos não atuariam apenas como consultores de propostas realizadas pelo Museu, mas agiriam efetivamente no processo de concepção das propostas e de escrita. Dessa forma, para a consolidação do processo participativo, envolveram-se:

Funcionários do Museu - efetivos e terceirizados das três unidades da instituição (Sede do Museu no Rio de Janeiro, Centro Audiovisual de Goiânia e Centro Cultural de Ikuiapá);

Diferentes setores da sociedade - representações de povos indígenas dos seis biomas brasileiros, de moradores do entorno (da Sede e do Centro Cultural de Ikuiapá) e de instituições de formulação de políticas públicas indigenistas.

Consultoria e mediação indígena - vale destacar que devido à mudança estrutural do Museu, onde atualmente se visa incluir e priorizar os indígenas nos processos de gestão institucional, entendeu-se como prioritária a interlocução com povos indígenas no processo da realização do Plano Museológico.

Para a identificação das representações de setores da sociedade foi aplicado o método Snowball⁴ e para estimular a participação ativa dos funcionários

⁴ Ou Bola de Neve: “processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, podendo ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação.” (VINUTO, 2014)

do Museu e das representações de setores da sociedades foi aplicado World Café⁵. O primeiro, consiste em “[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.” (Vinutto 2014, p.3). A partir do Snowball foram alcançados 47 indígenas, que representam 41 povos indígenas; 02 representações de moradores do entorno (01 da Associação do Morro Santa Marta e 01 da Associação de Moradores de Botafogo); 02 representações de instituições de formulação de políticas públicas indígenas (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)⁶. Por sua vez, o segundo entende-se como “um método de fácil utilização para a criação de uma rede viva de diálogo colaborativo sobre perguntas relevantes a serviço de assuntos reais do dia a dia, sejam da vida ou do trabalho.” (The word café Community 2015, p. 7). Para que fosse alcançada esta diversidade na participação, foram incorporadas atividades síncronas (reuniões duas vezes por semana quinzenalmente) e assíncronas (leituras e contribuições para redação dos textos e logos), visto que muitos representantes indígenas encontravam-se em regiões diferentes do país.

Para o processo de escuta e escrita do plano, visando o fortalecimento das relações entre o Museu e as representações de setores da sociedade, especialmente com os indígenas, disponibilizaram-se materiais, como normativas básicas sobre planos museológicos e o diagnóstico institucional. Neste âmbito, os documentos foram discutidos em reuniões, realizadas pelo NUGEP-UNIRIO, nas quais foram tiradas dúvidas e feitas sugestões sobre o processo de elaboração. Esta etapa objetivou que os agentes externos se apropriassem da temática e, por consequência, atingissem o grau de participação desejado. Ademais, cabe ressaltar o papel central de a equipe contar com duas representantes indígenas (Suitty Pataxó Hã-Hã-Hãe e Joana Munduruku) para mediar e permitir uma acessibilidade comunicacional. Para tal fim, a produção de vídeos, o contato permanente por WhatsApp e a decodificação de linguagens técnicas foram fundamentais.

⁵ “Ferramenta que cria um ambiente acolhedor para a conexão, escuta e compartilhamento de ideias entre os participantes.” (The World Café Community, 2015)

⁶ Ver Apêndice Cabe destacar que no apêndice estão listados nomes que participaram tanto de todas as reuniões como de reuniões pontuais, sem frequência ativa, porque em função da busca de participação ativa acatamos indicações dos indígenas no sentido de denominar os encontros de oficinas, não os dividir por Grupos de Trabalho para Programas específicos e permitir que as representações convidasse outras representações durante todo o processo de elaboração do Plano Museológico.

Após o processo de escuta, colheita das demandas/expectativas dos participantes e os debates provenientes do contato entre equipe do NUGEP-UNIRIO⁷, funcionários do Museu e representações de setores da sociedade, ocorreu um processo de consolidação dos dados seguido pela escrita dos itens de planejamento estratégico, tático e operacional do Plano Museológico.

O Planejamento Estratégico consistiu na análise e ampliação de características institucionais previamente realizadas como, desenvolvimento conceitual da instituição, caracterização, diagnóstico, consolidação do histórico, além da elaboração de uma nova missão, visão, valores, objetivos estratégicos institucionais e identificação de seus públicos. O Planejamento Tático, na elaboração de programas para o Museu, assim intitulados: Institucional; Acessibilidade Universal; Advocacy⁸Arquitetônico-urbanístico; Comunicação; Educativo e Cultural; Exposições; Financiamento e Fomento; Gestão de Acervos; Gestão de Pessoas; Infraestrutura tecnológica; Pesquisa; Segurança e Gestão de Riscos; e Sustentabilidade. O Planejamento Operacional, na identificação de duas frentes para projetos prioritários a serem aplicadas a cada programa, de acordo com seus objetivos específicos, sendo a estruturação do projeto a ser realizada posteriormente pela instituição.

Vale ressaltar que, a partir do que foi constatado, o Plano Museológico tem como principal objetivo a participação dos povos indígenas no processo de gestão institucional, além da escuta e a execução, por parte do Museu, das demandas, expectativas e sugestões apresentadas por esses povos e pelos demais setores da sociedade que participaram das ações, tanto em meio à elaboração do Plano, como as reuniões, ou nas ações finais, como a consulta pública. Deve-se destacar que, neste primeiro momento, não foi possível estabelecer contato com todos os 305 povos indígenas identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no território brasileiro. Em função disso, o Plano representa um passo inicial

⁷ Uma equipe multidisciplinar formada por professores, técnicos, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e egressos com formação em Museologia, Arquivologia, Arquitetura, Ciências Ambientais, Ciências Sociais, Conservação, Direito, Letras, Pedagogia e Turismo. Dentre estes, temos uma bolsista de Iniciação Científica indígena. Unidades Organizacionais da UNIRIO, como Núcleo de Assuntos Pedagógicos e Estudantis (NAPE) e o Laboratório de Ações Sustentáveis (LAÇOS), parceiros do NUGEP, e com experiência em aplicação de metodologias participativas, somam-se à equipe. Assim como, por parte do Museu, soma-se a equipe uma Consultora indígena (bolsista Unesco).

⁸ Ao considerar museu uma agência para ações de advocacy e ao perceber este papel ativo no Museu em questão desde sua origem, este programa foi criado com o objetivo de subsidiar a identificação, concepção e estruturação de projetos e ações institucionais que, fundamentados em conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, auxiliem na formulação de políticas públicas, na alocação de recursos públicos e na economia, no âmbito do Museu.

para expressar a diversidade de demandas que esses setores sociais possuem em relação ao Museu. Contudo, é importante salientar que este é um primeiro movimento institucional, que contou com um prazo curto para a execução das atividades. Para as próximas revisões do Plano Museológico da Instituição, que devem ser realizadas dentro de três anos e no máximo, cinco anos, está previsto um aumento gradual no número de povos com os quais o Museu estabelecerá contato.



O Museu



Histórico e Caracterização Institucional

"Esse processo de criação e desenvolvimento do MI, que se confunde com a criação e desenvolvimento do indigenismo nacional, exemplifica o desenvolvimento das políticas públicas patrimoniais indígenas." (LIRA, 2021, p. 59).

O Museu Nacional dos Povos Indígenas⁹ (MNPI) até o momento denominado oficialmente como Museu do Índio¹⁰, teve sua inauguração em 19 de abril de 1953. A data foi escolhida como parte das comemorações do "Dia do Índio", que desde 2022 passou a ser denominado "Dia dos Povos Indígenas". A data de 19 de abril foi, inicialmente, vinculada às lutas dos povos indígenas, no 1º Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Pátzcuaro, no México, em abril de 1940. Por sua vez, em 1943, a data é oficializada no Brasil, pelo presidente Getúlio Vargas, à época, através do Decreto-Lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943. No ano de 2022, a data passa enfim a se denominar "Dia dos Povos Indígenas", a partir da Lei nº 14.402, de 08 de junho de 2022, que revoga o Decreto de 1943.

Dessa forma, o Museu tem sua inauguração realizada no marco das comemorações do dia 19 de abril, bem como no marco dos dez anos de oficialização da data no Brasil. A criação do Museu não teve uma formalização na sua data de criação (COUTO, 2009; LIRA 2021; RONDINELLI, 1997), a Instituição e o

⁹ O processo para a mudança oficial do nome da Instituição está em andamento, através do processo de nº 08786.000297/2024-19. No entanto, em função dos trâmites necessários para sua efetivação, o processo ainda não foi concluído.

¹⁰ Nos referiremos aqui à "Museu do Índio" para tratar sua trajetória até o ano de 2024, quando passa a ser referenciado como Museu Nacional dos Povos Indígenas. Essa escolha tem dois motivos: demarcar temporalmente uma mudança institucional, e manter similaridade com os documentos citados e consultados.

seu acervo¹¹ foram se formando aos poucos, ainda dentro da Seção de Estudos (SE), do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) desde 1942, até a sua individualização institucional.

Em 1942¹² se dá a criação da Seção de Estudos dentro do SPI. Nesse momento, o regimento do SPI prevê que a Seção de Estudos tenha também um museu¹³, para que seja possível abarcar as coleções que viriam a se formar no processo de pesquisa. No entanto, foi apenas em 1950 que a Seção de Estudos iniciou a formação do seu acervo permanente, na época dividindo espaço com o Instituto Benjamin Constant (IBC), na Urca, Rio de Janeiro-RJ.

No dia 19 de abril de 1953, o Museu foi oficialmente aberto para visitação do público, na rua Mata Machado, no Maracanã, Rio de Janeiro-RJ. O Museu foi idealizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, com atuação do museólogo Geraldo Pitaguary e projeto arquitetônico de Aldary Toledo. Entendendo o Museu como um espaço de poder político e simbólico, Darcy Ribeiro o idealiza como um instrumento de luta contra o preconceito e aliado às lutas dos povos indígenas por direitos (COUTO; LEVINHO; OLIVEIRA, 2021; RIBEIRO 1955A, 1955B; CHAGAS, 2007; LIRA, 2023).

Já a partir do seu surgimento, o Museu se destaca por uma perspectiva não etnocêntrica em sua construção narrativa. Darcy Ribeiro e a equipe envolvida tinham por objetivo que o Museu não seguisse o caminho dos demais museus antropológicos pelo mundo, que se distanciaram de uma narrativa humanista sobre os povos indígenas.

Por ser subordinado à Seção de Estudos do SPI, o acervo do Museu era coletado no âmbito da pesquisa de campo realizada pela Instituição. Essa vinculação permitiu um profundo conhecimento da equipe do Museu a respeito das coleções e dos contextos simbólicos e sociais dos quais esses objetos eram oriundos.

Importante destacar que, em 1955, ainda quando Darcy Ribeiro era chefe da

¹¹ “conjunto de bens, objetos, documentos ou informações de valor histórico, cultural ou científico, geralmente preservados e organizados para estudo, preservação e exposição. Este conceito pode se aplicar a diversos tipos de instituições, como museus, bibliotecas, arquivos e centros de pesquisa, abrangendo uma vasta gama de materiais em diferentes formatos e suportes.” (LOUREIRO, 2012)

¹² Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942: aprova o Regimento do SPI que cria a Seção de Estudos, a qual prevê a existência de um museu.

¹³ “instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2025)

Seção de Estudos, foi desenvolvido no Museu o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, por meio de um convênio entre o SPI e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES¹⁴) (PAULA, 1983).

Outro ponto significativo, da primeira década de atuação do Museu, foi o surgimento da seção de vendas de expressões culturais tradicionais indígenas. As expressões eram coletadas pelos Postos Indígenas do SPI. A Seção de Vendas dá origem à Loja Artíndia, em 1977, data na qual a Loja passa a ser diretamente vinculada à FUNAI e deixa de ter seu funcionamento vinculado ao Museu. A Loja, no entanto, mesmo após a desvinculação do Museu, continuou tendo uma importância significativa na coleta de expressões culturais tradicionais de relevância e interesse para a ampliação do acervo do Museu.

Em 1961, o SPI é transferido para Brasília. No entanto, o Museu e a Seção de Estudos se mantêm no Rio de Janeiro, passando a integrar a Seção de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). E, em 1967, com o fim do SPI e do CNPI, o Museu passa a ser subordinado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da Lei nº 5.371, de dezembro de 1967¹⁵, subordinado à Divisão de Estudos e Pesquisas (DEP), do Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC) (PAULA, 1983).

Se faz relevante destacar, nesse sentido, que o Museu, através de seus acervos, deu suporte às etapas de identificação e delimitação das terras indígenas, procedimento que antecede e dá base ao processo de demarcação das terras indígenas pela FUNAI. Os arquivos do SPI certificam os territórios onde houve atuação do Estado em áreas anteriormente ocupadas por povos indígenas.

Em 1972, o então diretor do Museu, Ney Land, inicia a tentativa de alocar o mesmo em uma nova sede mais adequada espacialmente. O objetivo era instalar o Museu no Parque Lage, Rio de Janeiro-RJ, na época não ocupado. O processo transcorreu por alguns anos, mas foi negado em 1977, (PAULA, 1983). Também no mesmo ano, o Museu é obrigado a sair do edifício que ocupava na Rua Mata Machado, no Maracanã, em função de um projeto que previa a instalação de uma estação de metrô, no espaço onde o Museu estava alocado. Nesse momento, define-se que o Museu passaria a ocupar a Rua das Palmeiras, nº 55, em Botafogo,

¹⁴ Atualmente denominada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na época recebia o nome de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁵ O Museu, como era prática na época, não encontra-se individualizado na lei, no entanto, o Art. 2, define que “O patrimônio da Fundação será constituído: I - pelo acervo do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e do Parque Nacional do Xingu (P.N.X.)”.

Rio de Janeiro-RJ, espaço que ocupa atualmente. A transferência da Instituição é feita rapidamente e, em 12 de dezembro de 1978, o Museu inaugura, na sede vigente, com a abertura de uma nova exposição permanente, intitulada “O índio brasileiro, seu mundo econômico, universo simbólico e social” (PAULA, 1983; MARTINS, 2016; LIRA, 2021).

Após o processo de redemocratização e com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a FUNAI passa por um processo de fragilização, que ameaça a própria existência do Museu. Com a Constituição de 1988, tem fim o regime de tutela do Estado sobre os povos indígenas. A pessoa indígena, que até então era entendida como objeto de direito do Estado, passa a partir desse momento a ser visto como sujeito de direito. A FUNAI era, anteriormente, responsável pela educação e saúde indígenas, passando a ser responsável apenas pela questão fundiária (COUTO, 2012; LIRA, 2021). Esse processo de fragilização fez, inclusive, com que o Museu fosse obrigado a fechar as portas ao público durante dois anos, tendo funcionado apenas internamente na época, tendo sua reabertura se dado em 1993.

Com a reabertura em 1993, e em resposta à profunda crise de legitimidade que se deu na década de 1990, o Museu inicia um processo de maior diálogo com os povos indígenas. Tem início, nesse momento, um processo de ampliação da participação indígena dentro da Instituição, que veio se desenvolvendo nas décadas posteriores. Dá-se início a uma maior presença de povos indígenas dentro da Instituição, visitas às exposições, aos acervos, inicialmente, de forma bem pontual, mas um processo que foi se desenvolvendo e reestruturando sua legitimidade junto à população em geral e com alguns povos indígenas em particular, sendo lançado, ainda nesse mesmo ano, o projeto “Revitalização e Modernização do Museu do Índio”, quando a Instituição passa a priorizar as questões relativas à preservação do patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas (MOTTA, 2006).

Em 1998, com a inclusão do Museu no Plano Plurianual da FUNAI, a Instituição consegue garantir uma verba fixa que permite garantir uma certa estabilidade para a implantação de alguns projetos.

Lançado também em 1998, outro projeto de relevância foi a publicação, no Boletim do Museu do Índio nº 8, de 1998, a “Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil”. A publicação buscou sistematizar as diversas grafias e formas de emprego dos nomes dos povos indígenas. A partir de trabalhos de linguistas, etnólogos, antropólogos e indigenistas, foram sistematizados 2.732 nomes de povos indígenas, com suas respectivas variações de grafias.

Na década de 2000, o Museu inicia uma política de triangulação entre a Instituição, pesquisadores e povos indígenas, tanto para realização de exposições, quanto para projetos de pesquisa. No marco dessa nova forma de trabalho, tem início um processo de pesquisa e coleta de objetos sobre a cosmogonia e cultura dos povos Wajãpi, que culmina na exposição “Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi”. Dessa maneira, o Museu exercita uma forma de atuação que interliga várias frentes de atuação museológica: a implementação de uma pesquisa junto a povos indígenas, coleta de expressões culturais tradicionais, formulação de uma exposição de narrativa, na qual os objetos se conectam ao seu contexto social e simbólico, e a colaboração no processo de reconhecimento por parte do Estado sobre o valor cultural das manifestações indígenas no país.

Outro ponto relevante no ano 2000, foi a determinação de que os documentos do SPI que se encontravam nas unidades da FUNAI fossem recolhidos e geridos pelo Museu, através da Portaria nº 10689/PRES, de 11 de outubro de 2000 (GUIMARÃES, 2015). A partir dessa determinação, passa a corresponder ao Museu a preservação e disponibilização desse acervo documental. Os arquivos do SPI atualmente são de grande relevância para os processos de reconhecimento e delimitação de territórios originalmente indígenas. Tais documentos embasam os processos de demarcação territorial.

Em 2001, teve início o projeto de elaboração de vocabulário controlado sobre etnologia indígena para as bases de dados do Museu. Foi realizado, neste ano, um processo de qualificação da exposição “Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi”, pelo povo Wajãpi, sob coordenação da Prof^a Dr^a Dominique Tilkin Gallois. Foram ainda produzidos nesse contexto, dois catálogos, um deles tendo sido utilizado para subsidiar o Dossiê enviado para o pedido de patrimonialização da “Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi”. No ano de 2002, a Arte Kusiwa é reconhecida como Patrimônio Imaterial do Brasil, tendo sido inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão. E, no ano de 2003, a Arte Kusiwa é reconhecida na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo sido o primeiro bem cultural a receber esse título.

No ano de 2002, como reverberação do vocabulário controlado, desenvolvido em 1998, foi publicado o dossiê Povos Indígenas do Sul da Bahia (COQUEIRO, 2002). O dossiê tornou-se uma obra de referência para a recuperação de documentação sobre os territórios ocupados por povos indígenas no Nordeste do Brasil. A publicação se mostra como uma ferramenta para apoiar demandas políticas

desses povos.

Em 2003, é lançado o *software*¹⁶ “Registro Nacional do Patrimônio Cultural Indígena”. Tratou-se de uma customização da base de dados do Museu para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (COUTO; LEVINHO; OLIVEIRA, 2021). Também em 2003, teve início o Projeto de Valorização e Registro das Línguas e Culturas Indígenas no Brasil, com apoio da UNESCO. O projeto gera, em 2004, o “Vocabulário Básico de Línguas Indígenas no Brasil”, em formato de áudio e distribuído como CD-ROM.

Em 2004, também resultado da experiência desenvolvida em Documentação Linguística, o Museu é eleito para receber material de informática e o programa de gerenciamento de produtos de pesquisa para línguas indígenas no Brasil, documentadas no âmbito do Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas (Dobes), patrocinado pela Lisbet Rousing Charitable Fund e administrado pelo School for Oriental and African Studies, Universidade de Londres¹⁷. No mesmo ano, o Museu realizou também um acordo com o Instituto Max Planck de Psicolinguística, na Holanda, visando a preservação do patrimônio cultural linguístico dos povos indígenas no Brasil¹⁸. Três anos mais tarde, em 2007, o projeto resultou no compartilhamento com o povo indígena dos acervos que estavam exclusivamente na Europa, até esse momento.

Em 2006, é publicado o “Tesauro de Cultura Material dos Índios no Brasil”, como forma de estruturar uma terminologia padronizada para as expressões culturais tradicionais existentes ou referidos nos acervos do Museu, tanto o acervo museológico, quanto bibliográfico, arquivístico, fotográfico ou audiovisual.

Em 2008, tem início os acordos de cooperação entre a FUNAI e a UNESCO. Os acordos dão início ao Programa de Documentação de Culturas e Línguas Indígenas (PROGDOC), dentro do qual se inserem quatro projetos: o Projeto de Documentação de Acervos (PRODOCERV); o Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (PRODOCLIN); o Projeto de Documentação de Cantos e Sons (PRODOCSON) e o Projeto de Documentação de Culturas (PRODOCULT). Dessa

¹⁶ “programa de computador que comanda o funcionamento de um sistema baseado em computador, executando tarefas específicas.” (AMORIM, 2015)

¹⁷ Disponível em:

http://prodoclin.museudoindio.gov.br/images/arquivos/proj_unesco_linguas_culturas_ind_res.pdf

¹⁸ Disponível:

<http://antigo.museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/716-museu-do-indio-inicia-programa-de-documentacao-das-linguas-indigenas>

forma, o Programa dá início a um processo sistemático de pesquisa, coleta, registro e documentação da cultura indígena brasileira. O Programa teve duas fases, a primeira, de 2008 a 2015, e a segunda, de 2015 a 2024, sendo o principal responsável pela ampliação dos acervos e contribui para a formação de pesquisadores indígenas em técnicas de documentação linguística e antropológica. A documentação produzida é em sua maioria nato-digitais, e demanda investimento em tratamento arquivístico e gestão de acervos digitais.

Também em 2008, o Fundo Arquivístico do SPI foi eleito para integrar o Programa Memória do Mundo (MoW)¹⁹. É realizado, ainda em 2008, o recolhimento de acervo documental do SPI, de Belém e de Brasília, para o Museu, obedecendo à Portaria nº 10.698, de 2000. Entre os materiais coletados contava o Processo nº 4.483, de 1968, documento que deu origem ao “Relatório Figueiredo”²⁰.

Em 2011, teve início no Museu o Projeto Gramáticas Pedagógicas de Línguas Indígenas, integrando o Programa de Documentação de Línguas Indígenas, celebrado entre a UNESCO e a FUNAI. O projeto inclui realização de oficinas, produção de material didático, formação de professores, entre outras atividades, e visa colaborar para a manutenção das línguas indígenas no Brasil, através dos processos de ensino e aprendizagem. No mesmo ano, a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527 de 2011, passa a exigir que os museus públicos atualizem seus sistemas de informação para garantir acesso e agilidade na busca de documentos.

O Decreto nº 7.778, de 27 de junho de 2012, Estatuto²¹ da FUNAI, define as competências do Museu. O Museu possui também duas subunidades: o Centro Cultural de Ikuiapá, em Cuiabá-MT (CCI); e o Centro Audiovisual, em Goiânia-GO (CAud). O CCI conta com uma reserva técnica de aproximadamente 2 mil objetos, localizado no centro histórico de Cuiabá, em uma área tombada, em um conjunto arquitetônico que anteriormente abrigou uma unidade da FUNAI e a loja Artíndia, tendo até hoje reverberação entre indígenas da região. O CAud, por sua vez, é um

¹⁹ O Programa de Registro da Memória do Mundo (MoW) é promovido pela UNESCO, com o objetivo de identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor como patrimônio da humanidade.

²⁰ O Relatório Figueiredo foi um importante documento produzido em 1967, pelo procurador Jader de Figueiredo. Documenta crimes de genocídio contra povos indígenas, e diversos outros crimes cometidos por agentes do SPI. Após sua publicação, o SPI passa por uma crise de legitimidade, tendo sido extinto no mesmo ano, e substituído pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI. O documento tinha sido dado como perdido até aquele momento.

²¹ O Decreto é posteriormente substituído pelo Decreto Nº 11.226, de 07 de outubro de 2022, que abarca hoje o Estatuto mais recente da FUNAI. O Regimento Interno mais atualizado se encontra na Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017.

espaço destinado a oferecer formação e profissionalização a estudantes e profissionais indígenas, no campo das mídias audiovisuais como um todo, bem como a exibição de suas produções. O espaço colabora para construção e disseminação de narrativas audiovisuais realizadas por e para indígenas. O CAud não possui acervo, mas faz parte de seu projeto abrigar exposições de curta duração, em parceria com outras instituições. Foi o caso da exposição “Xingu: Contatos”, do Instituto Moreira Salles (IMS), cuja itinerância marcou também a inauguração do Centro Audiovisual em 11 de julho de 2024. A gestão das unidades desconcentradas é conjunta por parte do Museu, conforme a competência das áreas, com a coordenação geral por parte da COTEC. No que se refere aos acervos existentes nas unidades desconcentradas, a COPAC é a responsável, assim como a COAD é responsável por aspectos patrimoniais e contratuais dessas unidades - com a coordenação da COTEC.

Também em 2012, com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade²² (CNV), ocorre a identificação e digitalização do Relatório no Museu. O relatório da Comissão explicitou as violências às quais os povos indígenas foram submetidos durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Em 2013, o Museu dá início ao projeto de digitalização do acervo textual do SPI. O projeto foi realizado por meio de bolsas destinadas a jovens indígenas, conjuntamente com um processo de formação em técnicas de documentação.

Em 2015, é instalada e disponibilizada ao público a Biblioteca Multimídia Virtual²³ (BMV) do Museu, colaborando para a disponibilização, divulgação e consulta dos acervos arquivístico e bibliográfico.

No mesmo ano, também foi firmado um novo acordo de cooperação com a UNESCO. Nessa fase, o PROGDOC tem como foco os povos transfronteiriços e de recente contato da região amazônica.

O Museu fechou para o público no ano de 2016, em função da necessidade de realização de obras de adequação do edifício histórico, de modo a atender às normas de prevenção de incêndio em instituições museológicas.

Em 2017, buscando contornar a ausência de um espaço físico para

²² A Comissão Nacional da Verdade, CNV, foi fundada em 18 de novembro de 2012, através da Lei nº 12.528/2011, com o objetivo de analisar crimes contra os direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988.

²³ Disponível:
<http://antigo.museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/861-biblioteca-virtual-documentacao-sobre-terras-e-culturas-indigenas-mais-perto-do-publico>

realização das exposições, o Museu inaugura a sua primeira exposição virtual, por meio da plataforma Google Arts&Culture²⁴. Com as exposições virtuais, o Museu buscou manter sua produção expográfica ativa.

No ano de 2018, adota a Plataforma de Catalogação e Difusão de Acervos Museológico - Tainacan²⁵, atualmente em uso para a catalogação e a disponibilização de acervos museológicos em formato digital.

Em 2019, é definido no âmbito da Unesco, que entre 2020 a 2030, seria celebrada a “Década Internacional das Línguas Indígenas”, buscando chamar a atenção dos países membros para a necessidade de preservação das línguas indígenas e as ameaças às quais estão sujeitas. No marco das comemorações da Década, o Museu realiza a exposição “Viva Língua Viva”, realizada em parceria com o Museu Nacional e exposta na Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A exposição se estruturava a partir dos produtos resultantes do PRODOCLIN, realizado pelo Museu através do PROGDOC. Esse movimento permitiu que este se inserisse na agenda internacional em defesa do patrimônio linguístico indígena, e que se mantivesse atuante na formulação e desenvolvimento de exposições, bem como reverberasse os produtos dos projetos de pesquisa realizados desde 2008, no âmbito do PROGDOC.

Em 2020, em função da Pandemia de COVID-19, os projetos de documentação de línguas e culturas foram suspensos, uma vez que tais projetos eram realizados em terras indígenas. Em razão da Pandemia - e do quadro político da época - o Museu nesse período se volta para o trabalho de estruturação e de infraestrutura interna, buscando conseguir o alvará para a reabertura. Neste momento, o Museu não estava autorizado a abrir nem mesmo o jardim da Instituição.

No ano de 2021, são lançadas as primeiras versões de dicionários multimídia de línguas indígenas da plataforma Japiim²⁶, nas línguas Guató, Ye'kwana, Sanõma e Kawahiva. O Portal Japiim é uma plataforma para sistematização e extroversão dos produtos derivados dos Projetos de Documentação de Línguas Indígenas. Atualmente, o Portal Japiim conta com 17 línguas indígenas, localizadas por povo, grafia, gravação de áudio da pronúncia e tradução para o português.

Em 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a

²⁴ Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-do-indio>

²⁵ A primeira base utilizada pelo Museu foi o OrtoDocs em 1996, posteriormente substituído por uma versão customizada para acervos museológicos do Personal Home Library, PHL, no ano de 2007.

²⁶ Disponível em: <https://japiim.museudoindio.gov.br/index.php>

vinculação da FUNAI a esta instância ministerial, implementa-se uma política de representatividade de indígenas em cargos dentro do MPI. Em 11 de dezembro do mesmo ano, como marco na história do Museu, ocorreu a posse da primeira diretora indígena da Instituição, Lúcia Fernanda Jófej Kaingáng, bem como aumentou-se o número de colaboradores indígenas no quadro de pessoas prestadoras de serviço do Museu.

Em janeiro de 2024, inicia-se o processo formal de alteração do nome da Instituição para Museu Nacional dos Povos Indígenas. Além disso, no mesmo mês, o Museu voltou a abrir o seu espaço externo para visita²⁷, e realizou uma exposição de fotografias, no edifício anexo.

Em abril o Museu promoveu o “Seminário Internacional POVOS INDÍGENAS E DIVERSIDADE CULTURAL: Saberes, fazeres e biodiversidade - como proteger para o futuro?”. O objetivo do Seminário foi debater sobre o reconhecimento de direito dos povos indígenas sobre seu patrimônio cultural, principalmente os direitos de propriedade intelectual sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais, no contexto da ONU.

O evento alcançou repercussão internacional ao resultar na confecção de um Caucus formado por organizações representativas dos povos indígenas dos seis biomas brasileiros. Em continuidade às ações iniciadas no evento, uma delegação indígena brasileira participou da conferência internacional da Conferência Diplomática relativa aos Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI. Essa participação foi fundamental para a construção e aprovação do “Instrumento Jurídico Internacional relativo a la Propiedad Intelectual, los Recursos Genéticos y los Conocimientos Tradicionales Asociados a los Recursos Genéticos”, que aguarda ratificação pelo governo brasileiro.

Em junho, houve a abertura do Centro de Audiovisual - CAud, em Goiânia-GO, com medida liminar. Em julho, o Museu inaugurou o CAud com a exposição intitulada “Xingu: Contatos”, organizada em parceria com o Instituto Moreira Salles, apresentando uma rica coleção²⁸ de imagens e filmes que documentam as interações entre os povos indígenas do Xingu e a sociedade envolvente ao longo das décadas. Ainda em junho, o Museu realizou parceria com o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) para realização da primeira Mostra de Cinema

²⁷ A abertura do jardim só foi autorizada em 2023, motivo pelo qual foi possível iniciar atividades na área externa do Museu.

²⁸ “conjunto de documentos com documentos características comuns, reunidos intencionalmente.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística, s.d.)

Indígena, bem como apoiou a realização da Tenda Multiétnica na Cidade de Goiás.

Em agosto de 2024, o Museu realizou a primeira edição do edital de premiação de agentes e iniciativas culturais dos povos indígenas. A premiação é uma forma de reconhecimento e fortalecimento das manifestações culturais, artísticas e tradicionais dos povos indígenas, que constituem pilares fundamentais da identidade nacional e do patrimônio cultural brasileiro. Por meio do edital, foi viabilizado um mecanismo direto de incentivo, fomento e reconhecimento a agentes culturais indígenas, possibilitando o fortalecimento de práticas ancestrais, a valorização das narrativas próprias e a promoção da diversidade cultural.

Em novembro do mesmo ano, o Museu, representado pela sua Diretora, participou da COP 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, da 11 COP MOP do Protocolo de Cartagena e 5 COP MOP do Protocolo de Nagoia com a inclusão da seguinte recomendação como parte do Programa de Trabalho sobre o Artigo 8j: Diálogo aprofundado: “O papel das línguas na transmissão intergeracional de conhecimentos, inovações e práticas tradicionais” cujo teor está diretamente relacionado à atuação do Museu na área de fortalecimento das línguas indígenas, participação na histórica aprovação da criação do Órgão Subsidiário sobre o Artigo 8j e Disposições Conexas, após 32 anos da criação da CDB em 1992, e a aprovação da Recomendação do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas relacionadas à Convenção sobre Diversidade Biológica.

Resultados esses que devem ser implementados em nível nacional e têm por base a decisão 15/4, seção K parágrafo 22 (que integra o Marco Global Kunming Montreal aprovado na COP 15, no Canadá, e de grande interesse ao Museu e aos Povos Indígenas para ser implementado nacionalmente. E a produção de material sobre a CDB em línguas indígenas, sendo objetivo para o próximo projeto Unesco.

Por fim, a proposta é abordar os desafios para o reconhecimento dos povos indígenas como autores, inventores e melhoristas, com capacidade de criação e inovação, utilizando tecnologias aprimoradas continuamente no contexto coletivo desses povos.

No mesmo ano, o Museu realizou a primeira repatriação de acervos indígenas, ao trazer uma coleção que foi em empréstimo, em 2005, para o Museu de História Natural de Lille, na França. Ao contrário do previsto em contrato, o Museu Francês se recusou a retornar o acervo e realizou exportação em caráter definitivo, o que sinaliza a intenção de ficar com as peças em caráter permanente. Após 15 anos de negociação, com o envolvimento do MPF, do Itamaraty e do próprio Museu, 594

itens da coleção retornam ao Brasil. A coleção contempla itens raros, como plumárias Araweté; entre os itens, encontram-se 24, do total de 33 peças de plumária Yanomami, contemplados do acervo deste Museu.



Contexto e conjuntura

O desenvolvimento dos Processos de Participação (de Museu do Índio a Museu Nacional dos Povos Indígenas)

A trajetória do Museu do Índio²⁹, em processo de mudança de nome para Museu Nacional dos Povos Indígenas (MNPI), acompanha a própria trajetória e luta dos movimentos indígenas no Brasil. As mudanças de paradigmas e linhas teóricas e compressão de direitos marcam as mudanças institucionais que o Museu passou e vem passando.

O Museu é criado com o propósito explícito de combater a fetichização, exotização e preconceitos aos quais os povos indígenas estavam submetidos na sociedade brasileira. O Museu se vinculava na época à Seção de Estudos, subordinada ao Serviço de Proteção do Índio (SPI). O SPI possuía uma política de atuação marcadamente assimilacionista, de desestruturação da vida social e com objetivos de colonização, de dominação e tutela dos povos indígenas em território nacional (SOUZA LIMA, 1995).

O Museu do Índio, nesse contexto, estrutura-se sob um paradigma cultural de respeito à diversidade e à valorização da cultura e do modo de vida indígena no Brasil. Darcy Ribeiro entendia que era necessário desmistificar a imagem do indígena que existia na população brasileira como forma de combater o preconceito e colaborar para as lutas políticas e sociais dos indígenas na época (RIBEIRO, 1955).

²⁹ Refere-se aqui ao “Museu do Índio” para tratar de sua trajetória até o ano de 2024, quando passa a ser pleiteada e usada a denominação de Museu Nacional dos Povos Indígenas. Tal escolha tem dois motivos: demarcar temporalmente uma mudança institucional; e manter similaridade com os documentos citados e consultados.

O caráter pedagógico do Museu, alinhado a uma forte pesquisa de campo etnográfica, eram vistas como as bases para reestruturar as narrativas do período sobre os povos indígenas.

Na sua primeira estruturação, por um lado, o Museu se afastava dos paradigmas de museus etnográficos da época (embasados em um caráter eurocêntrico ou de evolucionismo social). Por outro, se aproximava das tendências mais vanguardistas do pensamento antropológico e museológico de então. Alinhado a estas tendências, buscava disseminar ideias de respeito à diferença. A partir de um viés pedagógico, entendia que o poder simbólico e social do Museu deveria se voltar para educar a população a respeito da humanidade dos povos indígenas, frequentemente desumanizados nas narrativas do período. O Museu surge motivado pela luta contra o preconceito e a opressão.

A partir do final da década de 1960, amplia-se o debate internacional sobre o direito à cultura. Se até então discutia-se o direito do cidadão acessar os bens culturais - a partir de uma compressão de Democratização da Cultura - a partir desse momento começa-se a discutir um modelo de Democracia Cultural, que entende o fazer cultural como direito humano fundamental, bem como a necessidade de envolver a população no processo de tomada de decisão sobre os encaminhamentos da política pública de cultura, convergindo direitos individuais e coletivos em tais formulações (LOPES, 2009). Outro ponto central diz respeito ainda à diversidade cultural, vista nesse modelo como ponto estratégico na formulação das políticas públicas para cultura (LACERDA, 2010). Modelos de gestão cultural³⁰, baseados no paradigma da Democracia Cultural, vão valorizar os processos de tomada de decisão dos grupos sociais, negando um olhar hierarquizado da cultura e centrando-se na dignificação do ser humano³¹. O processo de construção da Democracia Cultural, dessa forma, implica a ampliação dos direitos culturais, sociais e políticos. Existe uma relação entre o direito a expressar-se culturalmente e a conquista de todos os demais direitos.

O compromisso do Museu com a dignificação dos povos indígenas e com a importância de que ele fosse um meio para a conquista de direitos sociais e políticos esteve presente desde a fundação. No entanto, se durante o seu surgimento a colaboração para tais conquistas se deu através do combate ao preconceito e da

³⁰ “área responsável por gerir espaços, projetos e programas culturais, garantindo a execução de políticas públicas que influenciam a dinâmica social.” (PESTANA, 2016)

³¹ A Democracia Cultural está relacionada à conquista de direitos sociais como um todo, estando centrada “na própria ideia de liberdade: só há democracia cultural na dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural” (LOPES, 2009, p. 9).

construção de uma narrativa contra a desumanização dos povos indígenas, após o processo de redemocratização da política brasileira vai se construindo um processo de paulatina abertura do Museu para a participação indígena.

Os processos participativos não são uma homogeneidade de procedimentos e ideais. A Escala de Participação Cidadã define a existência de níveis de participação (QUEROL; MENDONÇA; MIGUEL, 2020, p. 13), baseado no grau de tomada de decisão que os grupos têm dentro de uma instituição. Essa é uma noção importante porque os processos participativos vão sendo construídos através do tempo, da experiência e do crescimento da confiança entre a Instituição e os grupos.

No Museu, um dos marcos desse processo é a Constituição de 1988. Com o fim, em termos jurídicos, da tutela do Estado sobre os povos indígenas, aumenta a necessidade de uma mudança da forma como o Museu constrói a imagem desses povos em suas exposições. Em consonância aos esforços de Darcy Ribeiro, na construção de um museu como instrumento de luta (ABREU, 2008), o essencialismo e a reificação que sustentam a construção de uma alteridade absoluta e um primitivismo exótico dos povos indígenas passa a ser cada vez mais questionada em decorrência da defesa da pluralidade e diversidade cultural desses povos. O protagonismo dos povos indígenas configura-se como um atual regime de alteridade (OLIVEIRA, 2016), no qual esses sujeitos estão presentes na contemporaneidade.

Essa transformação foi fundamental para que se começasse a construir um caminho para o aumento da presença de indígenas dentro do Museu, seja nas visitas ou nas exposições, realização de feiras, visitas à reserva técnica, um maior contato com lideranças. Ainda que essas ações não tenham tido um caráter sistemático e nem tenham se estruturado como uma política da Instituição, esse momento marca o início de um processo no qual os povos indígenas passam a ser cada vez mais integrados às ações do Museu.

Os museus antropológicos e etnográficos, a partir da década de 1990, passam a repensar sua função social e a forma que lidam com a representação do "outro" (RUSSI; ABREU, 2019). Esse processo de reflexão crítica a respeito do papel da instituição museológica nos dias atuais proporciona uma ampliação do escopo da atuação do Museu em alinhamento com as demais políticas públicas para a defesa dos direitos indígenas: colabora para a política de demarcação de terras; alinha-se a políticas de renda indígena; fomenta debates sobre o direito à propriedade intelectual. O Museu busca atuar e ampliar constantemente sua

atuação, enquanto uma instituição implementadora e colaboradora na efetivação de políticas públicas, referentes às lutas indígenas. Um caminho construído ao longo das décadas e que apresenta ainda um grande espectro de desafios.

A década de 2000 marca o aprofundamento dessa relação. Inicia-se nesse momento um processo de inclusão de indígenas como curadores de exposição, contratação de indígenas nos projetos, estruturação de acordos com associações de representação indígena. A exposição Wajãpi foi “a primeira experiência da nova política de exposições” (ABREU, 2008, p. 139) do Museu. A partir de 2010, esse processo de inclusão de indígenas nas atividades da Instituição se aprofunda ainda mais, cresce a presença de pesquisadores indígenas liderando a execução de projetos de registro de saberes e línguas, têm-se a formação de coleções no Museu selecionada e doadas por indígenas, a ampliação de parcerias com povos indígenas para a realização de exposições, realização de oficinas de qualificação de acervo, entre tantas outras ações (COUTO; LEVINHO; OLIVEIRA, 2021; LIRA 2021).

No ano de 2007, por exemplo, o Museu realizou o Primeiro Termo de Acordo com uma associação indígena. Buscando caminhar no processo de aprofundamento dos processos de participação de indígenas no Museu. O acordo foi firmado com a Organização do Povo Indígena de Parintintin do Amazonas (OPIPAM). O acordo foi publicado no Diário Oficial da União, (DOU) em duas línguas, incluindo tanto o português quanto a língua Kawahiv. O acordo se destinava ao tratamento técnico, digitalização e retorno para Parintintin de um acervo de mais de 67 horas de gravações produzidas sobre a história, os rituais, crenças etc, dessa população, além de mais de mil registros visuais produzidos pelo Prof. Dr. Waud Hocking Kracke. Esse acervo estava até então depositado na Universidade de Illinois, em Chicago, EUA. No mesmo ano foi realizado também o processo de qualificação da exposição “A presença do Invisível”, pelos povos Karipuna, Galibi Marworno, Galí’na e Palikur, localizados na região do Oiapoque.

A ampliação do processo de participação indígena no Museu tem um novo crescimento no ano de 2023, data que também demarca a primeira direção indígena da Instituição. Como um alinhamento com as pautas da luta indígena, nacional e internacional, foi solicitado a alteração do nome da Instituição para Museu Nacional dos Povos Indígenas. Também encontra-se em processo de constituição um Conselho Consultivo para auxiliar a gestão institucional, formado exclusivamente por representantes indígenas.

O Museu foi criado com o propósito de combater preconceitos e estereótipos que recaiam sobre os povos indígenas, entendendo que combater a

desumanização desses povos era um passo crucial para combater o fim do extermínio e garantir a ampliação de seus direitos. Após setenta e um anos, a Instituição se reestrutura novamente, buscando acompanhar as pautas das lutas em defesa dos direitos indígenas, em especial no campo do patrimônio cultural. Torna-se mais do que um lugar para preservar e expor objetos, reforçando o papel político dos acervos e demandando que a gestão desse patrimônio seja cada vez mais alinhada e comprometida com os povos indígenas. A luta atual não é por uma representação positiva, mas pela ampliação do poder de decisão desses povos.



O Museu e seus públicos

Historicamente o público do Museu é composto, em sua maioria, por professores da educação infantil ao ensino superior; pesquisadores de instituições nacionais e internacionais; gestores e educadores que atuam nas áreas de educação e cultura; crianças, adolescentes, jovens, adultos vinculados a diferentes instituições, associações e organizações sociais; idosos ligados às atividades da área da saúde; público espontâneo, especialmente do entorno, e estrangeiros.

No que se refere à sede do Museu, em Botafogo, até o fechamento da última exposição, no ano de 2016, manteve-se a prática de contabilizar a frequência do público, seja ele interno (visitante do espaço físico da sede) ou externo (público atingido por suas atividades extramuros), por meio de livro de registro, mantido na entrada da exposição, ingressos coletados na bilheteria e documentos como fax, e-mail e agendamentos do Serviço Educativo e Cultural (SEAC). Entretanto, mesmo fechado para o público, a Instituição continuou e continua atendendo, com horário agendado, pesquisadores e estudantes universitários. Por meio do SEAC, observa-se que no período em que as exposições estiveram abertas (até 2016) e antes da Pandemia Covid-19 (2020-2022 - que exigiu distanciamento social), o público majoritário da Sede era o escolar. Hoje, com a abertura dos jardins, ocorrida em 30 de janeiro de 2024, e com a realização de eventos fora do espaço físico do Museu, em parceria com outras instituições, o público frequente é composto por pesquisadores e professores.

Por sua vez, o Centro Cultural Audiovisual de Goiânia (CAUD), em 2024, inaugurou o espaço físico ao grande público, e realizou atividades diferenciadas como exposições, rodas de conversa, palestras, eventos culturais, oficinas, mostras de cinema, reunião de Coordenadores de Frentes de Proteção Etnoambiental e Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato. Estes eventos tiveram

como público-alvo os indígenas. Entretanto, desde 2021, realizou oficinas de Introdução às Técnicas de Audiovisual e em 2023 e de Cinema Indígena. As oficinas foram ministradas na modalidade on-line, tendo como instrutores cineastas indígenas e professor universitário e como público os indígenas.

O Centro Cultural Ikuiapá (CCI) passou a ser administrado pelo Museu no ano de 2013. Anteriormente, era administrado pela Coordenação Regional Cuiabá e seu atendimento direcionado, em sua maioria, para indígenas e turistas em busca de artesanato para compra na Loja Artíndia.

Entretanto, esta Unidade encontra-se fechada para atividades presenciais ao público, sejam visitantes ou indígenas, desde 2011/2012, por determinação do Ministério Público, por considerar que a edificação não atende aos dispositivos legais de acessibilidade física. Contudo, mesmo com a edificação fechada, sob a administração do Museu, a Unidade realizou, entre os anos de 2014 e 2015, atividades como exposições em espaços físicos do SESC - Casa do Artesão, projeção de filmes em escolas públicas e universidades e mesas redondas. Desde então, não realiza ações que tenham público efetivo em suas dependências.

O Museu também se dedica ao desenvolvimento de públicos digitais. Atualmente, o Museu conta com 71.950 seguidores em suas redes sociais (Instagram, Facebook e YouTube) e anualmente alcança um público de 225.666 em todas as plataformas (período de janeiro a dezembro de 2024).

Hoje, o Museu visa categorizar seus públicos em três segmentos, a saber:

- Escolar (formal ou informal): professores da educação infantil ao ensino superior; estudantes da educação infantil ao ensino superior; adolescentes, jovens, adultos vinculados a diferentes instituições, associações e organizações sociais.

- Pesquisa: pesquisadores de instituições nacionais e internacionais;

- Espontâneo: diferentes perfis (turistas ou moradores do entorno), ciente que os moradores do entorno muitas vezes só utilizam o jardim.

O Museu não realizou um efetivo estudo de público de suas atividades nos últimos cinco anos. É preciso reativar essa linha de pesquisa, de modo a traçar o perfil/características dos diversos tipos de público (faixa de renda, idade, gênero, etnia, costumes, local de moradia, interesses, entre outros), bem como as relações e interações estabelecidas. Nesse estudo é importante descrever os públicos que frequentam e os potenciais que poderiam visitar ou serem estimulados a participar das atividades do Museu, tanto na sede quanto nas unidades desconcentradas,

tabulando resultados e indicando as principais críticas e sugestões deixadas pelos visitantes.

A avaliação do público deve ser valorizada institucionalmente e em processo contínuo, para intervir e alterar conteúdos e posturas com eficácia e efetividade na elaboração de atividades que contemplem os visitantes, de acordo com o segmento e o perfil/características, contribuindo para uma avaliação mais sistêmica do Museu, no que tange à concretização de sua missão institucional, permitindo uma comunicação com os outros setores, a partir das informações obtidas, da observação do público, reunindo indicadores que viabilizem organizar sua relação aos objetivos e sua materialização nos conteúdos e ambientes expositivos.

No novo modelo de gestão, em fase de implementação, pretende-se que o público indígena seja compreendido como principal usuário dos serviços e políticas culturais³² da instituição, especialmente em iniciativas de preservação e revitalização cultural. Portanto, protagonista tanto nas visitas, quanto como parceiros, atuando nos eventos, participando dos processos de concepção das exposições e na mediação, por exemplo. Importante destacar que muitos povos indígenas, pela localização geográfica da Sede e das unidades desconcentradas, não tiveram ainda a oportunidade de conhecer esses três espaços presencialmente. O Museu precisa pensar em ações que contemplem esse tipo de público.

³² “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários, com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e promover a transformação social, considerando também os processos transnacionais.” (CANEDO, 2009)



Missão, Visão, Valores

Missão

Consolidação como um espaço de protagonismo político e cultural indígena, onde as decisões sobre a preservação e promoção das culturas dos povos indígenas sejam conduzidas e deliberadas pelos próprios povos indígenas, assim como fortalecimento do papel do museu como um ator político na defesa dos direitos culturais indígenas, de seu patrimônio cultural e propriedade intelectual, com uma perspectiva decolonial e antirracista;

Atuar na interlocução e na preservação da propriedade e do patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, difusão e diversas ações de fortalecimento de suas tradições, saberes, línguas, culturas e acervos.

Consolidação como um espaço de protagonismo político e cultural indígena, onde as decisões sobre a preservação e promoção das culturas dos povos indígenas sejam conduzidas e deliberadas pelos próprios povos indígenas, assim como fortalecimento do papel do museu como um ator político na defesa dos direitos culturais indígenas, com uma perspectiva decolonial e antirracista.

Visão

Consolidar o Museu como Ser um espaço de confluências e protagonismos indígenas, valorizando e salvaguardando o conhecimento ancestral, promovendo a educação intercultural e co-criando políticas públicas culturais com os povos indígenas.

Valores

- **Compromisso com os museus indígenas:** articulação de parcerias e apoio, de natureza política, técnico-científica, econômica e de divulgação.
- **Compromisso com a diversidade dos povos indígenas e o combate ao preconceito:** diversificação na elaboração e implementação de políticas culturais, contemplando todos os biomas e os indígenas em contexto urbano.
- **Transparência:** práticas institucionais que privilegiam a clareza na construção de políticas internas, promovendo a circulação de informações;
- **Diálogo:** garantia de escuta aos povos indígenas assegurado, executando suas demandas direcionadas à preservação de suas memórias;
- **Responsabilidade socioambiental:** reafirmação do compromisso com as pautas de sustentabilidade, cooperando para a sensibilização sobre mudanças climáticas e seus impactos nos territórios e nas práticas tradicionais dos indígenas no mundo;
- **Compromisso público:** alinhamento com as demandas indígenas, reafirmando o papel político do patrimônio cultural e memórias indígenas;
- **Gestão e Deliberação Indígena:** o museu deve atuar como um espaço de autogestão indígena, sendo gerido e deliberado pelas lideranças indígenas, com autonomia plena em todos os processos de preservação cultural, organização de exposições, e formulação de políticas públicas relacionadas à cultura indígena;
- **Autonomia e Autogestão:** o museu deve ser um modelo de autogestão indígena, garantindo que as povos indígenas tenham controle total sobre as decisões relativas a seus patrimônios e memórias culturais, acervos e narrativas, respeitando suas tradições e formas de governança;
- **Inclusão e Participação ativa:** promoção da inclusão e da ampliação de diversas vozes indígenas e as que vivem em contextos urbanos, assegurando que o Museu represente a diversidade interna dos povos indígenas e que todas as decisões reflitam essa pluralidade;
- **Diálogo intercultural e Cooperação estratégica:** fomento de diálogo intercultural entre os povos indígenas e a sociedade em geral, promovendo o respeito mútuo e a valorização dos saberes tradicionais, bem como estabelecimento de parcerias estratégicas com outras instituições, respeitando a autonomia indígena, para garantir que os patrimônios e memórias culturais no Museu sejam amplamente preservados e divulgados;

- **Sustentabilidade e Soberania ambiental:** compromisso com a preservação ambiental e a soberania indígena sobre seus territórios, bem como fomento e execução de exposições e de atividades que destaquem a relação dos povos indígenas com a natureza e seus conhecimentos sobre a sustentabilidade;
- **Educação e Difusão de saberes indígenas:** contribuição do museu para a educação, inclusive técnica e superior, e para difusão dos saberes e conhecimentos indígenas, garantindo que as culturas dos povos indígenas sejam reconhecidas, respeitadas e promovidas, tanto em nível nacional quanto internacional, com foco na preservação de línguas, tradições e conhecimentos ancestrais;
- **Monitoramento e Avaliação coletiva:** implementação dos processos e das ferramentas de monitoramento contínuo liderados pelos povos indígenas, assegurando que as atividades do Museu estejam sempre alinhadas com os interesses dos povos e que o museu seja constantemente avaliado e ajustado para atender às suas demandas.
- **Promoção ao Direito de Consulta:** A Convenção 169 da OIT prevê a consulta prévia, livre e informada em relação a projetos que afetam coletividades indígenas. O Museu deve promover o direito à consulta em relação aos projetos na área da Cultura.

Objetivos estratégicos

- Desenvolver políticas, diretrizes, processos e procedimentos institucionais, a partir de uma perspectiva de luta antirracista e decolonial;
- Consolidar a participação indígena em processos decisórios de gestão institucional e de acervos;
- Ampliar a atuação do Museu, na esfera nacional e internacional, em defesa dos direitos indígenas e na concepção, implementação e consolidação de políticas públicas.

Organograma³³



³³ Não consta na estrutura normal da FUNAI.



Matriz FOFA

FATORES POSITIVOS

Forças

- Experiências institucionais de ações de preservação de memória de acervos;
- Ouso dos acervos culturais para garantia dos direitos dos povos indígenas;
- Processos participativos de qualificação do acervo a partir dos colaboradores indígenas;
- Cargo de Gestão ocupado por indígena;
- Desenvolvimento e organização da informação e acesso aos acervos de forma digital;
- Guarda do acervo da memória das instituições indigenistas no Brasil;
- Instituição museológica com projeção internacional;
- Localização privilegiada para projeção internacional.

FATORES INTERNOS

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Espaço físico fechado ao público (desde 2016 a sede; desde 2014 CCI);
- Nome institucional oficial;
- Centralidade na região Sudeste (localização física pouco articulada com as Unidades Desconcentradas e sem articulação com outros biomas);
- Representação de apenas 186 povos, num universo de 305 povos;
- Afastamento de atuação a partir dos povos;
- Espaço de comercialização e geração de rendas para os povos indígenas fechados;
- Falta de espaço o que impossibilita o crescimento do acervo;
- Falta de políticas institucionalizadas;
- Relação com a comunidade do entorno/bairro do Museu;
- Diminuição do RH;
- Necessidade de qualificação para atividades finalísticas;
- Pouca interlocução intersetorial;
- Demanda muito superior à capacidade.

Oportunidades

- Financiamento; Políticas públicas com pautas identitárias;
- Possibilidade de estabelecer redes de museus indígenas já existentes;
- Possibilidades de formalização de cooperação técnica com instituições museais e com instituições de agência de formulação de políticas públicas e de fomento;
- Possibilidades de parcerias com museus internacionais, principalmente na América Latina;
- Ações do Museu nos territórios;
- Rede de museus que potencialize o fluxo entre o Museu e os territórios;
- Possibilidade de parceria para a criação de um livro com conteúdo sobre a história indígena com foco no PNLD;
- Capilaridade da FUNAI mediante as Coordenações Regionais.

FATORES EXTERNOS

Ameaças

- Cortes de financiamento; Interferências climáticas que dificultam a
- preservação do acervo;
- Ataque aos direitos dos povos indígenas;
- Ameaças que ocorrem nos territórios indígenas que interferem para a preservação dos seus saberes e formação dos acervos;
- Vulnerabilidade social dos indígenas;
- Formas de exercício de poder tutelar que impactam na construção de auto-narrativas e de preservação do patrimônio;
- Racismo estrutural.



Análise Comparativa (Benchmarking)

A análise comparativa (benchmarking) é uma ferramenta analítica amplamente utilizada no contexto do diagnóstico institucional, desempenhando um papel fundamental na avaliação e aprimoramento de processos, serviços e estratégias. Sua principal finalidade é identificar e compreender as melhores práticas dentro de um setor específico, tomando como referência a análise sistemática dos diversos agentes que nele operam. Tal processo permite a identificação de padrões de qualidade e o reconhecimento de lacunas e oportunidades de melhorias, promovendo um ciclo contínuo de eficiência organizacional.

Nos museus, a análise comparativa (benchmarking) pode ser uma ferramenta de avaliação do posicionamento institucional da instituição, identificando pontos fortes e fracos, a partir da análise de outras instituições museais. Esse processo possui relação direta com a sustentabilidade e a função social dos museus. Para tanto, foram selecionadas instituições nacionais e internacionais que possuem interface com as atividades de ações educativas, de difusão científica, de pesquisa, de formação e capacitação, de parcerias e questões mais amplas sobre gestão de espaços museais. Além disso, destaca-se também a importância de observar os museus indígenas em diferentes estados do país.

Os museus listados apresentam compromisso com a preservação de bens culturais associados às memórias e culturas dos povos indígenas, por meio da seleção, pesquisa, documentação, conservação e comunicação a partir de bens culturais, documentos e registros históricos. Além dos que são geridos pelos próprios povos, há também outros que buscam a participação destes em suas atividades, visando o protagonismo indígena na preservação de sua própria cultura, desempenhando um papel importante na educação e na difusão, tanto para os

povos indígenas quanto para o público em geral.

A questão dos direitos indígenas e a forma como esses povos gerenciam suas memórias é um eixo transversal nas instituições listadas. Como o Museu Magüta e o Museu Kapinawá, que são exemplos de museus geridos diretamente pelos povos indígenas, demonstrando a importância da voz dos próprios povos na construção de suas narrativas.

O Museu, ao se conectar com essas instituições, pode fortalecer a valorização das perspectivas indígenas e ampliar sua atuação para além dos muros institucionais. A demanda indígena por uma descentralização das atividades museais e por ações nos territórios encontra eco nas possibilidades de parcerias, principalmente com os museus indígenas no Brasil, abrindo oportunidades para se tornar mais permeável em outras regiões do país, fortalecendo a participação indígena na construção e na gestão de suas próprias narrativas.

A lista de instituições não museais apresenta experiências de divulgação do conhecimento e valorização das práticas de gestão indígena. Além disso, a prática na manutenção de programas, a longo prazo, de bolsas de estudo para que os indígenas possam adquirir conhecimento e aplicá-lo em seus povos. Outra iniciativa a ser observada é a de um povo indígena norte-americano que, além de gerir seu território e patrimônio, assumiu o protagonismo no desenvolvimento econômico de sua comunidade, numa perspectiva de museu integral.

Na sequência, uma breve descrição de algumas dessas instituições, destacando aspectos em que há maior potencial de diálogo e de parceria:

Museus Brasileiros:

- Museu de Arqueologia e Etnologia (SP):

<https://mae.usp.br/>

Este Museu oferece material para o conhecimento de alguns aspectos referentes à socialização das crianças indígenas, por intermédio de desafios que envolvem várias habilidades: manuseio, observação, questionamento, investigação, comparação e reflexão, que caracterizam a diversidade cultural dos povos indígenas. Além das ações educativas, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) possui um acervo que inclui uma ampla categoria de bens culturais feitos em madeira, cerâmica, palha, ossos, penas, produzidos por diversos grupos indígenas

do Brasil e países adjacentes. As pesquisas realizadas pelos professores e alunos do MAE têm permitido a renovação destas coleções, que também crescem devido às doações feitas por pesquisadores e por colecionadores.

- Museu Nacional (RJ):

<https://www.museunacional.ufrj.br/index.html>

O Museu Nacional, o mais antigo do Brasil, abriga o Departamento de Antropologia, com coleções de etnologia, arqueologia e linguística que se complementam com o acervo do Museu. Este mantém relação profícua com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, que possui corpo docente com experiência, o que fortalece o desenvolvimento de projetos em conjunto entre as duas instâncias.

- Museu de Arte Indígena (SP):

<https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/sobre-o-museu/>

O Museu das Culturas Indígenas (MCI), Instituição da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, administrada pela ACAM Portinari - Organização Social de Cultura em parceria com o Instituto Maracá, desenvolve uma proposta inovadora de gestão compartilhada com protagonismo do Conselho Indígena Aty Mirim, composto por lideranças de diversos povos indígenas do Estado de São Paulo.

- Museu Paraense Emílio Goeldi (PA):

<https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br>

Possui uma importante atuação, principalmente no bioma amazônico, com acervo indígena mais antigo nesta região, representando a cultura material e a memória dos povos indígenas e sociedades tradicionais. Tem como compromisso o aumento de suas coleções, em colaboração com pesquisadores, povos indígenas e populações tradicionais, e aperfeiçoando a sua capacidade de armazenamento, conservação e comunicação do seu acervo.

Museus Indígenas no Brasil:

- Museu Magüta (AM):

<https://museumaguta.com.br/>

Exemplo de gestão indígena em ações de preservação e memória, o Museu Magüta está localizado na cidade de Benjamin Constant (AM), ponto de acesso a 15 terras indígenas, todas demarcadas e regularizadas, habitadas pelos Ticunas. O Museu funciona como centro de referência para seu povo, cuja população está em torno dos 47 mil habitantes, sendo a maior população indígena do Brasil, distribuída nos nove municípios da microrregião do Alto Solimões. O Museu está fora do eixo sul-sudeste e tem impacto direto com este povo.

- Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (SP):

<https://museuindiavanuire.org.br/>

Oferece diversas atividades educativas, como também jogos on-line, que podem ser baixados gratuitamente, baseados na cultura indígena (<https://museuindiavanuire.org.br/jogue-online/>). O projeto “A voz da Memória” (<https://museuindiavanuire.org.br/voz-da-memoria/>) visa difundir e auxiliar o desenvolvimento da memória indígena do oeste de São Paulo e histórica da cidade de Tupã. É mais uma forma de efetivação da relação do Museu com o seu entorno, valorizando os povos indígenas na história da região. Além disso, o site também apresenta diversas informações da Instituição com fácil acesso.

- Memorial Museu Indígena Kanindé de Aratuba (CE):

<https://mkindio.blogspot.com/>

A formação do acervo iniciou na década de 1990, concomitantemente ao processo de afirmação étnica dos Kanindé em 1995. Trata-se de um espaço de memória que retrata a história deste povo indígena, por meio de seus bens culturais e da memória local. Em seu acervo traz bens representativos do modo de vida do povo Kanindé, de como classificam aquilo que de fato é importante para a sua vivência em comunidade e enquanto coletividade. Em 2017, o Museu organizou o IV Encontro de Formação de Gestores de Museus Indígenas no Ceará, “Poder da Memória, os Museus Indígenas em torno da Museologia Social”.

- Museu Kapinawa (PE):

<https://beirasdagua.org.br/item/museu-kapinawa/> (vídeo de divulgação da criação do Museu, não foi encontrado um site específico da Instituição).

Inaugurado em 2015, fica localizado no Espaço Sagrado Anjucá, no território indígena Kapinawá, em Buíque, no Agreste de Pernambuco. É um Museu idealizado por este povo, dedicado a contar sua história, dentro de seu território, com monitores indígenas. No acervo do Museu, há bens de antepassados, fotografias e recortes de jornal. Desejam que o Museu seja ponto de partida para muitas pesquisas sobre o povo Kapinawá, que se espalha por três municípios do Agreste de Pernambuco: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, na região do Vale do Catimbau.

- Museu Paiter A Soe - Aldeia Gapgir (RO):

<https://www.instagram.com/museupaiterasoe/>

Nasce da necessidade de se ter um espaço na própria aldeia para desenvolver atividades da cultura Paiter Surui e para receber visitantes. Fundado pelo professor e cientista social Luiz Weymilawa Surui, representante deste povo, o Museu tem o objetivo de ser um espaço de memória para mostrar aos alunos, da Escola Indígena José do Carmo Santana, como viviam antes do final da década de 1960, data do primeiro contato com os não-indígenas. Assim, surgiu em 2016 o Museu Paiter A Soe (ou “Museu das Coisas dos Paiter” em português). Na construção de palha de babaçu, erguida pelos jovens da comunidade, estão reunidos artefatos. Tudo para valorizar a cultura do grupo e resgatar as práticas que se perderam ao longo do tempo, principalmente a partir do primeiro contato.

Outras instituições:

- Blackfeet Heritage Center:

Pertencente e operado pela Siyeh Corporation da Blackfeet Nation, oferece exposições e uma variedade completa de mídias artísticas à venda, incluindo pinturas, esculturas, bordados com miçangas, cerâmica, tambores e literatura. A galeria apresenta o trabalho de mais de 500 artistas, de 16 grupos norte-americanos distintos. A “Nação” Blackfeet lutou para criar empresas

indígenas sustentáveis que pudessem produzir receitas e satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, em termos de empregos e serviços. Estabeleceu uma corporação de propriedade indígena, licenciada pelo governo federal, projetada para administrar negócios em nome do governo e proteger esses negócios de influências políticas inadequadas. Nomeada em homenagem a um grande guerreiro Blackfeet, conhecido por sua liderança destemida, a Siyeh Corporation hoje administra vários negócios, incluindo uma empresa de televisão a cabo, um centro histórico, uma galeria de arte e dois cassinos. A Corporação promove o crescimento econômico e a estabilidade, preservando os valores culturais e tradicionais dos Blackfeet. Siyeh aumenta as receitas da “Nação” Blackfeet e melhora o autogoverno dos Blackfeet.

- Indigenous Governance Database (Universidade do Arizona):

Lançado em setembro de 2012, o Banco de Dados de Governança Indígena (IGD) apresenta recursos educacionais e informativos on-line sobre autogoverno indígena e reforma de políticas. O IGD foi desenvolvido inicialmente pelo Instituto das Nações Nativas da Universidade do Arizona, com o apoio da Fundação Bush. Foi projetado tendo em mente os líderes das nações indígenas como principais tomadores de decisão, funcionários, cidadãos e acadêmicos.

- Indigenous Fellowship Programme:

É um Programa de treinamento das Nações Unidas para representantes indígenas, visando contribuir para o desenvolvimento da capacidade e dos conhecimentos especializados dos representantes indígenas no sistema das Nações Unidas e nos mecanismos que tratam dos direitos humanos, em geral, e das questões indígenas, em particular, visando que estejam em melhor posição para proteger e promover os direitos de seus povos a nível internacional. É um Programa que conseguiu manter a sua continuidade, desde 1997, com mais de 300 indígenas participantes.

Estabelecer conexões com outros museus e instituições cria possibilidades e auxilia ao Museu a refletir sobre sua atuação. Esta lista não visa ser um produto final, mas um ponto de partida para observar experiências potenciais. O Museu busca estabelecer uma colaboração mais estreita com os povos indígenas, criando

maneiras de expandir sua participação na instituição e incentivar ações que sejam integradas e multiplicadoras. É fundamental reforçar os laços, ao mesmo tempo em que se valorizam as experiências dos museus indígenas na gestão autônoma de seu patrimônio.



Programas



Programa Institucional

O Programa Institucional abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do Museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a Instituição e os diferentes agentes externos.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

O Museu, segundo o Decreto nº 11.226 de 07 de outubro de 2022³⁴, consta na estrutura organizacional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) como um órgão científico-cultural. O Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942, é o primeiro documento oficial a citar a manutenção de um museu no Rio de Janeiro. Por sua vez, as competências do Museu são definidas por meio do Art. 216 da Portaria Nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, sendo a primeira: “resguardar, sob os aspectos material e científico, as manifestações culturais representativas da história e as tradições das populações étnicas indígenas brasileiras”, além de “coordenar programas de estudos e pesquisas de campo nas áreas de Etnologia Indígena e Indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas”.

Na mesma Portaria são definidas também as unidades administrativas que exercem o papel de base organizacional do Museu, denominadas de Coordenação e Serviço³⁵. Sendo assim estruturadas:

³⁴ Art. 5º, do Decreto Nº 11.226, de 7 de outubro de 2022.

³⁵ Serviço é a menor unidade fracionada na estrutura administrativa da FUNAI.

- Serviço de Gabinete (SEGAB): apoio técnico à Direção e na organização dos serviços administrativos do Gabinete, assim como executar atividades de assessoria de Comunicação.
- Serviço de Atividades Culturais (SEAC): gestão das atividades voltadas para o público do Museu, desde o recebimento e acompanhamento de visitantes até a criação e execução de projetos educativos e eventos culturais.
- Coordenação de Administração (COAD): gestão administrativa e financeira, abrangendo desde a gestão de recursos até o cumprimento de obrigações trabalhistas. São vinculados a esta Coordenação:
 - Serviço de Contratos e Licitações (SECOL);
 - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF);
 - Serviço de Gestão da Renda Indígena e Recursos Próprios - (SEGER);
 - Serviço de Logística (SELOG).
- Coordenação de Divulgação Científica (CODIC): coordenação de atividades de pesquisa, produção de conhecimento e divulgação sobre os povos indígenas, além do acompanhamento de políticas públicas relacionadas. Vinculado a esta Coordenação encontra-se o:
 - Serviço de Estudos e Pesquisas (SEESP).
- Coordenação de Patrimônio Cultural (COPAC): gestão e divulgação do acervo do Museu, desde a preservação e organização dos materiais até o apoio ao desenvolvimento de programas educativos e a proteção dos direitos autorais. Vincula-se a esta Coordenação o:
 - Serviço do Patrimônio Cultural e Arquitetônico (SEPACA);
 - Serviço de Referências Documentais (SERED).
- Coordenação Técnico-Científica (COTEC): coordenação e desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio cultural indígena, além da gestão de equipes e projetos. Vinculado a esta Coordenação estão as duas Unidades Desconcentradas do Museu:
 - Centro Audiovisual (CAud);
 - Centro Cultural Ikuiapá (CCI).

O Centro Audiovisual (CAud), localizado na região central de Goiânia, é direcionado à formação audiovisual indígena e oferece à comunidade uma série de atividades artístico-culturais, como exposições de arte indígena, exibição de filmes, workshops³⁶ de fotografia e pintura, lançamentos de livros, entre outras. Estes eventos têm o objetivo de mostrar o Centro Cultural também como pólo irradiador da cultura indígena.

Por sua vez, o Centro Cultural de Ikuiapá (CCI), localizado no coração do centro histórico de Cuiabá, passou a ser administrado pelo Museu no ano de 2013. Anteriormente, era administrado pela Coordenação Regional de Cuiabá e seu atendimento direcionado, em sua maioria, para indígenas e turistas em busca de artesanato para compra na Loja Artíndia local. Entretanto, esta unidade se encontra fechada para atividades presenciais ao público desde 2011/2012, por determinação do Ministério Público Federal, que determinou a suspensão de acesso ao público por considerarem que a edificação não atende aos dispositivos legais de acessibilidade física. É um dos principais espaços dedicados à promoção e à salvaguarda³⁷ do patrimônio cultural indígena. Com uma reserva técnica na ordem de 2.000 objetos, um Setor de Documentação, uma sala de leitura com livros na temática e uma Galeria de Arte, este espaço é uma referência aos indígenas e à população local interessada na cultura indígena.

As unidades desconcentradas CCI e CAud possuem um Chefe de Serviço cada, que responde à Coordenação Técnico-Científica (COTEC), vinculada à Direção do Museu. Entretanto, a gestão das Unidades Desconcentradas mostra-se como um grande desafio, devido à distância física.

No ano de 2022, com a reestruturação da FUNAI, foram extintos os núcleos que compunham a estrutura do Museu. Essa extinção debilitou o funcionamento estrutural do Museu e causou problemas administrativos como a necessidade de realocamento de pessoal. As funções dos núcleos foram absorvidas pelos serviços, a exemplo da Biblioteca Marechal Rondon, antes um núcleo que possuía chefia e servidores setorizados e teve que ser absorvida pelo Arquivo, perdendo protagonismo. O mesmo ocorreu com o Laboratório de Conservação.

³⁶ “seminário ou curso intensivo de curta duração, em que são demonstradas e aplicadas técnicas, habilidades, saberes ou artes.” (OXFORD LANGUAGES, s.d.)

³⁷ “medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos, tais como: sociais, antropológicos, museais, culturais, turísticos e ambientais.” (CULTURA PE, s.d.)

Hoje, como cargos e funções de confiança, o Museu possui um diretor, quatro coordenadores e onze chefes de serviços, dos quais duas são referentes às chefias das unidades desconcentradas de Cuiabá e Goiânia.

Seus principais instrumentos de planejamento são o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, cujas entregas são pactuadas desde 2023 junto ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o que está em vigor pactuado junto à FUNAI para o quadriênio 2024-2027, a nível estratégico. O Plano Anual de Ação (PAA) é o instrumento de planejamento da FUNAI a nível tático. Outros instrumentos de planejamento junto à FUNAI são o Plano de Contratações Anual (PCA) e o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

Também em conformidade com a FUNAI, a Instituição possui um modelo de gestão colegiada com reuniões de coordenação semanais. Presididas pela diretoria, essas reuniões servem como fórum para discussão de assuntos estratégicos. Participam dessas reuniões os Coordenadores das COAD, CODIC, COPAC e COTEC e os chefes do SEGAB e SEAC, funções de confiança exclusivas para servidores efetivos indicadas pela Direção do Museu. Já a Direção do Museu é cargo de confiança da FUNAI junto ao MPI.

O estabelecimento do uso do orçamento administrativo do Museu é de competência da FUNAI. Quaisquer ajustes ou alterações nesse orçamento dependem da prévia aprovação da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, uma unidade organizacional da FUNAI.

Já o uso do orçamento finalístico é definido internamente no âmbito do Museu, mediante decisão conjunta da Direção e das Coordenações. As alterações neste orçamento são de responsabilidade do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, uma unidade interna do Museu, não necessitando de aprovações externas à Instituição.

A partir da criação do Ministério dos Povos Indígenas e de sua vinculação ao mesmo, a FUNAI iniciou um movimento de reestruturação, que culminou na criação de um Grupo de Trabalho (GT), instituído por meio da Portaria nº 886/FUNAI, de 16 de fevereiro de 2024. O GT contou com representantes da presidência, das diretorias, das unidades administrativas regionais e de representantes de instituições representativas do movimento indígena e dos servidores da FUNAI. O GT produziu um Relatório Final com o compilado de contribuições. No que tange ao Museu, o documento prevê que o mesmo passe a atuar com status de Diretoria e a

conduzir a política cultural³⁸ do órgão de forma compartilhada com a sede central. Isso garante a sua participação na Diretoria Colegiada (Dircol), órgão colegiado responsável por dirigir a FUNAI, com poder de voto e decisão.

As unidades desconcentradas deixariam de ser apenas um serviço e seriam transformadas em uma coordenação cada, dentro da estrutura organizacional do Museu. Também foi recomendada a mudança de nome do atual Museu do Índio para “Museu Nacional dos Povos Indígenas”³⁹, em consonância com a mudança ocorrida no nome da própria FUNAI.

Os principais documentos que norteiam, regulamentam e definem as funções e serviços do Museu são:

Decreto N° 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Estatuto da FUNAI que define o Museu como órgão científico-cultural;

Portaria N° 666/PRES, de 17 de julho de 2017 - Regimento interno da FUNAI que define as competências, atribuições e serviços do Museu, assim como o quadro de cargos e função de confiança;

Relatório Final do GT de Reestruturação da FUNAI - Apresenta as conclusões e propostas do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria n° 886/FUNAI, de 16 de fevereiro do corrente ano de 2024, e suas alterações efetuadas por meio de outras portarias subsequentes.

Eixos de atuação

A. Preservar as memórias dos povos indígenas brasileiros.

O Museu possui uma estrutura de processos e procedimentos, baseada em normas nacionais e internacionais, visando a preservação de seus acervos, abrangendo as áreas de museologia, arquivologia e biblioteconomia. Apesar dos avanços, o Museu ainda enfrenta desafios como a necessidade de fortalecer a gestão integrada de seus acervos e de desenvolver políticas institucionais. Os esforços realizados são no sentido de firmar seu compromisso com o protagonismo

³⁸ “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários, com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e promover a transformação social, considerando também os processos transnacionais.” (CANEDO, 2009)

³⁹ Denominação aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e pelo Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus do Instituto Brasileiros de Museus (Ibram), em novembro de 2024.

indígena na valorização de seu patrimônio cultural e com a construção de um espaço mais democrático e participativo.

B. Coordenar programas de estudos e pesquisas.

As ações de coordenação e/ou de apoio à pesquisa buscam a valorização e preservação da diversidade cultural brasileira, colocando o Museu como um importante agente na promoção da cultura indígena e na formação de pesquisadores. Oferece apoio financeiro a projetos culturais desenvolvidos pelos povos indígenas, incentivando a produção de materiais audiovisuais, oficinas e outros recursos educativos. Os projetos buscam disponibilizar os resultados das pesquisas por meio de plataformas digitais e outras ferramentas de comunicação.

C. Divulgar estudos e investigações sobre os povos indígenas.

O Museu tem buscado investir em comunicação institucional para fortalecer sua imagem, ampliar seu alcance e aumentar o engajamento com o público. Além da comunicação institucional, o Museu também possui ações de exposição fora da sede em instituições parceiras, assim como na unidade desconcentrada Centro Audiovisual (CAud). O Museu atua também na organização de seminários, palestras, mesas-redondas e exposições para promover o debate e a troca de conhecimentos. Estabelece parcerias com outras instituições para ampliar o alcance de suas ações. Produz materiais educativos, como kits pedagógicos, e oferece visitas guiadas para escolas, com o objetivo de promover a reflexão sobre a diversidade cultural. Além disso, tem buscado ampliar sua atuação na promoção da cultura indígena, oferecendo atividades educativas e culturais para diferentes públicos e que sejam construídas em conjunto com estes povos.

Matriz FOFA do Programa Institucional

FATORES POSITIVOS

Forças

- Atuação na preservação de bens culturais associados às memórias indígenas;
- Atuação na divulgação das culturas indígenas;
- Desenvolvimento de ações educativas;
- Inauguração de Unidade Desconcentrada Caud, em 2024;
- Realização de pesquisas pelo e com o apoio do Museu;
- Orçamento finalístico anual.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Mudança do nome institucional ainda não ser oficializado;
- Comunicação institucional;
- Ausência de gestão integrada dos seus acervos;
- Documentação institucional corrente e intermediária não organizada;
- Sobrecarga de atividade dos servidores com atividade meio limitando a realização de atividades finalísticas;
- O Museu não é uma diretoria dentro do organograma da FUNAI (não participa da diretoria colegiada da FUNAI);
- Unidade Desconcentrada CCI completamente fechada ao público;
- Sede apenas com espaço do jardim aberto ao público.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

Oportunidades

- Parcerias com outras instituições;
- Parceria com os povos indígenas.

Ameaças

- Mudanças no cenário político, implicando em alterações na estrutura organizacional e na projeção de recursos do Museu;
- Mudanças climáticas, no sentido de afetar os acervos custodiados pelo Museu e também os geridos nos territórios.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como efetivar a participação indígena nos processos de gestão do Museu?
- Quais os meios de ampliar o quadro funcional da Instituição?
- Como melhorar o processo de gestão das informações?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Fortalecer a identidade e governança institucional como Museu Nacional dos Povos Indígenas, ampliando seu impacto sociocultural e econômico, por meio da implementação de ações estratégicas que garantam a organização interna, o desenvolvimento de seu quadro de pessoal, garantindo a participação indígena nos processos de gestão da Instituição.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Estruturar o modelo de Política de Governança Participativa institucional.
- Consolidar articulações com agentes e agências externas nacionais e internacionais.
- Criar estratégias de gestão do conhecimento técnico e científico do Museu para estruturação de uma política institucional e integrar os membros das equipes para que as informações e os conhecimentos individuais, especialmente o referente ao histórico/atuação/funcionamento sistêmico institucional e o cenário das políticas indigenistas, sejam apropriados pelo conjunto dos funcionários, estimulando processos colaborativos entre os mesmos.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Estruturar o modelo de Política de Governança Participativa institucional.	Atuar para que a denominação do Museu Nacional dos Povos Indígenas seja aprovado e implementado em todas as instâncias governamentais cabíveis.	Acompanhamento processual da tramitação da proposta de mudança de denominação do Museu	Denominação alterada de acordo com a demanda indígena	1 Decreto Presidencial aprovado e publicado com a alteração de denominação	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações
	Subsidiar tecnicamente o processo de criação e instituição do Conselho Consultivo do Museu para que este atue na elaboração de documentos de planejamento e	Representação indígena atuando no Conselho Consultivo do Museu	Conselho criado e instituído	1 Portaria da Funai aprovada e publicada, com ao menos uma representação indígena empossada por bioma	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações

	organização institucional, priorizando sempre que possível a pauta participativa e visando ampliar a participação do número de povos indígenas como partes interessadas.							
Consolidar articulações com agentes e agências externas nacionais e internacionais.	Criar grupo de trabalho para mapeamento e viabilização das articulações com base nos resultados das relações estabelecidas.	Grupo de Trabalho criado	Número de Grupo de Trabalho criado	1 Grupo de Trabalho criado	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações
Criar estratégias de gestão do conhecimento técnico e científico do Museu para estruturação de uma política institucional e integrar os membros das equipes para que	Realizar estudo avaliativo que subsidie a escolha do modelo e o desenvolvimento da Política de Governança Participativa Institucional.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações

informações e os conhecimentos individuais, especialmente o referente ao histórico /atuação/função sistêmico institucional e o cenário das políticas indigenistas, sejam apropriados pelo conjunto dos funcionários, estimulando processos colaborativos entre os mesmos.	Reunir as informações sobre a organização e as expertises/conhecimentos dos setores/coordenações do Museu, estabelecendo padrão de armazenamento e consulta de dados.	Estudo contendo mapeamento das expertises e conhecimento dos setores/coordenações	Número de estudo de mapeamento	1 estudo de mapeamento realizado	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações
	Oferecer acesso às informações sobre os conhecimentos institucionais a funcionários, colaboradores e públicos, especialmente aos novos membros da equipe do Museu e as instituições de cultura e museais geridos por indígenas, de modo a ajudá-los a resolverem seus desafios.	Reuniões de alinhamento entre os servidores e colaboradores	Número de reuniões	6 reuniões ao ano	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos os setores e coordenações

Solicitações das representações externas que se refere ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Alteração da denominação institucional para Museu Nacional dos Povos Indígenas.	Estruturar o modelo de Política de Governança Participativa institucional.	—
Maior participação indígena nos processos de gestão do Museu e dos bens patrimonializados pela Instituição.	Estruturar o modelo de Política de Governança Participativa institucional.	—
Atuação ativa e articulada junto aos museus indígenas e apoio para estruturação de espaços de memória e casas de conhecimento nos territórios.	Consolidar articulações com agentes e agências externas nacionais e internacionais para viabilizar este trabalho.	—



Programa de Advocacy

O Programa de *Advocacy*⁴⁰ possui como objetivo subsidiar a identificação, a concepção e a estruturação de projetos e ações institucionais que, fundamentados em conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, auxiliem na formulação de políticas públicas, na alocação de recursos públicos e na economia, no âmbito do Museu. Pretende criar um espaço de debates públicos, junto aos povos indígenas, ecoando suas demandas na construção de políticas que incidam sobre suas reais necessidades, promovendo a garantia de direitos e mudanças sociais.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição:

Advocacy ou Incidência Política é uma ferramenta de ação com a qual se pretende criar debates públicos para fortalecer a participação democrática da sociedade na formulação, implementação e aprimoramento de políticas públicas.

O exercício do *advocacy* envolve uma análise abrangente da conjuntura política, social e econômica, que pretende mobilizar a sociedade civil para levar suas demandas e propostas aos tomadores de decisão, para então, a partir desse

⁴⁰ “ferramenta de ação que, através da incidência política, busca influenciar a formulação, implementação e a criação de políticas públicas. É um instrumento que pode ser utilizado por indivíduos, organizações ou governos na defesa de seus interesses, influenciando o poder em questões que atinjam cidadãos, sobretudo os marginalizados e excluídos dos processos políticos.” (LIBARDONI, 2000)

conjunto de estratégias e ações sociais, assegurar que as políticas públicas incidam sobre as reais necessidades e interesses da sociedade.

Na atualidade, a importância do *advocacy* para as instituições culturais está na necessidade de construir pontes entre os diversos atores sociais, com o objetivo de fomento de redes de atuação que possibilitem a implementação de projetos, a construção de políticas públicas, a incidência a favor ou contra projetos de lei e a captação de recursos financeiros.

O Museu possui um histórico de atuação em diferentes programas, projetos e ações governamentais. Neste contexto, destacam-se:

- no que tange à demarcação de terras indígenas:

Contribuição aos processos de demarcação territorial por meio de seu quadro técnico, com destaque para as pesquisas nos acervos arquivísticos do Museu, mantidos em reservas técnicas na sede do Rio de Janeiro. Esses acervos contêm informações cruciais para o reconhecimento e delimitação de territórios indígenas. Contudo, o papel do Museu nessa área perdeu relevância ao longo do tempo, e as pesquisas no acervo já não ocorrem com a mesma frequência observada na década de 1970.

a esfera da geração de renda para os povos indígenas:

Destaca-se o Programa Artíndia, instituído nos primórdios da FUNAI, com o objetivo de promover a renda indígena a partir da venda de artesanatos. A Loja Artíndia era gerida diretamente pela FUNAI e contava com uma estrutura administrativa própria.

Anteriormente, uma pequena loja aberta no Museu, quando ainda ocupava o primeiro prédio no Maracanã, já comercializava as peças indígenas que seu acervo não podia conter e que eram trazidas por sertanistas e funcionários do SPI e pelos próprios indígenas. Mas, foi a partir da criação da FUNAI que este Programa consolidou-se.

O Programa efetuava-se pela compra direta de artesanato dos povos indígenas e revenda em espaço de comercialização nos principais centros urbanos, incluindo três lojas localizadas nos aeroportos de Brasília, Rio de Janeiro e Recife. Os

resultados operacionais das lojas eram revertidos a um fundo⁴¹ específico do Programa Artíndia, vinculado à Renda do Patrimônio Indígena (RPI).

Ainda que baseado em premissas ultrapassadas, o Programa Artíndia foi uma política pública muito bem-sucedida na época, alcançando, em 1982⁴², 12 lojas - Manaus, Belém, Cuiabá, São Luís, Boa Vista, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro (duas) e Brasília (também duas).

Em dezembro de 2009, com o decreto de reestruturação da FUNAI, a gestão das lojas foi transferida para o Museu, ficando sob a responsabilidade direta do Serviço de Gestão da Renda Indígena e Recursos Próprios - SEGER. A partir de 2010, devido às dificuldades legais e operacionais, apenas a loja localizada no Museu continuou funcionando, enquanto as demais foram extintas. Atualmente, a loja Artíndia encontra-se fechada e em processo de reestruturação, atendendo aos mais recentes dispositivos legais e às demandas de lideranças e artesãos/artistas indígenas para o seu retorno efetivo.

Entre as Medidas Institucionais e Normativas previstas no Plano Plurianual - PPA, consta a de elaborar e implementar políticas de comercialização de expressões culturais tradicionais e contemporâneas e criar e estruturar um equipamento sócio-administrativo de comercialização (loja). A reabertura da loja está sendo reformulada no campo da Economia da Cultura, por meio de parceria estratégica no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), garantindo a participação direta dos indígenas e atendendo às exigências legais vigentes.

- na construção de políticas públicas:

O Museu também desempenha papel estratégico na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da cultura indígena, afirmando a presença da FUNAI na cidade do Rio de Janeiro, dado que outras instâncias deste órgão público não estão presentes na cidade, vitrine cultural do país.

Sua atuação no campo das políticas culturais é diversificada, abrangendo diferentes iniciativas. Para viabilizar seus programas, o Museu conta com uma ação orçamentária específica. Durante a década de 2010, os recursos da ação foram

⁴¹ “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo(1)”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística, s.d.)

⁴² <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0DD00137.pdf>

direcionados, em sua maior parte, para a "Chamada de Projetos Culturais", publicada anualmente. A Chamada visava a seleção de projetos de livre iniciativa das comunidades indígenas, os quais eram executados por meio das unidades desconcentradas da FUNAI, atualmente organizadas em uma rede de 39 (trinta e nove) Coordenações Regionais distribuídas pelo Brasil.

Outra contribuição significativa do Museu para a promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas foi sua atuação na área editorial. Por meio do incentivo à publicação de livros produzidos no contexto de suas pesquisas e parcerias institucionais, o Museu consolidou uma expertise e reuniu uma coleção expressiva de obras sobre temas relacionados à cultura material e imaterial.

O Museu, por sua natureza, é responsável exclusivamente pela formulação e implementação de políticas culturais no âmbito da FUNAI. No entanto, ao ser procurada por indígenas, desempenha um papel de apoio e orientação, atuando no encaminhamento adequado de demandas, direcionando os solicitantes aos setores competentes da FUNAI; participa em arrecadação de alimentos realizada por coletivos; e atua na instrução sobre efetivação de matrículas em universidades públicas aos cotistas aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Assim, caracteriza-se como um pólo de interação entre os povos indígenas e a burocracia brasileira, auxiliando aqueles que lhe demandam em diversas tarefas.

Mais recentemente, sob a primeira gestão indígena, o Museu introduziu novas pautas que haviam sido pouco exploradas em anos anteriores, como a realização do seminário internacional sobre propriedade intelectual e direitos indígenas, intitulado "Povos Indígenas e Diversidade Cultural: Saberes, Fazeres e Biodiversidade. Como Proteger Para o Futuro?". Além disso, o Museu desempenhou um papel de destaque na aprovação do Tratado de Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), ambos realizados no ano de 2024.

O Museu enfrenta, atualmente, uma limitação significativa em sua capacidade de ampliar sua atuação nas políticas de proteção e gestão do patrimônio cultural dos povos indígenas. A quantidade insuficiente de pessoas constitui um dos principais entraves para a institucionalização e o desenvolvimento de áreas estratégicas, como *Advocacy* e captação de recursos para museus indígenas e outras iniciativas culturais destes povos para efetivação de direitos.

A cultura no cenário brasileiro é entendida como um dos direitos fundamentais e atualmente transversal dentro das políticas públicas às políticas de educação, saúde, direito à terra, dentre outros. Sendo assim, o despertar do acervo do Museu, enquanto patrimônios culturais, está no olhar para o passado para se pensar a existência no presente, na contemporaneidade. O Museu, nesse contexto, pode ampliar sua atuação com novas estratégias que abrem portas para a construção de políticas públicas mais eficazes, no auxílio a demandas diversas, em parceria com outros órgãos públicos e privados e as associações indígenas que atuam no campo da memória e do patrimônio cultural.

É fundamental que o Museu se posicione como um pólo criativo e de produção de uma política decolonial, buscando implementar um modelo de governança que promova a participação ativa dos povos indígenas. Além disso, como parte de uma visão dinâmica da Instituição, a sua inserção em ações de luta dos povos indígenas, como o Acampamento Terra Livre (ATL), a Marcha das Mulheres Indígenas e o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), reforça o seu papel político na reconstrução do espaço como um elo de fortalecimento das redes indígenas. A área de *Advocacy*, portanto, proporciona a consolidação do papel político do Museu.

Eixos de atuação

A. Participação na elaboração de políticas públicas para os povos indígenas

A participação junto aos povos indígenas na construção de políticas públicas relacionadas aos direitos indígenas é fundamental para a consolidação do papel político da Instituição, sobretudo sua atuação no campo da Cultura em temas relacionados ao patrimônio cultural indígena.

B. Fomento de redes de atuação diversas

A criação e a articulação com redes de atuação dos povos indígenas é necessária para a construção de ações compartilhadas e fortalecimento da luta indígena por seus direitos.

C. Incidência em projetos de lei

A incidência em projetos de lei significa a consolidação da posição política ocupada pela Instituição na defesa dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal.

D. Captação de recursos financeiros para implementação de projetos e fomento interno e externo:

A captação de recursos financeiros e a diversificação de possíveis fontes dessa captação é fundamental para a ampliação das ações do Museu na execução de sua missão. Além disso, é uma importante ação para a implementação de projetos visando as demandas estabelecidas pelos povos indígenas, à medida que sua governança passa a incorporar o protagonismo indígena nos espaços de decisão e gestão.

Coordenação/Setor responsável

Atualmente, na estrutura organizacional do Museu, não existe um setor/serviço com atuação dedicada exclusivamente ao *Advocacy*, como delineado neste programa. Entretanto, o Serviço de Gestão da Renda Indígena e de Recursos Próprios - SEGER, responsável pela administração da loja Artíndia, também tem, entre suas atribuições, a gestão dos recursos próprios do Museu.

Neste contexto, enquanto não for realizada uma reestruturação organizacional que permita a inclusão de uma abordagem moderna de *Advocacy*, recomenda-se que o SEGER alinhe suas atividades a estes princípios, sob a supervisão direta da Direção do Museu, garantindo a incorporação dessas práticas à gestão institucional e a transversalidade com outros setores, visto seu caráter estratégico nas ações e na vocação da Instituição.

Matriz FOFA do Programa de Advocacy

FATORES POSITIVOS

Forças

- Reconhecimento externo como referência de Museu na temática indígena que atua na incidência de políticas públicas;
- Histórico de uso de acervos em ações de interesse dos povos indígenas (Advocacy);
- Contato direto com lideranças indígenas por estar na estrutura da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas;
- Previsão legal da Loja Artíndia como ação de fomento a políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural indígena.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Ausência de um Plano de Advocacy e Incidência Política;
- Ausência, na estrutura do Museu, de uma unidade organizacional específica para elaboração e implementação de ações de Advocacy;
- Inexistência, na estrutura do Museu, de processos de capacitação técnica para funcionários em incidência política e Advocacy;
- Pouca articulação com parlamentares e outros órgãos federais, estaduais e municipais;
- Inexistência de política de memória institucional referente às articulações e ações que o Museu promoveu ao longo do tempo;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

FATORES INTERNOS

Oportunidades

- Demanda indígena para participação do Museu em articulação com movimento indígena, podendo se constituir como ponto de confluências de redes de museus indígenas e de apoio às demandas do movimento;
- Instrumentalização de retomada de pesquisa sobre os acervos para subsidiar processos de demarcação de terras indígenas, especialmente por instituições de formulação ou fomento de políticas indigenistas e pelos próprios povos indígenas;
- Conformação de cenários nacionais e internacionais abertos a receber proposições e incidências de mudanças e novas políticas públicas, permitindo o museu a ser uma agência deste processo;
- Estabelecimento de novas articulações com parlamentares e órgãos federais, estaduais e municipais;
- Articulação com órgãos internacionais.

Ameaças

- Conjuntura política que iniba possibilidades de debates sobre a diversidade cultural e apoio às minorias;
- Corte de verbas públicas;
- Risco de diminuição das atribuições do Museu na estrutura da FUNAI;
- Implantação do Plano inviabilizada por posturas políticas discordantes.

FATORES EXTERNOS

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como consolidar o papel político do Museu?
- Como promover relações institucionais com fins de parcerias e cooperações?
- Como ampliar e diversificar a captação de recursos financeiros?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Consolidar o Museu como um centro de referência, nacional e internacional, para a defesa dos direitos indígenas, com foco na formulação e implementação de políticas públicas para a proteção do patrimônio indígena, a valorização de saberes tradicionais, o fomento a ações no campo da cultura e a promoção do bem viver.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar Política de *Advocacy* e Incidência Política que institucionalize os princípios norteadores das ações do Museu;
- Articular atuação junto à redes indígenas;
- Fomentar política decolonial;
- Contribuir nos debates da FUNAI e Ministério dos Povos Indígenas sobre Patrimônio Arqueológico;
- Instrumentalizar o acervo em defesa dos direitos indígenas, sobretudo direitos territoriais indígenas;
- Estimular debates sobre propriedade intelectual, propriedade genética e segurança alimentar, voltados para os povos indígenas;
- Estimular debates sobre repatriação de acervos;
- Reestruturar o Programa ArtÍndia;
- Estruturar uma gestão participativa da instituição com os povos indígenas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados a meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar Política de Advocacy que institucionalize os princípios norteadores das ações do Museu.	Realização de estudo para subsidiar Política de Advocacy, considerando o direito de consulta e os marcos regulatórios, sobretudo OIT 169 e Artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988.	Estudo realizado	Número de estudo realizado	1 estudo realizado	Longo	Todos os Programas do Plano Museológico	Direção	Todas as coordenações e setores do Museu.
Articular atuação junto às redes indígenas.	Criar e implementar a Rede Nacional de Cooperação entre o Museu Nacional dos Povos Indígenas e os Museus Indígenas.	Ações de apoio a museus indígenas	Número de ações de apoio	1 ação ao ano	Médio	Gestão de Acervos Pesquisa Financiamento Institucional Educativo e Cultural Comunicação	Direção	SEGAB CODIC COPAC COTEC

	Atuar na Marcha das Mulheres Indígenas.	Participação	Número de participações	No mínimo 1 participação				
	Atuar no Acampamento Terra Livre (ATL).	Participação	Número de participações	No mínimo 1 participação				
	Integrar a Rede Indígena de Memória e Museologia Social.	Participação	Número de participações	No mínimo 1 participação				
	Atuar no Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI).	Participação	Número de participações	No mínimo 1 participação				
Fomentar política decolonial.	Promover debates em temas como colonização e racismo, clima, decolonialidade e diversidade dos povos indígenas com funcionários, representantes	Eventos que promovam estes debates	Número de eventos realizados	1 evento por ano	Curto	Advocacy Gestão de Pessoas Educativo e Cultural Institucional Exposição	Direção do Museu	Todas as coordenações e setores do Museu

	indígenas e público externo.							
Contribuir nos debates da FUNAI sobre Patrimônio Arqueológico.	Compor grupos de trabalho/equipe para discussão sobre artefatos e sítios arqueológicos em territórios indígenas.	Criação de GT	Número de GT	1 GT formado	Longo	Advocacy Pesquisa Institucional	Direção do Museu	COPAC CODIC
Instrumentalizar o acervo em defesa dos direitos indígenas, sobretudo direitos territoriais indígenas.	Garantir o acesso prioritário dos povos indígenas ao uso de acervos, a fim de oferecer parâmetros em processos de demarcação de terras indígenas, bem como a efetivação de outros direitos.	Proposição de normativo junto à FUNAI para apoio aos processos de demarcação	Número de normativos propostos	Minuta de normativo junto à FUNAI	Médio	Advocacy Gestão de Acervos Institucional Acessibilidade	Direção do Museu	COPAC CODIC COTEC
Estimular debates sobre propriedade intelectual,	Desenvolver estudos, pesquisas e políticas públicas	Oficinas de capacitação	Número de oficinas realizadas	1 oficina ao ano	Curto	Advocacy Pesquisa Institucional Acessibilidade	Direção do Museu	CODIC SEAC

propriedade genética e segurança alimentar, voltados para os povos indígenas.	sobre a questão da propriedade intelectual, genética e segurança alimentar com protagonismo dos povos indígenas.							
Estimular debates sobre repatriação de acervos.	Desenvolver estudos, pesquisas e políticas públicas sobre a questão da repatriação de acervos com protagonismo dos povos indígenas.	Oficinas de capacitação	Número de oficinas realizadas	1 oficina realizada	Médio	Advocacy Gestão de Acervos Pesquisa Institucional Acessibilidade	Direção do Museu	CODIC COPAC SEAC
Reestruturar o Programa Artíndia.	Formalizar as bases estruturais para a reestruturação do Programa Artíndia.	Realização de estudo para alinhamento do Programa Artíndia aos princípios de Advocacy, considerando os conceitos de sociobiodiversidade e bioeconomia, bem como as possibilidades de apoio ao microempren	Número de estudo realizado	1 Estudo realizado e aprovado pela Direção	Longo	Advocacy Institucional Financiamento Sustentabilidade Arquitetônico	Direção do Museu	SEGER SEAC

		dedor individual indígena						
	Realizar oficinas e cursos sobre arte indígena e Economia da Cultura.	Realização de oficinas	Número de oficinas	1 oficina ao ano				
Estruturar uma gestão participativa da Instituição com os povos indígenas.	Criar instância de participação, como um Comitê de Avaliação e Monitoramento do processo de implementação do primeiro Plano Museológico institucional (2025-2029), composto por representantes indígenas, do entorno e de instâncias de formulação de políticas culturais.	Criação de Comitê de Avaliação e Monitoramento do Plano Museológico	Número de Comitê	1 Comitê de Avaliação e Monitoramento do Plano Museológico criado	Curto	Advocacy Institucional	Direção do Museu	COAD CODIC COPAC COTEC

Solicitações das representações externas que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Criar um Conselho Deliberativo composto por representantes indígenas e representantes de instituições de ensino superior, IBRAM, IPHAN e outros.	Estruturar uma gestão participativa da instituição com os povos indígenas.	—
Estruturar um Comitê de Avaliação e Monitoramento das atividades do Museu durante a vigência do Plano Museológico, composto por representantes indígenas.	Estruturar uma gestão participativa da instituição com os povos indígenas.	—
Atuar de forma não tutelar.	Fomentar política antirracista e anticolonial.	—
Criar Setor de Arqueologia.	Contribuir nos debates da FUNAI sobre Patrimônio Arqueológico junto aos órgãos competentes.	Necessidade de reestruturação via decreto
Reabrir a Loja ArtÍndia do Museu.	Reestruturar o Programa ArtÍndia.	—
Prover a participação do Museu em grupos de trabalho sobre demarcação de terras indígenas.	Instrumentalizar o acervo em defesa dos direitos indígenas, sobretudo direitos territoriais indígenas.	—
Elaborar políticas públicas para propriedade intelectual, propriedade genética e segurança alimentar dos povos indígenas.	Estimular debates sobre propriedade intelectual, propriedade genética e segurança alimentar, voltados para os povos indígenas.	—
Estimular a Co-gestão do Museu pelos povos indígenas.	Estruturar uma gestão participativa da Instituição com os povos indígenas.	—

Estruturar uma política antirracista e anticolonial, abordando tutela, colonialismo e racismo em relação aos povos indígenas.	Fomentar política antirracista e anticolonial.	—
Prover a atuação do Museu junto aos Coletivos Indígenas em contexto urbano e aldeados.	Articular atuação junto às redes indígenas.	—
Enviar representante do Museu para movimentos como Acampamento Terra Livre e Marcha das Mulheres Indígenas.	Articular atuação junto às redes indígenas.	—
Estimular a troca entre o Museu e os museus dos territórios.	Articular atuação junto às redes indígenas.	—
Criar a Rede Nacional de Cooperação do Museu Nacional dos Povos Indígenas, com museus das comunidades indígenas e a rede de museologia social indígena.	Articular atuação junto às redes indígenas.	—
Criar um na estrutura do Museu um setor ou assessoria sobre propriedade intelectual, propriedade genética e segurança alimentar.	Estimular debates sobre propriedade intelectual, propriedade genética e segurança alimentar, voltados para os povos indígenas.	—
Desenvolver políticas para repatriação de acervos indígenas.	Estimular debates sobre repatriação de acervos.	—
Organizar expedições formadas por equipes interdisciplinares aos territórios e visitas de diferentes povos à Instituição com o objetivo de aproximação recíproca.	Articular atuação junto às redes indígenas.	—



Programa de Financiamento e Fomento

O Programa de Financiamento e Fomento possui como objetivo subsidiar a identificação de estratégias de previsão orçamentária, captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos para implementação das ações apontadas nos demais programas do Plano Museológico, especialmente as demandas de fomento a iniciativas culturais e a museus indígenas.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

Este Museu, subordinado à FUNAI e, conseqüentemente, ao Ministério dos Povos Indígenas, possui autonomia para gestão dos recursos financeiros que lhe são destinados. Tais recursos, de origem federal, são repassados mensalmente e suas aplicações podem ser acompanhadas detalhadamente por meio do Portal da Transparência⁴³.

O financiamento⁴⁴ do Museu ao longo dos anos ocorreu de diversas formas, sendo a principal por verba pública descentralizada da FUNAI. Em 1994 foi iniciada a Sociedade de Amigos do Museu do Índio (SAMI). Esta era uma entidade sem fins lucrativos, com objetivo de manter uma articulação entre o Museu e a sociedade civil. Entre os anos de 2010 e 2018, firmou pelo menos 4 convênios junto ao IPHAN e à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/MINC, somando um quantitativo de R\$ 927.339,00 em projetos. Atualmente, a SAMI encontra-se inativa e a Instituição

⁴³ Na parte de Despesas públicas, digitar, no filtro "órgão", o nome do "Museu do Índio - Rio de Janeiro" ou, ainda, o código 194022.

⁴⁴ "ação ou efeito de financiar, de fornecer o dinheiro necessário para a realização de alguma atividade ou projeto." (DICIO, s.d.)

não possui uma fundação para auxiliar o Museu na captação e execução de recursos e de projetos.

A Instituição possui uma longa trajetória de ações voltadas para o fomento a ações culturais dos povos indígenas, destacando-se o Programa Artíndia, já tratado no Programa de Advocacy deste Plano Museológico. A Instituição também possui no histórico institucional a realização de editais voltados para o público indígena, com a realização de projetos em conjunto com as Coordenações Regionais (CR's) da FUNAI.

Eixos de atuação

Financiamento Público

Atualmente o Museu não possui aportes financeiros provenientes de instâncias governamentais como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Petrobrás, bancos estaduais ou agências de fomento, entre outras. Entretanto, existe o interesse do Museu em adotar esta estratégia de financiamento para executar suas atividades com excelência.

Financiamento Privado

Da mesma forma, o Museu não possui financiamento oriundo de pessoas físicas e jurídicas de natureza privada. Esta modalidade de financiamento pode efetuar-se por 3 (três) categorias principais de financiadores: bancos comerciais, empresas de crédito e fundos privados.

A. Formas de financiamento do Museu

A principal forma de financiamento do Museu é por meio de verba pública do Governo Federal (Lei Orçamentária Anual - LOA), que anualmente é direcionada ao Museu. Esse orçamento é dividido em administrativo, com um montante anual aproximado de R\$ 2.500.000,00, e o orçamento destinado ao setor finalístico do Museu, com um montante anual aproximado de R\$ 7.000.000,00. A instituição não faz arrecadação própria (ingressos, cessão de espaço, loja etc).

O Museu estuda a possibilidade de arrecadação por meio de emendas parlamentares. Inclusive, a equipe da Instituição aguarda a liberação de duas

emendas que foram destinadas ao Museu, para o ano de 2024, contudo encontram-se bloqueadas⁴⁵. Entretanto, a Instituição não tem expertise na execução de recursos provenientes de emendas parlamentares.

B. Gastos

Neste ponto é importante destacar que a verba arrecadada pela Instituição é para o funcionamento das três unidades que o Museu possui (RJ, GO e MT), resultando no custeio dos diferentes tipos de gastos. Esses recursos são destinados à manutenção das atividades cotidianas da Instituição e ao pagamento dos terceirizados, não abrangendo, no entanto, a folha de pagamento dos servidores, que é paga diretamente pela FUNAI. A Instituição, no ano de 2022, gastou 97% da verba destinada a ele e, em 2023, gastou 98%.

A partir dos relatórios de atividades do período de 2021-2023, notou-se que este tópico pode ser dividido em duas categorias: gastos correntes e os gastos eventuais. O primeiro se destina para suprir, principalmente, os custos de serviços de data center⁴⁶. Além disso, há gastos com contratação de terceirizados, energia, água, luz, serviços gráficos de editoração e impressão (neste caso, o Museu possui ações para a publicação de livros, cartilhas, folhetos e etc.). O segundo se encontra a partir dos eventuais gastos que o Museu possui, a exemplo de compras de materiais para o tratamento do acervo, manutenções esporádicas de ar-condicionado, serviço de poda dos jardins, apoio administrativo e manutenção dos equipamentos, entre outros.

Abaixo encontram-se exemplos de valores destinados aos gastos do Museu:

Gastos Correntes			
Unidade	Serviço	Valor mensal 2024 (média)	Valor anual (estimativa)

⁴⁵ Bloqueio pelo Supremo Tribunal Federal das emendas impositivas até que o Congresso Nacional adote medidas de mais transparência. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-emendas-impositivas-ate-que-congresso-crie-regras-de-transparencia/>>. Acesso em 30 de out. de 2024.

⁴⁶ “é uma modalidade de serviço de valor agregado que oferece recursos de processamento e armazenamento de dados em larga escala para que organizações de qualquer porte e mesmo profissionais liberais possam ter ao seu alcance uma estrutura de grande capacidade e flexibilidade, alta segurança, e igualmente capacitada do ponto de vista de hardware e software para processar e armazenar informações.” (PROJETO DE REDES, s.d.)

Sede - Rio de Janeiro	Segurança Patrimonial	R\$ 47.000,00	R\$ 564.000,00
Sede - Rio de Janeiro	Serviço de energia elétrica	R\$ 27.000,00	R\$ 324.000,00
Sede - Rio de Janeiro	Serviço especializado de limpeza - Kantro	R\$ 3.099,83	R\$ 37.197,96

Gastos Eventuais			
Unidade	Serviço	Data	Valor (anual)
Sede - Rio de Janeiro	Serviço de poda	21/08/2024	R\$ 19.800,00
Sede - Rio de Janeiro	Manutenção de ar-condicionado	22/01/2024	R\$ 1.164,42
Sede - Rio de Janeiro	Compra de equipamento	14/05/2024	R\$ 1.887,49
Sede - Rio de Janeiro	Manutenção de máquinas e equipamentos	29/02/2024	R\$ 1.916,33

Contrato de locação de infraestrutura física de serviços de *data center*

Empresa	Serviço	Período do contrato	Valor
	Hospedagem de equipamentos em regime de		

Equinix (03.672.254/0002-25)	<i>colocation</i> ⁴⁷ (fornecimento de licenças de <i>software</i> de visualizações de servidores; serviços de <i>backup</i> e fornecimento de cofre anti-incêndio)	16/11/2023 16/11/2024	a	R\$ 490.434,00
Equinix (03.672.254/0002-25)	Serviço de <i>moving</i> ⁴⁸ e instalação de <i>hardwares</i> ⁴⁹	16/11/2023 16/11/2024	a	R\$ 6.996,00
Equinix (03.672.254/0002-25)	Conexão dedicada à internet 1GB/s por fibra ótica voltada para o atendimento da sede do MI, do <i>data center</i> e conexão LAN entre os dois endereços (roteamento de endereços IP; tradução de domínios - DNS e acesso remoto - VPN)	16/11/2023 16/11/2024	a	R\$ 52.734,00
Total				R\$ 550.164,00

C. Investimentos

As principais áreas de investimento da Instituição, nos últimos três anos, focaram-se na adequação da infraestrutura do imóvel. Durante esse período, destacam-se as seguintes ações: o Projeto básico e executivo de reforma do prédio central do Museu (Casarão). O valor do projeto, segundo o cronograma físico-financeiro, está somando até o atual momento em R\$ 6.970.296,72, com o valor empenhado de R\$ 443.500,00 e valor liquidado de R\$ 88.700,00, no primeiro

⁴⁷ “é a disponibilização de infraestrutura para hospedar servidores de uma empresa em um Data Center alugado, envolvendo o ato de colocar máquinas em um centro de dados externo, em locação compartilhada.” (SERPRO, s.d.)

⁴⁸ “migração de Data Center, também conhecida como ‘moving de ativos’, que envolve o transporte planejado de equipamentos de TI para um novo centro de dados, com estratégias de segurança para manter a integridade das informações.” (ZEITTEC, s.d.)

⁴⁹ “todo componente físico, interno ou externo, de um computador ou celular, que determina as capacidades e modos de uso do dispositivo.” (TECNOBLOG, s.d.)

trimestre de 2023; o fornecimento e instalação do sistema de automação predial nas áreas de guarda e do Centro de Processamento de Dados do Museu, com valor empenhado de R\$ 342.308,52 e valor liquidado de R\$ 258.046,61; e a aquisição de desumidificadores e aparelhos de ar condicionado, também para as áreas de guarda e do Centro de Processamento de Dados do Museu, com valor empenhado e liquidado de R\$ 184.913,97. Todos os valores mencionados referem-se ao primeiro trimestre de 2023.

D. Ações voltadas ao fomento indígena

O Museu desenvolve um conjunto de ações destinadas a estimular e apoiar as manifestações culturais indígenas. Merece destaque a publicação de editais realizados a partir da execução de parte da verba do Projeto UNESCO⁵⁰, que visam à redistribuição de recursos financeiros para projetos apresentados por povos e pesquisadores indígenas. Muitos desses projetos são realizados em colaboração com as Coordenações Regionais da FUNAI, exigindo a apresentação de projetos conjuntos que demonstrem a parceria entre representantes indígenas e servidores. Além dessas iniciativas conjuntas, o Museu também oferece oportunidades de financiamento para projetos individuais apresentados por pesquisadores indígenas.

Uma iniciativa importante é o Prêmio Cunhambebe Tupinambá, edital que até o momento⁵¹ está na fase de seleção e divulgação de resultados, com pretensão de se efetivar até o final do ano de 2024. A premiação totaliza R\$ 540.000,00, que serão distribuídos em 18 prêmios, com três contemplados para cada um dos seis biomas brasileiros. Cada projeto selecionado receberá R\$ 30.000,00. O objetivo é incentivar práticas culturais que respeitem e mantenham a integridade dos modos de vida tradicionais dos povos indígenas, promovendo a preservação e transmissão de seus conhecimentos e práticas culturais.

Além disso, a Instituição pretende implementar, no Centro Audiovisual de Goiânia, um escritório de projetos para captação de recursos voltados para o audiovisual indígena.

⁵⁰ Importante esclarecer que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas descentraliza recursos para que a UNESCO possa desenvolver projetos para os povos indígenas, em consonância com a missão institucional da FUNAI.

⁵¹ Está sendo utilizado como referência o mês de novembro de 2024.

Coordenação/Setor Responsável

Atualmente, na estrutura organizacional do Museu, não existe um setor/serviço com atuação dedicada exclusivamente ao Financiamento e Fomento, como delineado neste programa.

A Coordenação de Administração (COAD) atua no planejamento, coordenação, controle, orientação e acompanhamento das atividades relativas à gestão de recursos orçamentários. Através do Serviço de contratos e licitações (SECOL) atua no planejamento e implementação dos processos licitatórios do Museu. A Coordenação Técnico-Científica (COTEC) e a Coordenação de Divulgação Científica (CODIC) atuam no planejamento, acompanhamento e avaliação da realização de ações voltadas ao fomento, entre outras atribuições.

Apesar da quantidade insuficiente de pessoas na instituição, é fundamental que haja ao menos um servidor focado na diversificação de fontes de financiamento do Museu, visando ampliar sua atuação nas políticas de proteção e gestão do patrimônio cultural dos povos indígenas, com destaque para o fomento de museus indígenas e outras iniciativas culturais destes povos para efetivação de direitos.

Matriz FOFA do Programa de Financiamento e Fomento

FATORES POSITIVOS

Forças

- Reconhecimento externo como referência de Museu na temática indígena;
- Profissionais capacitados no que tange a gestão de recursos financeiros.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Falta de estudos institucionais direcionados a captação de recursos;
- Falta de diversificação na origem dos recursos;
- Baixo valor arrecadado para as atividades cotidianas, considerando o alto custo de manutenção de um museu com tamanha quantidade de itens em seu acervo;
- Inexistência de convênio firmado com fundação de apoio ou associação de amigos, que instrumentalize o Museu a concorrer em editais de fomento;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

Oportunidades

- Financiamentos nacionais e internacionais que se destinam a pautas culturais que se relacionam às questões indígenas;
- Criação de uma instituição específica para viabilizar a captação de recursos financeiros destinados à manutenção financeira dos projetos, ações e administrativo do Museu.

Ameaças

- Corte orçamentário que a Instituição possa sofrer em função do teto de gastos públicos;
- Bloqueio de recursos captados por Emendas Parlamentares.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como diversificar e arrecadar maiores quantidades de recursos financeiros do que a Instituição recebe?
- Como ampliar as ações, diversificar os vencedores e garantir a sustentabilidade financeira dos editais de fomento à cultura que o Museu realiza aos povos indígenas?
- Como o Museu pode atuar em conjunto com os povos para a ocupação de espaços internos e externos da Instituição, buscando captar recursos para viabilizar essas ações?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Diversificar as formas de subsidiar e ampliar a quantidade de recursos obtidos para maior estabilidade financeira da Instituição, de forma a aumentar as atividades que fomentam e custear as necessidades institucionais do Museu.

Objetivo específico para financiamento

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todas as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.

Objetivo específico para fomento

(para os próximos 5 anos)

- Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados a meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento de Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades desconcentradas do Museu, analisando de forma crítica as possibilidades e estratégias para a sustentabilidade financeira do Museu e diversificação das fontes de recursos.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	COTEC

	Realizar estudo de viabilidade de captação de recursos por meio de Fundações de Apoio ou Associação de Amigos, considerando editais/chamadas disponíveis e outras formas de captação de recursos/bens/serviços e mapeando as atividades-centrais de interesse dos possíveis patrocinadores.	Estudo de viabilidade realizado	Número de estudo de viabilidade	Documento técnico com estudo de viabilidade	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	COTEC
Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	Editais de fomento a iniciativas culturais e museus indígenas.	Editais de fomento publicados	Número de editais publicados	Ao menos 1 edital por ano	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	CODIC Comunicação
	Ceder espaço físico para a realização de ações capitaneadas por representações indígenas.	Espaço cedido para evento e/ou atividade	Número de eventos e/ou atividades realizadas em espaço do Museu	Ao menos 1 evento e/ou atividade por ano	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	COTEC

Solicitações das representações externas que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Colaborar na criação e no fortalecimento de museus indígenas nos territórios.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	—
Estruturar unidades desconcentradas do museu nos seis biomas brasileiros.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Apoiar o fortalecimento da rede de museus indígenas.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	—
Estruturar programas de bolsas para estudantes e pesquisadores indígenas nos setores do Museu.	Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	—
Apoiar organizações de base comunitária de turismo étnico nos territórios como instrumento de reafirmação da identidade indígena e resistência.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de	—

	acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	
Captar recursos para reforma do Museu.	Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	—
Aprimorar a diversificação dos editais publicados.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	—
Garantir a sustentabilidade e a autonomia de projetos e de ações nos territórios.	Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	—
Captar recursos para a melhoria das condições de trabalho.	Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	—
Fortalecer a viabilidade de pesquisas científicas e ação de formação.	Elaborar Plano Integrado de Financiamento de Programas e Projetos Institucionais para sede e unidades do Museu, referente a todos as dimensões de atuação do museu e ao estabelecimento de processo contínuo de obtenção de recursos.	—

Promover auxílio em projetos e editais.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	—
Disponibilizar editais para inclusão digital dos povos indígenas nos territórios.	Apoiar iniciativas culturais e museais indígenas, auxiliando a acessibilidade a informações, visando construir Plano Integrado de Fomento e aprimorar critérios de seleção e de acessibilidade nas formas de inscrição dos editais de fomento.	—



Programa de Sustentabilidade

O Programa de Sustentabilidade visa subsidiar o delineamento de um conjunto de diretrizes e ações articuladas a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental, econômica, política, cultural e social, no âmbito do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

A temática sobre sustentabilidade em museus no Brasil é recente, ganhando ênfase a partir de 2011 (IBRAM, 2014). Compreendendo o papel fundamental dos povos indígenas para a preservação da biodiversidade global e na luta contra o aquecimento global, o Museu deve buscar integrar a salvaguarda do patrimônio cultural indígena às ações de preservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas, reconhecendo o protagonismo histórico dos povos indígenas na proteção de ecossistemas e na gestão de recursos naturais.

Atualmente, o Museu não possui uma política de gestão voltada especificamente para a área socioambiental implantada na sede, no Rio de Janeiro, ou nas duas unidades desconcentradas: o Centro Audiovisual, em Goiânia (GO), e o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá (MT). Na sede, de forma periférica, o tema é tratado pela Coordenação de Administração - COAD, junto às demandas de outros programas. Nas unidades desconcentradas, a sede deve propor e dar os instrumentos para realizar as políticas de sustentabilidade, conforme a competência regimental, com a implementação pelas gestões locais, em coordenação com a Coordenação Técnico-Científica - COTEC.

Desde 2022, a sede está voltada à tomada das medidas necessárias a sua reabertura ao público, em cumprimento ao laudo de inspeção predial produzido pela empresa PR1 ENGENHARIA LTDA ME, que elencou as prioridades de execução. Os pontos emergenciais referentes à instalação elétrica, ao escape e alarme de incêndio foram cumpridos⁵². No atual momento, está em processo de aprovação nas instâncias patrimoniais o projeto de restauração dos blocos H, E e G. A execução da obra pode impactar diretamente na implementação e na ampliação de ações de sustentabilidade social, econômica, ambiental, política e cultural.

No atual cenário, cabe ressaltar que a Sede do Museu realiza poucas ações voltadas para a sustentabilidade, como a coleta seletiva segundo a normativa europeia, a não utilização de papel para impressões, o uso de torneiras automáticas nos banheiros, vasos sanitários com descargas de duplo acionamento de água.

Em relação às unidades desconcentradas, o cenário se encontra em diferentes etapas. O Centro Audiovisual de Goiânia - CAUD, recentemente reformado, no que tange a sustentabilidade, apresenta lixeiras seguindo o padrão europeu, descargas com racionamento de água e torneiras automáticas. Por sua vez, o Centro Cultural de Ikuipá - CCI não tem ações como aquisição de lixeiras para coleta seletiva, lâmpadas com sensores e torneiras automáticas.

Eixos de atuação

A. Política de gestão

A Instituição atualmente não possui uma política de gestão voltada à sustentabilidade em nenhuma das unidades do Museu, realizando apenas medidas basilares como gestão hídrica, equipamento de coleta de lixo seletiva no modelo europeu e o uso de lâmpadas de LED. Sendo assim, necessita de uma macro estruturação de uma Política de Sustentabilidade, bem como a elaboração de plano de sustentabilidade para os seguintes eixos de atuação social, econômica, ambiental, política e cultural, que entre outros pontos abarque Eficiência Energética, Gestão Hídrica, Gestão de Resíduos, Biodiversidade e Áreas verdes através de mobilização de recursos humanos e financeiros, realização de obras, e de conscientização e treinamentos cíclicos sobre o tema.

⁵² Consta no mesmo laudo, indicação para adoção de reuso da água do ar condicionado e captação e armazenamento da água pluvial para lavagem e para rega de jardins, e outras medidas que venham a economizar energia.

B. Projetos

O Museu atualmente não possui projetos/parcerias para elaboração, implementação e difusão de práticas sustentáveis nas unidades e no entorno, bem como de socialização de práticas sustentáveis entre a Instituição e os territórios.

C. Sustentabilidade Ambiental

Há medidas isoladas na área da sustentabilidade ambiental⁵³. Na sede, sobre gestão hídrica, foram instaladas torneiras automáticas e alguns sanitários dispõem de descarga com dispositivo duplo para economia de água. Há uma obra hidrossanitária em curso, que planeja construção de nova cisterna para captação de água das chuvas para uso nos jardins; sobre eficiência energética, foram instaladas lâmpadas com sensores de presença; sobre gestão de resíduos e reciclagem de materiais, houve instalação de lixeiras para coleta seletiva no modelo europeu, mas aguarda a implantação das demais etapas do processo de tratamento de resíduos sólidos, a exemplo do Decreto nº 5.940/2006, que preconiza a destinação de resíduos sólidos para cooperativa, previamente selecionada por edital. No que tange ao Programa do Governo Federal de Papel Zero, a Instituição vem gerando documentos arquivísticos, em formato digital, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que favorece a não utilização do suporte papel e serviço de impressão.

Além disso, a unidade desconcentrada de Goiânia possui lixeiras para a coleta seletiva na normativa europeia. Contudo, não realiza o descarte dos resíduos corretamente. A unidade também realiza a documentação dos processos e atividades da unidade por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), favorecendo assim a não utilização do suporte papel e serviço de impressão.

A unidade de Ikuiapá não possui lixeiras para a coleta seletiva, ademais o CCI também utiliza, conforme as outras duas unidades, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O CCI não tem ações como aquisição de lixeiras para coleta seletiva, lâmpadas com sensores e torneiras automáticas.

De suma importância, uma gestão pautada em princípios éticos, através de escolhas bem feitas, planejamento cuidadoso e atenção ambiental podem garantir seu crescimento e mais importante; manter-se no tempo. Simples ações de gestão

⁵³ “capacidade do sistema de manter seu estado constante no tempo, incorporando a problemática da relação homem x natureza, associado ao uso de recursos renováveis.” (ROOS, BECKER, 2012)

que vão desde a escolha de matérias economicamente eficientes até a implantação de sistemas de monitoramento contra desperdícios podem ajudar também na sustentabilidade econômica do Museu.

D. Sustentabilidade Econômica⁵⁴

Atualmente, a gestão econômica do Museu ocorre de forma centralizada na sede, sem que as unidades desconcentradas tenham autonomia na administração dos recursos. Embora existam espaços de venda de arte indígena na própria sede e na unidade desconcentrada em Cuiabá, essas atividades encontram-se suspensas, em razão da necessidade de solução jurídica para a reabertura da Loja Artíndia. Assim, no momento, o Museu não desenvolve ações baseadas em um modelo de sustentabilidade econômica na gestão de seus recursos internos ou na captação de recursos externos.

Contudo, no PPA da FUNAI 2024-2027, a elaboração de uma política de comercialização de expressões culturais tradicionais e contemporâneas é prevista enquanto Medida Institucional. Nesse sentido, no âmbito do Programa de Sustentabilidade, prevê-se a adoção de práticas de economia criativa e solidária, de modo a valorizar a produção cultural indígena em bases justas e ambientalmente responsáveis. O objetivo é retomar e fortalecer iniciativas como a comercialização de artesanato e outros produtos culturais, além de estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor, fomentando projetos de pesquisa, capacitação e empreendedorismo voltados às comunidades indígenas. Dessa forma, busca-se promover o etnodesenvolvimento e geração de renda para os povos indígenas.

E. Sustentabilidade Social⁵⁵

O Museu possui um histórico de interação com o público interno, externo e parceiros estratégicos que trabalhavam pontos que, atualmente, podemos alinhar as perspectivas de princípios sustentáveis, como estratégia para a construção de uma sociedade consciente e responsável com o meio ambiente, com a diversidade, e em especial com os povos indígenas. Entretanto, no período em que o Museu esteve fechado ao público (julho de 2013 a janeiro de 2024), ocorreu uma lacuna destas interações. Atualmente, a Instituição busca retomar as interações,

⁵⁴ “conjunto de práticas que visam o desenvolvimento da economia de maneira equilibrada.” (MOTTA, DE OLIVEIRA, 2019)

⁵⁵ “padrão estável de crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e redução das diferenças sociais.” (SACHS, 1990)

fortalecendo a participação ampla de representações de povos indígenas. Este movimento de diálogo mais estreito tem como pauta não somente a sustentabilidade social, mas também, as dimensões econômica, cultural, ambiental e política.

F. Sustentabilidade Cultural⁵⁶

O histórico Institucional indica como missão e ponto central de suas ações a valorização dos conhecimentos tradicionais como elementos estruturantes de uma sociedade solidária, equitativa e diversa. Além disso, trabalha com a perspectiva da cultura como elemento dinâmico dos povos indígenas.

G. Sustentabilidade Política⁵⁷

A sustentabilidade política é uma perspectiva que se faz fundamental para a Instituição e os povos indígenas. Neste sentido, no âmbito deste Plano Museológico, foi formulado um programa específico para abordar o tema, o Programa de Advocacy. A construção participativa do plano museológico do Museu visa, além do atendimento às normas, o fomento à percepção de pertencimento dos povos indígenas e não indígenas ao Museu, da defesa dos temas que este traz à baila para discussão, além da disseminação dos saberes tradicionais indígenas dentro à sociedade. Esse movimento é fundamental para o fortalecimento da sustentabilidade política da instituição.

Coordenação/setor responsável

Atualmente as Coordenações de Administração (COAD) e de Patrimônio Cultural (COPAC) e o Serviço de Atividades Culturais (SEAC) realizam ações pautadas nos princípios de sustentabilidade. A COAD, no que tange a sustentabilidade ambiental (a exemplo da compra de itens) e econômica. A COPAC, no que se refere à sustentabilidade cultural e social (em especial, por meio dos processos de gestão e difusão do patrimônio cultural indígena). O SEAC, em relação à sustentabilidade social (em especial por meio das suas ações educativas e

⁵⁶ “refere-se a preservação e a promoção das expressões culturais de uma comunidade, garantido que as tradições, idiomas, artes e modos de vida sejam mantidos e valorizados ao longo do tempo. Este conceito é fundamental para a diversidade cultural, pois assegura que as identidades culturais não sejam apenas reconhecidas, mas também respeitadas e integradas nas práticas sociais e econômicas contemporâneas.” (Moreira e Borges Consultoria Genealógica, s.d.)

⁵⁷ “conjunto de princípios e práticas que asseguram a perenidade e o funcionamento adequado das instituições democráticas, promovendo participação social, respeito aos direitos humanos e construção de um futuro próspero para todos.” (123 Ecos redação, s.d.)

culturais). Quanto à sustentabilidade econômica, a administração pública atualmente tem seus novos contratos baseados na Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, em que os incisos II e III do artigo 11 estabelece que os processos licitatórios devem:

- Garantir tratamento isonômico entre os licitantes e uma competição justa;
- Evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis, sobrepreço ou superfaturamento.

A Lei nº 14.133 traz o desenvolvimento nacional sustentável como princípio norteador das contratações públicas. O PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU, dispôs que devem ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, sendo que a impossibilidade de adoção deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo. O parecer recomendou a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU⁵⁸.

58

<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis/licitacoes-sustentaveis>

Matriz FOFA do Programa de Sustentabilidade

FATORES POSITIVOS

Forças

- Histórico de ações que dialogam com os princípios de sustentabilidade social, cultural e política.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Ausência de equipe habilitada para trabalhar com sustentabilidade;
- Ações esporádicas dependentes de iniciativas individuais dos servidores;
- Carência de Política e Plano de Sustentabilidade;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas;
- Ausência de coleta seletiva.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

Oportunidades

- Parcerias com coletivos e experiências museais indígenas que atuem em práticas voltadas para a temática;
- Parcerias com outras instituições como Universidades, UNESCO e outros setores da FUNAI;
- Consultores indígenas para alinhar propostas de práticas sustentáveis que possibilite o compartilhamento de saberes;
- Possibilidade de implantação de outras unidades desconcentradas e expansão de áreas de influência.

Ameaças

- Eventuais mudanças no cenário político e econômico que sejam opostos aos objetivos do Museu.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como o Museu pode atuar ou auxiliar nas demandas voltadas à sustentabilidade?
- Como o Museu pode atuar como um catalisador para sustentabilidade e valorização das culturas indígenas, promovendo a dinamização dos setores cultural, técnico-científico e social, tanto em suas áreas de influência quanto nos territórios indígenas?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar Política e Plano de Sustentabilidade, integrando práticas sustentáveis nas ações institucionais, desde a gestão interna até a relação com os povos indígenas e as demais instâncias da sociedade.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu;
- Envidar esforços para que programas e projetos implantados pela Instituição, para disseminação da cultura indígena, articulem-se com os princípios de sustentabilidade - nos eixos social, econômico, ambiental, político e cultural - para o Museu e para povos indígenas, assim como dos povos indígenas;
- Implantar práticas sustentáveis de baixo custo ou que possam ser potencializadas no período de obras dos espaços físicos.

Plano de ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programa do Plano Museológico associados a meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento da política institucional de sustentabilidade integrada entre sede e unidades desconcentradas do Museu, incluindo, dentre outros, perspectivas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), princípios da Environmental, Social, Governance (ESG), da Política Institucional da Organização Autônoma Descentralizada (DAO) e os saberes e princípios dos povos indígenas.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	COTEC CODIC COPAC

<p>Envidar esforços para que programas e projetos implantados pela Instituição, para disseminação da cultura indígena, articulem-se com os princípios de sustentabilidade - nos eixos social, econômico, ambiental, político e cultural - para o Museu e para povos indígenas, assim como dos povos indígenas.</p>	<p>Implementar medidas que garantam práticas sustentáveis.</p>	<p>Medidas adotadas</p>	<p>Número de medidas adotadas</p>	<p>01 medida</p>	<p>Médio</p>	<p>Todos os programas que integram este Plano Museológico</p>	<p>COAD</p>	<p>COTEC CODIC COPAC</p>
<p>Implantar práticas sustentáveis de baixo custo ou que possam ser potencializadas no período de obras dos espaços físicos.</p>	<p>Realizar ações de conscientização dos servidores e colaboradores do museu para implementar as atividades de separação de resíduos e coleta seletiva.</p>	<p>Ações realizadas</p>	<p>Número de ações realizadas</p>	<p>01 ação ao ano</p>	<p>Curto</p>	<p>Todos os programas que integram este Plano Museológico</p>	<p>COAD</p>	<p>COTEC CODIC COPAC</p>

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Realizar oficinas para formação indígena e colaboradores do Museu com temáticas de sustentabilidade nos territórios.	Implantar práticas sustentáveis de baixo custo ou que possam ser potencializadas no período de obras dos espaços físicos.	—
Prover a participação indígena nos cursos e oficinas de aperfeiçoamento na temática de sustentabilidade no Museu e nos Territórios.	—	Não existe hoje no quadro profissional especializado na temática. É necessário fazer um processo de treinamento interno dos servidores, para então serem elaborados projetos e programas que possibilitem a oferta de cursos e oficinas aos povos indígenas.
Incorporar os princípios da Environmental, Social, Governance (ESG) Indígena.	Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu.	—
Incorporar na Instituição os saberes e valores dos povos indígenas, na perspectiva da sustentabilidade.	Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu.	—
Incorporar a Política Institucional da Organização Autônoma Descentralizada (DAO).	Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu.	—
Instrumentalizar no Museu a Política de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) realizada pela ONU	Elaborar subsídios para uma Política Institucional Integrada de Sustentabilidade para o Museu.	—



Programa de Acessibilidade Universal

O Programa de Acessibilidade visa subsidiar a estruturação de medidas relacionadas à promoção da acessibilidade universal das pessoas, em termos de acesso físico, intelectual, cognitivo, atitudinal, metodológico, comunicacional, programático, entre outros aspectos no âmbito do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

O Museu é composto por uma sede e duas unidades desconcentradas: o Centro Audiovisual, em Goiânia (GO), e o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá (MT). No que tange às condições de acessibilidade universal, essas estruturas apresentam diferentes tipos de barreiras, conforme previstas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), incluindo barreiras arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais.

Para análise e organização do diagnóstico da sede e unidades desconcentradas, as barreiras citadas na LBI foram interpretadas e estruturadas nos seguintes princípios: desenho universal; acessibilidade comunicacional e inclusiva; conservação e acessibilidade dos acessos; infraestrutura de mobilidade e sinalização; acessibilidade informacional e sensorial; mobiliário e comunicação inclusiva.

A. Sede

No estágio atual, a sede do Museu, em Botafogo, não está plenamente acessível aos princípios do desenho universal, apresentando limitações no acesso inclusivo para pessoas com diferentes tipos de necessidades. O projeto de restauração, elaborado pelo escritório Schiffino & Junqueira Arquitetos Associados, busca mitigar essas deficiências, com a instalação de um elevador no casarão e no Bloco E, além da implantação de rampas que conectam o jardim aos pavimentos térreos dos blocos E e G, bem como ao próprio casarão. Essas intervenções visam assegurar que cada espaço esteja adequado para acolher visitantes de forma acessível e inclusiva. No entanto, os demais espaços edificados do Museu não serão contemplados nesse projeto, permanecendo a necessidade de um estudo de viabilidade e de um projeto acessível do conjunto arquitetônico, conforme as normas da ABNT NBR 9050/2020. Adicionalmente, o jardim do Museu carece de pavimentação e de dispositivos de acessibilidade, como rampas e corrimãos, essenciais para um percurso seguro e inclusivo.

Para promover a acessibilidade comunicacional e inclusiva, o Museu deve adotar práticas como treinamentos regulares para a equipe, com foco em sensibilização e condutas inclusivas. Embora não haja conhecimento, atualmente, de uma política de treinamento técnico-operacional formal, o Museu utiliza múltiplos canais de comunicação, incluindo o site oficial e o Instagram, para divulgar suas atividades.

O site disponibiliza informações sobre pesquisas e o acervo, permitindo uma experiência acessível para visitantes e pesquisadores. Cabe destacar o Projeto de Documentação de Línguas (PRODOCLIN), voltado à documentação de línguas indígenas, como uma iniciativa que gera acervos digitais multimídia e promove a preservação do patrimônio linguístico indígena, com acesso tanto para as comunidades, quanto para futuras gerações.

Atualmente, o Museu apresenta limitações em sua infraestrutura de mobilidade e de sinalização. As calçadas e acessos à entrada principal carecem de pavimentação adequada, e os pisos externos não possuem características como antiderrapância e estabilidade, dificultando o trânsito de pessoas, especialmente aquelas com deficiência.

O Museu, atualmente, possui apenas um banheiro acessível e precisa de outros itens essenciais de acessibilidade na infraestrutura de mobilidade e de

sinalização. Não há rampas acessíveis, sinalização adequada, nem piso tátil para orientação e alerta, o que compromete o acesso seguro e inclusivo ao edifício. Além disso, o acesso aos sanitários não está situado em uma rota acessível, e o número de sanitários adequados é insuficiente.

Da mesma forma, a infraestrutura não é adequada para atender aos critérios de acessibilidade sensorial e informacional. Não há sinalização em braille para orientação de pessoas com deficiência visual, e os desníveis no ambiente, como escadas e rampas, não foram adequadas para garantir um trânsito seguro. Além disso, não existem locais específicos e sinalizados para embarque e desembarque próximos às entradas.

Em relação ao mobiliário e à comunicação inclusiva, o Museu também não dispõe de adequações nos bebedouros e demais mobiliários, dificultando o uso por todos os públicos. A comunicação sonora, essencial em rotas de fuga, não foi planejada para atender visitantes com deficiência visual.

B. Unidade desconcentrada - Centro Audiovisual de Goiânia (CAud-GO)

O Centro Audiovisual (CAud), unidade desconcentrada em Goiânia, passou por reformas recentes. No entanto, o conjunto arquitetônico ainda apresenta limitações em relação aos princípios de acessibilidade universal. O projeto de reforma, desenvolvido pelos escritórios REARQ Arquitetura e Urbanismo e OCA Arquitetura e Urbanismo, incluiu ajustes no paisagismo e no layout interno para melhorar a circulação e a experiência dos visitantes.

O projeto de reforma do CAud, conforme apresentado na planta geral, inclui pavimentos variados que promovem a integração com o entorno, mas ainda necessita de adequações adicionais para atender plenamente aos critérios de acessibilidade universal. É recomendável integrar rampas, pisos táteis e sinalização acessível ao longo das rotas principais de circulação, bem como garantir que todos os acessos aos edifícios estejam acessíveis com pavimentos antiderrapantes e nivelados, facilitando o trânsito seguro e inclusivo de todos os visitantes e funcionários. É recomendável o atendimento às exigências para funcionamento pleno, que ocorre por força de liminar, devido à necessidade de adequação de área de piso junto aos pisos táteis.

Cabe observar que o conjunto arquitetônico possui um único banheiro para pessoas com deficiência (PCD), localizado em uma edificação nos fundos do lote e na testada da Avenida Botafogo. Os demais edifícios não dispõem de banheiros

PCD. O edifício que abriga a administração tem dois pavimentos e não conta com plataforma ou elevador de acesso ao pavimento superior, sendo a única forma de acesso uma escada linear. O único edifício acessível por rampa é o auditório.

Para cumprir com a acessibilidade sensorial e informacional, o CAud necessita de infraestrutura que atenda às normas de inclusão. Atualmente, não há informações sobre a presença de sinalização em braille para orientar pessoas com deficiência visual, nem sobre a sinalização e presença de corrimãos nos desníveis, como escadas e rampas. Além disso, o local não possui áreas específicas e sinalizadas para embarque e desembarque próximas às entradas, dificultando o acesso para visitantes com mobilidade reduzida e limitando a acessibilidade ao espaço.

Em relação ao mobiliário e à comunicação inclusiva, informamos que o auditório do CAud possui cadeira específica para pessoas obesas, fraldário, bem como espaço dedicado a cadeirantes, conforme preconizado em legislação. No centro de exposição existe uma mesa baixa para acolher os cadeirantes. Está sob observação a possibilidade de aquisição de cadeiras de rodas, para atendimento a pessoas de mobilidade reduzida, bem como "lockers" para guarda de materiais de visitantes. Contudo, não sabemos se a comunicação sonora, que é fundamental para orientar visitantes em emergências, está estruturada para alcançar pessoas com deficiência visual, o que pode restringir a segurança e a acessibilidade do espaço. A adequação desses itens permanece como uma meta importante para tornar o CAud um ambiente totalmente inclusivo.

C. Unidade desconcentrada – Centro Cultural Ikuiapá em Cuiabá (CCI - MT)

O Centro Cultural Ikuiapá (CCI) do Museu, localizado em Cuiabá, passou recentemente por uma reforma para modernização do espaço e aprimoramento da estrutura. Todavia, de acordo com o projeto de reforma elaborado pelo engenheiro Francisco Pereira Vieira, em 2022, o conjunto arquitetônico ainda não atende aos princípios de acessibilidade universal. A reforma, que visava melhorar o ambiente para atividades culturais, exposições e eventos comunitários, não incluiu as adequações necessárias para garantir a acessibilidade plena para pessoas com deficiência.

Embora o espaço tenha sido reconfigurado, as plantas do CCI não indicam a presença de rampas, pisos táteis ou sinalização acessível para facilitar a circulação de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual. Todos os acessos aos

edifícios não esclarecem o tipo de piso, tornando impossível identificar se ele possui características antiderrapantes e niveladas, o que pode comprometer a segurança e a inclusão de visitantes e funcionários com deficiência⁵⁹.

O conjunto arquitetônico não dispõe de banheiros PCD ou sanitários adequados em nenhum dos seus pavimentos, e também não há plataformas e elevadores de acesso ao mezanino. A única forma de acesso aos níveis mais elevados é por meio de uma escada em “L”, sem alternativas acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida.

No que se refere à acessibilidade sensorial e informacional, o CCI carece de infraestrutura que atenda às normas de inclusão. O projeto de reforma não contempla a instalação de sinalização em braille para pessoas com deficiência visual, nem de corrimãos ou sinalização adequada nos desníveis e escadas. Além disso, o espaço não possui áreas específicas e sinalizadas para embarque e desembarque próximas às entradas, limitando o acesso e a segurança para visitantes com mobilidade reduzida.

Quanto ao mobiliário e à comunicação inclusiva, o projeto de reforma do CCI também não apresenta as adequações necessárias para atender a todos os públicos. Não há informações sobre a existência de mobiliário acessível, o que compromete o uso pleno do espaço por pessoas com deficiência. A comunicação sonora, essencial para orientar visitantes em situações de emergência, não foi estruturada para alcançar pessoas com deficiência visual, o que restringe a segurança e a acessibilidade do ambiente. A adequação desses itens é fundamental para tornar o CCI um espaço verdadeiramente inclusivo e acessível a todos os visitantes.

Eixos de atuação:

A. Acessibilidade instrumental (utilização de equipamentos e aparatos acessíveis), esse eixo se relaciona às barreiras arquitetônicas e tecnológicas da LBI (2015):

Na sede do Rio de Janeiro, foram instalados itens como barras de apoio,

⁵⁹Na visita técnica realizada pela equipe do Nugep, em 08/2024, nos foi informado, pelo gestor do CAud, da exigência do Corpo de Bombeiros da necessidade de piso tátil para liberação do alvará de funcionamento - o que foi atendido).

pisos táteis e sinalizadores fotoluminescentes nos degraus, porém em número insuficiente. No entanto, atualmente a área expositiva está fechada, aguardando restauração do edifício, projeto já aprovado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e no Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e em fase de aprovação pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Esse projeto inclui adequações importantes, porém, sugere-se também a implementação de recursos adicionais, como carrinhos de bebê, fraldários, cadeiras de rodas, cadeiras motorizadas, cadeiras infantis e mobiliário acessível para pessoas com deficiência auditiva, motora e visual.

O Centro Audiovisual (CAud), apresenta um grau de acessibilidade instrumental moderado, com avanços importantes em sua estrutura, embora ainda existam desafios a serem superados. O espaço passou por reformas recentes que resultaram em melhorias no paisagismo e na circulação interna, além da inclusão de espaços adaptados no auditório para cadeirantes e mobiliário acessível na área de exposição. Há banheiro acessível, fraldário, rampas e piso tátil, mas ainda existem necessidades de aprimoramento para garantir o pleno atendimento às diretrizes de acessibilidade universal.

Já o Centro Cultural Ikuiapá (CCI), em Cuiabá, possui um grau de acessibilidade instrumental insuficiente, enfrentando desafios significativos devido à falta de adequações essenciais. Não há banheiros adaptados, e o acesso aos pavimentos superiores é feito apenas por escada, sem alternativas para pessoas com mobilidade reduzida. A falta de infraestrutura adequada compromete a inclusão e limita o acesso seguro ao espaço.

Apesar dos avanços, todas as instalações do Museu ainda necessitam de investimentos para eliminar barreiras arquitetônicas e tecnológicas, garantindo que suas estruturas estejam plenamente acessíveis e alinhadas aos princípios de inclusão e universalidade.

B. Acessibilidade física (eliminação de barreiras físicas), esse eixo se relaciona às barreiras arquitetônicas e urbanísticas da LBI (2015):

Na sede do Rio de Janeiro, a adequação parcial da infraestrutura para acessibilidade universal depende da conclusão das obras de restauração, atualmente em fase de aprovação pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Esse projeto inclui adequações para circulação, remoção de barreiras arquitetônicas, adequação de rampas, sanitários acessíveis e a ampliação de passagens.

No CAud o edifício administrativo ainda carece de elevadores ou plataformas de acesso ao pavimento superior, o piso foi adaptado para garantir antiderrapância e nivelamento adequado. Apesar disso, houve avanços significativos da acessibilidade do Centro desde a última obra realizada.

O Centro Cultural Ikuiapá (CCI), em Cuiabá, por outro lado, enfrenta graves desafios no quesito acessibilidade física. A unidade não dispõe de rampas de acesso, pisos táteis, corrimãos ou sinalização adequada, dificultando a mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O acesso aos pavimentos é feito exclusivamente por escada, sem a oferta de alternativas como plataformas ou elevadores. Além disso, as rotas de circulação externas não possuem pavimentação nivelada e antiderrapante, comprometendo a segurança dos visitantes.

C. Acessibilidade metodológica (elaboração de estratégias educativas), esse eixo se relaciona às barreiras atitudinais e nas comunicações e informações da LBI (2015).

Antes do fechamento temporário da sede no Rio de Janeiro, para as obras de restauração, o Museu oferecia uma equipe de monitores treinados para atender às necessidades específicas dos visitantes. O Centro Cultural Ikuiapá não chegou a ter uma exposição lançada ou atendimento ao público.

No CAud há contrato que permite a contratação de mediadores culturais indígenas, intérpretes de libras e outros profissionais treinados para atendimento aos visitantes.

D. Acessibilidade atitudinal (uso de práticas de sensibilização e conscientização), esse eixo se relaciona à barreira atitudinais da LBI (2015):

Na sede do Rio de Janeiro, existe a prática de se desenvolver a programação cultural e educacional, planejada com enfoque inclusivo, como visitas monitoradas para grupos específicos, assim como o treinamento da equipe é parte das práticas do Museu, o que deve ser fortalecido para promover um ambiente de acolhimento.

No que diz respeito ao Centro Audiovisual (CAud), foi inaugurado com a exposição "Xingu: Contatos", cuja curadoria indígena reflete um compromisso com a valorização da diversidade cultural e com a representação autêntica das narrativas indígenas. Além disso, a equipe de mediação cultural do CAud é composta por

indígenas e profissionais capacitados para atender às demandas específicas de acessibilidade, o que contribui para uma experiência mais inclusiva para diferentes públicos.

No Centro Cultural Ikuiapá, não há o desenvolvimento de tais práticas, tendo em vista estar fechado ao público.

Sugere-se que práticas como intérpretes de Libras e legendas sejam incorporadas quando possível, tanto na sede principal quanto em outras unidades.

E. Acessibilidade programática (adoção da legislação), esse eixo se relaciona às barreiras arquitetônicas e urbanísticas da LBI (2015):

Projeto de restauro da sede busca atender os princípios de acessibilidade física dispostos na ABNT-NBR 9050/2020 e na Lei nº13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015), bem como as ações educativas-culturais e expositivas estão em consonância com os princípios educativos e sociais presentes na Política Nacional de Educação Museal (PNEM, 2017). No entanto, não atende a legislação em sua totalidade.

F. Acessibilidade comunicacional (inserção de variados meios de comunicação e de tecnologia assistiva), esse eixo se relaciona às barreiras de comunicações e informações e tecnológicas da LBI (2015):

O Museu, na sede do Rio de Janeiro, antes do fechamento ao público em 2013, oferecia audioguias e possuía uma equipe de monitores treinados para auxiliar na comunicação com pessoas com deficiência auditiva e visual, antes de ser fechado para restauração. Além disso, desenvolveu um projeto de sinalização em braille para atender visitantes com deficiência visual no espaço expositivo. Na sede do Rio de Janeiro, a implementação desse projeto está vinculada à execução das obras de restauração. Nas demais unidades desconcentradas, não há informações sobre a existência de sinalização em braille, audiodescrição e libras, indicando a necessidade de expansão para garantir orientação acessível em todas as unidades, incluindo perspectivas de atendimento a pessoas com deficiências intelectuais.

Recomenda-se o estudo de viabilidade e implantação de comunicação inclusiva em todas as atividades e exposições nas unidades desconcentradas.

Como especificidade do Museu, para a sede e unidades desconcentradas, a

acessibilidade cultural e linguística inclui a adequação dos conteúdos para respeitar as diferentes culturas e idiomas indígenas. O Museu garante que os materiais informativos e as exposições considerem a diversidade linguística dos povos indígenas, promovendo uma comunicação acessível e culturalmente sensível.

G. Acessibilidade digital, esse eixo se relaciona às barreiras tecnológicas e nas comunicações e informações da LBI (2015):

A acessibilidade digital envolve a adequação do site e dos conteúdos *on-line* do Museu para que sejam acessíveis a pessoas com deficiência, por meio de tecnologias assistivas, como leitores de tela e legendas em vídeos, conforme as normas de acessibilidade digital. Atualmente, o Museu não possui uma política ou estrutura digital específica para acessibilidade. Recomenda-se que, com a reabertura da sede do Rio de Janeiro, seja implementado um nível de acessibilidade digital em todas as plataformas virtuais do Museu.

O Museu precisa investir no desenvolvimento e aprimoramento de seu site e plataformas digitais, considerando a adaptação para dispositivos móveis, uma vez que a maioria dos indígenas acessa a internet principalmente por meio de celulares. Atualmente, as plataformas digitais do Museu não estão totalmente otimizadas para esse formato, o que dificulta a navegação e o acesso às informações por parte dos povos indígenas. A falta de responsividade e de uma interface amigável para dispositivos móveis compromete a inclusão digital e limita o alcance das iniciativas do Museu, dificultando a disseminação de conteúdos culturais, educacionais e informativos. A adaptação das plataformas para o uso em celulares é fundamental para garantir que as comunidades indígenas possam acessar de forma eficiente os acervos digitais, as programações culturais e as iniciativas de valorização e preservação de seu patrimônio.

No que tange ao contexto digital, a Biblioteca Marechal Rondon, localizada na sede do Rio de Janeiro, já dispuseram de ferramentas especiais para tornar o acervo acessível a todos os públicos. A continuidade desse tipo de serviço inclusivo dependerá do andamento das obras de restauração.

Coordenação/setor responsável

Atualmente, na sede, a Coordenação de Administração - COAD, a Coordenação de Patrimônio Cultural - COPAC e o Serviço de Atividades Culturais -

SEAC compartilham as atividades relacionadas à acessibilidade, cada um dentro de sua área de atuação. No que se refere às unidades desconcentradas, as instâncias de gestão desenvolvem as atividades nesta temática. Importante destacar que não existe um setor específico e nem quadro de funcionários especializados para o desenvolvimento das ações de acessibilidade, na sede e nas unidades desconcentradas. Neste sentido, é relevante implementar ações transversais que envolvam diversos setores e os diferentes tipos de acessibilidade.

Matriz FOFA do Programa de Acessibilidade Universal

FATORES POSITIVOS

Forças

- Espaços edificados e livres do Museu;
- - Avanços pontuais na acessibilidade física da sede;
- - Unidade desconcentradas de Goiânia parcialmente acessível.

FATORES INTERNOS

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Ausência de equipe técnica habilitada para trabalhar com acessibilidade universal;
- - Ausência de projetos de acessibilidade universal que englobam a sede e as unidades desconcentradas.

Oportunidades

- Possibilidade de Intercâmbio e de parcerias com diversas instituições e associações de pessoas portadoras de deficiência e pesquisadores;
-
- Disponibilidade de consultores indígenas para construir políticas de acessibilidade universal.

FATORES EXTERNOS

Ameaças

- Ausência de financiamento para cumprimento das ações de acessibilidade;
- - Cobranças de órgãos externos para o cumprimento das políticas de acessibilidade.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como o Museu pode oferecer acessibilidade universal em todos os seus espaços físicos (Infraestrutura física)?
- Como os recursos de comunicação do Museu podem atender visitantes com diferentes necessidades sensoriais e cognitivas ?
- As adequações arquitetônicas e acessíveis respeitam e valorizam as culturas dos povos indígenas, promovendo o pertencimento dos visitantes indígenas?
- Como a equipe deve ser treinada para acolher e atender visitantes com deficiência?
- Como o conteúdo digital do Museu pode se tornar acessível e promover uma experiência inclusiva para todos os usuários?
- Os visitantes encontram transporte acessível e seguro nas proximidades do Museu, com facilidades como pontos de embarque e desembarque acessíveis?
- Quais podem ser os mecanismos para monitorar e garantir o cumprimento das normas de acessibilidade e para que visitantes reportem problemas ou violações?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Promover a acessibilidade universal no Museu, na sede e nas unidades desconcentradas, garantindo que todos os visitantes, independentemente de suas necessidades físicas, sensoriais ou culturais, tenham acesso pleno e seguro aos espaços, conteúdos e serviços oferecidos pela Instituição.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar Plano de Acessibilidade Universal institucional que atenda dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão;
- Promover capacitação e aperfeiçoamento continuada sobre práticas inclusivas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar Plano de Acessibilidade Universal institucional que atenda dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento do Plano de Acessibilidade Universal institucional integrado entre sede e unidades desconcentradas do Museu, considerando a análise das condições físicas e instrumentais atuais da sede e das unidades desconcentradas do Museu, bem como dos projetos em andamentos, no que se refere a acessibilidade físicas e acessibilidade instrumental.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	CODIC COPAC COTEC

<p>Promover capacitação e aperfeiçoamento contínuo sobre práticas inclusivas.</p>	<p>Viabilizar treinamentos de capacitação e aperfeiçoamento específicos para equipes técnicas e operacionais do Museu que auxiliem no preenchimento de lacunas de conhecimento sobre política, plano e práticas inclusivas de acessibilidade universal.</p>	<p>Inclusão de cursos no PDP</p>	<p>Número de cursos incluídos no PDP</p>	<p>02 cursos inclusos no PDP</p>	<p>Médio</p>	<p>Gestão de Pessoa</p>	<p>COAD</p>	<p>CODIC COPAC COTEC</p>
	<p>Realizar oficinas e/ou capacitações de forma cíclica com equipe interna sobre o acolhimento e atendimento das demandas dos indígenas que frequentam o Museu.</p>	<p>Oficinas realizadas</p>	<p>Número de oficinas realizadas</p>	<p>01 ao ano</p>	<p>Longo</p>	<p>Gestão de Pessoa</p>	<p>COAD</p>	<p>CODIC COPAC COTEC</p>

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Adequar o Museu com rampas, elevadores, banheiros acessíveis e pisos táteis, conforme as normas NBR 9050/2020 e LBI.	—	Depende do restauro do Casarão Central.
Instalar sinalização em <i>braille</i> , audioguias e sinais sonoros, e adequar veículos para atendimento a visitantes com deficiência.	—	Não há disponibilidade orçamentária no momento para atingir esse objetivo.
Solicitar à prefeitura a aproximação dos pontos de ônibus para facilitar o acesso ao Museu.	—	Podemos solicitar mas não compete ao Museu.
Criar áreas acessíveis que valorizem a memória e a história dos povos indígenas.	—	O tombamento do prédio do Museu, bem como as complexidades administrativas, a falta de recursos orçamentários e humanos, dificultam a realização nos próximos 05 anos.
Desenvolver canais para garantir o cumprimento das normas de acessibilidade e denunciar possíveis violações.	—	Atualmente a Corregedoria da FUNAI adota a plataforma Fala.br
Capacitar a equipe em práticas de inclusão e acessibilidade para um atendimento inclusivo.	Promover capacitação e aperfeiçoamento continuada sobre práticas inclusivas	—
Instalar bebedouros e mobiliários adequados.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Realizar estudo para adequação do jardim e áreas externas com acessibilidade.	Elaborar Plano de Acessibilidade Universal institucional que atenda dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão	—

Garantir acessibilidade digital nos conteúdos on-line.	—	Não há hoje no Museu profissional especializado em tecnologia da informação. Há restrição orçamentária para contratação de empresa especializada.
--	---	---



Programa Arquitetônico- urbanístico

O Programa Arquitetônico-urbanístico visa subsidiar a identificação, adequação e conservação espacial interna e externa, no que tange a infraestrutura, conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e da linguagem expográfica, entre outros, visando consolidar condições técnicas e físicas para a efetivação de sua função social, no âmbito do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

É composto por uma sede no Rio de Janeiro (RJ) e duas unidades desconcentradas: o Centro Audiovisual, em Goiânia (GO), e o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá (MT). Seguem abaixo as descrições dos aspectos arquitetônico e urbanístico do Museu.

A. Sede - Rio de Janeiro

Localizada no bairro de Botafogo, ocupa um casarão eclético do século XIX com 414,21 m², construído em 1880, originalmente projetado para uso residencial familiar do proprietário João Rodrigues Teixeira, empresário da indústria alimentícia do Rio de Janeiro. Está situada na Rua das Palmeiras nº 55. Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1967⁶⁰, por representar uma edificação que exhibe elementos de estilo eclético e neoclássico. A instalação do Museu nesta edificação ocorreu em 1978.

⁶⁰ Rio de Janeiro, RJ: Casa à Rua das Palmeiras, 55, atual Museu do Índio. Classificação: Edificação. Nº Processo de Tombamento: 688. Ano de abertura: 1962. Dados do Tombamento: Histórico.

Atualmente, o prédio principal, juntamente com outros anexos construídos ao longo do tempo, abriga áreas expositivas e áreas administrativas.

O casarão, conhecido como Bloco H, abriga no térreo a Biblioteca Marechal Rondon, sala de leitura e trabalho, além do espaço Museu das Aldeias, destinado às exposições temporárias, mas atualmente usado como depósito. No primeiro pavimento, localizam-se seis ambientes dedicados às exposições permanentes, com um gabinete de controle de luz. O acesso principal às áreas expositivas é feito pelas escadas externas. Apesar de conservar uma boa caracterização arquitetônica, o casarão enfrenta desafios de preservação devido a infiltrações, umidade, infestação de cupins, inícios de incêndio, e alterações estruturais. Essas condições críticas levaram ao fechamento do Museu para o público, desde 13 de julho de 2016, visando assegurar a segurança e a integridade do patrimônio.

Integram o conjunto arquitetônico tombado do Museu, além do casarão e jardins, os blocos G e E. O primeiro, um prédio térreo com mezanino nas salas, onde localizam-se 4 (quatro) reservas técnicas, o Laboratório de Conservação e 2 (duas) salas para o corpo técnico que lida diretamente com os acervos, facilitando a gestão e suporte institucional. Já este último é um edifício de dois pavimentos: no térreo estão a Central de Processamento de Dados e o refeitório; no primeiro pavimento, duas salas administrativas atendem às necessidades operacionais do Museu.

Os outros 5 (cinco) anexos, situados principalmente nas bordas do lote, foram construídos após o casarão principal, utilizando técnicas convencionais e técnicas vernaculares indígenas. Essas edificações abrigam setores administrativos e áreas de acervo, ampliando a funcionalidade do Museu e apoiando suas operações de preservação.

O Bloco B, utilizado como administração do Museu, ocupa um edifício de dois pavimentos com cerca de 320,00⁶¹ m², construído em alvenaria no térreo e vedações mistas de tijolo e madeira no primeiro andar. Localizado à esquerda do prédio principal, o edifício estende-se por aproximadamente 45,00 metros ao longo da divisa do lote e possui 7 metros de largura. O acesso ao pavimento superior se dá por uma escada central, que conduz a um corredor ventilado em estilo varanda. Originalmente sede do Projeto Rondon, o térreo também abriga uma galeria para exposições e atividades culturais de temática indígena, e o

⁶¹ Todas as metragens das áreas, que não serão objetos de restauração, têm como base o “Diagnóstico - Pesquisa Histórica” elaborado pelo escritório M&T Arquitetura - Mayerhofer e Toledo Arquitetura Planejamento Consultoria Ltda.

Espaço Maloca, originalmente uma cantina e agora utilizado pela equipe de vigilância.

O Bloco C é uma edificação térrea com mezanino nas reservas técnicas, ocupando aproximadamente 230,00 m² na parte traseira do lote, voltada para a Rua Sorocaba. Este espaço também abriga vestiário para colaboradores, um depósito e a casa de força. O acesso principal ocorre através de uma porta em painel ripado branco.

O Bloco D, conhecido como Espaço de Criação, é utilizado para quarentena e confecção de laudos de saída e retorno de acervo, conformando uma construção térrea de 31,8 m² com uma fachada frontal composta por meia parede em alvenaria e janelas de madeira e vidro, que se estendem ao longo da frente. Na lateral, a vedação é feita por esquadrias fixas de madeira e vidro. O acesso ocorre por uma porta de duas folhas, enquanto a cobertura, em telhado de uma água, usa telhas estilo colonial de PVC.

Já o Bloco F, denominado Casa Kariok, possui 58 m² e utiliza a técnica de pau-a-pique, caracterizada pelo entrelaçamento de troncos de madeira dispostos verticalmente com peças de bambu horizontais, amarradas por fibras naturais e preenchidas manualmente com barro. Sua cobertura de duas águas é feita com fibras de piaçava, e o anexo conta com esquadrias de vidro em portas e janelas, adaptando, assim, uma casa tradicional do povo Guarani.

Além dessas construções, o terreno conta com outros blocos funcionais. A recepção do Museu, construída há cerca de sete anos, também adota técnica vernacular indígena, com estrutura em madeira e cobertura de duas águas revestidas de fibras de piaçava. Possui esquadrias de vidro fixo nas paredes e uma porta de acesso dupla. Originalmente funcionava como loja e ficava ao lado de uma casa Guarani, já demolida, que ocupava o espaço onde hoje há um platô revestido em porcelanato com acabamento que remete à madeira.

Os jardins são a expressão das residências ecléticas cariocas que integravam os espaços edificados, com caminhos sinuosos em meio aos canteiros, originalmente possivelmente de terra batida, já que o calçamento em pedras portuguesas só foi introduzido no Rio de Janeiro em 1905, sob Pereira Passos. No terreno, destacam-se exemplares arbóreos antigos, como palmeiras, mangueiras e uma árvore-do-pão - esta última destinada a controlar a umidade do solo. Fontes orais também relatam a presença de um coreto e um antigo poço próximo

ao busto de Marechal Rondon, reminiscências que reforçam a importância histórica do local.

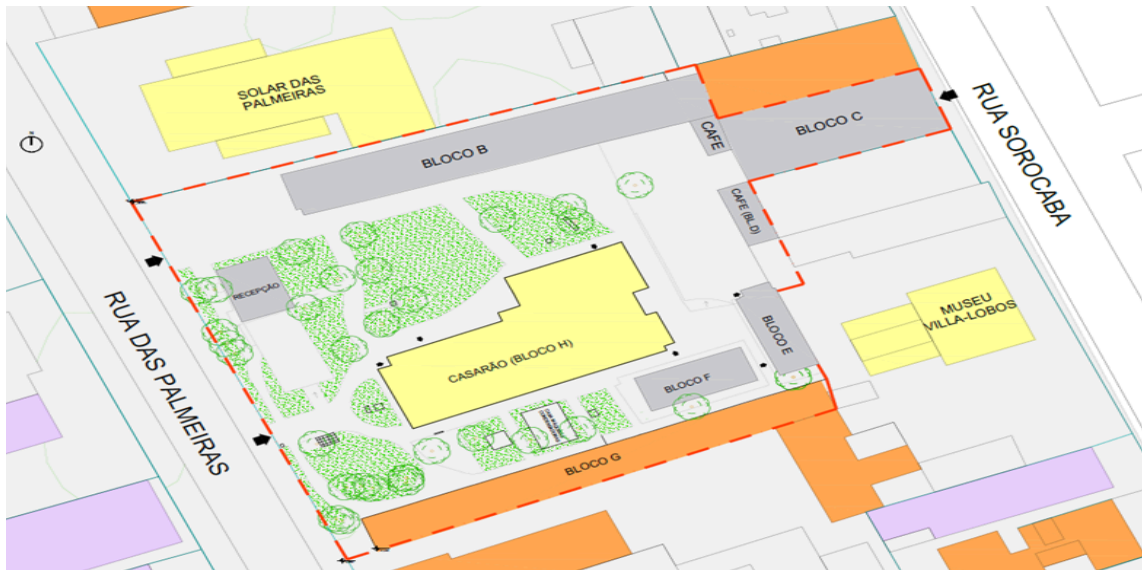


Imagem: Planta de situação atual da sede do Museu em Botafogo – Rio de Janeiro. Desenho sem escala.

A sede do Museu será objeto de restauração, com o Projeto de intervenção para reforma, adequação e restauração de conjunto arquitetônico formado por bem cultural tombado e anexos (fachada). Aprovado pelo IPHAN e pelo Instituto Rio Patrimônio Histórico (IRPH), restando agora a aprovação do Corpo de Bombeiros, o projeto foi elaborado pelo escritório Schiffino & Junqueira Arquitetos Associados, está conformado da seguinte maneira:

- Bloco H: o pavimento térreo é organizado para facilitar o acesso e a circulação entre as diversas áreas do bloco. Ele conta, na parte posterior do edifício, com um hall de entrada que distribui o fluxo para os ambientes expositivos, garantindo um percurso acessível para visitantes e funcionários, ladeado por duas salas de exposições temporárias, totalizando 118,12⁶² m², e uma sala de bombas de incêndio. Na parte frontal do edifício, localiza-se a biblioteca Marechal Rondon, estruturada por um hall que se conecta a uma sala de acervos, sala de vídeo e sala de consulta e pesquisa. No primeiro pavimento, a planta revela uma estrutura voltada exclusivamente para exposições. Na parte posterior, o núcleo de circulação acessível desemboca em um hall que conecta duas salas de exposições que

⁶² Todas as metragens são fornecidas pelo autor do projeto de restauração.

perfazem com 147,96 m², e contíguo ao hall, existe uma circulação que conecta a sala de controle de luz às salas expositivas. Na parte frontal do edifício estão três salas de exposição que se conectam, somando 138,60 m². O edifício, com dois pavimentos, possui uma área de projeção horizontal de 414,21 m².

- Bloco E: no térreo, encontram-se as áreas operacionais e de apoio, incluindo refeitório e sala de racks. A entrada principal está localizada à direita, proporcionando acesso direto às áreas de circulação que permitem fácil movimentação pelo edifício, totalmente adaptado às normas de acessibilidade física. No primeiro pavimento, estão as salas do Serviço de Atividades Culturais (SEAC). O edifício, com dois pavimentos, possui uma área de projeção horizontal de 81,12 m².
- Bloco G: totalmente térreo, contará com um deck que funcionará como patamar de acesso, conectando-se ao jardim por rampas para garantir a acessibilidade ao edifício. Com uma projeção horizontal de 256,65 m², o bloco acomoda áreas para o acervo do museu e setores funcionais, distribuídos entre banheiro de funcionários, copa e as salas da Coordenação de Patrimônio Cultural (COPAC) e seus Serviços.

B. Centro Audiovisual (CAud) - GO - unidade desconcentrada

Inaugurado em 11 de julho de 2024, o Centro Audiovisual - CAud do Museu, situado em Goiânia, Avenida Leopoldo Bulhões, quadra 01 - lotes 01/05, destina-se à formação e capacitação em técnicas audiovisuais, alinhado aos objetivos definidos no artigo 233, da Portaria nº 666/2017, FUNAI. Criado para registrar e divulgar o patrimônio cultural indígena, o CAud oferece cursos, oficinas, workshops e atividades artístico-culturais, como cinema e exposições de arte indígena. A criação do CAud se estabelece através do Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012, e o Centro passa a ocupar o espaço em que antes funcionava a antiga Administração Executiva Regional da FUNAI em Goiânia-GO.

O conjunto arquitetônico do CAud, construído na década de 1970 para abrigar a Casa de Atendimento de Saúde aos Índios dos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, possui uma área construída de 954,39 m² em um terreno de 1.873,49 m². Em 2023, a unidade passou por reforma de manutenção e adequações físicas e de infraestrutura, baseadas em um projeto de levantamento arquitetônico para Alvará de Regularização, elaborado pelos escritórios REARQ Arquitetura e Urbanismo e

OCA Arquitetura e Urbanismo. Desde então, o conjunto arquitetônico e paisagístico do CAud conta com a seguinte estrutura:

- Centro de Exposição: com uma área de 452,38⁶³ m², o edifício destinado à exposição conta com uma sala de recepção, uma sala para recepção de grupos, uma sala de exposição, uma sala de comando e espaços de circulação com áreas expositivas. Todas essas salas estão adequadas aos padrões internacionais de acústica e climatização, garantindo uma experiência confortável para os visitantes. A cobertura do prédio é composta por telhas térmicas. A iluminação da sala de exposição inclui sistemas cênicos com trilhos, enquanto os demais espaços possuem luminárias LED e de emergência.

- Prédio Administrativo: com 180 m², o prédio administrativo é dividido entre o piso térreo e o piso superior. No térreo, encontram-se a sala de edição de vídeo para aulas, estúdio de áudio para gravação, mixagem e edição (equipado com tratamento acústico), uma sala de leitura, sala técnica, depósito para materiais de limpeza, além de salas de apoio para serviços terceirizados de vigilância e limpeza, e uma copa. No piso superior, há uma sala de recepção, duas salas administrativas e uma sala de reuniões. A cobertura é composta por telhas térmicas. A iluminação é feita com luminárias LED e de emergência.

- Prédio Circular: destinado a abrigar uma futura lanchonete, o prédio circular possui uma área de 63,62 m². A cobertura é de palha de piaçava. Assim como nos demais edifícios, a iluminação é feita com luminárias LED e de emergência instaladas.

- Banheiros: com uma área total de 40,12 m², os banheiros do Centro Audiovisual incluem banheiro masculino, feminino, para pessoas com deficiência (PCD) e fraldário. A cobertura é de telhas térmicas, e os ambientes contam com luminárias LED e de emergência.

- Auditório multifuncional: tem uma área de 220,53 m² e pode ser configurado como duas salas de aula, duas salas de cinema ou um espaço único com capacidade para 111 assentos e lotação máxima de 153 pessoas. Equipado com foyer e lavabos, o auditório possui tratamento acústico e climatização de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O forro é de gesso acartonado com isolamento acústico, e a cobertura consiste em laje nervurada e telhas térmicas. A iluminação inclui sistemas cênicos e luminárias LED.

⁶³ Todas as metragens são fornecidas pelos autores do projeto de manutenção e adequações físicas e infraestruturais, REARQ Arquitetura e Urbanismo e OCA Arquitetura e Urbanismo.

● Paisagismo e Urbanização: a área externa, com 537,31 m², é composta por paisagismo com plantas nativas do cerrado e cultivares da cultura indígena, além de um lago ornamental. As calçadas e pavimentações internas são feitas com materiais sustentáveis e permeáveis, promovendo integração com o entorno. O muro de vidro temperado permite visibilidade para exposições fotográficas, reforçando a conexão entre o espaço interno e o ambiente externo.

O prédio está funcionando por força de liminar, tendo em vista exigência de adequação de piso, de liso para antiderrapante, próximo às áreas de piso tátil. A obra de adequação já foi realizada.

C. Centro Cultural Ikuiapá (CCI) - MT - unidade desconcentrada

O Centro Cultural Ikuiapá (CCI), localizado na Rua Barão de Melgaço n° 3.944, no centro histórico de Cuiabá, é um espaço dedicado à preservação da cultura indígena de Mato Grosso, abrangendo 42 povos. Integrante do patrimônio cultural tombado em âmbito federal da capital, o CCI é uma unidade voltada à promoção do patrimônio material e imaterial indígena por meio de ações de preservação, pesquisa e divulgação. Em 16 de agosto de 1971, através de escritura de compra e venda por desapropriação amigável, registrado no 2º Serviço Cartorial e Registral da Primeira Circunscrição da Comarca de Cuiabá, o imóvel foi adquirido pela FUNAI. Seu acervo reúne 1.581 itens tombados, e cerca de 2.000 a realizar a incorporação, incluindo documentos, fotografias e, principalmente, peças adquiridas da antiga Loja Artíndia de Cuiabá, totalizando 3.500 itens. Sobre os materiais bibliográficos, possui uma sala de leitura, com cerca de 700 publicações, na temática indígena. No que se refere aos documentos de natureza arquivística, possuem documentos das atividades meio e finalística do CCI. Há um espaço recém reformado para atender a loja de artesanato e para a parte expositiva.

Em 1993⁶⁴, o IPHAN oficializou o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá, preservando uma área que data do final do período colonial e corresponde a cerca de 10% do centro urbano atual. Esse núcleo histórico, situado próximo ao rio Cuiabá, testemunha a formação da cidade durante o ciclo do ouro, iniciado em 1721. Nas ruas mais antigas – como as atuais Galdino Pimentel, Ricardo Franco e Pedro Celestino – encontram-se edifícios e sobrados que refletem técnicas e estilos construtivos históricos, representando fases significativas

⁶⁴ Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Classificação: Conjunto Urbano. Nº Processo de Tombamento: 1180. Ano de abertura: 1985. Dados do Tombamento: Arqueológico, etnográfico e paisagístico, Histórico, Belas Artes.

da ocupação e expansão de Cuiabá, do século XVII até meados do século XX.

O Centro Cultural Ikuiapá, que está nesse núcleo histórico, ocupa um lote de 403,40⁶⁵ m² e apresenta uma tipologia edificada em “L”, com uma construção que combina a estrutura de sobrado e um corpo lateral térreo. O edifício se estende ao longo das divisas do terreno, com o acesso principal posicionado sem recuos laterais, o que reforça sua integração com a rua e permite um contato direto com o espaço urbano. À esquerda do lote, o CCI possui um pátio interno, que contribui para a ventilação e iluminação naturais dos ambientes, além de funcionar como espaço de convivência e interação social. Essa configuração em “L” com pátio lateral interno favorece a circulação interna e cria um eixo de conexão entre os diversos ambientes.

O CCI integrava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, que visa à revitalização de monumentos históricos e ao desenvolvimento econômico e social das cidades brasileiras. A restauração do CCI foi realizada com o acompanhamento do IPHAN de Mato Grosso. O projeto inclui, além das obras de recuperação, a implementação de acessibilidade e sistemas de segurança contra incêndio e pânico, assegurando a funcionalidade do espaço como área de uso público.

Atualmente, o CCI está fechado para visitação. O projeto de restauração, elaborado pelo engenheiro Francisco Pereira Vieira em 2022, concentrou-se na reforma do telhado, das fachadas e na reorganização dos ambientes internos. A nova planta do edifício dispõe de uma área expositiva de 89,45 m², voltada para a fachada principal, conectando-se diretamente a um escritório, ambos acessíveis por uma varanda interna que funciona como circulação e distribuição para os demais espaços. Ao longo dessa varanda encontram-se os banheiros masculino e feminino, copa, sala de compras e vendas, depósito, banheiro e área de serviço.

O conjunto do CCI inclui ainda um espaço livre que acomoda um pátio interno com uma pequena área vegetada na lateral esquerda, ladeando o muro da divisa do lote, além de uma escada em “L” que acessa o mezanino de 85,50 m², situado no corpo frontal da casa (o sobrado). O projeto também indica a existência de um auditório, Central de Documentação (CDOC), áreas de acervo, ateliê, biblioteca e área administrativa, embora esses ambientes não estejam demarcados na planta. A área total de projeção horizontal edificada é de 236,00 m², enquanto a área livre soma 167,40 m².

⁶⁵ Todas as metragens são fornecidas pelo autor do projeto de restauração.

Eixos de atuação

A. Conservação e restauração do patrimônio edificado

A sede do Museu em Botafogo possui projeto de restauração dos blocos H, E e G, que está em processo de aprovação, e visa a manutenção e restauração contínuas das estruturas físicas. O objetivo é garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural, respeitando os aspectos arquitetônicos originais e realizando adaptações conforme necessário. No que se refere ao CAud, em Goiânia, é composto por um conjunto de espaços edificados e livres (externos) mais recentes, necessitando apenas de manutenção preventiva. Em relação ao CCI, em Cuiabá, já existe projeto de restauração, porém, sua execução ainda está por ser realizada. A última reforma / manutenção ocorreu no final de 2023, início de 2024, tendo exclusivamente como foco o telhado e a pintura da edificação. A obra de restauração, de maior porte, ainda não ocorreu.

B. Acessibilidade física

Na sede, o projeto de restauração prevê a adaptação dos blocos H, E e G, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a NBR 9050/2020, visando garantir o acesso físico aos espaços museológicos. O CAud, em Goiás, já conta com acessibilidade física implantada, a partir da obra de 2023, com pendência de execução, funcionando sob força de liminar. Para o CCI, em Cuiabá, o projeto de restauração existente não prevê adequação do edifício às normas de acessibilidade física, que devem ser observadas.

C. Sustentabilidade e conforto ambiental

As três unidades do Museu necessitam de um estudo de viabilidade para adoção de práticas sustentáveis no uso de recursos e no conforto ambiental dos espaços, integrando estratégias de eficiência energética, controle de temperatura, ventilação, e iluminação natural e artificial de forma sustentável e econômica. A sustentabilidade econômica e política devem ser alavancadas.

Coordenação/setor responsável

Atualmente, na sede, as Coordenações de Administração (COAD) e de Patrimônio Cultural (COPAC) realizam atividades para contratações de empresas para execução de ações relacionadas ao Arquitetônico e Urbanístico. No que se refere às unidades desconcentradas, as instâncias de gestão desenvolvem as

atividades de contratação de serviços nesta temática. Cabe enfatizar que não existe um setor específico e nem quadro de funcionários especializados para o desenvolvimento das ações arquitetônicas e urbanísticas, na sede e nas unidades desconcentradas.

Matriz FOFA do Programa Arquitetônico-urbanístico

FATORES POSITIVOS

Forças

- Os espaços livres do Museu;
- Unidade Desconcentrada de Goiânia bem equipada com espaços multiusos.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Ausência de Plano Arquitetônico-urbanístico;
- Ausência de políticas de conservação sustentável das edificações;
- Ausência de equipe técnica de arquitetura e urbanismo, impactando na gestão dos espaços;
- Sede e Unidade Desconcentrada de Cuiabá com espaços patrimonializados/tombados, que dificultam a adaptação da estrutura com as expectativas dos povos indígenas;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

Oportunidades

- Intercâmbio de profissionais e parcerias com outras instituições e pesquisadores indígenas para inclusão de símbolos e formas de usos dos espaços que representam as culturas indígenas;
- Adotar a contratação de consultores indígenas para alinhar a gestão dos espaços do Museu;
- Demanda indígena por uma unidade desconcentrada em cada bioma brasileiro, podendo ser projetados espaços pensados especificamente definidos para atender as atividades que cada unidade desempenhará.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Ameaças

- Ausência de financiamento para manutenção e modernização dos espaços do Museu;
- Dificuldade no diálogo com instâncias do patrimônio cultural, dificultando a adaptação de uso dos espaços edificados e livres.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como integrar a relação dos povos indígenas com o meio ambiente nesses elementos de sustentabilidade dos projetos arquitetônico-urbanísticos do Museu?
- Como promover espaços inclusivos e educativos para todos os visitantes?
- Como promover uma integração paisagística e arquitetônica, construindo integração com o entorno urbano e a comunidade?
- Como os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos podem acolher as tradições e valores indígenas para alcançar a representatividade cultural?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Executar projetos de intervenção para reforma, adequação e restauração do conjunto arquitetônico tombado do Rio de Janeiro.

Objetivo específico

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar Plano Arquitetônico-urbanístico institucional que guie as futuras intervenções e reformas da sede e das unidades desconcentradas, fortalecendo as instâncias consultivas do Programa de Arquitetura e Urbanismo, com revisões contínuas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar Plano Arquitetônico-urbanístico institucional que guie as futuras intervenções e reformas da sede e das unidades desconcentradas, fortalecendo as instâncias consultivas do Programa de Arquitetura e Urbanismo, com revisões contínuas.	Constituir GT para realizar estudo avaliativo referente às deficiências arquitetônicas da sede e das unidades desconcentradas, incluindo a perspectiva de adequação dos espaços às necessidades tecnológicas e atender às exigências para funcionamento pleno do CAud, anulando necessidade de uso de liminar, bem como do CCI, considerando sua posição estratégica em relação à demanda indígena por unidades do museu em cada bioma.	GT constituído	Portaria de constituição de GT	1 Portaria publicada	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	Todos as coordenações e setores

Solicitações das representações externas que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Garantir a conservação dos edifícios históricos.	—	—
Estabelecer um Plano Diretor que guie as futuras intervenções e reformas.	—	—
Implementar práticas sustentáveis para a conservação do patrimônio edificado.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos, mas toda contratação pública deve observar critérios mínimos.
Criar oficinas para arquitetos e técnicos sobre práticas culturais indígenas na arquitetura.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Analisar a viabilidade de práticas sustentáveis em construções, incluindo controle térmico e iluminação natural.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Desenvolver infraestrutura para a segurança e preservação do acervo.	—	Não é possível ampliar nos próximos 5 anos, e possuímos uma infraestrutura bem razoável, principalmente em comparação aos museus equivalentes.

Garantir a participação ativa dos povos indígenas nas decisões arquitetônicas e urbanísticas.	—	Compete ao IPHAN as decisões arquitetônicas em imóveis tombados.
Assegurar uma conexão eficiente entre diferentes blocos e áreas para reforçar o Museu como um espaço de memória indígena.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Desenvolver áreas que valorizem a história e a espiritualidade dos povos indígenas.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Expandir o Museu para os diferentes biomas, representando a diversidade indígena.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.
Participação de curadores indígenas no projeto dos jardins, considerando os jardins internos já que os jardins que podem ser avistados da rua são tombados.	—	Segundo o IPHAN, todos os jardins são tombados.
Desenvolver móveis próprios para o Museu, com participação de designers indígenas.	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.



Programa de Comunicação

O Programa de Comunicação tem como objetivo apoiar a promoção da comunicação⁶⁶ entre a Instituição e seus públicos. Isto é feito através de uma variedade de ações, canais, estratégias e ferramentas, visando divulgar projetos e atividades, além de disseminar e fortalecer a imagem institucional em níveis local, regional, nacional e internacional, no âmbito do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

A comunicação é uma ação estratégica para qualquer organização, e faz parte da própria definição de museu, que são instituições a serviço do público. O Estatuto de Museus, instituído pela lei 11.904/2009, em seu art. 31, estabelece que ações de comunicação constituem “formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público”.

Ao lado da conservação e pesquisa, a comunicação compõe um tripé que fundamenta a atuação de uma instituição museológica e deve ser pensada de forma integrada e transversal, envolvendo todos os setores organizacionais. É uma atividade que exige planejamento, análise e constante adaptação às mudanças do ambiente e do público.

Como órgão científico-cultural da FUNAI, o Museu deve desenvolver sua atividade de Comunicação Social alinhada com aquela realizada na sede,

⁶⁶ “processo de transferência da informação de uma pessoa ou equipamento a outra pessoa ou equipamento.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008)

respeitando suas diretrizes. Como instituição pública federal, deve se pautar pelo princípio administrativo da publicidade, dando visibilidade às ações que desenvolve e prestando contas à sociedade. Mas, por ser uma instituição museológica, também deve cumprir funções afeitas a esse tipo de organização.

A despeito de sua centralidade nas ações museais, a Comunicação encontra-se muito fragilizada no Museu. Até 2017, o SEGAB contou com uma equipe de três servidoras vindas da extinta TVE, dedicada a desenvolver as ações de Comunicação. Neste período, foi promovida uma série de ações importantes, como a publicação de um periódico e a atualização constante do site. Essas servidoras se aposentaram e, entre 2018 e 2021, a instituição ficou sem nenhum profissional especializado na área.

Atualmente, a Comunicação do Museu conta com apenas uma servidora (especialista em indigenismo com formação em jornalismo) para desenvolver todas as atividades de comunicação externa e interna. O Chefe do SEGAB também tem formação em jornalismo, mas as atribuições administrativas e de assessoramento à Direção não permitem uma atuação mais efetiva nas atividades de Comunicação.

Na área de audiovisual há dois servidores lotados na Coordenação Técnico-Científica - COTEC e com carga horária reduzida, cujas atividades que desenvolvem visam atender mais a outras demandas institucionais.

Há que se considerar, ainda, as mudanças significativas introduzidas nas ações de Comunicação por uma série de fatores conjunturais. Primeiramente, pode-se citar a diversificação e o aumento da importância das mídias sociais para o desenvolvimento de estratégias de comunicação voltadas ao público geral.

Ao mesmo tempo, as ações de Comunicação Social ganharam ainda maior complexidade com o contexto de pandemia de Covid-19, que desafiou as instituições a pensar, rapidamente, formas de produzir e divulgar conteúdos em formato virtual como única maneira de realizar entregas à sociedade.

Soma-se aos desafios colocados para a Comunicação com o público externo, a necessidade premente de desenvolvimento de ações de comunicação interna, visando melhorar o ambiente de trabalho dos servidores e colaboradores do Museu e as relações institucionais internas à FUNAI (o que envolve a comunicação interna com a sede e as unidades desconcentradas do órgão), bem como a reflexão

sobre as relações institucionais do Museu com os povos indígenas, principalmente a partir da posse da primeira diretora indígena, em dezembro de 2023.

Diante do contexto de abertura parcial do Museu ao público externo, após quase dez anos em que o Museu esteve fechado ao público em geral, o aumento da frequência de atividades educativas e culturais têm demandado mais serviços de comunicação. Da mesma forma, suscitou um expressivo aumento na procura do Museu por outras instituições, nacionais e estrangeiras, visando o estabelecimento de parcerias; convites para participação em eventos; e solicitações da imprensa por entrevistas. A abertura do Centro Audiovisual - CAud, em Goiânia, em julho de 2024, trouxe ainda mais desafios ao setor.

Atualmente o principal desafio institucional no que tange ao Programa de Comunicação é aproximar os povos indígenas do Museu e garantir seu protagonismo nas ações de comunicação. Uma das iniciativas que se está estudando para fortalecer essa aproximação e dar mais voz aos povos indígenas, de todos os biomas brasileiros, é implantar o projeto de Correspondentes Indígenas. Em linhas gerais, a ideia é que haja pelo menos um comunicador indígena, de cada bioma, que faça publicações sobre aspectos culturais de seus povos, em colaboração com o Museu, e que possa disseminar em suas comunidades informações de interesse como editais de cultura, premiações, cursos, eventos, produções audiovisuais, etc.

Acredita-se que, a partir de um grupo pequeno inicial, a Instituição possa, aos poucos, ir constituindo uma rede de correspondentes indígenas, fazendo com que as informações dos territórios cheguem aos diferentes públicos do Museu e levando para os territórios as informações de interesse dos povos indígenas, especialmente na área cultural.

Eixos de atuação:

A. Comunicação institucional

Devido à falta de pessoal, muitas das atividades de comunicação institucional ficam prejudicadas. As ações de assessoria de imprensa do Museu restringem-se, quase exclusivamente, ao atendimento de demandas de jornalistas. São feitas algumas divulgações, mas de maneira muito limitada. Da mesma forma,

atividades como a alimentação e atualização de *mailing lists*⁶⁷ segmentados (grande imprensa, imprensa especializada, entidades etc.), a realização de *clipping*⁶⁸ (recorte ou reprodução digital) das principais veiculações também não são feitas a contento.

Em 2022, quando havia mais uma servidora dedicada às atividades de Comunicação, voltou-se a editar o informativo on-line Museu ao Vivo, mas a publicação foi descontinuada no mesmo ano devido a licenças de saúde parcialmente simultâneas das duas servidoras.

É necessário estruturar as atividades de comunicação institucional, iniciando-se com a elaboração de um Plano de Comunicação. Com base nas diretrizes desse plano deve ser definida a identidade visual institucional. Uma identidade visual forte, integrada a um plano de comunicação estratégico, oferece os meios para que a imagem institucional esteja alinhada com a missão e objetivos organizacionais e seja transmitida de forma clara e consistente para os diversos públicos da instituição.

É preciso também adotar estratégias para estreitar os laços com o público interno (servidores, colaboradores e consultores), e externo (moradores, trabalhadores e estudantes do entorno do Museu; instituições parceiras como escolas, universidades, museus, e, prioritariamente, com os povos indígenas).

B. Comunicação visual

A comunicação visual do Museu deve ser baseada na identidade visual e coerente com a missão da instituição, priorizando a diversidade dos povos indígenas. O Museu está em processo para alteração da denominação "Museu do Índio" para "Museu Nacional dos Povos Indígenas", em consonância com a FUNAI, que passou a ser Fundação Nacional dos Povos Indígenas. O logotipo da Instituição é caracterizado por uma espiral vermelha sobre um fundo circular branco, acompanhado pelos escritos "MUSEU do ÍNDIO" em preto na parte superior, e "FUNAI" em cinza na parte inferior.

⁶⁷ *Mailing list* é uma lista de contatos utilizada por empresas e instituições com o objetivo de comunicar-se com seus clientes, consumidores e público em potencial. São geralmente usadas para veicular campanhas, atividades, informações relevantes, etc.

⁶⁸ *Clipping* é um processo de monitoramento e arquivamento de menções feitas em mídia sobre determinado tema ou marca, que pode abranger seleção de notícias em jornais, sites, revistas, blogs, redes sociais, podcasts e plataformas de streaming.

Enquanto esse processo está tramitando, a direção do Museu aprovou a utilização de um logotipo temporário sem o termo “do índio” e com duas flechas laterais ligando os nomes Museu e Funai. As versões do logotipo temporário (isolado e aplicado na régua de logos do governo federal) estão disponíveis para download no *Teams* para os servidores do Museu. Quando estiver consolidada a mudança do nome do órgão, será providenciada a elaboração de um novo logotipo.

C. Comunicação on-line

Site: é o canal institucional de informação e apresentação do Museu no Rio de Janeiro (RJ), e suas unidades desconcentradas: Centro Audiovisual (CAud), em Goiânia (GO), e o Centro Cultural Ikuiapá (CCI), em Cuiabá (MT), atualmente fechado ao público externo. O site publica notícias e vídeos sobre produtos relacionados às pesquisas e aos acervos do Museu, sobre eventos, cursos, oficinas e sobre ações institucionais. Oferece acesso aos repositórios digitais⁶⁹, além de informar meios de contato, horários de funcionamento e de visitação. Em 2021, deu-se o processo de migração do site para a página eletrônica do portal.gov.br, sendo o endereç o atual: (www.museudoindio.gov.br). Ainda há conteúdos que precisam ser migrados e informações no site que necessitam de atualização. Estas atividades, apesar de relativamente simples, demandam tempo e uma pessoa dedicada, o que atualmente não   viável tendo em vista a carência de pessoal.

Redes Sociais: as redes sociais têm sido bastante utilizadas para a divulgação de conteúdos do Museu, sendo o Instagram o principal canal de divulgação e a plataforma mais utilizada para divulgação de conteúdos. As publicações do Instagram são replicadas no Facebook, mas esta m dia carece de acompanhamento especial. A página de Youtube está sendo reativada, com publicações esporádicas. A m dia social X foi descontinuada porque demanda uma inserção mais frequente de postagens, até que se tenha estrutura mínima que possibilite gerenciá-la da forma adequada. O Museu conta com dois servidores que têm carga horária reduzida (6 horas), dedicados às atividades de fotografia e filmagem. A maior parte desse trabalho envolve a cobertura de ações e eventos realizados pela instituição e visam a divulgação, principalmente no canal do Museu no YouTube.

⁶⁹ “conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente. No contexto específico dos repositórios, os documentos adquirem novas configurações e são denominados objetos digitais ou estrutura de dados digitalmente codificados, composta pelo conteúdo de informação, metadados e identificador”. (BEKAERT, 2006)

D. Estudo de Público

Atualmente, o Museu não realiza estudos sobre seus públicos. Há apenas uma estimativa feita a partir das atividades promovidas, dos visitantes e dos dados de acesso e engajamento coletados no site institucional e nas redes sociais.

O Museu ficou fechado por quase 10 anos e apenas no dia 30 de janeiro de 2024 abriu seus jardins ao público externo. A última exposição que promoveu foi no ano de 2016. Assim, não há como prever o público que hoje teria interesse nas atividades museológicas.

Quanto ao público visitante, verifica-se que, entre janeiro e dezembro de 2024, o Museu foi procurado por moradores, trabalhadores e estudantes do entorno, especialmente no horário do almoço, pais ou babás com crianças, escolas e pessoas de diferentes nacionalidades. Pelo menos uma vez por semana costuma haver visita de estrangeiros. Eventualmente, o Museu recebe também visitas de pesquisadores, mas o principal atendimento das demandas desse público é feito por *e-mail*. Cumpre informar que o atendimento a este público teve continuidade mesmo com os portões fechados, mediante agendamento para as necessidades de pesquisa em seus acervos.

As atividades mais constantes desenvolvidas pelo Museu ao longo de sua história são com as escolas, o que fez com que professores e alunos se tornassem um público prioritário para o órgão. Essas atividades tiveram queda expressiva durante a pandemia.

Já, com base nas métricas, o público prioritário do Instagram, principal mídia social do Museu, é de mulheres (65,1%), e de pessoas com idade entre 35 e 44 anos (34,2%).

Um estudo mais aprofundado é essencial para traçar o perfil dos diferentes públicos da Instituição e elaborar estratégias para a gestão desses públicos, visando à reabertura total do Museu após a realização de obras no complexo arquitetônico tombado (que inclui o casarão centenário, principal espaço expositivo do Museu).

Com a dificuldade de realizar exposições, o perfil dos usuários da **Coleção Museológica** é, em sua maioria, composto por pesquisadores. Com o objetivo de atender o interesse público, o Museu também cede o uso de peças de seu acervo

para pessoas jurídicas de direito público ou privado (sem fins lucrativos), para realização de exposições ou intercâmbio científico e cultural no Brasil ou no exterior.

Em decorrência do longo tempo em que o Museu permaneceu fechado, e do fato de a Biblioteca Marechal Rondon localizar-se no mesmo casarão histórico e também necessitar de reforma, o perfil dos usuários da **Coleção Arquivística** e da Coleção Bibliográfica também é predominantemente de pesquisadores. As consultas a essas coleções têm sido feitas principalmente por e-mail, sendo realizados, muito esporadicamente e mediante agendamento, atendimentos presenciais para acesso ao acervo bibliográfico.

Registra-se também buscas por parte de instituições interessadas em itens dos acervos documentais, que envolve material iconográfico (fotos, negativos de acetato, mapas, desenhos); audiovisual (filmes cinematográficos e aproximadamente 300 documentos sonoros); textual (documentos históricos) para inclusão em publicações ou produções audiovisuais.

E. Difusão

No que se refere à comunicação com os povos indígenas, principalmente a partir dos trabalhos de elaboração deste Plano Museológico, o uso de redes sociais como o WhatsApp tem sido experimentada como uma ferramenta estratégica usada para estreitar os contatos. Reuniões on-line, por meio de plataformas digitais, como Google Meet, Zoom e Teams, também têm possibilitado a comunicação com estes povos, ainda que dificultada pela dificuldade de acesso a infraestrutura de internet de qualidade.

F. Serviços

Como, no momento, apenas os jardins do Museu encontram-se disponíveis para a visitação do público, o atendimento de demandas é feito majoritariamente por e-mail e mídias sociais. O público solicita informações principalmente sobre o desenvolvimento de atividades pedagógicas nas escolas e visitas de turmas ao Museu; acesso aos repositórios digitais e a itens dos acervos ainda não digitalizados; solicitação de publicações do Museu e pedido de informações, especialmente sobre quando se dará a reabertura total do órgão.

Coordenação/setor responsável

Atualmente, na estrutura organizacional do Museu, não existe um setor/serviço com atuação dedicada exclusivamente à Comunicação, como delineado neste programa. A Comunicação Social compete ao Serviço de Gabinete - SEGAB, de acordo com o regimento interno da FUNAI.

Visa, prioritariamente, a divulgação científica, com produção e difusão de conteúdos produzidos pelas diferentes áreas técnicas. Em paralelo, são realizadas ações de comunicação institucional e atendimento a demandas da imprensa e a solicitações dos públicos de interesse.

São desenvolvidas também ações de comunicação interna, com divulgação de ações, eventos, informações administrativas e campanhas de sensibilização. As mensagens são enviadas aos servidores e colaboradores por meio de correio eletrônico e mensagens em lista de transmissão criada no aplicativo WhatsApp, vinculada ao telefone institucional da Direção do Museu.

Matriz FOFA do Programa de Comunicação

FATORES POSITIVOS

Forças

- Gradual alcance dos canais de comunicação, a exemplo das mídias sociais;
- Crescente engajamento do público nas redes sociais;
- A diversidade e representatividade do acervo, que possibilita um trabalho rico de comunicação;
- Disponibilização do acervo pelos softwares Tainacan, DocVirt e PHL.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Ausência de identidade e imagem institucional consolidada;
- Não há um Plano de Comunicação;
- Inexistência de estruturas de comunicação nas unidades desconcentradas;
- Carência de equipamentos e infraestrutura.
- Comunicação interna e científica pouco consolidada;
- Carência de uma equipe de profissionais especializados na área de comunicação museal;
- Dificuldade em acompanhar as constantes mudanças tecnológicas;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

Oportunidades

- Estruturação de parcerias com comunicadores indígenas para produção e divulgação mútua de conteúdos em seus respectivos canais de comunicação;
- Possibilidade de parcerias com os canais de comunicação indígena, como as rádios e coletivos.

Ameaças

- Redução de verbas públicas institucionais destinadas às atividades de Comunicação;
- Perda das atribuições de Comunicação Museal na reestruturação.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Qual é o público-alvo do Museu?
- Que mensagem passar e como acessar este público?
- Quais as melhores ferramentas de comunicação para atingir os objetivos da comunicação museal?

Objetivo geral:

(para os próximos 5 anos)

- Fortalecer a Comunicação do Museu, potencializando o diálogo entre a instituição e seus públicos, especialmente com os povos indígenas, que devem ter um papel de protagonismo.

Objetivos específicos:

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.
- Iniciar a construção da identidade visual do Museu, alinhada à sua missão, à FUNAI e às diretrizes do Plano de Comunicação.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	Criação de um canal para participação indígena.	Canal de participação criado	Número de canal de participação	1 canal de participação criado	curto	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu
	Reuniões de alinhamento com as coordenações do Museu, seus serviços, com as duas unidades desconcentradas e representantes indígenas.	Reuniões de alinhamento realizadas	Número de reuniões realizadas	Ao menos 2 reuniões realizadas	médio	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu
	Redação e revisão e do Plano de Comunicação Institucional.	Minuta de Plano de Comunicação Institucional	Número de minuta elaborada	1 Minuta de Plano de Comunicação Institucional	médio	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu
	Apresentação e finalização do plano.	Plano apresentado à Direção, às unidades e a representantes de povos	Número de reuniões realizadas	1 reunião de apresentação realizada	longo	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu

		indígenas para ajustes e aprovação						
	Aprovação do plano.	Plano de Comunicação Institucional ajustado e aprovado	Número de Plano aprovado	1 Plano de Comunicação Institucional aprovado	longo	Todos os programas do Plano Museológico	Direção	Todas as coordenações e setores do museu
Iniciar a construção da identidade visual do Museu, alinhada à sua missão, à FUNAI e às diretrizes do Plano de Comunicação.	Consulta à Direção, às coordenações e seus serviços, às duas unidades desconcentradas e aos representantes indígenas, para definição participativa dos aspectos da identidade visual.	Consultas realizadas	Número de consultas realizadas	2 consultas realizadas	médio	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu
Estimular a criação de uma rede de correspondentes indígenas para divulgação de conteúdos de interesse.	Redação do projeto de correspondentes.	Projeto redigido aprovado pela Direção e Unidades do Museu	Número de projeto redigido	1 projeto redigido	médio	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu
	Criação da rede de correspondentes.	Criação da rede	Número de rede de correspondentes criada	1 rede criada	longo	Todos os programas do Plano Museológico	SEGAB	Todas as coordenações e setores do museu

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Dificuldade que alguns povos enfrentam no acesso às informações, a exemplo de dificuldade digital e escassez de conexão com a internet.	Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	—
Sugeriu-se a utilização de sistemas de QR CODE, com uma visão voltada às diversas línguas indígenas, pensando o patrimônio indígena como uma integração entre linguagem, estilo de vida e natureza.	—	O Museu não tem recursos financeiros ou humanos para desenvolver este sistema num prazo de cinco anos.
Foi proposto a construção de um Plano de Comunicação Indígena, visando as necessidades dos povos e o respeito à diversidade das línguas indígenas e do processo de comunicação indígena no Brasil, com investimento em interação constante para o estreitamento dos laços e com previsão de estruturação de rede de contatos com os povos indígenas. Sugeriu-se a geração de uma comunicação massiva, entendendo a existência de 305 povos e 274 línguas.	Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	—
Recomendaram a inserção de profissionais indígenas na Comunicação do Museu.	—	As normas administrativas atuais do Governo Federal não permitem a contratação fora do processo licitatório ou de concurso público, o que impede a implementação desse objetivo nos próximos 05 anos.

Indicou-se propostas de <i>workshops</i> de capacitação em Comunicação.	Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	—
Sugeriu-se a necessidade de proporcionar a liberdade de expressão de uso de linguagem e estilo de vida indígena.	Iniciar a construção da identidade visual do Museu, alinhada à sua missão, à FUNAI e às diretrizes do Plano de Comunicação.	—
Sugestionaram que os povos indígenas sejam, efetivamente, o público principal do Museu.	Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	—
Aconselharam a elaboração de um mecanismo que se aproxime das percepções dos povos indígenas, descentralizando o acesso às informações de ferramentas exclusivamente digitais, e reforçando como caráter fundamental a existência de vários canais de comunicação, como a escrita, as imagens, os desenhos, as artes, etc.	Elaborar um Plano de Comunicação Institucional, contemplando o Museu, suas duas unidades desconcentradas e os povos indígenas.	—
Foi apontada a necessidade de criação de um setor próprio de Comunicação para o Museu, com objetivo de divulgar as ações desenvolvidas, sendo um dos catalisadores para promover a visibilidade dos povos indígenas e suas culturas.	—	Concordamos com a demanda, contudo ela precisa ser atendida no âmbito da reestruturação da FUNAI.
Formação de um Conselho Indígena com papel consultivo deliberativo formado por representantes de diversas etnias indígenas, representando biomas específicos, com mandato de 2 anos, sem possibilidade de recondução e com integrantes remunerados.	—	O Museu não dispõe de recursos financeiros e tem limitações para remuneração dos conselheiros
Campanhas de Sensibilização nas redes sociais e na mídia tradicional destacando a importância das culturas indígenas, com previsão de orçamento para publicidade	—	O Museu não dispõe de recursos orçamentários ou

		humanos para desenvolver essas campanhas
Aumentar a presença do museu em plataformas de redes sociais como Instagram, Facebook e TikTok com conteúdo regular e envolvente, sendo necessário equipe de mídias sociais, software de gerenciamento de redes sociais.	—	O museu necessita ter uma equipe de comunicação para ampliar o trabalho nas mídias sociais e subsidiar as contratações necessárias
Estabelecer colaborações com influenciadores digitais, especialmente aqueles que têm uma conexão com a cultura indígena, para promover o museu.	—	O Museu conta com apenas uma servidora para todas as atividades de comunicação, o que limita muito sua capacidade de atuação.
Estabelecer reuniões regulares entre a equipe do museu e representantes indígenas, e criar boletins internos para manter todos informados, com aquisição de software de comunicação interna.	—	A área de Comunicação do museu necessita de apoio para subsidiar o processo de licitação para aquisição de software.



Programa de Gestão de Pessoas

O Programa de Gestão de Pessoas tem como objetivo orientar a estruturação dos recursos humanos da Instituição. Perpassa por ações de valorização, capacitação, bem-estar e relacionamento de todos os profissionais atuantes no Museu, isto é, por servidores, prestadores de serviço, voluntários, estagiários e demais colaboradores.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

O processo de Gestão de Pessoas no Museu tem sido encarado de forma estritamente burocrática pela Coordenação de Administração (COAD), unidade competente por este processo, que possui uma assessoria para atendimento das demandas de servidores, pagamento de diárias e passagens nos afastamentos, custeio de viagens para colaboradores eventuais, registros de demandas processuais pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processos de aposentadorias, entre outras.

Essa abordagem, embora necessária para a conformidade administrativa, é insuficiente para atender às reais demandas da instituição, pois negligencia aspectos essenciais como o desenvolvimento de competências, a valorização dos servidores e a promoção de um ambiente organizacional saudável e produtivo. É fundamental adotar uma visão holística⁷⁰ da gestão de pessoas, que considere o equilíbrio entre os processos administrativos e o investimento contínuo na capacitação, motivação e

⁷⁰ “que considera o todo, não apenas uma junção de partes; busca entender os fenômenos integralmente.” (Dicionário Dicio, s.d.)

bem-estar dos servidores, garantindo assim maior eficiência e alinhamento às necessidades estratégicas do Museu.

O planejamento contempla a formulação de diretrizes, o estabelecimento de metas e a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação de desempenho dos servidores e colaboradores. Desenvolve ainda ações voltadas ao aprimoramento dos processos de gestão, à otimização dos recursos disponíveis e à capacitação contínua do quadro funcional.

É importante destacar que não nos foi informado um histórico de contextualização, mas somente uma análise quantitativa do perfil de formação do quadro de servidores do Museu. Anteriormente, o Museu contava com uma trajetória consolidada de formação profissional interna, baseada no desenvolvimento gradual de competências específicas voltadas à sua missão institucional. No entanto, com a implementação de um novo modelo de gestão pública gerencial, houve uma mudança significativa no perfil dos servidores, que agora ingressam por meio da carreira genérica de Especialista em Indigenismo. Essa estrutura de carreira não contempla a possibilidade de contratação de profissionais especializados considerados essenciais para as atividades do Museu, como museólogos, arquivistas, bibliotecários, conservadores, pedagogos, analistas e desenvolvedores de sistemas, pesquisadores, linguistas, etc. Além disso, os sucessivos pedidos de aposentadoria têm resultado em um esvaziamento progressivo do quadro funcional, acentuando a perda de expertise em áreas críticas para a preservação e valorização do patrimônio cultural indígena.

Em relação à força de trabalho da Instituição, considerando a sede do Rio de Janeiro e as demais unidades desconcentradas, é composta por 51 servidores, sendo: 32 especialistas em indigenismo; 06 técnicos em indigenismo; 02 economistas e 01 auxiliar de serviços gerais. Nas demais áreas há somente 01 profissional: 01 sociólogo, 01 vendedor de artesanato, 01 antropóloga, 01 auxiliar administrativo, 01 professora de 1º Grau, 01 assistente de produção e 01 editor de vídeo tape.

Dentro deste universo de servidores, 05 são servidores lotados em outras unidades da FUNAI e atualmente em exercício no Museu, 03 são servidores lotados no Museu e em exercício na Sede da Funai e 02 encontram-se em afastamento.

É importante destacar que o Museu registra um elevado número de afastamentos relacionados a questões de saúde mental, reflexo direto da sobrecarga de trabalho enfrentada pelo atual quadro de servidores e um clima organizacional complexo. Embora a instituição possua uma estrutura organizacional de médio a grande porte, a

insuficiência de recursos humanos compromete a execução plena de suas responsabilidades regimentais. Esse cenário de alta demanda e pressão constante contribui significativamente para o aumento dos afastamentos, evidenciando a necessidade urgente de reforço na força e nas condições de trabalho, além de medidas que promovam um ambiente organizacional mais equilibrado e saudável.

Entende-se que o problema de saúde mental dos servidores não é restrito ao Museu. Os servidores da FUNAI enfrentam inúmeras dificuldades que impactam diretamente sua saúde física e mental, como ameaças, violência e insegurança no exercício de suas funções, especialmente em regiões remotas, além de falta de infraestrutura, sobrecarga de trabalho devido à escassez de recursos humanos, situações de assédio institucional, desvalorização profissional, pressão política que compromete a autonomia técnica e isolamento em áreas afastadas, agravando o desgaste psicológico. Esses fatores tornam urgente a criação de um Programa Institucional de Assistência à Saúde Mental no âmbito da FUNAI, com ações que incluam atendimento psicológico contínuo, campanhas de conscientização sobre saúde mental, canais de escuta e acolhimento, treinamentos em resiliência emocional e melhoria das condições laborais.

Neste momento há 02 funcionários com pedido de aposentadoria em andamento e que podem ser concretizados ainda em 2024.

O Museu enfrenta limitações na contratação de profissionais especializados, tanto por concurso público quanto por terceirização (relacionada à falta de disponibilidade orçamentária para realização desse tipo de contrato), o que compromete a execução das atividades meio e finalísticas. A dificuldade se estende também à contratação de estagiários.

Além disso, a política de capacitação da FUNAI não supre adequadamente as necessidades do Museu, oferecendo apenas cursos on-line das escolas de governo, que são insuficientes diante da complexidade das demandas institucionais e da carência de mão de obra especializada.

Há que se destacar também o modelo de gestão pública vigente, que preconiza a transparência ativa e passiva das informações públicas (Lei de Acesso à informação - LAI), além do tratamento adequado dos dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) que custodia, o que enseja um esforço do Museu na contratação de servidores que possam desempenhar tais atividades, cumprindo assim o dever legal como unidade integrante da administração pública federal.

Eixos de atuação

A. Demandas de Gestão para os Servidores

Em relação às demandas de gestão para os servidores, no Museu, a Assessoria de Gestão de Pessoas realiza atividades diretamente ligadas aos servidores, referentes à gestão de registro de frequência e folha de ponto, acompanhamento das solicitações de férias, agendamento de perícias, aposentadorias, atualização de cadastros, licença capacitação, avaliação de desempenho, progressão funcional, declarações, entre outras.

B. Demandas de Gestão para o Museu e para a FUNAI

No que se refere às demandas de gestão para o Museu e para a FUNAI, realiza atendimento diretamente à Direção quanto à legislação sobre gestão de pessoas, substituição, movimentação e provimento de cargos, auxilia nos processos de designação, nomeação, dispensa e atua diretamente no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Coordenação/Setor responsável

A Assessoria de Gestão de Pessoas está na estrutura da Coordenação de Administração (COAD) do Museu, atendendo os diferentes setores e subsidiando a gestão nos processos de alocação de pessoas, orientando os servidores nos direitos e deveres para o desempenho de trabalho e as atribuições dos cargos e exercendo o apoio e a execução das demandas de viagens.

Matriz FOFA do Programa de Gestão de Pessoas

FATORES POSITIVOS

Forças

- Parceria com o Serviço de Saúde da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para realização de perícias médicas, o que é um problema para outras unidades da FUNAI.

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Necessidade de trabalhar com legislação extremamente burocrática das fundações autárquicas;
- Ausência de profissionais específicos em determinadas áreas de atuação no Museu;
- Ausência de concursos públicos para quadro de servidores específicos para atividade finalística do Museu;
- Quadro reduzido de servidores;
- Inexistência de parcerias entre as unidades organizacionais para o planejamento conjunto das atividades do Museu;
- Déficit nos quadros de prestadores de serviços e estagiários;
- A dificuldade que o setor de gestão de pessoas tem em obter documentação dos indígenas para liberação de ações como emissão de passagens e contratos de prestação de serviços, como a prestação de contas para que novas atividades possam ser realizadas.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

Oportunidades

- Renovação do quadro de servidores mediante chamada dos aprovados no Concurso Nacional Unificado (CNU).

Ameaças

- Sair mais servidores para outros órgãos do que entrar novos servidores no Museu, também via CNU.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como melhorar a cultura e o clima organizacional no Museu?
- Como incentivar a comunicação da Instituição, de modo que se consolide de maneira mais afetiva, afetuosa e comprometida?
- Como integrar as equipes para um objetivo comum do Museu?
- Como motivar os colaboradores do Museu?
- Como diversificar os conhecimentos e a capacidade para integrar as diferentes pessoas que contribuem para o Museu?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Fomentar uma cultura organizacional colaborativa e inclusiva no Museu e nas unidades desconcentradas, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade, promovendo o desenvolvimento profissional contínuo e otimizando os processos de gestão de pessoas, com o objetivo de alcançar a excelência institucional e o cumprimento das metas estratégicas.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Aplicar a Política Institucional de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
- Elaborar Plano Institucional Integrado de Gestão de Pessoas de acordo com os eixos (demandas de Gestão para servidores e demandas de Gestão para o Museu e FUNAI);
- Promover o desenvolvimento profissional contínuo dos colaboradores e servidores, oferecendo oportunidades de aprendizagem e qualificação;

- Facilitar a comunicação entre servidores, colaboradores e povos indígenas, no sentido de viabilizar as demandas vindas dos indígenas ao Museu e às unidades desconcentradas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Aplicar a Política Institucional de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.	Realizar estudo para implementação de Programa de Ações Integrativas no âmbito do Museu do Índio, considerando metodologias integrativas de relações interpessoais.	Estudo realizado	Número de estudos avaliativos	01 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	Todas as coordenações e setores do museu
	Implementar ações integrativas entre os servidores e colaboradores, cujo foco seja pensar a relação de pertencimento, identidade e cooperação.	Ação realizada	Número de ações realizadas	1 ação integrativa realizada ao ano	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	COAD SEGAB

Elaborar Plano Institucional Integrado de Gestão de Pessoas de acordo com os eixos (demandas de Gestão para servidores e demandas de Gestão para o Museu e FUNAI).	Realizar um diagnóstico das necessidades do quadro de pessoal, visando análise do quadro de funcionários atual e uma projeção do que seria o ideal e aprimorar as práticas de gestão de pessoas e aumentar a eficiência do Museu.	Diagnóstico de necessidade de pessoal	Número de diagnósticos redigidos e publicizados	01 diagnóstico redigido e publicizado	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	Todas as coordenações e setores do museu
	Acompanhar o desenvolvimento das pessoas e seus resultados para avaliação da atuação do servidor (atividade realizada pelos chefes do serviço), visando a excelência em cada uma de suas áreas.	Programa de Gestão de Desempenho - PGD	Número de Programa de Gestão de Desempenho - PGD	01 PGD aprovado	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	Todas as Chefias dos Serviços da Instituição

Promover o desenvolvimento profissional contínuo dos colaboradores e servidores, oferecendo oportunidades de aprendizagem e qualificação.	Mapear a formação dos colaboradores e servidores, e seus interesses.	Mapeamento	Número de mapeamentos	01 Mapeamento publicizado	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	Todos as coordenações e setores do museu
	Qualificar os colaboradores de acordo com as necessidades da Instituição.	Qualificação de colaboradores	Número de oficinas/capacitações oferecidas	01 capacitação	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	Todos as coordenações e setores do museu
Facilitar a comunicação entre servidores, colaboradores e povos indígenas, no sentido de viabilizar as demandas vindas dos indígenas ao Museu e às unidades desconcentradas.	Realizar material audiovisual didático sobre processos burocráticos como preenchimento de formulários, prestação de contas, etc.	Material didático desenvolvido	Número de materiais didáticos desenvolvidos	01 material desenvolvido e publicado	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	COTEC SEGAB

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Viabilizar mais oportunidades de visitas de forma presencial para os indígenas ao Museu.	Facilitar a comunicação entre servidores, colaboradores e povos indígenas, no sentido de viabilizar as demandas vindas dos indígenas ao Museu e às unidades desconcentradas.	—
Melhorar as práticas de atendimentos voltados para os povos indígenas através de uma comunicação facilitada para fins burocráticos.	Facilitar a comunicação entre servidores, colaboradores e povos indígenas, no sentido de viabilizar as demandas vindas dos indígenas ao Museu e às unidades desconcentradas.	—
Formar quadros de servidores indígenas através de concursos públicos ou que sejam designados para cargos de confiança no Museu.	—	Depende da FUNAI para efetivação.
Promover capacitações para os colaboradores que executam as ações referentes a este serviço, no sentido de terem sensibilidade para entender as dificuldades que há nos territórios, a exemplo da prestação de contas, com necessidade de apresentação de notas fiscais e recibos.	Promover o desenvolvimento profissional contínuo dos colaboradores e servidores, oferecendo oportunidades de aprendizagem e qualificação.	—



Programa de Infraestrutura Tecnológica

O Programa de Infraestrutura Tecnológica visa subsidiar a aplicação de ferramentas e soluções tecnológicas que permitam organizar, otimizar e potencializar as atividades meio e finalísticas do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

O Museu iniciou um processo gradual de digitalização⁷¹ e informatização⁷² de seus acervos, modernizando sua infraestrutura tecnológica⁷³. Com a transferência para um novo espaço físico em Botafogo, ocorrida no fim da década de 1970, foi necessária a reestruturação e organização dos acervos, que começou na década de 1980 e se consolidou a partir dos anos 1990, incluindo o que se refere à informatização dos processos de gestão. Em 1996, com a introdução do *software* OrtoDocs, foi criada a primeira base de dados⁷⁴ digital. Embora fosse direcionado para a gestão do acervo museológico, com campos descritivos específicos para os itens, esta Base de Dados permitiu também catalogar e organizar os itens bibliográficos.

⁷¹ “processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um scanner.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística, s.d.)

⁷² “digitalização dos processos e informações com o objetivo de otimizar ou automatizar procedimentos e resultados.” (FERNANDES, 2020)

⁷³ “na visão tradicional, consiste nos recursos centralizados de TI, que podem incluir hardware, software, dispositivos de telecomunicações e rede.” (SANCHEZ, CAPPELLOZZA, 2012)

⁷⁴ “conjunto de arquivos e programas de computador coordenados e estruturados que constituem um depósito de informações que podem ser acessadas por diversos utilizadores.” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008)

Em 2007, o Museu adotou o *Personal Home Library* (PHL), um *software open source* criado para gestão de acervo bibliográficos e customizado pelo Museu para atender a gestão do acervo museológico. Esse *software* agregou campos específicos para identificar artesãos, terminologias étnicas e funções dos objetos, possibilitando melhorias nas fichas catalográficas e no relacionamento com as imagens dos objetos com uma descrição mais detalhada e culturalmente sensível dos itens. Também atendia à necessidade de gestão *off-line*⁷⁵. A Instituição promoveu um investimento tecnológico comprometido com a acessibilidade e a valorização do patrimônio cultural indígena.

Em 2018, o Museu iniciou a migração dos dados relativos ao acervo museológico do PHL para a plataforma Tainacan. Essa mudança permitiu maior interatividade e gestão controlada do vocabulário técnico, por meio da incorporação do *Dicionário do Artesanato Indígena*, possibilitando aos usuários pesquisar objetos por termos específicos relacionados a técnicas, materiais e funções. Além disso, viabilizou a correlação de conteúdo multimídia, como vídeos e áudios, com o acervo disponibilizado, e tornou o conteúdo acessível em buscadores convencionais, aumentando a visibilidade do acervo etnográfico digitalizado.

Apesar da adoção do Tainacan, o PHL continua em uso para a gestão do acervo museológico catalogado até 2018, bem como o acervo bibliográfico e arquivístico. O acervo arquivístico do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), por sua vez, está em processo de digitalização e inserção na base DocZ, uma plataforma voltada para descrição de arquivos digitalizados, da empresa SOS Docs, contratada pela FUNAI. Desde 2024, para o acervo arquivístico, encontra-se em fase de teste o uso da *Plataforma Access to Memory* (AtoM), uma aplicação *open source* baseada na web⁷⁶ para descrições arquivísticas.

Em relação aos processos administrativos, desde 2016, o Museu adotou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema para gerenciamento destes processos e documentos avulsos. Este sistema é gerenciado pela FUNAI e armazenado em Brasília.

A Coordenação de Administração (COAD), através dos seus Serviços e Assessorias, utiliza alguns sistemas governamentais para controle de orçamento e

⁷⁵ “estado de desconexão no qual dispositivos não estão ligados a uma rede, impossibilitando a comunicação ou o acesso imediato a recursos on-line.” (NOVELI, 2010)

⁷⁶ “conceito que envolve multimídia, hipermídia, hipertexto e ciberespaço, descrevendo os meios pelos quais a informação é armazenada, transmitida, apresentada ou percebida.” (DA, VIEIRA, s.d.)

finanças, escrituração tributária, concessão de diárias e passagens, controle de material de consumo e patrimônio, todos gerenciados pelo Serviço de Processamento de Dados (SERPRO), sendo os principais:

- Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) – trata-se de um sistema contábil que realiza o processamento, controle, execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro.
- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) - instrumento de apoio, transparência e controle na execução das atividades do SIASG, por meio da informatização e operacionalização do conjunto de suas atividades, bem como no gerenciamento de todos os seus processos. Inclui onze subsistemas que lidam com compras, gestão de registro de preços, catálogos de materiais, entre outras funções.
- Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) – permite à Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais e bens patrimoniais.
- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – serviço on-line de identificação e autenticação de pessoas para realização de concessão de diárias e passagens, bem como prestação de contas relacionadas a esses sistemas.
- Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal (e-CAC) – Centro de atendimento virtual da Receita Federal, por meio do qual a administração direta, autárquica e fundacional podem realizar o cadastro de impostos e taxas.
- Portal de Compras – portal que viabiliza a realização de licitações, com rotinas de controle e de transparência que permitem o controle ativo dos cidadãos em geral e dos licitantes em específico.

Apesar desses esforços, atualmente, no que tange às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)⁷⁷, observa-se que a infraestrutura tecnológica enfrenta desafios significativos, devido à ausência de uma política institucional que estabeleça diretrizes, processos e procedimentos para a gestão, organização e preservação de seus acervos digitais; atualização e manutenção de equipamentos tecnológicos, *softwares* e renovação de mídias.

⁷⁷ Conjunto de recursos tecnológicos para obter, processar e gerar informações que são tornadas acessíveis por meio de redes de comunicação, incluindo o sistema computacional (*hardware*, *software* e equipamentos e periféricos).

Eixos de atuação

A. Governança de dados

O Museu carece de uma política institucional específica, dentro da FUNAI, para a governança de seus dados digitais. A ausência de protocolos definidos para o processamento, armazenamento e preservação de informações sensíveis e de valor histórico expõe a instituição a riscos de perda de dados e comprometimento da segurança da informação. Atualmente, o Museu avalia diferentes alternativas para a gestão de seus dados, como a utilização de nuvem, oferecida pelo SERPRO, uma empresa governamental, e a adoção de uma solução híbrida, combinando armazenamento local e em nuvem. A escolha da melhor alternativa dependerá de uma análise criteriosa dos custos, benefícios e riscos associados a cada opção, considerando as necessidades específicas da Instituição.

A segurança de dados do Museu tem que ser uma prioridade, especialmente considerando o valor cultural e histórico do acervo, pois precisa-se garantir que os dados estejam protegidos contra acessos não autorizados, perdas e danos. Deve-se, do mesmo modo, implementar uma solução que ofereça alta segurança, incluindo criptografia, controle de acesso e proteção contra perda de dados.

O Museu possui um contrato vigente com a empresa EQUINIX do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática LTDA, iniciado em 16 de novembro de 2023, com duração máxima de cinco anos e um valor mensal aproximado de R\$ 45.000,00. Esse instrumento estabelece uma contratação estratégica para a locação e a gestão da infraestrutura tecnológica do Museu.

A Equinix fornece ao Museu um espaço físico de data center, para a instalação de equipamentos como servidores e *switches* comprados pelo Museu, além de acesso à internet de alta velocidade, via fibra óptica. Essa infraestrutura alocada nas instalações da Equinix serve como a base para as operações tecnológicas do Museu, garantindo a disponibilidade e a segurança dos dados. Ademais, o contrato com a Equinix contempla também serviços de computação de nuvem e de manutenção programada da infraestrutura dos sistemas de informação.

Em termos de capacidade de armazenamento, uma infraestrutura inicial de 100 TB foi estabelecida entre 2015 e 2016, alocando cerca de 10 TB para a rede interna e 90 TB para o acervo digital. Contudo, o rápido crescimento da produção de

documentos digitalizados e nato-digitais esgotou essa capacidade, levando à aquisição de soluções temporárias, como *hard drives* (HDs) externos.

Em 2024, foi pontuada a necessidade de ampliação de capacidade, assim como outras necessidades destacadas em um dos documentos do planejamento da contratação - Estudo Técnico Preliminar, no Processo nº 08786.000398/2024-81, como alta performance em termos de velocidade de acesso, latência mínima, alta taxa de transferência de dados, especialmente para operações críticas como backup⁷⁸, recuperação de dados e suporte para criptografia de dados, controle de acesso e integração, garantindo a segurança dos dados armazenados. Está em fase de conclusão a aquisição de duas unidades adicionais de 800 TB cada, para instalação no Museu e no espaço alugado na Equinix, utilizando uma verba total para aquisição e instalação de R\$ 720.000,00.

Há também necessidade de investimento na atualização elétrica para proporcionar estabilidade ao Centro de Processamento de Dados (CPD), cuja localização em Botafogo é considerada vulnerável devido ao risco de queda de luz, cuja ocorrência se deve a uma rede antiga na Rua das Palmeiras. A construção de uma estrutura própria para o CPD está no planejamento institucional, mas encontra-se atualmente bloqueada por restrições impostas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), condicionadas à elaboração do Plano Arquitetônico-Urbanístico. A climatização do CPD é atualmente insuficiente, sendo gerida por aparelhos de ar-condicionado instáveis, enquanto outra empresa contratada se encarrega de sua manutenção.

Foi estudada a intenção de compra de espaço em nuvem. No entanto, os valores para a contratação foram considerados fora do escopo financeiro do Museu, além de ter sido identificado o desafio da migração dos dados para a nuvem. Outro fator a ser levado em consideração foi a existência de impedimento legal para armazenamento de dados públicos, com destaque para a especificidade dos dados contidos nos acervos da Instituição, de natureza sensível.

B. Digitalização de acervos

O Museu tem realizado esforços significativos de digitalização e preservação de dados, mas enfrenta desafios em termos de gestão de acessibilidade, atualização tecnológica e políticas estruturadas. Estima-se que 45% deste acervo

⁷⁸ “cópia de segurança em meio eletrônico.” (DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística, s.d.)

foi digitalizado. Atualmente, o Museu adota uma estratégia de diferentes formatos de arquivos para acesso público.

Em relação à preservação digital, o Museu carece de um plano específico, integrando o Centro Audiovisual (CAud) e o Centro Cultural Ikuiapá (CCI), alinhado às diretrizes formais da FUNAI. Além disso, não existe uma estrutura formal de manutenção para mitigar a obsolescência tecnológica, e muitos itens digitalizados anteriormente estão em mídias já obsoletas.

C. Estruturação física e equipamentos

Segundo a Informação Técnica nº 1/2023/COTEC/MI-FUNAI, há indicações de que toda a infraestrutura do *data center*, adquirida em 2015, encontra-se obsoleta, superando em muito sua vida útil estimada de cinco anos. Diante desse cenário, torna-se importante a modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, que encontra-se em andamento. Entretanto, a nova infraestrutura deve ser eficiente também em termos de consumo energético e contribuir para os objetivos de sustentabilidade do Museu.

Coordenação/setor responsável

Não há um setor de TIC na estrutura do Museu. Há contrato vigente de prestação de serviços com empresas especializadas. Atualmente, a Coordenação de Administração (COAD) gerencia os contratos de serviço com estas empresas, porém há participação de servidores de outras coordenações na gestão e na fiscalização dos contratos existentes.

Matriz FOFA do Programa de Infraestrutura Tecnológica

FATORES POSITIVOS

Forças

- Histórico de estruturação de infraestrutura tecnológica;
- Contratação de serviços pontuais de TIC, terceirizados e especializados.

FATORES INTERNOS

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Equipamentos obsoletos;
- Infraestrutura tecnológica limitada;
- Ausência de equipe especializada em TI, no quadro dos funcionários efetivos;
- Inexistência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação Institucional específico;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas;
- Falta de diálogo intersetorial interno..

Oportunidades

- Possibilidades de contratos com a SERPRO;
- Possibilidade de utilização de plataformas open source;
- Adoção de uma solução híbrida de armazenamento, combinação de data centers locais e soluções em nuvem, de modo a oferecer flexibilidade e escalabilidade.

FATORES EXTERNOS

Ameaças

- Alto custo para manutenção de equipamentos e softwares;
- Complexidade na implementação da solução híbrida, gestão e integração de ambientes locais e em nuvem.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Quais os desafios de alinhar as demandas do Museu ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC de competência da FUNAI?
- Quais são as estratégias para superação da obsolescência do parque tecnológico para boa administração da guarda global de dados?
- Quais são as estratégias para superação dos desafios de migração de software?
- Como prover o aumento e o melhoramento da governança de dados e a capacidade de armazenamento?
- Como prover o aumento da acessibilidade com adequação de bases à dispositivos móveis?
- Como desenvolver soluções integradas para atendimento das demandas de TI dos povos indígenas?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Implementar uma infraestrutura tecnológica mais segura e eficiente para gerir e preservar o acervo institucional, abrangendo documentação cultural e administrativa, com foco especial na salvaguarda da memória e da diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Alinhar as necessidades do Museu com a Política de Governança de Dados da FUNAI, levando em consideração as normativas do setor cultural brasileiro.

- Atualizar a infraestrutura tecnológica, física e de pessoal qualificado em TI.
- Promover o aperfeiçoamento continuado sobre TIC para gestão de organismos públicos, para gestão de patrimônio cultural e em tecnologias assistivas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos.

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Alinhar as necessidades do Museu com a Política de Governança de Dados da FUNAI, levando em consideração as normativas do setor cultural brasileiro.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento da Política de Governança de Dados no âmbito do Museu.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	Direção	COAD COTEC CODIC COPAC
	Criar na estrutura organizacional do Museu uma Assessoria de TIC, diretamente vinculada à Direção.	Assessoria criada ou remanejada	Número de assessorias	1 assessoria criada ou remanejada	Médio	Institucional	Direção	COAD
Atualizar a infraestrutura tecnológica, física	Mapear as necessidades de capacitação e	Mapeamento realizado	Documento técnico	01 documento técnico	Médio	Todos os programas que integram este	Direção	COAD COPAC CODIC COTEC

e de pessoal qualificado em TI.	atualização de infraestrutura tecnológica e física para TIC visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços qualificados na área de TI.		contendo mapeamento			Plano Museológico		
	Adquirir equipamentos de TIC.	Aquisição de solução de armazenamento de conteúdo digital	Infraestrutura de armazenamento digital atualizada	Equipamentos adquiridos instalados	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	COPAC
Promover o aperfeiçoamento continuado sobre TIC para gestão de organismos públicos, para gestão de patrimônio cultural e em tecnologias assistivas.	Viabilizar treinamentos de capacitação e aperfeiçoamento específicos para equipes técnicas e operacionais do museu que auxiliem no preenchimento de lacunas de conhecimento sobre TIC.	Incluir cursos de TIC no PDP da FUNAI	Número de cursos incluso no PDP FUNAI	Ao menos 01 curso incluso no PDP FUNAI	Médio	Gestão de Pessoas	COAD	CODIC COPAC COTEC

Solicitações das representações externas no que se refere ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Estruturar TICs para gestão de acervos digitais, visto a incidência de incêndios em museus brasileiros.	Alinhar as necessidades do Museu com a Política de Governança de Dados da FUNAI, levando em consideração as normativas do setor cultural brasileiro.	—
Implementar programas de treinamento e aperfeiçoamento para funcionários e indígenas, em assuntos como gestão de dados, utilização de novas tecnologias e manutenção de infraestrutura tecnológica.	Promover o aperfeiçoamento continuado sobre TIC para gestão de organismos públicos, para gestão de patrimônio cultural e em tecnologias assistivas.	—
Contratar profissionais com formação específica e aptos a trabalhar na área de TIC.	—	Não há um setor de TIC na estrutura do Museu. Há contrato vigente de prestação de serviços com empresas especializadas.
Utilizar sistemas de armazenamento em nuvem.	Alinhar as necessidades do Museu com a Política de Governança de Dados da FUNAI, levando em consideração as normativas do setor cultural brasileiro.	—
Melhorar os equipamentos para a gestão dos acervos digitais.	Atualizar a infraestrutura tecnológica, física e de pessoal qualificado em TI.	—
O Plano já menciona a importância de parcerias com outras instituições, mas sugiro a criação de uma Plataforma de Colaboração Internacional que conecte o MNPI a museus e organizações	—	Não é possível executar nos próximos 5 anos.

<p>indígenas em outros países. Essa plataforma poderia facilitar o intercâmbio de conhecimentos, exposições e projetos de pesquisa, além de promover a repatriação de acervos indígenas que estão em instituições estrangeiras. A plataforma também poderia incluir um banco de dados digital com informações sobre práticas museológicas inovadoras e experiências de gestão indígena em museus ao redor do mundo.</p>		
---	--	--



Programa de Segurança e Gestão de Riscos

O Programa de Segurança e Gestão de Riscos⁷⁹ visa subsidiar a especificação das principais medidas de mitigação de riscos para o acervo, pessoas e edificação. A identificação e a avaliação dos riscos são cruciais para estabelecer prioridades e definir ações que garantam a segurança e a integridade do patrimônio institucional frente aos recursos limitados. Visa também, dar subsídios para o planejamento no monitoramento dos ambientes de armazenamento e exposição, capacitar a equipe para prevenir e minimizar riscos, agir de forma adequada nos momentos de emergência e fortalecer seu papel de disseminador de medidas de mitigação de riscos mediante a atuação em rede com outras instituições e no âmbito do Museu.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição:

O Museu é composto por uma sede no Rio de Janeiro (RJ) e duas unidades desconcentradas: o Centro Audiovisual, em Goiânia (GO), e o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá (MT). A gestão das unidades ocorre de forma centralizada, na sede, conforme a competência responsável pelo programa, sob supervisão geral da Coordenação Técnico-Científica (COTEC). Cada uma delas está em estágio distinto de estruturação de Plano de Gestão de Risco referente aos espaços edificados e livres, acervos e público interno e externo. Cabe destacar que a Cartilha Gestão de

⁷⁹ “constitui uma ferramenta para a proteção e uso do patrimônio museológico, permitindo identificar, avaliar e mitigar riscos de natureza física, ambiental ou humana que possam comprometer sua integridade.” (Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico, s.d.)

Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (IBRAM, 2013), aponta dez agentes de risco: força física; furto, roubo e vandalismo; fogo; água; pragas; poluentes; luz e radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV); temperatura incorreta; umidade incorreta; e, dissociação. Apenas a unidade de Goiás (CAUD) possui Plano de Gestão de Risco. As demais possuem alguma ou nenhuma medida implantada.

Na unidade sede, ações importantes foram realizadas no que tange a furto, roubo e vandalismo, água e fogo. Em 2022 foi contratada a empresa PR1 Engenharia LTDA ME para elaboração de laudo de vistoria. As áreas de risco identificadas foram categorizadas por prioridade de execução. Imediata: a) revisão elétrica geral e da subestação - já realizadas; b) estrutura de muros e corrimãos - (a estrutura de corrimãos já foi efetuada); c) instalação de prevenção de incêndio - já realizada com projeto de prevenção de incêndio e de escape aprovado pelo Corpo de Bombeiros, mas a instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) permanece pendente. Em caráter de segunda ordem de urgência: d) retirada de materiais de combustão e fonte de calor no casarão - (por causa das obras de restauração o casarão precisa ser totalmente esvaziado); e) em relação à edificação, prover acessibilidade - não realizada em razão da necessidade de obras. Contemplada no projeto de restauração a ser licitado e executado; f) revisão das esquadrias - contemplada no projeto de restauração a ser licitado e executado; g) revisão de fachadas - contemplada no projeto de restauração a ser licitado e executado; h) sistemas de impermeabilização - realizada parcialmente nos anexos; i) revisão das caixas d'água - realizada). Portanto, a conclusão do atendimento aos quesitos do laudo de vistoria depende da execução da restauração do casarão e anexos, previsto no projeto de restauração que aguarda aprovação pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

No que se refere à segurança patrimonial, a sede e as unidades desconcentradas do Museu contam com postos de vigilância permanentes, além do apoio de brigadistas na sede, que atuam em regime de escala para garantir a proteção do patrimônio. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados no que se refere à modernização dos sistemas de segurança. A instituição busca aprimorar aspectos como a atualização do sistema do circuito fechado de televisão (CFTV), a regularização das vistorias periódicas dos extintores de incêndio, realização de vistorias periódicas no sistema de detecção de fumaça e a reativação do sistema de alarme no circuito expositivo, atualmente condicionado ao restauro do casarão. Além disso, esforços são necessários para a adequação da sinalização

das rotas de saída de emergência, de forma a atender plenamente às normas vigentes e garantir a segurança de visitantes e colaboradores.

Atualmente a unidade sede realiza práticas voltadas à mitigação de roubo, furto, vandalismo, e fogo, a exemplo de guarda armada 24 horas, brigada contra incêndio contratada e voluntária, alarmes contra incêndio, e realização esporádica de treinamentos no âmbito da prevenção contra incêndios. Contudo, a Sede não possui uma política norteadora para gestão de riscos: diagnóstico, planejamento e aplicação das projeções a curto, médio e longo prazo do espaço.

No que se refere ao Centro Audiovisual de Goiânia (CAUD), no período de 2013 a 2018, passou por reforma, construção e aparelhamento técnico para atender as demandas de produções audiovisuais e de escola audiovisual para indígenas. Visando a abertura da unidade, realizou no ano de 2020 um diagnóstico sobre a estrutura física do conjunto arquitetônico, que resultou na construção do Plano de Gestão de Riscos (PGR) do local, tendo o Chefe de Serviço do CAUD à frente do processo operacional, para aprovação da Diretoria do Museu. Atualmente funciona sob liminar, em razão de exigência de adequação arquitetônica - a colocação de piso antiderrapante em áreas específicas. Este PGR é a única documentação sobre a temática na estrutura organizacional do Museu. Foi estruturado a partir de: Planilha de Identificação de Perigos e Riscos, Tabelas de Controles, Projetos de Instalações contra Incêndio, Explosão e Pânico, e a verificação da validade dos Certificados de Conformidade do Corpo de Bombeiros e a verificação do atendimento às normas brasileiras de prevenção. Em 11 de julho de 2024 foi efetivamente inaugurado, com a exposição "Xingu: Contatos", em parceria firmada com o Instituto Moreira Salles (IMS). Além disso, vale ressaltar que a unidade possui seguranças armados 24 horas e circuito fechado de câmeras na área externa e na área de exposição, atendendo o item roubo, furto e vandalismo.

Por último, a unidade desconcentrada do Centro Cultural de Ikuiapá (CCI), atualmente fechada para visitação, possui um corpo de segurança armada que controla os acessos ao Museu. Possui extintores de incêndio de manutenção sistemática das instalações. Há câmeras de vigilância, mas não há sistema de CFTV. Porém, a unidade não realiza prática ou elaboração de normativas sobre o tema, que devem ser estabelecidas pela sede do Museu.

Eixos de atuação:

A. Gestão de Risco (matriz de riscos)

Na atual conjuntura, a Instituição não possui uma política integrada entre as unidades sobre o tema. No momento da realização deste diagnóstico o Museu possui Plano de Gestão de Riscos apenas na unidade desconcentrada do Centro Audiovisual de Goiânia (CAUD). Conta com tabela de identificação de riscos, perigos e normativas predominantemente no âmbito da segurança predial. Importante destacar que a unidade não possui acervo permanente em seu espaço. Na unidade de Ikuiapá, a reserva técnica não possui controle de climatização e ambiente. Felizmente a peculiaridade climática da região onde se localiza favorece a conservação do acervo.

B. Segurança predial

As obras de modernização da infraestrutura elétrica do Museu foram concluídas, tendo como resultados, além da manutenção e modernização das instalações, o atendimento às normativas de segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, garantindo, conseqüentemente, a possibilidade de reabertura dos portões da Instituição ao público em geral.

Além disso, o serviço técnico especializado de engenharia, para elaboração do projeto básico e executivo de reforma do prédio central do Museu (Casarão, identificado em planta de situação como bloco H), encontra-se em fase final de aprovação pelo Corpo de Bombeiros para contratação e execução das obras. Como requisito para a reabertura dos espaços expositivos, demanda uma série de medidas relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e, também, a prevenção de acidentes relacionados com a ausência de manutenção em suas instalações físicas, que já apresentam sinais evidentes de desgaste (queda de reboco, presença de vegetação, desgaste no lambrequim, na pintura, etc.) e que poderiam ocasionar riscos a visitantes, servidores, funcionários e colaboradores. Ademais, vale ressaltar que foi constatado que na sede não há SPDA no casarão, falta a instalação de protetores de furto no quadro de energia principal e, embora possua um sistema de pára-raios, este está desconforme em relação às normas técnicas vigentes.

C. Proteção contra incêndio

A Sede conta com uma brigada de incêndio paga e voluntária para o combate contra possíveis incêndios que a Instituição possa sofrer. Possui cisterna, em caso de sinistro, servindo de apoio para combate a chamas. Possui detectores de fumaça nas áreas administrativas e de guarda, com acionamento de alarme. Além disso, possui projeto de combate contra incêndios, que visa adequar alguns pontos ao processo de gestão de riscos contra incêndio. Há sistemas de detecção e alarmes automáticos de incêndio, portas corta-fogo nos espaços de guarda dos acervos do anexo C, e extintores distribuídos de acordo com o projeto. Há hidrante funcional fora da área do Museu, na calçada da Rua das Palmeiras.

D. Proteção agentes ambientais

Na sede há monitoramento ambiental nas áreas de guarda dos acervos, como desumidificadores e aparelhos de ar-condicionado para controles de temperatura. Está em fase de ajustes a automação destes controles.

O CCI realiza o monitoramento ambiental de temperatura e umidade por meio de aparelhos analógicos, e não possui desumidificadores por conta do clima da região. Porém, há necessidade de implementação de umidificadores nos espaços de reservas. A Instituição possui os equipamentos, porém ainda não foi realizada a instalação.

O CAUD não possui acervo. Para os casos de exposições itinerantes, de forma colaborativa, recomenda-se que a Instituição parceira preveja a infraestrutura necessária para o controle ambiental.

E. Plano de Emergência

A sede do Museu realiza treinamentos pontuais voltados à proteção contra incêndios. No entanto, ainda não conta com um Plano de Emergência formalizado, que aborda a gestão de riscos de maneira ampla e integrada, contemplando não apenas a prevenção de incêndios, mas também outros aspectos essenciais para a segurança institucional. A unidade do CAUD possui plano de emergência atrelado ao Plano de Gerenciamento de Risco, elaborado em 2020. A unidade CCI também não possui plano de emergência.

Proteção contra vandalismo

A Sede possuía até o período pré-pandemia a identificação por meio de crachás, porém com a retomada do trabalho presencial essa prática não foi retomada. O sistema de identificação da Instituição ocorre somente por meio do ponto eletrônico. O sistema de identificação dos prestadores de serviço externos (bolsistas) e pesquisadores ocorre por meio de preenchimento em formulário na recepção, não possuindo meio visual de diferenciação. Além disso, o espaço não possui vitrines em funcionamento, pois atualmente o prédio destinado para a criação de exposições encontra-se fechado para reformas.

Proteção passiva

A Sede possui muros de pedra com grades na parte externa. Além disso, possui segunda camada de proteção por meio de grades para as reservas técnicas. Todos os ambientes próximos ao jardim possuem janelas. No que se refere às estruturas tombadas, as janelas são em madeira e nas não tombadas, são em metal e vidro.

O CAUD possui uma parede de vidro em seu ambiente externo. Os únicos espaços que dispõem de janelas encontram-se na área administrativa, no hall de entrada do auditório e nos banheiros, todos em janelas de armação em metal e vidro.

O CCI possui muros nas áreas externas, com duas entradas de acesso, por ruas distintas, sendo uma para área administrativa e técnica do CCI e outra onde funcionou a Loja Artíndia. Apesar de existirem muros por todo o terreno, foi relatado a existência de episódios de acessos indevidos pelos muros para pegar água ou frutas.

Circuito fechado de câmeras

A sede do Museu do Índio conta com vigilância e monitoramento por meio de câmeras instaladas. Além disso, embora exista um sistema de CFTV instalado, necessita de atualização. A falta de um profissional dedicado integralmente ao monitoramento das imagens também compromete a eficiência da vigilância. A unidade desconcentrada do CAUD possui vigilância

e controle por meio de câmeras, a exemplo da sede. O CCI necessita instalar seu sistema de CFTV.

F. Parcerias estratégicas

Não foram relatadas parcerias que propiciam auxílio na mitigação do risco junto à Sede, CAUD e CCI.

Coordenação/setor responsável:

De acordo com o regimento interno da FUNAI, a responsabilidade por essa área é atribuída ao Serviço de Logística (SELOG), unidade subordinada à Coordenação de Administração (COAD). No entanto, nos últimos cinco anos, a fiscalização do contrato de segurança tem sido realizada por servidores de outros setores que, além dessa função, desempenham outras atividades. Essa situação decorre da atual escassez de recursos humanos enfrentada pela instituição, que tem dificultado a implementação das diretrizes regimentais conforme originalmente estabelecido, além da dificuldade da área-meio, subordinada à Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), se entender como setor administrativo de museu. A ausência de uma atuação efetiva na gestão da segurança patrimonial gera desafios operacionais, evidenciando a necessidade de uma reestruturação que permita a adequada execução das atribuições previstas no regimento.

Esse acúmulo de responsabilidades compromete a eficiência e a qualidade das entregas relacionadas ao Plano Plurianual (PPA) e ao Plano Estratégico Institucional (PEI) da FUNAI, sobrecarregando equipes que já lidam com desafios próprios de suas áreas de atuação. Além disso, a centralização da coordenação do CAUD e do CCI na sede adiciona novas demandas ao fluxo de trabalho, tornando ainda mais evidente a necessidade de reforço no quadro de pessoal para que o Museu possa cumprir adequadamente suas funções institucionais, sem prejuízo às atividades estratégicas e operacionais.

Matriz FOFA do Programa de Segurança e Gestão de Riscos

FATORES POSITIVOS

Forças

- Existência de Plano de Gestão de Riscos no CAUD;
- Existência de sistemas de controle de temperatura e umidade nos acervos na Sede e no CCI;
- Existência de brigada de incêndio na sede;
- Existência de equipe de segurança nas três unidades.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Prédio sede e CCI com estrutura física carente de restauração e de adaptação de sistemas preventivos;
- Ausência de política/diretriz aplicada nas três unidades sobre gestão de riscos;
- Corpo funcional insuficiente frente ao tamanho do acervo pode fragilizar a preservação e segurança;
- Necessidade de atualização e incremento dos sistemas preventivos em vista de potencial expansão do acervo;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

Oportunidades

- Parcerias com as instituições civis e militares próximas para a melhor salvaguarda das unidades.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Ameaças

- Possíveis enchentes no espaço em torno da sede;
- Os locais onde as unidades CAUD e CCI estão instalados são considerados de risco, aumentando a chance de possíveis invasões.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como manter o Museu aberto ao público, em estado permanente de funcionamento e segurança, com excelência nas práticas, tecnologias e estruturas preventivas, garantindo a integridade do patrimônio cultural, funcional e do público visitante?
- Como integrar as tradições e conhecimentos indígenas nas práticas de segurança, preservação e proteção do patrimônio cultural do Museu?
- Como criar um ambiente de escuta ativa e colaboração e consultas regulares com líderes, anciãos, e outros representantes dos povos indígenas, para entender as práticas de preservação do seu patrimônio cultural.

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Prover estruturas e instalações que garantam a segurança do patrimônio musealizado, o monitoramento das áreas de salvaguarda e exposição, capacitação dos funcionários para ações preventivas e de mitigação de risco, e estabelecer parcerias e redes que permitam atuação conjunta e interdisciplinar e potencializem as ações.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar o Plano Integrado de Gestão de Riscos em todas as unidades do Museu, nas dimensões de controle interno e externo;
- Promover a cultura de mitigação de riscos na instituição;
- Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativo a furto, roubo e vandalismo;
- Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativos a fogo.
- agentes de risco já detectados relativos a fogo.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de meta	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar o Plano Integrado de Gestão de Riscos para sede e unidades do Museu, nas dimensões de controle interno e externo.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento do Plano Integrado de Gestão de Riscos para sede e unidades desconcentradas do Museu.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COAD	COPAC COTEC
Promover a cultura de mitigação de riscos na instituição.	Estabelecer e manter relacionamento com a comunidade próxima, órgãos de segurança pública, corpo de bombeiros, Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, Polícia Civil e Militar, Polícia Federal, dentre outros, que auxiliem a promoção de uma cultura de mitigação de risco.	Ações de contato e capacitação estabelecidas com os demais órgãos pertinentes	Número de ações de contato estabelecidas	1 ação de contato ao ano	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	DIREÇÃO	COAD COTEC CODIC COPAC

	Viabilizar treinamentos de capacitação e aperfeiçoamento específicos para equipes técnicas e operacionais do Museu que auxiliam no preenchimento de lacunas de conhecimento sobre o Plano de Gestão de Risco.	Ações de capacitação e aperfeiçoamento realizadas	Número de ações realizadas	01 ação realizada ao ano	Curto	Todos os programas que integram este Plano Museológico	DIREÇÃO	COAD
Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativos a furto, roubo e vandalismo.	Implementar novas medidas de controle de entrada e saída para colaboradores do Museu e visitantes.	Medidas implementadas	Número de medidas implementadas	02 medidas implementadas	Médio	Educativo-cultural Gestão de Pessoas	DIREÇÃO	COAD
Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativos a fogo.	Atualizar o projeto anti-incêndio, incluindo a melhoria da sinalização nos espaços do Museu.	Contratação de empresa para aperfeiçoamento do sistema de combate a incêndio	Licitação realizada	01 licitação realizada	Longo	Arquitetônico-urbanístico Comunicação Educativo-cultural Exposição Gestão de Acervos	COAD	COPAC COTEC

Solicitações das representações externas que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Implementar novas medidas de controle dos colaboradores e dos visitantes.	Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativo a furto, roubo e vandalismo	—
Melhorar a sinalização nos espaços do Museu.	Atuar sobre os agentes de risco já detectados relativo a fogo	—
Realizar oficinas para aperfeiçoamento e troca de experiências, de forma recíproca, entre os colaboradores do Museu e os povos indígenas, na temática do Programa.	Promover a cultura de mitigação de riscos na instituição	—
Estabelecer parcerias entre o Museu e os povos indígenas para criação de protocolos de proteção dos museus nos territórios.	Promover a cultura de mitigação de riscos na instituição	—



Programa de Gestão de Acervos

O Programa de Gestão de Acervos visa estabelecer diretrizes e políticas para o gerenciamento de acervos musealizados, abrangendo ações de acesso, movimentação, conservação e documentação de bens arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Seu objetivo é planejar o processamento técnico, gerenciamento, preservação e difusão desses acervos, fundamentando-se em documentos formais que orientem as políticas de desenvolvimento das coleções e fundos, documentação, conservação e acesso. No caso deste Museu, visa estabelecer práticas de cogestão⁸⁰ dos povos indígenas com o seu patrimônio cultural, a partir de práticas participativas.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno da FUNAI (2017), o Museu tem como competência institucional *“resguardar, sob os aspectos material e científico, as manifestações culturais representativas da história e as tradições das populações étnicas indígenas brasileiras”, (...)* além de *“planejar e implementar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos, com objetivo cultural, educacional*

⁸⁰ “compartilhamento de poder e constituição de uma rede em que os diferentes espaços convertem-se em instâncias de poder relativo, sujeitos a pressões, mas não inteiramente determinados por elas.” (GUIZARSI.; CAVALCANTI, 2010)

e científico”. Dessa forma, o Museu deve promover a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos indígenas em sua diversidade.

Seu acervo está dividido em três naturezas, a saber:

- **Museológico:** compreende o conjunto de bens culturais materiais móveis, sob a guarda do Museu desde 1947, organizado em reservas técnicas segundo as categorias cerâmica; trançados; cordões e tecidos; adornos plumários; adornos de materiais ecléticos; indumentária e toucador; instrumentos musicais e de sinalização; armas; utensílios e implementos de madeira e outros materiais; objetos rituais, mágicos e lúdicos; de acordo com cada tipo e função do objeto, conforme o Dicionário do Artesanato Indígena, de Berta Ribeiro (1988). Também há uma pequena coleção de etnobotânica com amostras de matérias-primas.
- **Arquivístico:** compreende toda a documentação de natureza arquivística, em suportes analógicos e digitais. Os fundos fechados, ditos “históricos”, compõem o corpo documental do Museu, e são oriundos das instituições indigenistas que precederam a criação da FUNAI: Comissão Rondon (CR), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e, principalmente, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Os documentos possuem natureza filmica, fotográfica, cartográfica e textual, e seu recorte cronológico compreende o período de 1890 a 1967. Especificamente o Fundo SPI possui valor histórico reconhecido nacional e internacionalmente, tendo sido incluído no Programa Memória do Mundo (MOW - *Memory of the World Program/Brasil/Unesco*). Os acervos arquivísticos contemplam ainda a Coleção UNESCO, gerada por meio de dois projetos de cooperação técnica com esta Instituição, vigentes entre 2008-2015 e 2015-2024, e composta por documentos análogos e nato-digitais (em), de natureza quase sua totalidade) a filmica, fotográfica, sonora e textual, registrando aspectos culturais e linguísticos de mais de 40 povos indígenas por todo o Brasil. Também fazem parte do acervo arquivístico do Museu os fundos pessoais custodiados por esta Instituição. Este universo documental é composto pelos fundos de indivíduos entranhados na história institucional do Museu e por ele incorporados (como o fundo pessoal do próprio Marechal Rondon), e

por fundos de profissionais e pesquisadores de áreas relacionadas à antropologia, à linguística, ao indigenismo e às linhas temáticas da Instituição, doados ao longo dos anos. Embora organizados e em parte digitalizados, estes fundos não foram ainda totalmente estruturados, não havendo assim contagem precisa, mas uma estimativa de cerca de 25 Fundos Pessoais⁸¹.

- **Bibliográfico:** compreende o material bibliográfico - livros, periódicos, folhetos e teses, incluindo obras raras - especializado em etnologia, etnografia indígena, antropologia e política indigenista, sendo o escopo temático um importante critério de incorporação de itens ao acervo.

Atualmente, estão sob a guarda do Museu:

- 900.400 itens arquivísticos (contando os itens textuais por páginas individuais, e os verbetes linguísticos também como itens individuais), registros fotográficos, sonoros, filmicos, cartográficos e textuais, além de grafismos e desenhos;
- 20.693 itens bibliográficos - livros, teses, folhetos e periódicos;
- 20.965 itens museológicos na sede do Museu no Rio de Janeiro - dentre estes, 2741 foram selecionados a partir da antiga Loja Artíndia. Além destes, o Centro Cultural Ikuiapá, em Cuiabá, possui um acervo museológico de 1581 itens também selecionados a partir desta loja, e que encontra-se em processamento para disponibilização. Também encontram-se neste processo 688 itens, da coleção Sandra Wellington, que foi doada por seus herdeiros.

Os acervos referem-se ao patrimônio cultural de 186 povos indígenas distribuídos por todo o país. Desta forma, o Museu do Índio constitui-se como um dos museus etnográficos de referência no Brasil.

⁸¹ No caso dos fundos pessoais, necessitam de tratamento arquivístico para fins de acesso.

Eixos de atuação⁸²:

A. Política de Gestão de Acervos

A gestão dos acervos deste Museu é regulamentada pelas seguintes Portarias da FUNAI: nº 404, de 6 de outubro de 2021⁸³; nº 586, de 18 de novembro de 2022⁸⁴; e nº 862, de 30 de janeiro de 2024⁸⁵.

No que tange à Política de Gestão Documental da FUNAI, foi aprovada a Portaria nº 970, de 15 de agosto de 2013. No entanto, essa foi pensada unicamente sobre os documentos sob guarda do arquivo da Sede à época. Para fins de tratamento técnico dos acervos arquivísticos custodiados pelo Museu, há necessidade de um normativo que contemple os fundos e coleções sob custódia da FUNAI como um todo, que já se encontra em fase de estudo, sendo a Política Arquivística da FUNAI. A partir desta Política são estabelecidas as diretrizes para a gestão de documentos, a guarda daqueles permanentes e os procedimentos referentes ao acesso de usuários à informação de arquivo. Entretanto, no que tange às normativas e diretrizes institucionais, para a gestão de acervos (museológico, arquivístico e bibliográfico) da Instituição, é necessário o desenvolvimento de uma Política de Gestão Integrada de Acervos, bem como a estruturação de pesquisa, ampliação de equipamentos e profissional capacitado para a gestão do arquivo digital e dos direitos associados. Esta política integrada precisará implementar também diretrizes mais claras para processos como qualificações de dados, filmagens e registros, uma vez que os documentos digitais não apresentam critérios definidos de produção, processamento ou temporalidade. Assim como, adequar-se aos seguintes comandos legais: Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

⁸² Entendendo que Gestão de Acervos inclui pesquisa, desenvolvimento das coleções e fundos, documentação, conservação e comunicação, é relevante informar que este Programa relaciona-se profundamente com os Programas de Pesquisa, Exposição, Ação Educativa-Cultural e Infraestrutura Tecnológica. Por este motivo, pontos específicos foram direcionados a tais programas.

⁸³ Estabelece as regras de organização e funcionamento dos serviços bibliográficos da Biblioteca Curt Nimuendajú (FUNAI SEDE - Brasília) e da Biblioteca Marechal Rondon (MUSEU - Rio de Janeiro).

⁸⁴ Estabelece as normas de acesso ao acervo museológico e os procedimentos para a cessão de uso de itens do acervo museológico sob guarda deste Museu.

⁸⁵ Dispõe sobre os serviços arquivísticos disponibilizados ao público pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas pelo Serviço de Gestão Documental - Sedoc (FUNAI SEDE - Brasília) e o Serviço de Referências Documentais - Sered (MUSEU - Rio de Janeiro).

Ainda no âmbito das políticas institucionais, nos anos 2000, o Museu oficializou uma mudança de seus processos museológicos e museográficos, iniciando novas práticas curatoriais, que impactam diretamente a forma de estruturar a gestão de seus acervos. No que tange ao processo de comunicação, adotou-se em exposição um processo maior de escuta aos indígenas na definição do que deveria ser apresentado ao público. Para os processos de seleção, aquisição e documentação firmou-se um entendimento de que as novas coleções coletadas em campo deveriam ser incorporadas devidamente classificadas e qualificadas, tanto por pesquisadores quanto por produtores. O desenvolvimento dessas novas práticas documentais culmina, em 2008, na assinatura do Termo do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Documentação de Línguas Indígenas Brasileiras com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criando o Programa de Documentação do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas (ProgDoc). Este Programa tem buscado aumentar a participação indígena na pesquisa, na incorporação e documentação de acervos, definindo aspectos relevantes de serem registrados e atuando de forma ativa na compreensão do patrimônio musealizado institucionalmente. Desta forma, hoje, busca-se ampliar ainda mais a participação das comunidades indígenas, não só na etapa de documentação, mas em todo o processo de musealização. Começando com a seleção dos objetos, pelas comunidades, até a disponibilização das fichas catalográficas ao público, permitindo que os aspectos valorativos outorgados pela comunidade possam ser explicitados.

B. Estruturação de processos e procedimentos⁸⁶

Historicamente a Instituição desenvolve processos e procedimentos baseados em princípios das áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia, de acordo com a natureza dos acervos, e comandos normativos nacionais e internacionais. Implementou institucionalmente processos de documentação, conservação e difusão, direcionados à particularidades da sua missão, bem como estruturou reservas técnicas compatíveis com as características dos acervos.

No que tange ao acervo museológico, um destes avanços foi a criação de um vocabulário controlado para padronizar a terminologia usada na indexação e possibilitando a recuperação da informação. Esse esforço foi complementado pela publicação do "Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil", em 2006, que

⁸⁶ Este tópico não abordará exposições e ação educativa-cultural que também são forma de acesso aos acervos no processo de gestão. Optou-se por detalhá-los nos programas específicos.

aprimorou a classificação e facilitou a comunicação entre diferentes acervos. Soma-se aqui, o uso do Dicionário do artesanato indígena (Ribeiro, 1988), utilizado pela Instituição desde a década de 1980.

No que se refere ao acervo bibliográfico, para organização e catalogação dos itens utiliza-se o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU). A confecção de fichas catalográficas e a revisão de referências são realizadas conforme as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR 2) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), respectivamente.

Para o acervo arquivístico utiliza-se o Plano de Classificação da FUNAI e a Tabela de Temporalidade de Documentos (2020).

Sobre os processos e procedimentos relativos às três naturezas de acervos, o diagnóstico aponta para:

- Pesquisa⁸⁷: desenvolve ações de levantamento, sistematização e análise de informações coletadas a partir de fontes extrínsecas aos objetos e documentos que compõe as coleções e fundos institucionais, visando recuperar histórias sobre o bem cultural e o processo de formação das coleções; elucidar lacunas sobre sua procedência e contexto de produção e uso; mapear os processos que colaboraram para a institucionalização. As fontes podem estar na própria instituição ou externa a ela, sejam documentos arquivísticos, bibliográficos ou histórias orais.
- Incorporação e desincorporação: o Museu não possui Política de Aquisição e Descarte formalizada para seus acervos - arquivísticos, bibliográficos e museológicos. Porém, possui documentação jurídica e procedimentos estabelecidos para pré-entrada, entrada e registro de objetos que compõem coleções e fundos. A seleção do acervo museológico e arquivístico, via ProgDoc, caracteriza-se como uma prática ativa para incorporação de novos itens e temáticas. Entretanto, fora deste Programa, a aquisição pauta-se, hoje, pela oportunidade de compra ou recebimento passivo de doações de coleções e fundos. O descarte não é ainda uma prática institucionalizada.

⁸⁷ Este tópico será abordado também no Programa de Pesquisa.

- Documentação: produz, sistematiza, organiza e padroniza informações sobre cada um dos itens dos acervos museológico e bibliográfico, bem como dos fundos e coleções arquivísticos. Neste contexto, na prática cotidiana, executa processos de controle de inventário, de localização e de movimentação; catalogação/descrição; gestão de direitos; disponibilização para acesso público. Entretanto, não apresenta diretrizes formalizadas para estas ações, nem tem procedimentos relativos à atribuição de valores monetários, seguros e indenizações definidos. Também não possui diretrizes de procedimentos para os acervos arquivísticos digitais correntes.
- Conservação e restauro: planeja e executa ações direcionadas a preservação diretas ou indiretas junto ao acervo museológico, bibliográfico e arquivístico, de modo a minimizar a degradação física dos materiais - especialmente, no que se refere a procedimentos de avaliação técnica, higienização, monitoramento e controle climático, manuseio, acondicionamento, transporte e acondicionamento dos objetos em reserva técnica e em exposições. Possui Laboratório de Conservação e Restauro para acervo museológico, para realização de procedimentos de conservação reparadora e restauro.
- Comunicação⁸⁸: desenvolve estratégias de acesso ao acervo por meio de consulta presencial ou remota, empréstimos, exposições de curta e longa duração e outros projetos e iniciativas educativo-culturais.
- Gestão: gerencia os procedimentos técnicos pertinentes às atividades de pesquisa, incorporação, desincorporação, documentação, conservação, restauro e comunicação dos acervos arquivístico, museológico e bibliográfico. Conforme apresentado no item anterior, a gestão dos acervos arquivístico, museológico e bibliográfico é estruturada com base em diretrizes, normas, critérios e procedimentos nacionais e internacionais, porém carece de formulação de política e diretrizes institucionais de gestão integrada de acervos.

Para gestão de seus acervos (organização, gestão e difusão), a Instituição hoje utiliza os seguintes sistemas e repositórios:

⁸⁸ Este tópico será também desenvolvido nos Programas Educativo-cultural e Exposições.

- **Personal Home Library (PHL):** sistema de gerenciamento *open source*⁸⁹ criado para acervos bibliográficos e customizado pelo Museu para o acervo arquivístico e museológico. Possui interface que permite a consulta pública *on-line*⁹⁰ destes acervos. Nele estão catalogados 20145 objetos museológicos, 50312 documentos arquivísticos e 20693 itens bibliográficos. Cabe destacar que os acervos museológicos que deram entrada na Instituição, a partir de 2018, não foram inseridos no PHL, sendo catalogados diretamente no repositório digital⁹¹ Tainacan. No entanto, os registros anteriormente inseridos no PHL permanecem disponíveis nesta plataforma para consulta⁹².
- **Biblioteca Virtual:** plataforma de acesso público para consulta de fundos arquivísticos e coleções bibliográficas institucionais digitalizados, totalizando 625.421 páginas⁹³. Nela está disponível todo o material referente aos volumes da Comissão Rondon, o Relatório Figueiredo, entre outras obras e documentos importantes.
- **Tainacan:** repositório digital *open source*, customizado e adotado pela Instituição, desde 2018, para catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações sobre suas coleções musealizadas. Permite o acesso do público e conta com ferramentas de busca avançada, filtros por diferentes termos e diferentes formatos de visualização⁹⁴. Nele estão catalogados e disponibilizados 20965 itens⁹⁵.
- **Ica-AtoM:** base de dados *open source* que atende os padrões nacionais e internacionais para fins de descrição dos documentos arquivísticos. Sua introdução no Museu encontra-se em desenvolvimento. Atualmente, estão em processo de migração os

⁸⁹ “código aberto é um método de desenvolvimento para software que utiliza revisão por pares distribuída e transparência no processo, promovendo maior qualidade, confiabilidade, flexibilidade, menor custo e o fim do bloqueio de fornecedores.” (Open Source Initiative, s.d.)

⁹⁰ “estado de conectividade em que dispositivos ou indivíduos estão ligados a uma rede, permitindo comunicação e acesso a informações em tempo real.” (NOVELI, 2010)

⁹¹ “conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente. No contexto específico dos repositórios, os documentos adquirem novas configurações e são denominados objetos digitais ou estrutura de dados digitalmente codificados, composta pelo conteúdo de informação, metadados e identificador”. (BEKAERT, 2006)

⁹² Link: <http://base2.museudoindio.gov.br/>

⁹³ Link: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=museudoindio>

⁹⁴ Devido ao fato do Tainacan não produzir relatórios estruturados e detalhados com cruzamento das informações, complementa-se a documentação desse tratamento do acervo e a geração de relatórios detalhados com o uso de outros softwares livres.

⁹⁵ Link: <http://tainacan.museudoindio.gov.br/>

dados contidos no PHL, bem como em processo de processamento, sistematização e descrição dos fundos permanentes custodiados institucionalmente e não disponibilizados ao público de forma digital.

A difusão de informações sobre os acervos, resultantes diretamente do processo de documentação, é realizada por meio dos softwares acima citados, na página eletrônica da Instituição.

Cabe também destacar que o ProgDoc, citado no tópico acima, em políticas de gestão de acervos, além de auxiliar no processo de documentação museológica e arquivística, estimula o processo de desenvolvimento de coleções e fundos, pois, por meio dele, são adquiridos objetos para compor coleções museais e gerados documentos que são integrados aos fundos. Estes processos são realizados por pesquisadores indígenas. Ademais, o ProgDoc também permite a contratação de museólogos para a realização de serviços de documentação, conservação e restauro dos objetos musealizados.

No entanto, no que tange a documentação e pesquisa, ainda existe a carência de processos de produção e tratamento de documentação sobre os repositórios da Instituição, incluindo o acesso de funcionários e público externo; a interoperabilidade entre os bancos de dados; a organização e a digitalização de documentos.

No que tange às reservas técnicas, no espaço físico da sede contabiliza-se 4 espaços para os acervos de natureza museológica, 3 para os de natureza arquivística e 1 para os de natureza bibliográfica. Estas reservas técnicas são dotadas de mobiliário condizente com a conservação dos acervos, assim como tais acervos estão acondicionados dentro dos padrões adequados. Além de mais 2 reservas técnicas, em fase de concepção, no Centro Cultural Ikuiapá - Cuiabá (MT). Aqui também é importante fazer uma menção ao Centro Audiovisual (CAud), em Goiânia (GO), porque, apesar de não fazer guarda permanente de acervos, faz gestão de acervos em decorrência de exposições temporárias.

Cabe destacar, todavia, que o espaço destinado para a Biblioteca, desde 2016, está inacessível ao público. Este movimento de fechamento ocorreu devido ao risco iminente do espaço físico que precisa de restauração. Por este motivo, as obras raras foram transferidas para o espaço da Reserva Técnica Textual.

Coordenação/Setor responsável

Atualmente a Coordenação de Patrimônio Cultural (COPAC), composta pelo Serviço do Patrimônio Cultural e Arquitetônico (SEPACA) e pelo Serviço de Referências Documentais (SERED), realiza ações pautadas nos princípios de gestão de acervos.

A COPAC é responsável pela gestão dos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico da Instituição, realizando ações de promoção do conhecimento do patrimônio cultural, material e imaterial, das sociedades indígenas, assim como desenvolve as atividades relativas à guarda, preservação, consulta e exibição, orientação e acompanhamento do acesso aos acervos; coordena as atividades inerentes ao tratamento e processamento técnico dos documentos que compõem o acervo institucional, de natureza etnográfica, bibliográfica, arquivística e audiovisual.

O SEPACA realiza a classificação das coleções e o inventário dos acervos; desenvolve ações para a preservação e divulgação dos mesmos e do patrimônio histórico e arquitetônico do Museu; controla e monitora as condições de preservação dos acervos depositados nas reservas técnicas e em exibição, bem como o seu acondicionamento, armazenamento e transporte; executa trabalhos técnicos de conservação preventiva e de restauração nas coleções e fundos, bem como de montagem de exposições, e controla informações referentes a estes processos de conservação.

O SERED desenvolve, acompanha e avalia as ações de identificação, preservação e difusão da documentação etnográfica, arquivística e bibliográfica do Museu. Propõe diretrizes para o acesso e o uso das referências documentais; documenta a implantação e a gestão do sistema de informações para tratamento e recuperação dos acervos; gere os documentos produzidos e recebidos; e, orienta usuários internos, pesquisadores e o público em geral sobre os acervos.

Matriz FOFA do Programa de Gestão de Acervos

FATORES POSITIVOS

Forças

- Acervo qualitativamente reconhecido e constantemente alvo de exposições externas, publicações e pesquisas acadêmico-científica;
- Investimento na infraestrutura de processos de Gestão de Acervos;
- Aquisição de acervos de forma participativa com pesquisadores indígenas;
- Realização de oficinas para qualificação das informações sobre os acervos com a participação de indígenas;
- Divulgação de editais para contratação de pessoal especializado para a preservação dos acervos do Museu, por meio do Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO;
- Mapeamento dos números de usuários das coleções.

FATORES INTERNOS

Oportunidades

- Microclima da região de Cuiabá auxilia para a não deterioração do acervo sob a guarda do CCI;
- Possibilidade de realização de parceria institucional com universidades e museus indígenas.
-

FATORES EXTERNOS

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Extinção do cargo de museólogo no Plano de Carreira da Funai;
- Cargos de arquivista e bibliotecário existentes no Plano de Carreira da FUNAI, contudo sem ocupação atual no Museu;
- Ausência de profissionais especializados em curadoria digital;
- Inexistência no Museu de documento formal de uma Política de Gestão Integrada de Acervos;
- Inexistência de documento formal que explicitem as diretrizes, os processos e os procedimentos aplicados à gestão e ao acesso a acervos;
- Descontinuidades na gestão e no acesso dos documentos físicos do acervo bibliográfico ao público;
- Carência de Infraestrutura de trabalho, especialmente para o acervo bibliográfico;
- Déficit de profissionais que trabalham com os acervos de forma contínua;
- Espaço para acervos (físicos e digitais) em vias de esgotamento;
- Ausência de programa para contratação de estagiários nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia;
- Laboratório de Conservação e Restauração com espaço reduzido;
- Quantitativo de ações direcionadas a participação indígena na gestão de acervos aquém do que é reivindicado;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores em atividades meio, limitando a realização das atividades finalísticas.

Ameaças

- Falta de financiamento para a gestão contínua dos acervos.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como institucionalizar e consolidar políticas, diretrizes, processos e procedimentos referentes à gestão dos acervos?
- Como garantir a participação indígena na gestão desses acervos?
- Como garantir o acesso aos acervos?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Preservar o patrimônio cultural e salvaguardar as memórias indígenas por meio de pesquisa, desenvolvimento de coleções e fundos, documentação, preservação física e acesso relativo aos acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos, incluindo a pauta participativa.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar uma Política de Gestão Integrada de Acervos, visando diversificação dos mesmos, ampliação da representatividade de povos contemplados, acessibilidade à informação, garantia dos direitos indígenas e parcerias com os museus indígenas;
- Aprimorar e/ou consolidar processos e procedimentos que visem a diversificação dos acervos, a ampliação da representatividade de povos contemplados, a acessibilidade à informação, a garantia dos direitos indígenas e parcerias com os museus indígenas;
- Fortalecer a participação indígena na gestão das coleções do Museu, assim como com os patrimônios em territórios.

Plano de Ação:

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de metas	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar uma Política de Gestão Integrada de Acervos, visando a diversificação dos acervos, a ampliação da representatividade de povos indígenas contemplados, a acessibilidade à informação, a garantia dos direitos indígenas e as parcerias com os museus indígenas.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento da Política de Gestão Integrada de Acervos (museológico, arquivístico e bibliográfico), incluindo pesquisa junto aos povos indígenas sobre critérios de valores e de gestão de riscos de bens culturais raros e restituição/repatriação.	Estudo avaliativo realizado	número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COPAC	COAD CODIC COTEC
	Formular a Política de Gestão Integrada de Acervos, em conformidade com as determinações estabelecidas na Funai para documentos arquivísticos e bibliográficos.	Política de Gestão Integrada de Acervos publicada	número de Política de Gestão Integrada de Acervos publicada	1 Política de Gestão Integrada de Acervos publicada	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COPAC	COAD CODIC COTEC

	Estruturar formalmente e/ou aprimorar as diretrizes de processos e procedimentos para o desenvolvimento dos acervos, documentação, conservação, comunicação e gestão em parceria com os museus indígenas.	Políticas e manuais de processos e procedimentos aprovados institucional mente	número de políticas e manuais aprovados	1 Política de Incorporação e Desincorporação para acervos museológico, arquivístico e bibliográfico voltado para acervos físicos e digitais, incluindo processos e procedimentos de pré-entrada e entrada redigido e aprovado pela instituição	Longo	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COPAC	COAD CODIC COTEC
				1 manual de de catalogação/de scrição para acervos museológico, arquivístico e bibliográfico voltado para acervos físicos e digitais redigido e aprovado pela instituição	Médio			

				1 protocolo de gestão de direitos para acervos museológico, arquivístico e bibliográfico redigido e aprovado	Longo			
				1 protocolo de acesso e empréstimo reviso e aprovado	Médio			
	Captar financiamento e parcerias para implantação de ações vinculadas à Política de Gestão Integrada de Acervos.	Projetos consolidados em parceria com universidades	número de parcerias consolidadas	Projeto implementado com ao menos 1 universidade	Longo	Advocacy Financiamento e Fomento	DIREÇÃO SEGAB	COPAC COTEC
Aprimorar e/ou consolidar processos e procedimentos que visem a diversificação dos acervos, a ampliação da representatividade de povos contemplados, a acessibilidade à informação, a garantia	Conservar o acervo museológico, arquivístico e bibliográfico existente.	Itens processados tecnicamente	número de itens processados tecnicamente	10.000 itens processados tecnicamente ao ano	Curto	Segurança e Gestão de Riscos	COPAC	COAD

dos direitos indígenas e as parcerias com os museus indígenas.	Disponibilizar nas plataformas de acesso público os acervos documentados, visando ampliação do acesso dos povos indígenas e demais usuários.	Itens disponibilizados	número de itens disponibilizados	5.000 itens de acervo disponibilizados ao ano	Curto	Infraestrutura Tecnológica	COPAC	COAD
						Comunicação	COPAC	SEGAB
	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento de metodologia visando normatizar os processos de incorporação, documentação e conservação participativa dos acervos.	estudo avaliativo realizado	número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Longo	Pesquisa	COPAC	CODIC
	Revisar metadados de documentação das coleções que potencialize a documentação participativa.	estudo avaliativo realizado	número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Longo	Infraestrutura Tecnológica	COPAC	COAD CODIC COTEC
Deslocar e armazenar o acervo bibliográfico da Biblioteca Marechal Rondon provisoriamente em outro espaço físico para realização de obra no edifício central.	Acervo bibliográfico deslocado e armazenado	número de itens deslocados e armazenados	20693 itens deslocados e armazenados	Curto	Arquitetônico-urbanístico	COPAC	COAD	

Fortalecer a participação indígena na gestão das coleções do Museu, assim como com os patrimônios em territórios.	Atuar no aprimoramento de colaboradores indígenas em gestão e difusão do patrimônio cultural.	Oficinas realizadas	número de oficinas de qualificação dos acervos realizadas	2 oficinas ao ano	Curto	Educativo-cultural	COPAC COTEC SEAC	COAD COTEC SEAC
	Estruturar rede de parcerias com os museus indígenas.	Projetos em parceria com museus indígenas	número de museus contemplados	1 museu indígena por ano	Longo	Advocacy Financiamento e Fomento	DIREÇÃO	COPAC COTEC SEGAB

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objetivo específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Prover a musealização dos territórios de forma integrada, no sentido de não pensar o patrimônio como algo apenas culturalista, mas pensar na natureza, na biologia, no conhecimento ancestral.	Fortalecer a participação indígena na gestão das coleções do Museu, assim como com os patrimônios em territórios.	—
Adequar o perfil do Museu em questão de restituição e gestão de coleções.	Elaborar uma Política de Gestão Integrada de Acervos, visando diversificação dos acervos, ampliação da representatividade de povos contemplados, acessibilidade à informação, garantia dos direitos indígenas e parcerias com os museus indígenas.	—
Incorporar acervo com a perspectiva de arte contemporânea indígena.	Aprimorar e/ou consolidar processos e procedimentos que visem a diversificação dos acervos, a ampliação da representatividade de povos contemplados, a acessibilidade à informação, a garantia dos direitos indígenas e parcerias com os museus indígenas.	—
Prover a gestão efetiva dos povos indígenas sobre os acervos.	Fortalecer a participação indígena na gestão das coleções do Museu, assim como com os patrimônios em territórios.	—
Facilitar o acesso à consulta dos itens do acervo do Museu e melhorar a divulgação das ferramentas de busca disponíveis nas plataformas digitais do site oficial.	Aprimorar e/ou consolidar processos e procedimentos que visem a diversificação dos acervos, a ampliação da representatividade de povos contemplados, a acessibilidade à informação, a garantia dos direitos indígenas.	—

<p>Mapear objetos em 3D para a realização de exposições virtuais, tornando o acesso ao Museu mais fácil e preservando o original.</p>	<p>—</p>	<p>Acreditamos não conseguir atender esta demanda nos próximos 5 anos.</p>
<p>O Museu atuar na socialização ou como facilitador de informações de acervos indígenas, para além daqueles itens que estão sob a sua guarda.</p>	<p>Fortalecer a participação indígena na gestão das coleções do Museu, assim como com os patrimônios em territórios.</p>	<p>—</p>



Programa de Pesquisa

A pesquisa é uma atividade essencial para o funcionamento de um museu, permitindo um conhecimento profundo do acervo, fundamental para sua preservação e divulgação. Muitas ações, como exposições e atividades educativas, dependem de pesquisa prévia. Reconhecer a importância da pesquisa nas atividades museológicas também valoriza o trabalho da equipe técnico-científica, formada por funcionários, alunos e pesquisadores, que gera informações de qualidade para o público e para e com os povos indígenas.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição:

Antes do Museu, inaugurado em 1953, já existia a Seção de Estudos e Pesquisas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que deu subsídios para a sua criação. Apenas dois anos depois, em 1955, foi instituído o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, oferecido em parceria com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Mais tarde, a formação de acervos bibliográficos e a organização e os estudos sobre a documentação produzida pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) tornam o Museu uma instituição de referência importante para pesquisas e defesa dos direitos indígenas. A pesquisa, realizada no âmbito do Museu, se consolida historicamente como um importante instrumento de salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural dos povos indígenas, bem como para a defesa de direitos territoriais e de memória.

Atualmente, a pesquisa neste Museu possui uma articulação mais direta com a Coordenação de Divulgação Científica (CODIC) e a Coordenação de Patrimônio Cultural (COPAC). As principais atividades executadas são:

- Programas de Documentação no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras com a Unesco (Progdoc, Prodoclin, Prodocult e Prodocerv);
- Produção e publicação de livros e de materiais audiovisuais;
- Realização de eventos e atividades de formação;
- Atendimento ao público;
- Apoio no desenvolvimento de coleções e construção de informação e difusão dessas coleções, articuladas a ações de documentação e gestão de acervos.

As pesquisas são desenvolvidas de modo transversal pelas equipes ligadas à gestão dos acervos, educativo, divulgação científica e comunicação, contando frequentemente com a participação de especialistas externos.

Uma das especificidades que caracterizam as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Museu é a participação de sábios, lideranças, estudantes e pesquisadores indígenas nos processos de produção de conhecimento. Nesse sentido, uma das diretrizes colhidas durante as etapas de consulta para elaboração deste Programa foi a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de pesquisa para maior participação indígena, bem como de adoção de procedimentos e metodologias que assegurem o respeito à diversidade de tempos e a duração adequada para a melhor realização dos estudos pelos próprios povos indígenas. Destacam-se ainda a demanda para o aprimoramento dos instrumentos de consulta e acesso aos acervos ao público em geral e, sobretudo, aos povos indígenas.

Esse projeto representa um marco nas práticas institucionais, pois visa a participação crescente de comunidades indígenas atuando nos processos museológicos e coloca o Museu como atuante para a formação de pesquisadores indígenas que auxiliam na documentação de seus acervos.

Eixos de atuação:

A. Eixos vigentes

Projeto de Cooperação Técnica Internacional Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras⁹⁶ - O projeto visa promover a documentação de cerca de 20 línguas e culturas indígenas ameaçadas, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda e criando um grupo coeso de pesquisadores indígenas e não indígenas familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação, com vistas à consolidação desta nova área no Brasil. Atualmente tem como seus programas:

- **Programa de Documentação de Culturas Indígenas - Prodocult** - Este programa atua em 109 aldeias de norte a sul do Brasil, com a participação e intervenção direta dos indígenas, possibilitando a documentação e o registro de aspectos específicos de 39 culturas, beneficiando uma população superior a 28 mil indígenas. Todo o material produzido está consolidando um acervo digital, em segurança no Museu, que garante a sua disponibilidade mesmo daqui a 20 ou 50 anos.
- **Programa de Documentação de Línguas Indígenas - Prodoclin**⁹⁷ - Este programa, além da preservação de materiais existentes em acervos particulares e em instituições públicas e privadas, está documentando 13 línguas, escolhidas por critérios tais como o grau de ameaça. As equipes são compostas por linguistas e pesquisadores indígenas. Um dos produtos desse programa é a plataforma Japiim, um dicionário multimídia de línguas indígenas.
- **Projeto de Documentação de Acervos - Prodocerv** - Este programa visa o processamento técnico e digitalização de fundos pessoais presente no acervo arquivístico custodiado pelo Museu do Índio.

Chamadas para subsidiar projetos culturais da FUNAI - Direcionadas às Coordenações Regionais (CRs), para ações com as comunidades indígenas

⁹⁶ Em 2008 é assinado o Termo do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras com a Unesco, gerando o Programa de documentação do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas - Prodoc.

⁹⁷ Para mais informações: <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/lingua/17-progdoc>
http://prodoclin.museudoindio.gov.br/images/arquivos/proj_unesco_linguas_culturas_ind_res.pdf

que tem como frente a produção de material audiovisual, oficinas, material didático, dentre outras possibilidades de ações.

B. Eixos em proposição

A partir do processo de oitiva ao longo da elaboração do Plano Museológico, e considerando-se a história e o estágio atual de maturidade institucional do órgão, foram sistematizadas indicações de possíveis linhas para a estruturação do planejamento para as atividades de pesquisa. Os estudos realizados no âmbito do Programa de Pesquisa podem se desdobrar em produtos editoriais, eventos, exposições e outras formas de comunicação de seus resultados.

Documentação de línguas indígenas: continuidade e fortalecimento das ações de pesquisa e produção de materiais para o fortalecimento dos processos de transmissão e proteção das línguas indígenas.

Descrição e qualificação de acervos institucionais: volta-se à revisão e aprimoramento da documentação e descrição dos itens etnográficos e arquivísticos, com o objetivo de otimizar o gerenciamento e a segurança dos acervos, e facilitar o acesso e difusão, ao permitir a recuperação de forma rápida e facilitar a consulta de pesquisadores e outros interessados. Inclui, além do processamento técnico, às atividades de qualificação de acervos já realizadas em conjunto com os povos indígenas, as quais, além de enriquecer e qualificar as informações documentais sobre os acervos, promovem o acesso, resgate e transmissão de saberes e práticas relacionadas ao patrimônio cultural indígena.

Memória e direitos indígenas: parte da documentação arquivística compreendida pelos acervos sob a guarda do Museu registram violências e crimes cometidos contra os povos indígenas e a sua presença em territórios reivindicados. Essa linha tem, portanto, a finalidade de aprofundar os estudos sobre os arquivos institucionais para a sua instrumentalização na defesa dos direitos dos povos indígenas, contribuindo com o conhecimento do histórico de violências e crimes cometidos contra os povos indígenas no Brasil, a preservação e a promoção da memória e incidindo sobre os debates contemporâneos em torno da efetivação de direitos e construção de políticas reparatórias, que incluem a demarcação de suas terras.

Cartografia de práticas indígenas de preservação do patrimônio cultural: o objeto da linha de pesquisa abrange o conjunto de práticas e estratégias indígenas para a documentação e preservação de seu patrimônio cultural, o que inclui experiências abarcadas pelos conceitos de “museu indígena”, “pontos de cultura”, “pontos de memória”, dentre outras ações voltadas à salvaguarda de documentos, objetos etnográficos e lugares específicos que compõem os seus territórios de ocupação tradicional. Os resultados dessa cartografia, além de resultarem em produtos de divulgação para amplificação do alcance das iniciativas, visam o aprimoramento das ações de apoio à formação e conservação de acervos geridos pelos povos indígenas e maior articulação do órgão com as redes de museus indígenas e debates em torno dos museus etnográficos.

Direito à consulta e direitos patrimoniais indígenas: linha de pesquisa voltada à sistematização de experiências e reflexões relacionadas a processos de consulta associados à pesquisa científica em Terras Indígenas. Tem por objetivo possibilitar o aprimoramento e regulamentação dos procedimentos de consulta para a realização de pesquisas científicas em Terras Indígenas, realizadas pelo Museu, bem como os protocolos para autorização de uso dos seus produtos.

Culturas alimentares indígenas e segurança alimentar (Dasu Huni Kuin): linha de pesquisa voltada ao mapeamento e a sistematização de conhecimentos relacionados à cultura alimentar dos povos indígenas, incluindo sistemas agrícolas tradicionais e outras práticas de manejo do território, relacionadas à produção de biodiversidade e do bem viver. Voltando-se às intersecções entre cultura e natureza, a partir da compreensão de que o modo de vida das pessoas forma e reproduz territórios e que, sem esses, os povos indígenas não têm meios para vivenciar plenamente suas culturas, os resultados dessa linha de pesquisa visam o fortalecimento das culturas alimentares indígenas e a contribuição com as políticas indigenistas de gestão ambiental e territorial dos povos indígenas, em um contexto de emergência climática.

Memória institucional e do Indigenismo: recobre os estudos e produtos editoriais relacionados à organização e sistematização da documentação decorrente das atividades desenvolvidas pelo órgão indigenista e pelo seu órgão científico-cultural. Compreende ações de documentação de atividades

de campo desenvolvidas pelo órgão, tais como trabalhos de identificação e delimitação, demarcação, proteção territorial, promoção de direitos sociais, especialmente nas Terras Indígenas.

Propriedade intelectual, Economia da Cultura e Sustentabilidade: linha de pesquisa voltada à sistematização de experiências e reflexões sobre a inserção do patrimônio cultural indígena no contexto de mercado, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma economia do patrimônio cultural baseada em relações, valores e significados definidos pelos próprios povos indígenas. Essa iniciativa é essencial para a criação de processos que promovam a valorização das expressões culturais indígenas, seguidos por mecanismos de precificação justos e transparentes. Além disso, busca-se a formulação de diretrizes que incentivem o fomento de atividades culturais, sempre considerando a necessidade de proteger os saberes tradicionais e garantir sua sustentabilidade.

Coordenação/setor responsável

Atualmente a Coordenação de Divulgação Científica (CODIC) atua na realização de pesquisas em Etnologia Indígena, Indigenismo, Etnohistória, Antropologia, Linguística entre outros. A Coordenação de Técnico-Científica (COTEC) é responsável pela implementação de programas e ações voltados a pesquisas e divulgação científica, além de implementar o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e consulta para a disseminação dos registros históricos e culturais do acervo. O Serviço de Estudos e Pesquisas (SEESP), vinculado à CODIC, é responsável por organizar cursos, oficinas, seminários, encontros e outras atividades científicas, além de atender pesquisadores e estudantes universitários.

Matriz FOFA do Programa de Pesquisa

FATORES POSITIVOS

Forças

- Os acervos e o histórico de pesquisa capitaneado pela instituição;
- Histórico de um serviço de estudos e pesquisas institucional.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Falta de pessoal, o que impacta negativamente nas pesquisas de acervo;
- O Museu não possui estagiários ou bolsistas para atuar em pesquisa;
- Falta de instrumentos claros de consulta e consentimentos;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

Oportunidades

- Intercâmbio de profissionais;
- Parcerias com instituições como a UNESCO;
- Grupo de pesquisadores indígenas.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Ameaças

- Falta de financiamento.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como articular a pesquisa com as demais atividades do Museu, visando a divulgação de seus resultados de forma acessível e garantindo a participação dos povos indígenas em todas as suas etapas?

Objetivo geral:

(para os próximos 5 anos)

- Promover a valorização e a disseminação do conhecimento, através do desenvolvimento de um ecossistema de pesquisa sustentável e inclusivo, garantindo a proteção dos saberes indígenas e o acesso equitativo à informação, instituindo as linhas de pesquisas institucionais.

Objetivos específicos:

(para os próximos 5 anos)

- Estabelecer diretrizes que garantam que a instituição atue na divulgação da pesquisa científica sobre e com os povos indígenas, promovendo a co-criação de conteúdos com comunidades indígenas e adaptando a infraestrutura tecnológica e metodológica para atender às suas demandas e aos mais altos padrões de pesquisa;
- Estabelecer parcerias com organizações e pesquisadores indígenas para co-desenvolver conteúdos de divulgação científica que reflitam as pesquisas desenvolvidas na instituição;
- Consolidar o Museu como um centro de excelência em pesquisa e valorização das culturas indígenas, promovendo a formação de novos pesquisadores e artistas indígenas, fortalecendo a defesa de seus direitos territoriais e fomentando o diálogo intercultural.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos.

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de metas	Programas do Plano Museológico Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Estabelecer diretrizes que garantam que a Instituição possa atuar na divulgação da pesquisa científica sobre e com os povos indígenas, promovendo a co-criação de conteúdos com comunidades indígenas e adaptando a infraestrutura tecnológica e metodológica para atender às suas demandas e aos mais altos padrões de pesquisa.	Definir as linhas de pesquisa que devem ser implementadas nos próximos cinco anos.	Linhas de atuação definidas	Número de linhas de pesquisa definidas	02 linhas de pesquisa	Longo	Exposição	DIREÇÃO CODIC	COPAC COTEC
						Gestão de Acervos		
						Financiamento e Fomento		
	Firmar cooperação técnico-científica com universidades e outras instituições (TEDs, Acordos de Cooperação Técnica etc).	Parcerias ou cooperações firmadas	Número de parcerias ou cooperações firmadas	02 parcerias	Longo	Advocacy	DIREÇÃO	CODIC COTEC

	Desenvolver diretrizes claras sobre como tratar os dados e conhecimentos tradicionais durante e após a pesquisa.	Documento técnico para subsidiar diretrizes	Número de documento técnico	01 documento técnico	Longo	Todos os programas do Plano Museológico	CODIC	Todas as coordenações e setores do Museu
Estabelecer parcerias com organizações e pesquisadores indígenas para co-desenvolver conteúdos de divulgação científica que reflitam as pesquisas desenvolvidas na Instituição.	Identificar os potenciais parceiros, visando a formalização de parcerias institucionais.	Parcerias firmadas	Número de parcerias firmadas	01 parceria	Médio	Todos os programas do Plano Museológico	DIREÇÃO	Todas as coordenações e setores do Museu
Consolidar o Museu como um centro de excelência em pesquisa e valorização das culturas indígenas, promovendo a	Ampliar a meta de execução de oficinas de formação para pesquisadores e membros das comunidades indígenas.	Número de indígenas formados	Porcentagem de ampliação de indígenas formados ao ano	Ampliação de 10% de indígenas formados ao ano	Médio	Todos os programas do Plano Museológico	CODIC	COPAC COTEC SEAC
	Ampliar a atuação do órgão no âmbito dos estudos de identificação e	Oficinas sobre pesquisa no acervo histórico do	Número de oficinas realizadas	01 oficina	Longo	Advocacy	CODIC COPAC SEAC	CODEP

formação de novos pesquisadores e artistas indígenas, fortalecendo a defesa de seus direitos territoriais e fomentando o diálogo intercultural.	delimitação de Terras Indígenas.	SPI visando fornecer subsídios aos Estudos de Demarcação e Delimitação						
	Desenvolver projetos vinculados aos programas de pesquisa.	Projetos desenvolvidos	Número de projetos desenvolvidos	2 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos a cada ano	Curto	Gestão de Acervos	CODIC	COPAC
	Publicar produtos resultantes dos programas de pesquisa institucional.	Produtos resultantes	Número de produtos resultantes	1 produto editorial por ano 1 produto audiovisual por ano	Curto	Comunicação	CODIC	COPAC COTEC

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
<p>Foi recomendado uma cartografia social e relacional, que contemple além do material e o imaterial, a relação do povo com o território.</p>	<p>Estabelecer diretrizes que garantam que a instituição atue na divulgação da pesquisa científica sobre e com os povos indígenas, promovendo a co-criação de conteúdos com comunidades indígenas e adaptando a infraestrutura tecnológica e metodológica para atender às suas demandas e aos mais altos padrões de pesquisa.</p>	<p>—</p>
<p>Pontou-se a necessidade de incentivar a formação de grupo de pesquisadores indígenas.</p>	<p>Consolidar o Museu como um centro de excelência em pesquisa e valorização das culturas indígenas, promovendo a formação de novos pesquisadores e artistas indígenas, fortalecendo a defesa de seus direitos territoriais e fomentando o diálogo intercultural.</p>	<p>—</p>



Programa de Exposições

O Programa de Exposições busca subsidiar a condução dos processos expositivos, intra e extramuros, de longa duração, temporárias, itinerantes, virtuais e percursos de visita, buscando estabelecer relação intrínseca entre acervo, espaço e território do entorno do Museu. Exposições são elementos-chave na missão da Instituição, servindo como pontes entre o acervo e o público. A criação de um programa de exposições eficaz exige uma abordagem multidisciplinar, considerando aspectos conceituais, técnicos e comunicacionais.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

O Museu iniciou suas atividades expositivas em 1953, com uma mostra etnográfica concebida por Darcy Ribeiro, alinhada aos objetivos institucionais de combater os preconceitos sofridos pelos povos indígenas na década de 1950. Ao longo de seus 71 anos de história, a Instituição realizou um total de 411 exposições, com diversos propósitos, mas sempre com o foco em seus objetivos originais.

O Museu possui três unidades: Rio de Janeiro, Cuiabá e Goiânia, sendo que em duas delas os espaços expositivos necessitam de obras, por se tratarem de patrimônios edificados tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O espaço expográfico de Botafogo encontra-se fechado desde 2016, sem a realização de novas exposições presenciais. Sua última exposição era intitulada "Caminhos das Miçangas". No entanto, o Museu manteve parcerias para exposições

temporárias em outras instituições, como "Ombopara - Mostra cultural da Arte Gráfica Guarani", no Museu da República em 2019. Durante a pandemia, foram realizadas duas exposições virtuais, na plataforma Google Arts and Culture e no site institucional: "Arte da Cerâmica das Mulheres Baniwa" e "O Olhar Precioso de Darcy Ribeiro". Além disso, o Museu auxiliou outras instituições na elaboração de exposições sobre temáticas indígenas.

No ano de 2023, o Centro Audiovisual de Goiânia (CAud) realizou a oficina on-line de Cinema Indígena, ministrada por Takumã Kuikuro. Em 2024, o Centro Audiovisual de Goiânia reabre ao público com a exposição "Xingu: Contatos", que teve a participação de dois curadores, sendo um deles o cineasta indígena Takumã Kuikuro. Esta exposição foi a primeira realizada no local, que tem como objetivo a qualificação de indígenas para a realização de atividades voltadas para o audiovisual.

O Centro Cultural de Ikuiapá, em Mato Grosso, ainda não possui um espaço expositivo próprio, mas é responsável pela guarda de parte do acervo da sede/Rio de Janeiro. No entanto, realizou as seguintes exposições: "O Kuarup", inaugurada em abril de 2014 no Sesc Casa do Artesão; Exposição Artefatos indígenas (acervo do Sesc Casa do Artesão) - 8ª Primavera de Museus (2014); Exposição Acervo Anna: livros infantojuvenis, autores indígenas - 8ª Primavera de Museus (2014); e Exposição "Civilização da Palha", de 21/09/2015 a 04/11/2015. A Instituição planeja realizar exposições no espaço de Cuiabá durante a vigência do plano museológico atual.

É importante destacar que o Museu, atualmente, não possui uma equipe dedicada à estruturação de normas e à realização de exposições, o que resulta em uma desestruturação dessa atividade.

Eixos de atuação:

A. Parcerias

O Museu possui um extenso histórico de colaboração com os povos indígenas. Um exemplo é a exposição "Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi", realizada em 2002, que contou com representantes do povo Wajãpi. A aprovação e o desenvolvimento da exposição contaram com o apoio fundamental do corpo técnico e administrativo do Museu. Essa prática, alinhada à política institucional,

incluiu a realização de oficinas para produção de itens culturais que enriqueceram a mostra.

A Instituição, colocando sua atuação no cenário internacional, realizou parcerias com diversas instituições. Um exemplo recente é a colaboração com a embaixada brasileira na Nova Zelândia, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Massey e o Museu Te Manawa de Arte, Ciência e Patrimônio, da Nova Zelândia. Essa parceria resultou em uma exposição que apresentou a tradição da cerâmica figurativa do povo Karajá.

A Instituição tem investido em parcerias com curadores indígenas, como na exposição "Arte da Cerâmica das Mulheres Baniwa", com curadoria de Francys Baniwa, realizada em 2018. A curadora buscou, por meio da exposição, combater o apagamento das mulheres indígenas.

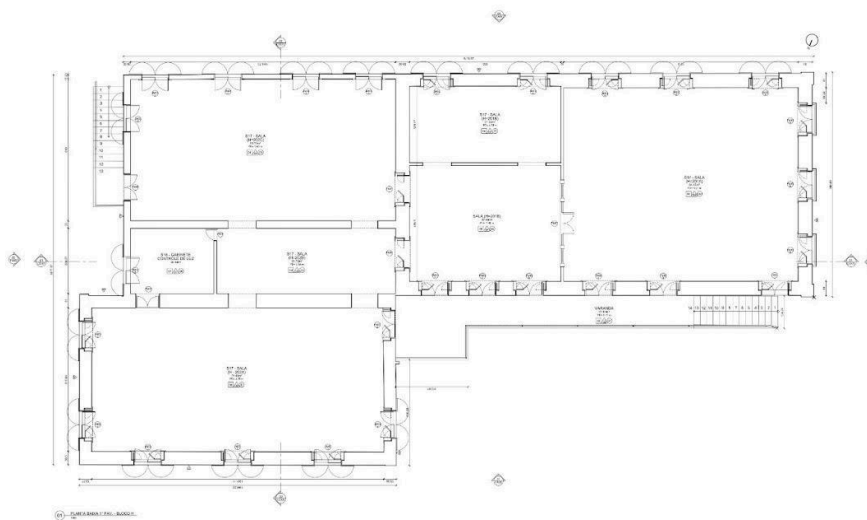
Além disso, a Instituição contou com parcerias com outras instituições para a realização de exposições temporárias, sendo as últimas "Ombopara - Mostra cultural da Arte Gráfica Guarani", exposição fotográfica realizada no Museu da República e "*Imaginary*", exposição etnográfica realizada no Seminário Internacional de Matemáticas - ICM, Rio Centro-RJ.

A unidade desconcentrada de Goiânia - CAud, busca a partir da experiência com a exposição "Xingu: Contatos", a construção de novas parcerias com outras instituições culturais para realização de outras exposições no local devido a ausência de servidores especializados nas áreas de expografia e curadoria. A proposta de Thiago Ikeda, especialista em indigenismo e gestor do Centro, é ocupar o principal espaço expositivo da unidade com mostras já desenvolvidas por outras instituições, com o objetivo de ampliar a oferta de exposições sobre a cultura indígena.

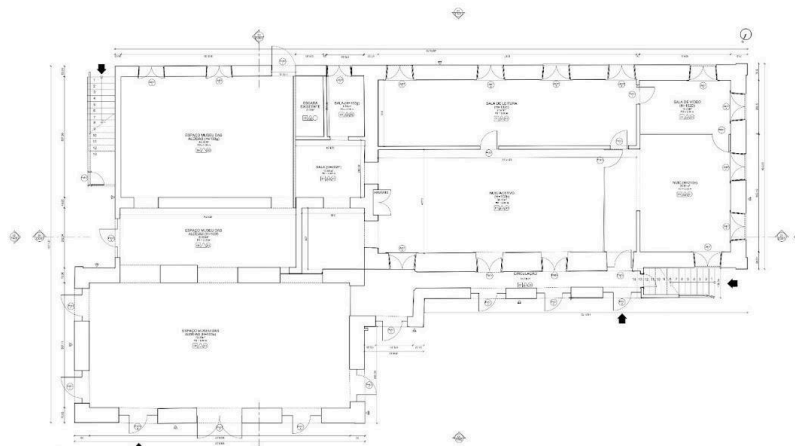
B. Espaços expositivos

Atualmente, o Museu possui quatro espaços expositivos. Três deles estão concentrados na sede do Rio de Janeiro, incluindo o primeiro espaço, situado no antigo casarão do século XIX. Este último encontra-se fechado para visitação devido

à necessidade de reformas no telhado do edifício. Abaixo encontra-se a planta baixa do local:



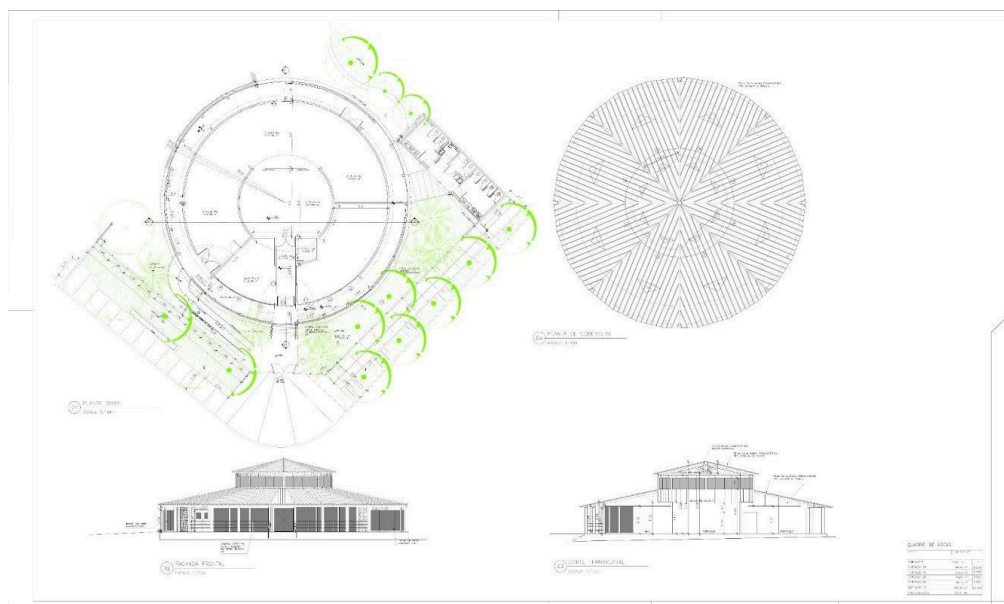
O segundo espaço, situado no mesmo casarão, era dedicado às exposições temporárias do Museu. No entanto, devido a carência de obras no edifício, as exposições foram suspensas. Abaixo se encontra a planta baixa do local:



O terceiro espaço expositivo, localizado na sede, situado abaixo das salas administrativas, no antigo espaço da loja ArtÍndia. Este ambiente retangular possui uma estética industrial, com piso de concreto e teto de madeira. Uma parede com vitrines compõe o espaço, que será destinado à exposição e à venda de peças por meio do projeto da Loja ArtÍndia (loja em processo de reestruturação).

O quarto e único espaço expositivo em funcionamento do Museu está localizado na unidade desconcentrada de Goiânia, no Centro Audiovisual. Destaca-se por sua arquitetura em formato de oca e oferece um ambiente para a

realização de exposições, dividindo-se em três espaços internos e um externo, que circunda toda a estrutura.



- c. **Normas técnicas:** o Museu não possui normas técnicas para a realização de exposições em seu espaço físico.
- d. **Avaliação do ambiente expográfico:** o Museu não realiza avaliações esporádicas do seu espaço expositivo, para que esteja em consonância com as normas técnicas.
- e. **Diretrizes para a reutilização dos materiais expográficos:** o Museu não possui normas técnicas para a reutilização dos materiais expográficos.

Coordenação/setor responsável

Na sede, atualmente, a Coordenação de Patrimônio Cultural (COPAC), composta pelo Serviço do Patrimônio Cultural e Arquitetônico (SEPACA) e pelo Serviço de Referências Documentais (SERED), coordena e desenvolve as propostas expositivas sob curadoria da instituição. O Serviço de Estudos e Pesquisas (SEESP) oferece subsídios para as pesquisas que alimentam o desenvolvimento das exposições. Exposições itinerantes são desenvolvidas pelo Serviço de Atividades Culturais (SEAC). As unidades desconcentradas são responsáveis pelas propostas expositivas.

Matriz FOFA do Programa de Exposições

FATORES POSITIVOS

Forças

- Histórico de realização de exposições desde sua criação, tendo nos últimos anos algumas sido idealizadas em colaboração com representantes de povos indígenas;
- Histórico documental de exposições já realizadas;
- Uso de tecnologias para a confecção de exposições virtuais.

F
A
T
O
R
E
S

I
N
T
E
R
N
O
S

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Falta de uma política expositiva consolidada;
- Ausência de espaço expositivo em Cuiabá e na sede do Museu no Rio de Janeiro devido à falta de infraestrutura;
- Realização de poucas exposições temporárias em outros espaços culturais nos últimos 05 anos;
- Realização de poucas exposições virtuais;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas.

Oportunidades

- Parcerias com instituições para a realização de exposições em outros espaços.

F
A
T
O
R
E
S

E
X
T
E
R
N
O
S

Ameaças

- Dificuldade de execução da restauração do casarão que abrigará as exposições na sede e no CCI no que tange a burocracia e disponibilidade orçamentária.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como criar processos expositivos participativos e de cogestão?
- Como garantir o processo curatorial indígena?
- Como ampliar a representação do conjunto dos povos indígenas nos espaços expositivos?
- Como realizar ações voltadas à sustentabilidade nas exposições, como a reutilização e a utilização de materiais não degradáveis?
- Como garantir o atendimento às demandas dos povos no âmbito expográfico e de curadoria?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Consolidar o Museu como instituição de referência nacional e internacional no âmbito de realização de exposições sobre a temática indígena.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar uma Política Institucional de Exposições;
- Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição;
- Ampliar o quantitativo de exposições de curta duração (presenciais, itinerantes e virtuais);
- Elaborar o projeto da exposição de longa duração a ser inaugurada na sede, alinhado com o prazo de restauro do espaço físico.

Plano de Ação:

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de metas	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar uma Política Institucional de Exposições.	Realizar estudo avaliativo que subsidie o desenvolvimento da Política Institucional de Exposições, incluindo perspectivas sobre sustentabilidade para projetos expográficos, objetos associados a conteúdos sensíveis e ritualísticos visando conceber diretrizes de processos e procedimentos para o desenvolvimento de exposições, incluindo os parâmetros para edital referente a chamada de projetos de exposições de curta duração a serem desenvolvidos por indígenas para serem aplicados pelo Museu.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	COPAC	COAD CODIC COTEC
Ampliar a participação indígena na concepção,	Estabelecer uma rede de contatos com interlocutores indígenas	Criar canal	Canal criado	1	Curto	Todos os programas que integram esse	DIREÇÃO	COPAC CODIC COTEC/CAUD

execução e mediação dos projetos expositivos da instituição.	para a proposição e de exposições colaborativas.					Plano Museológico		SEGAB/COMUNICAÇÃO SEAC
Ampliar o quantitativo de exposições de curta duração (presenciais, itinerantes e virtuais).	Estabelecer parcerias para realização de exposições de curta duração ou itinerante em espaços externos ao Museu.	Parceria firmada	Número de parcerias firmadas	1 parceria firmada	Curto	Todos os programas que integram esse Plano Museológico	DIREÇÃO	
	Realizar exposições, visando a valorização dos saberes, culturas, tradições, línguas e expressões artísticas indígenas.	Exposições inauguradas	Número de exposições inauguradas	1 exposição por biênio	Curto	Todos os programas que integram esse Plano Museológico	COPAC	COTEC CODIC
Elaborar o projeto da exposição de longa duração a ser inaugurada na sede, alinhado com o prazo de restauro do espaço físico.	Iniciar o planejamento da exposição permanente que marcará a reabertura do espaço expositivo, incluindo os parâmetros para edital referente a chamada de projetos de exposições e curadorias indígenas.	Minuta de Projeto expositivo contendo nome, enquadramento curatorial e conceito da exposição	Número de minutas	1 minuta de projeto expositivo	Longo	Todos os programas que integram esse Plano Museológico	COPAC	COTEC CODIC

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Acompanhamento institucional sobre a constante transformação dos povos indígenas no âmbito expositivo.	Elaborar uma Política Institucional de Exposições.	—
Um espaço de vivência dos povos para processos ritualísticos de algumas peças que entrarem em exposição.	Elaborar uma Política Institucional de Exposições.	—
Compreender que os objetos ainda estão vivos, apesar do processo de musealização, e que eles representem a cultura dos povos.	Elaborar uma Política Institucional de Exposições.	—
Mediação feita por indígenas.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—
Maior enfoque em exposições interativas.	Ampliar o quantitativo de exposições de curta duração (presenciais, itinerantes e virtuais).	—
Apropriação do espaço expositivo por indígenas.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—
Ampliação de curadorias indígenas.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—
Espaço destinado para indígenas poderem exhibir seus trabalhos.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—
Trabalhos expositivos feitos com memórias indígenas.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—
Espaços expositivos que remetem à cultura indígena, casas de memórias, de rezas, ocas, casas de sementes, pisadeiras e etc.	Ampliar a participação indígena na concepção e execução dos projetos expositivos da instituição.	—



Programa Educativo e Cultural

O Programa Educativo e Cultural visa subsidiar o direcionamento de ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e à participação, que contribuem na ampliação do acesso da sociedade às manifestações do patrimônio. Possibilita troca, descoberta e conhecimento, tendo como referência a memória e tudo o que envolve a sua construção e reconstrução.

Diagnóstico relativo ao Programa

Descrição

Desde a criação do Museu, atividades com perfil educativo-culturais fizeram parte dos seus princípios fundadores para combate ao preconceito, buscando elos de interlocução com o público. Neste contexto, ao longo destes 71 anos, destacam-se algumas atividades realizadas, a exemplo das mostras fotográficas montadas em escolas públicas e particulares e atividades de contação de histórias, cantos e pinturas, em suportes como papel e cerâmica, realizadas pelos indígenas para públicos, em sua maioria escolares.

Hoje, o Museu busca ampliar suas ações, projetos e programas em diálogo com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e os povos indígenas, tendo como base a elaboração e o desenvolvimento de atividades acessíveis e inclusivas direcionadas a diversos perfis de público.

Como parte de suas ações educativas e culturais, oferece uma variedade de atividades, incluindo: cursos, seminários, palestras, mesas-redondas, painéis, oficinas, exposições de filmes, mostras etnográficas, empréstimo de kits pedagógicos

e produção de materiais didáticos específicos para escolas. Além disso, estabelece parcerias com outras instituições para promover eventos culturais e educativos, com o intuito de ampliar seu alcance e impactar diferentes públicos. São realizados, também, cursos de formação, específicos para indígenas, em produção de conteúdos audiovisuais autorais. A rotina dessas atividades, entretanto, foi reduzida com o fechamento definitivo do Museu ao público no ano de 2016.

No que tange à sua especificidade, o público do Museu pode ser definido como multifacetado, visto que atende simultaneamente a diferentes segmentos sociais com interesses e necessidades distintas. Destacam-se os povos indígenas, que atuam não apenas como público, mas também como principais usuários dos serviços e políticas culturais da instituição, especialmente em iniciativas de preservação e revitalização cultural. Neste contexto, trabalhos especialmente dirigidos a indígenas têm sido realizados pelas unidades desconcentradas: Centro Cultural de Ikuiapá - CCI, localizado em Cuiabá - MT e Centro Audiovisual - CAud, localizado em Goiânia - GO. Além disso, o museu atende a pesquisadores, instituições de educação básica e a sociedade em geral, tanto nacional quanto internacional, consolidando-se como um espaço de diálogo, educação e valorização da diversidade cultural.

Historicamente, o público não-indígena do museu foi composto, majoritariamente, por estudantes, turistas e pesquisadores. Após a reabertura, o público se manteve basicamente o mesmo, com forte presença de turistas estrangeiros.

O diagnóstico demonstrou que a instituição não possui uma prática de estudo sistematizada para o controle de público, o que inviabiliza a obtenção de informações sobre a especificidade, localização, idade e outras possibilidades de identificação dos perfis de públicos do Museu. Cabe esclarecer que o Museu já teve como prática, de acordo com o depoimento de servidores e colaboradores que trabalharam no Serviço de Atividades Culturais - SEAC, contabilizar a frequência do público externo através das atividades realizadas extramuros (exposições itinerantes, etnográficas, literárias, fotográficas, musicais e audiovisuais), no livro de registro que se mantinha na entrada da exposição, nos ingressos coletados na bilheteria e nas documentações do SEAC como *fax* e *e-mail* utilizados para agendamentos. Porém, devido a descontinuidades na gestão do Serviço, até o momento, estes documentos não foram localizados nos levantamentos realizados para a formulação deste conteúdo, tornando inviável a apresentação de quantitativo de público.

Eixos de atuação

A. Visitas Educativas

Institucionalmente as visitas educativas têm como objetivo suscitar, em estudantes de todas as idades e grupos, reflexões relacionadas à diversidade étnica, linguística e cultural dos povos indígenas do Brasil, divulgando uma imagem contemporânea e contribuindo para a superação de noções pré-concebidas construídas ao longo da história.

As visitas educativas, guiadas por indígenas bilíngues, no espaço físico do Museu, foram iniciadas na década de 1950 (Martinez, 2012) e realizadas até 2016 - retornando, em janeiro de 2024, especificamente com a abertura do jardim ao público. No entanto, atualmente, o Museu não oferece serviço de visitas guiadas, em função da necessidade de reforma de seus espaços expositivos.

B. Visitas às escolas

O programa “Museu do Índio vai à Escola” começou em 2016, com a sistematização de uma prática que já ocorria de forma pontual: a ida de artistas e contadores de histórias indígenas, além de empréstimo de material educativo, com o objetivo de ampliar o acesso, democratizar o conhecimento sobre os povos indígenas do Brasil, especialmente às escolas públicas que têm dificuldades para trazer os estudantes ao Museu e combater o preconceito. Foi também uma forma de atender à demanda de docentes e escolas mesmo com os portões do Museu fechados. Essas atividades tiveram queda expressiva durante a pandemia.

Desde seu início, o Projeto atendeu mais de uma centena de escolas com um público de cerca de vinte mil estudantes, de escolas públicas e particulares, com o predomínio das primeiras, em sua maioria do Ensino Fundamental.

Este programa suscita forte interesse em escolas e professores e a demanda excede, atualmente, a capacidade operacional do setor, que já se estrutura para atendê-la através da contratação de mediadores culturais indígenas a partir de 2025.

C. Material educativo-cultural

Há registros de elaboração e empréstimo de kits de fotografias e de materiais etnográficos com finalidade educativa desde o final dos anos 1980⁹⁸. Nas décadas seguintes os kits foram atualizados, tanto em conteúdo quanto na forma de apresentação. Atualmente ainda são utilizados os kits produzidos nos anos 2000, no período da idealização do projeto Museu do Índio Viajando. Os kits são compostos por materiais etnográficos, livros, jogos, fotos e CDs de músicas, utilizados como materiais de apoio para empréstimo a professores e outras instituições interessadas em desenvolver trabalhos referentes às temáticas indígenas.

O empréstimo de materiais didáticos continuou acontecendo no período de 2016 a 2024, porém em um número menor do que o registrado antes do fechamento dos portões. Atualmente, este eixo passa por uma reformulação, visando estabelecer uma metodologia de consulta a representantes de povos indígenas para atingir uma maior representatividade.

Entre as ações extra muros destaca-se a montagem de exposições temporárias em espaços para além das instalações do Museu do Índio. São mostras itinerantes montadas especificamente para eventos externos, centros culturais e universidades. Esta é uma importante estratégia de divulgação das culturas indígenas e de democratização do acesso a diferentes públicos. Entre 2012 e 2023 o MI levou cerca de 15 exposições a diferentes cidades do Rio de Janeiro.

D. Eventos Culturais e Científicos

O Museu tem um histórico de realização de eventos culturais e científicos iniciado na década de 1950, quando se instaurou, em 1955, o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia do país, intitulado “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”, sob direção de Darcy Ribeiro, que serviu de base para a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. A partir disso o Museu desenvolveu uma tradição na realização de cursos. Dos anos 1970 aos anos 1980 o Museu realizava cursos de férias sobre “Noções de Antropologia”. E entre 1995 e 1999 o Museu iniciou uma série de cursos intitulada “Dimensões das Culturas Indígenas”, em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Entre 2008 e 2013 o curso “Dimensões” foi

⁹⁸ Fundo Museu do Índio - Arquivo Permanente\Caixa 02\MI-OF 1/ 22-27\MI-OF 1.22 (4)

retomado, e passa a contar com mesas dedicadas aos debates sobre políticas culturais com a participação de lideranças, pesquisadores e artistas indígenas.

Além dos cursos, o Museu tem uma participação importante na realização de palestras, mesas redondas, oficinas e apresentações artístico-culturais. Entretanto, a rotina desses eventos foi reduzida com o fechamento do Museu ao público em 2016. O período da pandemia Covid-19 requereu adaptação dessas atividades para o ambiente virtual. Para tal fim, foram realizadas atividades com colaborações indígenas.

No Centro Cultural Audiovisual de Goiânia - CAud, antes da abertura deste espaço físico a todos os públicos, em 2024, foram realizadas oficinas de introdução às técnicas de audiovisual em modalidade on-line, no período de 13 de setembro a 16 de novembro de 2021, tendo como instrutores cineastas indígenas e professor universitário, todos com amplo conhecimento na área. Também seguindo esta linha de atuação, no ano de 2023, o CAud realizou mais uma oficina on-line de Cinema Indígena, ministrada por Takumã Kuikuro.

Atualmente, os eventos encontram-se em fase de retomada com a utilização de espaços cedidos por instituições parceiras, auxiliando no período em que o Museu ainda necessita de adequações em seus espaços. Destaca-se, em 2024, a Feira Uruçumirim, que ocorreu nos jardins do Museu.

E. Parcerias

Ao longo do anos, o Museu estabeleceu colaborações, acordos e convênios, de curta, média e longa duração, realizados entre instituições, organizações e atores sociais diversos, de acordo com as prioridades estabelecidas. Além das atividades presenciais nos espaços internos do Museu, sempre investiu em parcerias institucionais, especialmente para a realização de atividades extra muros. O Projeto Museu do Índio Viajando é um exemplo. O projeto reuniu iniciativas de empréstimo de kits etnográficos e fotográficos para montagem de exposições em espaços culturais, escolas e universidades; malas de jogos e histórias; exposições itinerantes e eventos culturais. Mesmo com as instalações da sede do Museu fechadas ao público, o Museu permaneceu investindo nestas ações como forma de manter as atividades junto aos seus públicos, especialmente o de professores e estudantes. A partir disso foram celebradas parcerias com instituições como Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Casa de Leitura Dirce Côrtes Riedel (UERJ), Museu da República (IBRAM), Museu Villa-Lobos (IBRAM), Casa de Cultura Villa Maria

(UENF), Museu de Astronomia (MAST/MCTI), Instituto Moreira Salles (IMS), Instituto Federal Fluminense (IFF) e Secretaria Municipal de Cultura de Maricá.

Em 2024, o Museu iniciou processo para credenciamento de artistas indígenas dos 6 biomas para mediação cultural. Também vem buscando colaborações estabelecidas para fins educativo-culturais com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Biblioteca Nacional (BN)⁹⁹, Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiro (IPEAFRO), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e Secretaria Municipal de Cultura, além de dar continuidade às parcerias com a Casa de Leitura Dirce Côrtes Riedel (UERJ), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Tem buscado, também, estabelecer relações com o entorno, escolas e comunidade Santa Marta, ainda sem programação específica que atenda a este público.

Coordenação/Setor responsável

Historicamente o Museu conta, na sua estrutura, com um setor responsável pelas ações educativas e culturais. Atualmente, estas atribuições são desempenhadas pelo Serviço de Atividades Culturais - SEAC, contribuindo para a promoção e divulgação do patrimônio cultural dos povos indígenas, realizando a criação e o empréstimo de materiais pedagógicos que irão difundir os conhecimentos indígenas a diversos setores da sociedade, envolvendo-se principalmente em ambientes de cunho educativo e cultural. Os trabalhos executados favorecem o atendimento qualificado às demandas dos diferentes públicos atendidos pelo Museu.

O SEAC realiza atividades em conjunto com outros serviços e coordenações da instituição, de acordo com as características das atividades programadas como, por exemplo, as mostras itinerantes e a produção de materiais didáticos específicos para escolas, desenvolvidas em colaboração com as coordenações de Patrimônio Cultural e de Divulgação Científica.

As atribuições regimentais que regem o planejamento, execução e avaliação das atividades educativas e culturais do SEAC estão expressas nos artigos 218, 219 e 220 da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017:

⁹⁹ Existe a intenção de assinatura de acordo de cooperação técnica entre a Biblioteca Nacional e o Museu para ações extensas.

- Supervisionar as visitas escolares e executar as atividades de recepção ao público visitante;
- Conceber e organizar material informativo para divulgação e empréstimo;
- Desenvolver atividades de educação não formal;
- Desenvolver os projetos educativos e a comunicação com o público visitante nas exposições do Museu;
- Desenvolver atividades e eventos culturais para o público em geral;
- Realizar estudos de público participante dos eventos do Museu;
- Produzir os eventos culturais no Museu;
- Planejar e acompanhar a itinerância de exposições do Museu em outras instituições.

Esta Portaria também estabelece, dentre outras competências regimentais das unidades desconcentradas, a capacitação de representantes dos povos indígenas em técnicas de registro audiovisual (Centro Audiovisual - CAud, em Goiânia) e em documentação etnográfica e audiovisual (Centro Cultural Ikuiapá - CCI, em Cuiabá).

Matriz FOFA do Programa Educativo e Cultural

FATORES POSITIVOS

Forças

- Uso das tecnologias de comunicação em ambientes virtuais para viabilização do atendimento ao público;
- Recepção do público por representantes indígenas;
- Solicitação contínua de escolas e outras instituições de empréstimos de materiais produzidos pelo Museu.

FATORES

INTERNOS

FATORES NEGATIVOS

Fraquezas

- Inexistência de informações institucionais sistematizadas quanto às demandas das atividades educativas e culturais;
- Inexistência de informações consolidadas sobre quantitativo e perfil de público atingido pelas atividades executadas;
- Déficit de servidores, prestadores de serviço e estagiários para ações educativo-culturais;
- Pouca articulação entre os setores do Museu para desenvolvimento das atividades;
- Sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas;
- Baixo número de povos indígenas representados nas atividades culturais e educativas;
- Pouca representatividade da diversidade cultural indígena nos materiais organizados para empréstimo;
- Pouca contribuição direta em atividades realizadas pelos povos indígenas em seus territórios.

Oportunidades

- Interesse dos povos indígenas para colaborar em eventos do Museu;
- Parcerias com instituições para realização de ações educativo-cultural.

FATORES

EXTERNOS

Ameaças

- Obras podem impactar a retomada dos projetos intramuros.

Planejamento do Programa

Questões-centrais

- Como ampliar o número de povos indígenas representados nas atividades culturais e educativas?
- Como compor os materiais organizados para empréstimo com uma representatividade maior dos povos que habitam os biomas brasileiros?
- Como contribuir nas atividades educativo-culturais realizadas nos territórios por educadores indígenas?
- Como viabilizar a participação de representações de povos indígenas na elaboração e produção de materiais educativo-culturais?

Objetivo geral

(para os próximos 5 anos)

- Promover a participação de indígenas atuando dentro do Museu, visando a valorização e a difusão das expressões artísticas e culturais destes povos, fortalecendo suas identidades culturais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Objetivos específicos

(para os próximos 5 anos)

- Elaborar a Política Institucional de Educação Museal, junto aos povos indígenas, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).
- Aperfeiçoar as atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo Museu, por meio da aproximação dos educadores indígenas.

Plano de Ação

Prazo de execução de meta - Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 3 anos; Longo prazo: 5 anos

Objetivo específico	Ação	Indicador	Forma de cálculo	Meta	Prazo de Execução de metas	Programas do Plano Museológico associados à meta	Responsáveis (setores e coordenações)	Colaboradores (setores e coordenações)
Elaborar a Política Institucional de Educação Museal, junto aos povos indígenas, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).	Realizar estudo avaliativo que contribua para o desenvolvimento da Política Institucional de Educação Museal e o Plano Institucional de Educação Museal, realizando trabalhos de escuta com as comunidades indígenas para colheita de subsídios.	Estudo avaliativo realizado	Número de estudo avaliativo	1 estudo avaliativo redigido e aprovado pela instituição	Médio	Todos os programas que integram este Plano Museológico	SEAC	COPAC CODIC COTEC
Aperfeiçoar as atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo Museu, por meio da aproximação dos educadores indígenas.	Promover ações de valorização do universo artístico dos povos indígenas e suas distintas	Ações promovidas	Número de ações promovidas	3 ações promovidas	Médio	Programa de Comunicação	SEAC	CODIC SEGAB

	realidades, priorizando o reconhecimento das especificidades de cada povo.					Programa de Pesquisa		
	Incentivar a produção de profissionais coletivos indígenas.	Projetos apoiados	Número de projetos apoiados	6 projetos apoiados	Longo	Programa de Advocacy Programa de Financiamento e Fomento Programa de Pesquisa	SEAC CODIC	COPAC COTEC
	Desenvolver kits educativos a partir de seleção realizada por povos indígenas, representando os 6 biomas.	Kits representando os 6 biomas	Número de kits educativos	Seis kits educativos, 1 para cada bioma	Longo	Programa de Pesquisa	SEAC	CODIC COPAC
	Difundir a Lei nº 11.645/2008, articulando encontros, unindo indígenas e educadores.	Encontros promovidos	Número de encontros promovidos	6 encontros anuais	Curto	Programa de Pesquisa	SEAC	CODIC

	Promover cursos e eventos sobre temas que articulem o acervo, a difusão de conhecimentos e os direitos indígenas.	Curso ou evento realizado	número de curso ou evento	1 curso ou evento anual	Médio	Programa de Comunicação	SEAC	SEGAB CODIC COPAC COTEC
						Programa de Exposição		
						Programa de Gestão de Acervos		
						Programa de Pesquisa		
	Elaborar metodologias para visitas educativa-culturais (no Museu, em escolas ou em outros espaços) que priorize a mediação e o protagonismo indígena, bem como a acessibilidade universal.	Documento técnico contendo subsídios para desenvolvimento de metodologia	Número de documento técnico	1 documento técnico elaborado	Médio	Programa de Acessibilidade	SEAC	Todos as coordenações e setores do museu

Solicitações das representações externas no que refere-se ao Programa

Demanda	Indicação do objeto específico no qual foi inserido	Justificativa da não inserção para os próximos 5 anos
Fortalecer educação sobre fatos históricos e culturais, ancestralidade, territorialidade, vozes e sabedorias medicinais indígenas, assegurando a proteção de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.	Aperfeiçoar as atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo Museu, por meio da aproximação dos educadores indígenas.	—
Viabilizar educação às mais diversas referências e representações de gerações e costumes de diferentes povos indígenas existentes nas diversas regiões do Brasil.	Elaborar a Política Institucional de Educação Museal, junto aos povos indígenas, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).	—
Realizar consultas de boa fé (livre, prévia e informada) não só com as organizações como também nas próprias comunidades indígenas.	Elaborar a Política Institucional de Educação Museal, junto aos povos indígenas, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).	—
Realizar oficinas dentro dos territórios, ouvindo Anciãos e aos demais para entender o processo das relações entre os indígenas, e incorporar essa realidade para o cotidiano do Museu.	Elaborar a Política Institucional de Educação Museal, junto aos povos indígenas, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).	—
Fomentar a educação e informação nos territórios através de oficinas porque a maioria dos povos indígenas estão geograficamente distantes de cursos	Aperfeiçoar as atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo Museu, por meio da aproximação dos educadores indígenas.	—

de formação específicos na área de museologia e patrimônio.		
Realização de oficinas dialógicas.	Aperfeiçoar as atividades educativo-culturais desenvolvidas pelo Museu, por meio da aproximação dos educadores indígenas.	—



Considerações finais

Apesar de não ser usual que planos museológicos possuam um tópico de conclusão, foi de entendimento da equipe de trabalho que são necessárias algumas ponderações finais. A metodologia do Plano Museológico do Museu/FUNAI foi pensada para que seja revisto anualmente, à medida que as ações forem efetivadas e a Instituição tomar familiaridade com a ferramenta. À proporção em que este instrumento de planejamento e de gestão for colocado em prática, é possível que ajustes sejam necessários, assim como em razão do surgimento de novas prioridades e urgências. Os planos de ação serão avaliados anualmente para aferir a execução, a relevância e a inclusão participativa. Caso necessário, e motivadamente justificados, poderão ser revistos.

Durante a escuta aos indígenas, realizada ao longo do processo de elaboração do Plano Museológico, uma demanda foi recorrente: a ampliação da participação dos povos indígenas na gestão de seus bens culturais, como representantes de suas memórias no Museu. O presente documento apresenta diversas atividades, já desempenhadas pela Instituição, que seguem a diretriz da participação na construção e na qualificação dos acervos, em curadorias colaborativas de exposição, nos materiais didáticos, nos editais de fomento, etc. Ainda assim, é necessário superar algumas barreiras e expandir essas ações.

Há demandas para promover oficinas nos territórios indígenas, com processos de escuta dos anciãos e demais membros, para compreender suas relações e integrar esses conhecimentos às atividades do Museu. Além disso, ações para fomentar a educação e a gestão da informação nos territórios, por meio de oficinas, e prover a musealização dos territórios de forma integrada. Tais demandas contrastam com o número reduzido de servidores ativos, cargos de confiança e prestadores de serviços existentes.

Não é à toa que, em todos os programas, foi apontada a sobrecarga de trabalho dos servidores com atividades meio, limitando a realização de atividades finalísticas, assim como a dificuldade de contratação de estagiários, profissionais especializados, e colaboradores eventuais, indígenas e não indígenas. Além disso, é importante destacar as questões de localização da sede e das duas unidades desconcentradas em relação aos territórios, e do alto custo para realização dessas ações, frente à realidade orçamentária vigente do Museu.

Para que as reivindicações indígenas sejam atendidas, em sua plenitude, é preciso investir na infraestrutura da Instituição. A atuação conjunta entre o Museu e os territórios é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e respeitem os direitos indígenas e implementem as ações demandadas.

Outro desafio a ser vencido é a reabertura do Casarão, na sede Rio de Janeiro. Para isso, o projeto de restauração do Museu, aprovado pelo IPHAN e pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), e no aguardo de avaliação pelo Corpo de Bombeiros do Estado Rio de Janeiro (CBM-RJ) do projeto para emissão de alvará, precisa ser liberado. Foi observado, nos diagnósticos do Programa de Exposição e do Programa Educativo Cultural, que o fechamento desse espaço tem causado um impacto negativo, principalmente para essas áreas de atuação, visto que é o único espaço expográfico da sede e encontra-se fechado desde 2016.

O Museu tem buscado outras alternativas, como parcerias para realização de exposições em outros espaços, mas a ausência de um espaço próprio impede o planejamento de exposições de longa duração, a extroversão de seus acervos e dificulta pautas importantes, tanto para a Instituição, quanto para os indígenas. Limita também as ações educativas que, atualmente, ocorrem apenas no jardim. As consequências disso são o afastamento do público, principalmente do Rio de Janeiro, e dos povos indígenas, mitigando a atuação do Museu no seu papel social de comunicar e compartilhar conhecimentos tradicionais.

Dessa forma, a efetivação do projeto de restauração, além de obrigatória, é de vital importância, uma vez que não só garantirá as condições de reabertura, como também vai melhorar a infraestrutura de acessibilidade, a reabertura da Biblioteca e a efetivação de uma área de exposição permanente. A reaproximação com o público é essencial para que o Museu consiga desempenhar seus objetivos de difundir os saberes e conhecimentos indígenas, contribuir na educação anti-racista e fomentar o diálogo entre os povos indígenas e a sociedade em geral, promovendo o respeito mútuo e a valorização dos saberes tradicionais.

No que tange aos desafios da Unidade Desconcentrada Centro Audiovisual (CAud), é necessário estruturar ações que viabilizem a realização de oficinas para o público indígena no espaço próprio da Unidade e nos territórios, assim como viabilizar a participação dos povos indígenas nos processos de escolhas das exposições de curta e longa duração, curadoria e mediação.

No que se refere aos desafios da Unidade Desconcentrada Centro Cultural Ikiupá (CCI), é necessário pensar em estratégias para reabertura do espaço físico e pontos de auxílio para geração de renda para os indígenas, além de pensar no estabelecimento de um novo modelo de gestão para a Unidade.

A expectativa é que este primeiro Plano Museológico do Museu/FUNAI seja um documento que auxilie a Instituição a gerir e a superar esses desafios, por intermédio de um planejamento detalhado e extenso. Um documento vivo e ativo,

que seja capaz de responder às necessidades institucionais, e que se aproxime da realidade e das demandas indígenas.

Almeja-se, ainda na vigência deste Plano Museológico, que seja concretizada a mudança para denominação oficial “Museu Nacional dos Povos Indígenas (MNPI)”, em simetria ao já ocorrido com os nomes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Que seja cumprida a promessa e respeitado o pleito dos povos indígenas, no processo participativo de elaboração deste primeiro Plano Museológico, e para além dele.



Referências

123 Ecos Redação. Disponível em: <<https://123ecos.com.br/docs/sustentabilidade-politica/>> . Acesso em: 10 abr. 2025.

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu. In: Regina Abreu; Mario de Souza Chagas; Myriam Sepúlveda dos Santos. (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 138-178, 2007.

AMORIM, Diego. Softwares de Sistemas e de Aplicações Livres: Benefícios e limitações no uso dessas tecnologias nos negócios. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 1, ed. 69, p.1-19, 15 Maio 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307924205_SOFTWARES_DE_SISTEMA_S_E_DE_APLICACOES_LIVRES_BENEFICIOS_E_LIMITACOES_NO_USO_DESSAS_TECNOLOGIAS_NOS_NEGOCIOS>. Acesso em: 1º abr. 2025.

BEKAERT, Jeroen. Standards-Based Interfaces for Harvesting and Obtaining Assets from Digital Repositories, 2006. Disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/470269>>. Acesso em: 1º abr. 2025.

BOLETIM do Museu do Índio: documentação nº8. Listagem dos nomes dos índios indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1998. Disponível: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico&pesq=1988&hf=www.docvirt.com&pagfis=286831 Acesso: nov.2024

CANEDO, Daniele. *Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos*. V ENECULT, v. 5, p. 1-14, 2009.

CHAGAS, Mário. *Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, p. 175-198, 2007. Disponível: https://www.portal.abant.org.br/aba/files/42_0013967.pdf#page=165 Acesso: ago.2024

COQUEIRO, Sonia Otero. *Reinventando Rumos: Memória Documental e Terra Indígena*. In: *Povos indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru–Paraguaçu (1910–1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. p.27-37.

COUTO, Ione H. P. *Armazém da memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios-SPI*. 2009. Tese de Doutorado. Disponível: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12038/tese%20ione.pdf?sequence=1> Acesso: jan.2023

COUTO, Ione H. P. A. *A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição "Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi"*. In.: CURY, Marília Xavier; VASCÓNCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. 2012

COUTO, Ione H. P.; LEVINHO, José Carlos; OLIVEIRA, Thiago da Costa. *Coleções Etnográficas Virtuais: a construção de um conhecimento digital*. MAST Colloquia. Vol. 16. *Museus, Acervo e Ambiente Digital*. Rio de Janeiro: MAST, 2021. Disponível: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2021/dezembro/mast_colloqui

a_16.pdf Acesso: ago.2024

Cultura PE. Disponível em:
<<https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/salvuarda-e-fomento/#:~:text=Entende%2Dse%20por%20%E2%80%9Csalvuarda%E2%80%9D,aspectos%2C%20tais%20como%3A%20sociais%2C>>. Acesso em: 1º abr. 2025..

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 43 p.

DA, R.; VIEIRA, M. WORLD WIDE WEB: TERRA ENCANTADA ONDE TUDO SE ENCONTRA? Disponível em:
<https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509161129.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DICIO. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/financiamento/#google_vignette>. Acesso em: 1º abr. 2025.

DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística. Disponível em:
<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2025.

FERNANDES, Henry William. Informatização e seus desafios: impasses na mudança de cultura organizacional ante a adoção de soluções tecnológicas. Revista Acadêmica de Tecnologias em Educação, 2020.

FERNÁNDEZ, Xan Bouzada. Financia acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas. O Público e o Privado. Fortaleza, v. 9, jan./jun. 2007, p. 111-147

Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. Traduzido pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. Disponível em:
<https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível:
<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12210> Acesso: out.2024

GUIZARSI, F. L.; CAVALCANTI, F. de O. L. O Conceito de cogestão em saúde: reflexões sobre a produção de democracia institucional. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 20(4): 1245-1265, 2010.

Instituto Brasileiro de Museus, 2023. Disponível em:
<<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/plano-museologico>> . Acesso em: 1º abr. 2025.

International Council of Museums (ICOM - Conselho Internacional de Museus) Nova Definição de Museu aprovada pela ICOM. <Disponível em:<<https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>> Acesso em: 1º abr. 2025.

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. Anais do seminário internacional. Políticas culturais: teoria e práxis, 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DELACERDA.1.pdf> Acesso: 02/12/2018.

LIBARDONI, Marlene. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E VISÃO ESTRATÉGICA DA ADVOCACY. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 207, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936>> . Acesso em: 1º abr. 2025.

LIRA, Daniel Oliveira. O Museu do Índio como Salvaguarda de Saberes: o projeto de documentação da cultura Baniwa. 2021. Dissertação de Mestrado. Disponível: https://www.unirio.br/ppg-pmus/daniel_oliveira_lira.pdf Acesso: ago.2024

LOPES, João Miguel Teixeira. Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. Saber & Educar, n. 14, 2009.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 44, p. 91-106, 2012.

MARTINS, Thais Tavares. Um programa de gestão de documentos para o Museu do índio. 2016. Dissertação de Mestrado. Disponível: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11737/Thais%20Tavares%20Martins.pdf?sequence=1> Acesso: jan.2023

Moreira e Borges Consultoria Genealógica. Disponível em: <<https://moreiraeborges.com.br/glossario/o-que-e-sustentabilidade-cultural-e-sua-importancia/>> Acesso em 2 abr. 2025.

MOTTA, Dizla Fonseca de. Tesouro de cultura material dos índios no Brasil. Museu do Índio, FUNAI, 2006.

MOTTA, Fabrício; DE OLIVEIRA, Antônio Flávio. Sustentabilidade econômica e políticas públicas. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 19, n. 78, p. 87-113, 2019.

NOVELI, Marcio. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa... Revista Organizações em Contexto, v. 6, n. 12, p. 107-133, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016

Open Source Initiative. <Disponível em:<<https://opensource.org/about>>. Acesso em: 1º abr. 2025.

Oxford Languages. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>> . Acesso em: 10 abr. 2025.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia; GOMES, Jussara Vieira. O Museu do Índio. 1953-1983. In.: MUSEU DO ÍNDIO. Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983. p. 9-22
Projeto de Redes. Disponível em: <https://www.projetederedes.com.br/artigos/artigo_datacenter.php> . Acesso em: 1 abr. 2025.

PESTANA, Til. Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural. IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural__Til_Pestana_D_F.pdf> . Acesso em: 1º abr. 2025.

QUEIROZ, Adriana Gonçalves; COUTO, Ana Cláudia Porfírio. Metodologia participativa, subjetividade individual e social: facilitação de reuniões de moradores em Residências Terapêuticas. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 10, n. 1, p. 170-176, 2015.

QUEROL, Lorena Sancho; MENDONÇA, Elizabete de Castro; MIGUEL, Ana Flávia. A participação cidadã nos processos de inventariação do Patrimônio Cultural Imaterial: casos do Brasil e de Portugal. Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 22, n. 22-1, 2020.

RIBEIRO, Darcy. Le Musée de l'Indien, Rio de Janeiro. In: Museum, VIII. Paris: Unesco, 1955a. p. 5-10.

RIBEIRO, Darcy. Museu do Índio: Um Museu em luta contra o preconceito. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 1955b.

RONDINELLI, Rosely Curi. Inventário analítico do arquivo permanente do Museu do Índio: documentos textuais 1950-1994. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1997
Disponível:
https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&id=481710186503&pagfis=287974 Acesso: ago.2024

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, p. 857-866, 2012.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios. MATRIZES, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1240>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. Museologia colaborativa?: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas.

Horizontes Antropológicos, v. 53, p. 17-47, 2019.

SACHS, Ignacy. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano, 46, 1990, p. 235-256.

SANCHEZ, Otavio Prospero; CAPPELLOZZA, Alexandre. Antecedentes da adoção da computação em nuvem: efeitos da infraestrutura, investimento e porte. Revista de Administração Contemporânea, v. 16, p. 646-663, 2012.

SERPRO. Disponível em:

<<https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2019/colocation-o-que-e-e-quais-as-vantagens-de-utilizar>> . Acesso em 1º abr. 2025.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, A. C. DE. SOBRE TUTELA E PARTICIPAÇÃO: POVOS INDÍGENAS E FORMAS DE GOVERNO NO BRASIL, SÉCULOS XX/XXI. Mana, v. 21, n. 2, p. 425–457, ago. 2015.

TECNOBLOG. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-hardware/>> Acesso em: 1º abr. 2025.

The World Café Community. Café to go! Um guia simplificado para auxiliar os diálogos durante um World Café. 2015. Disponível em: <https://www.theworldcafe.com/wp-content/uploads/2015/07/World_Cafe_Para_Viagem.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>> . Acesso em: 10 abr. 2025.

ZEITTEC. Disponível em: <<https://zeittec.com.br/migracao-de-data-center/>>. Acesso em: 1º abr. 2025.



Apêndices

Apêndice A

Representações da Sociedade Civil

A participação da sociedade civil na construção de um Plano Museológico revela-se não apenas como um mecanismo de transparência e legitimidade institucional, mas também como um espaço de escuta ativa das demandas e saberes. Neste caso, foram adotados três instrumentos complementares para garantir a ampla inclusão de vozes diversas: oficinas online, consulta pública via Google Forms e um fórum de diálogo em grupo de WhatsApp.

Entre 12 de fevereiro e 5 de março de 2025, abriu-se uma consulta pública por meio de formulário digital, estruturado no Google Forms, cujo objetivo foi coletar contribuições específicas sobre cada um dos Programas e textos propostos no Plano. Simultaneamente, promoveram-se oficinas virtuais, em que representantes de diferentes segmentos sociais puderam debater coletivamente os objetivos, as metas, as ações dos Programas do Plano. Paralelamente, o Fórum em WhatsApp funcionou como um canal contínuo de discussão, permitindo que participantes — especialmente indígenas, público prioritário do Museu — compartilhassem experiências, sugerissem ajustes e fortalecessem propostas de modo dinâmico e colaborativo.

Essa tríade de instrumentos evidenciou um esforço deliberado para descentralizar o processo de decisão e valorizar a voz dos povos indígenas, assegurando que o Plano Museológico reflita não apenas as prioridades institucionais, mas também as perspectivas culturais, históricas e sociais daqueles a quem o Museu se destina fundamentalmente. A expressiva participação indígena contribuiu de maneira significativa para o processo, trazendo perspectivas alinhadas às realidades e necessidades de comunidades que historicamente mantêm uma relação estreita com os acervos e as ações do Museu. Sua presença reforçou a importância de considerar diferentes visões de mundo na formulação de políticas museológicas, promovendo um planejamento mais sensível à diversidade cultural.

A seguir são apresentadas planilhas referentes às participações:

Participação nas oficinas

Indígenas	
Nome	Povo
Aline de Souza da Silva	Guarani Kaiowá
Amirele Porto Machado	Guarani Kaiowá
Ana Kuiau Suya Trumai	Trumai
Anápuaka Tupinambá	Tupinambá
Andréia Takuá (Andréia Fernandes)	Guarani-M'bya
Antônia Kanindé (Antônia da Silva Santos)	Kanindé
Benilda Vagilio Kadiwéu	Kadiwéu
Caroline Truká (Caroline da Silva Lima)	Truká
Cerizi Francelino Terena	Terena
Claucir Matchua Kadiwéu	Kadiwéu
Dalva Justino de Araújo	Apurinã
Darlene Yaminalo Taukane Bakairi	Bakairi
Dasu Huni Kuin (Evanildo da Silva Albuquerque Kaxinawa)	Huni Kuin
Daua Puri (Daua José da Silva)	Puri
Denilson Tewartixiana da Silva Javaé	Javaé
Domingos Pedro	Kadiwéu
Edina Shanenawa (Edina Carlos Brandão)	Shanenawa
Elaine Wanderley	Parintins
Francy Baniwa	Baniwa
Geise Perrelet	Tupinambá
Gemina Xiu (Gemina Brandão Borges Shanenawa)	Shanenawa
Genilda Maria Rodrigues Kaingáng	Kaingáng
Heliton Kaiowá	Kaiowá
Igor Medeiros Rocha	Mëbêngôkre-Kayapó
Iracema Nascimento	Kaingáng
Irmânio Sarmento de Magalhães	Macuxi
Isaka Huni Kuin (Elvis Ferreira Oliveira Kaxinawa)	Huni Kuin
Jadiel Ariri Pataxó Hã Hã Hãe (Jadiel Barbosa Pataxó)	Pataxó Hã Hã Hãe
Janiel Marques Do Nascimento	Temembé
Joel Anastacio Kanhgág	Kanhgág
Juliana Mayuruna Wadick	Mayuruna (Matsé)
Karoline Kadiweu	Kadiwéu
Kassia Lod	Garibi Kali'na
Leandro Mamirawa Trumai	Trumai
Lenise Batista	Palikur-Arukwayene
Luiz Fernando Matchua (Nikenatagi) Kadiwéu	Kadiwéu
Luiz Weymilawa Suruí	Paiter Suruí
Mabel Francisca Fernandes de Almeida	Apurinã
Magaly Fiko Matchua Souza	Kadiwéu
Makepa	Não idetificado
Mara Kambeba	Omágua/Kambeba

Márcio Kókoj Kanhgáng	Kanhgáng
Maria Alice Paulino de Souza	Karapãna
Marinete Almeida Costa	Tukano
Mayalú Kokometi Waurá Txucarramãe	Mêbêngôkre
Mayla Karajá	Karajá Xambioá
Merremii Karão Jaguaribaras	Karão Jaguaribaras
Nailton Pataxó (Cacique)	Pataxó Hã Hã Hãe - Tupinambá
Neoli Salete Luiz Kafy Kanhgáng	Kanhgáng
Ninawá Inu Huni Kui	Huni Kuin
Nivaldo Tapirapé	Apyãwa-Tapirapé
Paulo Franco de Souza	Macuxi
Pedro Nelson	Não identificado
Raial Orutu Puri	Puri
Ronaldo Kapinawá (José Ronaldo França de Siqueira)	Kapinawá
Salomão Ticuna	Ticuna
Samila Kadiwéu	Kadiwéu
Sandrinha Inácio Clemente	Tikuna-Magüta
Santo Cruz Mariano Clemente	Tikuna-Magüta
Semari Akoquati França Costa	Gavião-Paracatrê
Sérgio Ricardo Potiguara (Sérgio Ricardo de Lima)	Potiguara
Shyrlene Oliveira	Huni Kuin
Silvana Terena (Silvana Dias de Souza de Albuquerque)	Terena
Tainá Marajoara (Tainá Paiva Godinho)	Aruã-Marajara
Tânia Wakari Javaé	Javaé
Telma Marques Sanches	Taurepang
Tsara Kokama	Kokama
Tumi Matis	Matis
Turymata Pataxó (Alessandro Santos da Cruz)	Pataxó
Valdevino Gonçalves Cardoso	Terena
Wagner Katamy Krahô-Kanela (Wagner Ribeiro da Silva)	Krahô-Kanela
X'Mayá Kaká Fulniô	Fulniô
Xinu Yawanawa	Yawanawa
Não indígenas	
Beatriz Galvão	-
José Mario Hilário dos Santos (Presidente da Associação de Moradores do Santa Marta)	-
Lucas Zelesco (Chefe do Serviço de Gestão Documental - FUNAI)	-
Priscila Danny	-
Nina Paiva Almeida (FUNAI)	-
Anna Tornaghi	-
Thaissa Garofalo	-
Total:	
Indígenas:73	
Não indígenas:7	
Povos:42	

Participação na consulta pública	
Indígenas	
Nome	Povo
Adrya Tabajara	Tabajara
Andrea Oliveira Correia	Nukini
Antonietta Mateus kaxinawá	Kaxinawá
Cleybes Barbosa	Pataxó Hã Hã hãe - Etnia Kiriri Sapuyá
Cristiane Gomes Julião	-
Dayana aparecida Rodrigues	Puri
Denilza Kaimbé	Kaimbé
Eliete Araujo	Kiriri Sapuyá - Pataxó Hã hã Hãe
Erisvaldo Santos	Ymboré
Geraldo Garcia Lino	Koripaako
Germano Coelho Ramos Rocha da Silva	Terena
Iassonara Veríssimo Fulni-ô	Fulni-ô
Itamar Neco Araújo	Ticuna
Jadiel Pataxó	Pataxó Hã hã hãe
Joana Munduruku (JOANA EUDA BARBOSA)	Munduruku
Joaquim Pacheco da Silva	Pataxó
Jose Barboza de Freitas	-
Juliana Xukuru	-
KARKAJU PATAXÓ	Pataxó
Kawaili Enawene	Enawene Nawe
Keila Anselmo de Assis	Apurinã
Lara Xôhkwyj	Krahô
Léia da Silva Ramos	-
Luis Bulcão Tsirobo	A'uwẽ Uptabi
Luis de Souza Pataxó	Pataxó Hã hã hãe - Etnia Kiriri Sapuyá
Manoel Muniz Ribeiro de Andrade	Pataxó Hã Hã Hãe
Maria José Muniz de Andrade Ribeiro	Pataxó Hã hã hãe
Maria Muniz Mayá	Tupinambá - Pataxó Hã hã Hãe
Marlon ýawaratsuni Seabra Peres	-
Mônica Cristina Brandão dos Santos Lima	-
Nailton Muniz Pataxó	Pataxó Hã Hã hã hãe - Etnia Tupinambá
Nivaldo Korira'i Tapirapé	Apyãwa-Tapirapé
Pomerquenpo Txicao	Ikpeng
Raimundo alcinez maricaua de Lima	Kokama
Rosa Veras de Souza	-
Rosaldo de Albuquerque Souza	Kinikinau
Sandrinha Inácio Clemente	Ticuna
Santo Cruz Mariano Clemente	Ticuna
Sérgio Ricardo de Lima	Potiguara
Teresinha da Silva Santos Pereira	-
Não indígenas	

Aderlindo José	-
Adriene	-
Adryel Oliveira	-
Anna Carla de Souza Santos Rosa	-
Bruna Franchetto	-
Claudemir Guoca Hara	-
Daniele Rodrigues	-
Dora Henrique da Costa	-
Fernando Vianna	-
Gabriel Lima de Oliveira	-
Jacira Aparecida de Campos Ramos	-
João Luiz	-
João Paulo Machado Torres	-
José Marcos de Oliveira	-
Kaialla Cardoso	-
Luíza Tallens de Lima Muhlethaler Chouin	-
Márcia Ribeiro Ramos	-
Marco Antonio Xavier	-
Marcos Antonio Fernandez	-
Maria Clara Monjardim	-
Maria Cristina	-
Mariana Gomes de Oliveira Dias	-
Michelle Cristina Sampaio	-
Mozileide Neri Barbosa	-
Pablo Barbosa	-
Paloma Hargreaves Fialho	-
Patricia Parada Cavalcante	-
Pedro Feliciano Estevão Lopes	-
Rayane Rosário	-
Renata Valente	-
Shirley Bezerra Torres	-
Sophya Souza	-
Úrsula Maria Miranda dos Santos Simões de Freitas	-
Valeria de Conceicao Chaves	-
Valter Garrincha	-
Vanusa Rego	-
Vitória Souza de Freitas	-
Total:	
Indígenas:40	
Não indígenas:37	
Povos:25	

Participação no Fórum via WhatsApp	
Indígenas	
Nome	Povo
Adriano João da Silva (Yarata Tuxa)	Tuxá
Apon Puri	Puri
Aporinã R. Titiah Vieira	Bayna/Pataxó
Aykrã Tupinamba	Tupinambá
Bepunu	Kayapó
Cacique Fabio Titiah	Pataxó Hã hã hãe
Cacique Nailton	Pataxó Hã hã hãe
Cacique Napoleão	Huni Kui
Davi Kaique R. dos Santos	Pataxó Hã hã hãe
Eunice Espinola Puri	Puri
Gilvanda Carvalho Oliveira	Kiriri
Graça Grauna	Potiguará
Jardel Pataxó	Pataxó
Jucelio Nunes Prattes	Pataxó Hã hã hãe
Jusciene Apolinario	Tarairiú
Jussilene Santos da Silva	Pataxó Hã hã hãe
Laudiceia da Vitoria	Tupinikim
Lucia Paiacu	Paiacu / Tabajara
Manoel Muniz de Andrade	Pataxó Hã hã hãe
Maria José Muniz de Andrade Ribeiro	Pataxó Hã hã hãe
Miclene Sabrina Andrade	Pataxó Hã hã hãe
Monica Gomes Muniz	Pataxó Hã hã hãe
Nilson Francisco Pataxo Hãhãhãe	Pataxó Hã hã hãe
Pamela pagehu	Pataxó Hã hã hãe
Rezildo Nunes	Galibi Marworno
Rideval Rodrigues Silva	CARIRI SAPUIA
Sandrinha Inácio Clemente	Ticuna
Shyrlene O. Huni Kui	Huni Kui
Suellen Suitty	Pataxó Hã hã hãe
Taylli Terena	Terena
Tuinak Koixiru	Karajá
Vava Terena	Terena
Wellington Andrade	Pataxó Hã hã hãe
Wesley da Silva Conceição	Pataxó Hã hã hãe
Xamatxi	Ikpeng
Xamum Puri	Puri
Yaka Brandão Pereira Shanenawa	Shanenawa
Não indígenas	
Alessandro	-
Alexandre Oliveira Gomes (antropólogo)	-
Ana Beatriz Oliveira	-

Biel	-
Eduarda Andrade	-
Eduarda Argolo	-
Emanuelle Garcia	-
Ivan Lucas	-
Joás Davi	-
Maria Lucia Santos Silva	-
Maria Oliveira	-
Mateus dos S. Pinto	-
Natalia Rilany	-
Rebeka Sanche	-
Sheyla Oliveira	-
Shyrley Hessel	-
Silvana Mendes	-
Silvana Mendes	-
Sinara Oliveira	-
Vanessa	-
Vitor Hugo	-
Vivi Shopia	-
Total:	
Indígenas:37	
Não indígenas:22	
Povos:20	



Apêndice B

LOGOTIPOS

Primeiro Plano Museológico para o Museu Nacional dos Povos Indígenas, integrante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (MNPI/FUNAI)

Logotipos desenvolvidos e enviados pelos participantes indígenas para compor a identidade visual do Plano Museológico do Museu/FUNAI



Logotipo Principal do Plano Museológico:

Créditos: Cacique Ninawa Inu Huni Kui, Shirlene de Oliveira Huni Kui e Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia



Fonte: fotos cedidas por Cacique Ninawa Inu Huni Kui, Shirlene de Oliveira Huni Kui e Jadiel Pataxó



Significado

Globo Transparente: Representa a conexão global e o papel do museu na preservação e transmissão da memória e dos saberes indígenas.

Árvore Sumaúma no Centro: Simboliza a árvore sagrada do conhecimento, da sabedoria e da espiritualidade. considerada a "mãe das árvores"

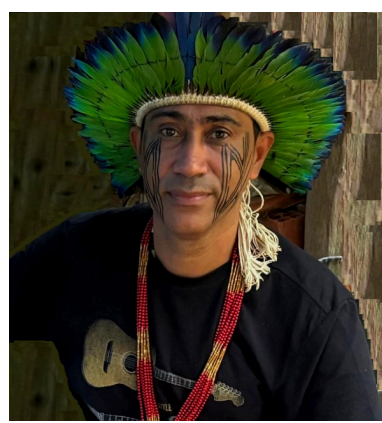
Museu ao Lado da Árvore: Destaca o MNPI como guardião da memória indígena, protegendo e abrigando tradições e histórias.

Cocá Multicolorido no Topo: Representa a diversidade cultural, a identidade e a espiritualidade, unindo os povos indígenas em sua riqueza.



Logotipo do Processo de Elaboração do Plano Museológico

Créditos: Cacique Santo Cruz Mariano Clemente e Sandrinha Inácio Clemente - Povo Ticuna Magüta e Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia



Fonte: fotos cedidas por Cacique Santo Cruz Mariano Clemente, Sandrinha Inácio Clemente e Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe



Significado

- Globo como Escudo: O globo representa o planeta, nosso escudo, conectado à natureza e preservado pelos povos indígenas.
- Cores nas Bordas: As bordas coloridas simbolizam a diversidade e os grafismos indígenas as culturas. Cruz no Centro: A cruz reflete a opressão histórica vivida pelos povos indígenas, em vez de amor e respeito.
- Divisões do Globo: As quatro partes divididas pela cruz reforçam a presença indígena nos territórios globais.
- Quatro ocas: Três ocas dentro do Brasil somos nós, e uma fora do mapa mostram que os povos indígenas estão por todo o mundo.
- Oca fora mapa: mostra também que o museu indígena atravessa limites de fronteiras, conectando histórias e culturas indígenas pelo mundo.
- Resistência e ancestralidade: A logo celebra a diversidade indígena enquanto denuncia as violências históricas.
- Mensagem universal: É um símbolo de união, luta e preservação das culturas indígenas em escala global.
- Representa união entre etnias com a inspiração do Fórum do Plano Museológico



Logotipo do Histórico e Caracterização Institucional

Créditos: Irmãnio Sarmento de Magalhães - Povo Transfronteiriço Macuxi -
Roraima



Fonte: foto cedida por Irmãnio Sarmento de Magalhães



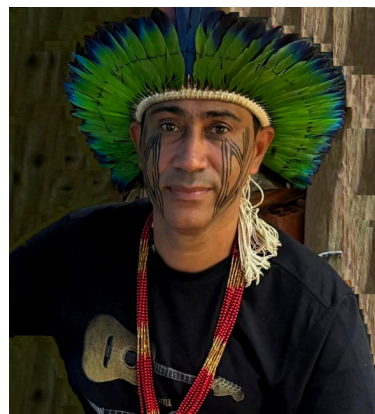
Significado

- “Esta logomarca é composta pelo mapa do Brasil, que está adornado por um capote que remete à cobertura tradicional indígena feita de palmas de palmeira, representando a arquitetura ancestral e a relação harmoniosa dos povos indígenas com a natureza. Todo o perímetro do mapa é decorado com bordados em vermelho, cujas iconografias expressam e simbolizam as fronteiras culturais dos povos indígenas. Essas fronteiras, no entanto, vão além das delimitações territoriais e reforçam o caráter dialogal e plural das culturas indígenas.
- Um elemento central da logomarca é a presença das canoas indígenas, posicionadas de forma sutil no design. Elas simbolizam os deslocamentos essenciais para a sobrevivência e perpetuação dos povos indígenas, representando a resistência, adaptação e continuidade dessas comunidades ao longo da história.
- A predominância do tom de terracota na composição não é meramente estética, mas profundamente simbólica. Ele remete à vasta produção artesanal indígena de utensílios feitos de barro, especialmente pelas mãos das mulheres indígenas, cujas técnicas tradicionais têm atravessado gerações, resistindo tanto à passagem do tempo quanto às pressões das sociedades externas. Esse modo de fazer artesanal, que remonta a tempos imemoriais, é um testemunho da resiliência cultural e da perpetuação de conhecimentos ancestrais.
- Assim, a logomarca busca reafirmar a identidade cultural dos povos indígenas e destacar a relevância do Plano Museológico do Museu Nacional dos Povos Indígenas. Este plano desempenha um papel crucial na manutenção e difusão desse vetor cultural que constitui um patrimônio imaterial incomensurável. Por meio dessa logomarca, reforça-se o compromisso com a preservação, valorização e disseminação das culturas indígenas, reafirmando sua importância no cenário nacional e internacional.



Logotipo do Contexto e Conjuntura

Créditos: Dauá Puri e Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu - Bahia



Fonte: fotos cedidas por Dauá Puri e Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe



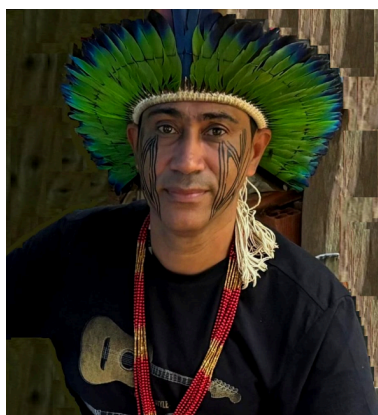
Significado

- Criança indígena apontando para o museu: Representa o elo entre gerações, destacando o MNPI como um guardião da memória ancestral e um farol para o futuro.
- Jovem indígena e a lança: Ferramenta essencial para caça, pesca e defesa, é um símbolo de sobrevivência e resistência. Seu uso nos Jogos dos Povos Indígenas celebra a força e a habilidade cultural.
- Panela indígena e folhas ao redor: A panela de barro simboliza a ancestralidade e a cultura, No museu, pedaços de panelas ganham vida como símbolos de resistência e memória. enquanto as folhas evocam a harmonia com a natureza e a sabedoria da medicina tradicional.
- Duas Flechas à frente e por trás da logo: Em ângulo cruzado, as flechas formam um escudo protetor, representando vigilância e a luta contínua pela preservação cultural e territorial.
- “Cada detalhe da logomarca do MNPI conta uma história de luta, memória e conexão com a terra.”



Logotipo de O Museu e seus Públicos

Créditos: Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe



Fonte: foto cedida por Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe



Significado

- O Logo do plano museológico se inspira na tartaruga, animal sagrado e com representação de poder na cultura indígena, representando a longevidade, o conhecimento e a proteção.
- A forma da tartaruga com a cabeça para cima indica o posicionamento ativo em relação a causa indígena.
- A paleta de cores primárias e secundárias indica a pluralidade de etnias indígenas, com traços simétricos indicando equilíbrio, estabilidade e harmonia, tanto externa quanto internamente.
- O fundo verde-oliva representa a biodiversidade, no qual os povos indígenas tanto buscam proteger e preservar, como parte do seu legado.



Logotipo de Missão, Visão, Valores

Créditos: Márcio Kókoj Werá Popyguá Kaingang



Fonte: foto cedida por Márcio Kókoj Werá Popyguá Kaingang



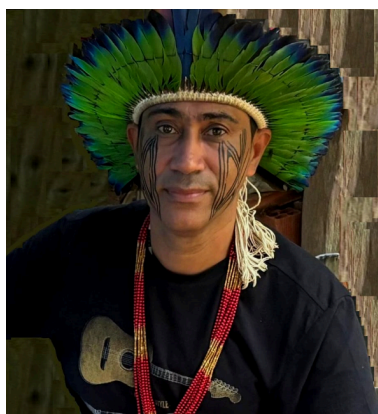
Significado

- O arco em torno é de uma peneira que os povos indígenas do Sul usam para aventar seus alimentos.
- As estrelas, a astronomia Guarani.
- A árvore, o símbolo das árvores forte que temos no Sul, a exemplo da Araucária, árvore sagrada para os Kaingang.
- O Petangúá sendo pintado embaixo dela.
- O Horizonte representando os Biomas Mata Atlântica e Pampa.
- Nossas simbologias dos três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Nossos Povos: Kaingang, Guarani, Xetá, Xokleng e Charrua.



Logotipos dos 14 Programas do Plano Museológico

Créditos: Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe - Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu -
Bahia



Fonte: foto cedida por Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe



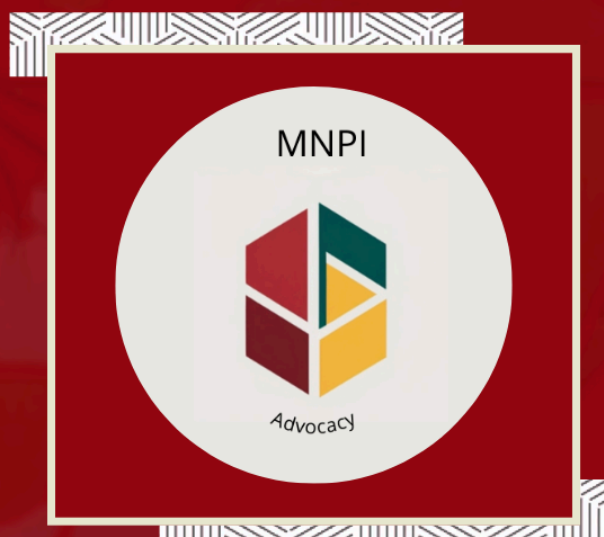
Programa Institucional

Significado

Esse é o logotipo da função institucional do Plano Museológico. Novamente o uso de cores serve para indicar a diversidade e a pluralidade de etnias. Abstratamente temos a figura de uma mão, que indica a intervenção humana na gestão da Instituição.

Significado

Esse é o logotipo da Advocacy (Advocacia no Plano Museológico). A figura com formas geométricas regulares e denota padrão, ou seja, a defesa dos direitos indígenas segue uma base regular (note o quadrado em perspectiva isométrica), ou seja, a Constituição Federal de 1988, com a bandeira verde hasteada, e o trapézio vermelho indicando urgência.



Programa de Advocacy



Programa de
Acessibilidade Universal

Significado

Esse é o logotipo da função Acessibilidade Universal. Sempre se valendo da abstração, as duas formas dispostas uma de frente para outra lembram duas cadeiras de rodas, símbolo universal de acessibilidade.

Significado

Esse é o logotipo da função Arquitetônico-urbanístico. A figura oval, ogivada para cima simboliza a excelência na busca e defesa dos valores da cultura indígena, com uma montagem simétrica, visando representar o equilíbrio nas relações com a sociedade.



Programa Arquitetônico-
urbanístico



Programa de
Comunicação

Significado

Esse é o logotipo da Comunicação. O círculo, com a sua cardealidade indicando os quatro pontos principais abertos, revela a abertura a toda sociedade, no interesse de apresentar a cultura indígena ao mundo; as duas silhuetas de indígenas, de frente uma para outra, mostram o diálogo direto, efetivo entre as etnias, a geométrica baseada nos traços indígenas, aponta para o centro, buscando a visibilidade da causa indígena como ponto fundamental da Instituição.

Significado

Esse é o logotipo Educativo e Cultural. No Plano Museológico. Muito da cultura indígena é representado nas expressões musicais, presentes nos cantos, na dança, com rituais religiosos, já que a educação indígena não é formal, e sim oral. Por este motivo, a representação simbólica do maracá, importante instrumento que verbaliza a cultura musical indígena.



Programa Educativo e
Cultural



Programa de Exposições

Significado

Esse é o logotipo da função Exposição no Plano Museológico. No centro da figura existe uma máscara com detalhes indígenas, uma máscara de ritual do Toré, da etnia Pataxó. A diversidade de cores representa a pluralidade de etnias. Tal qual a máscara representa a teatro, na cultura indígenas podem ter significados espirituais, sociais e cerimoniais, sendo utilizadas em rituais, celebrações e expressões artísticas.

Significado

Esse é o logotipo da função Financiamento e Fomento no Plano Museológico. As mãos abertas significam o provimento de recursos, de onde vem a riqueza demonstrada na geometria, representando abstratamente riqueza.



Programa de Financiamento e Fomento



Programa de Gestão de Acervos

Significado

Representa a função de Gestão de Acervos, incluindo elementos específicos de museus, como estantes estilizadas, livros, rolos de arquivo e artefatos, integrados com padrões culturais indígenas em um design minimalista e equilibrado. design que integra o globo, simbolizando a interconexão cultural, e a casa, que representa o museu como espaço de preservação dessa gestão de acervos.

Significado

Representa a função de Gestão de Pessoas dentro das competências da força de trabalho do Museu.



Programa de Gestão de Pessoas



Programa de Segurança e
Gestão de Riscos

Significado

Esse é o logotipo da função Segurança e Gestão de Riscos no Plano Museológico. Note que predomina a figura do triângulo, que representa um dos maiores riscos operacionais de uma instalação, o fogo. Harmonizando com as cores e traços próprios da temática indígena.

Significado

Esse é o logotipo da função Sustentabilidade no Plano Museológico. Com traços e figuras indígenas, são representados os biomas e climas, e no centro resumindo a totalidade uma menção a bandeira brasileira, trazendo a ideia de pertencimento e de totalidade.



Programa de
Sustentabilidade

Enquete para escolha do Logotipo Principal do Plano Museológico do Museu/FUNAI

Enquete para escolha do logotipo principal do Plano Museológico do Museu/FUNAI - 2025-2029			
1º Lugar			
Cacique Ninawa Inu Huni Kui	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		9	
Recebido por e-mail do Nugep		2	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		1	
Privado pelo privado Joana Munduruku		25	
Recebido por comentário Card do Instagram		38	
Total		75	
2º Lugar			
Jadiel Pataxó Jadiel Pataxó Hã-Hã-Hãe	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		20	
Recebido por e-mail do Nugep		2	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		2	
Privado pelo privado Joana Munduruku		20	
Recebido por comentário Card do Instagram		18	
Total		62	
3º Lugar			
Dauá Puri	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		3	
Recebido por e-mail do Nugep		1	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		0	
Privado pelo privado Joana Munduruku		12	
Recebido por comentário Card do Instagram		12	
Total		28	
4º Lugar			
Irmãnio Samento Macuxi	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		2	
Recebido por e-mail do Nugep		0	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		1	
Privado pelo privado Joana Munduruku		0	
Recebido por comentário Card do Instagram		13	
Total		16	
5º Lugar			
Cacique Santo Cruz Ticuna	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		8	
Recebido por e-mail do Nugep		1	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		0	
Privado pelo privado Joana Munduruku		3	
Recebido por comentário Card do Instagram		2	
Total		14	
6º Lugar			
Márcio Kaingang	Qde Votos		
Recebido por enquete do Fórum WhatsApp		1	
Recebido por e-mail do Nugep		0	
Recebido pelo privado Paulina Vieira		1	
Privado pelo privado Joana Munduruku		0	
Recebido por comentário Card do Instagram		1	
Total		3	

Apêndice C

CONSULTA PÚBLICA

Como parte do processo de construção participativa do Plano Museológico, foi realizada uma consulta pública entre os dias 12 de fevereiro e 5 de março de 2025. O objetivo da iniciativa foi ampliar os canais de escuta da sociedade civil e recolher contribuições sobre os textos preliminares do Plano, especialmente no que diz respeito à formulação dos programas e suas diretrizes.

A consulta ocorreu por meio de um formulário no Google Forms, composto por perguntas objetivas e abertas, permitindo aos participantes sugerirem ajustes pontuais, expressarem opiniões e comentarem os conteúdos disponibilizados. Os textos do Plano foram previamente divulgados no site institucional do Museu, onde também estava disponível o link de acesso ao formulário.

Para garantir ampla divulgação e acessibilidade, o link foi compartilhado nas redes sociais do Museu, no grupo de WhatsApp, o Fórum, e em outras plataformas institucionais. Ao todo, foram recebidas 77 respostas, das quais 40 foram de pessoas indígenas, reafirmando a relevância e o engajamento desse público prioritário nas ações do Museu.

Essa etapa da consulta pública reforçou o compromisso da instituição com a construção coletiva de suas diretrizes, valorizando a escuta ativa e o diálogo com os diferentes públicos que compõem sua rede de relações.

A seguir são apresentadas planilhas e gráficos sobre as contribuições provenientes da Consulta Pública.

Gráfico sobre identificação como indígena

Identificação:

77 respostas

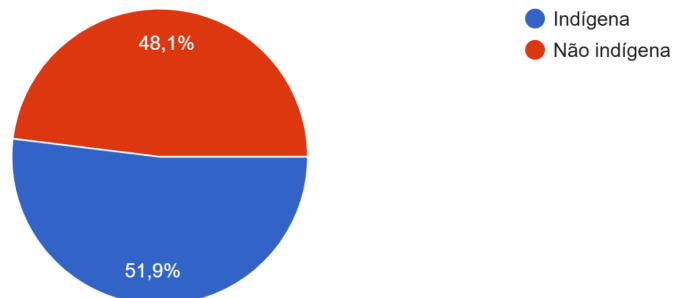
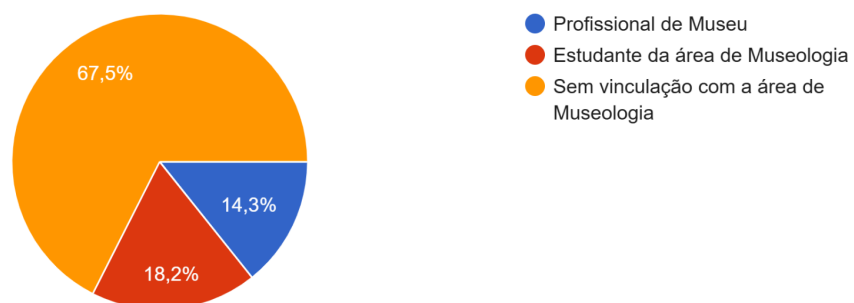


Gráfico sobre identificação profissional

Você é:

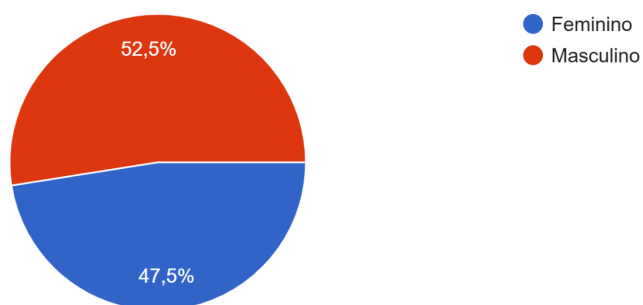
77 respostas



Dados sobre os contribuintes indígenas

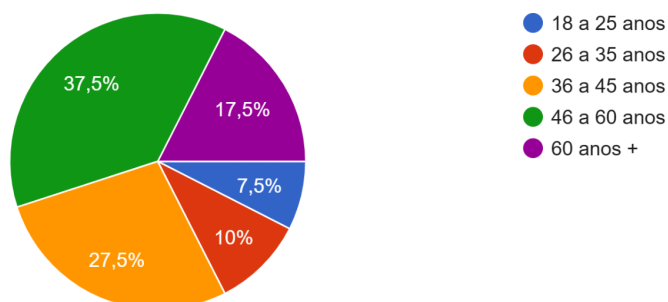
Sexo:

40 respostas



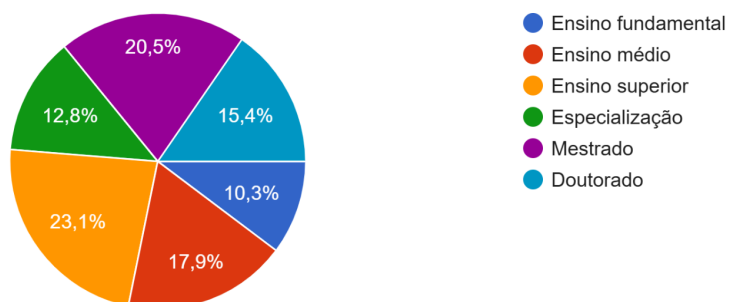
Idade:

40 respostas



Qual o nível de instrução?

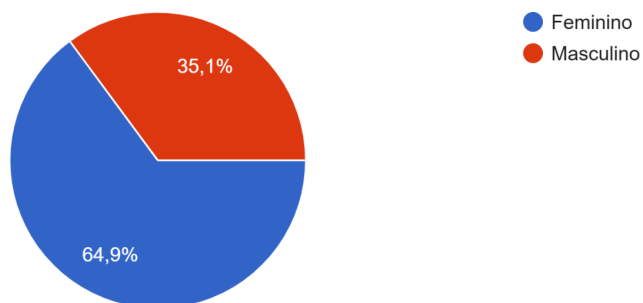
39 respostas



Dados sobre os contribuintes não indígenas

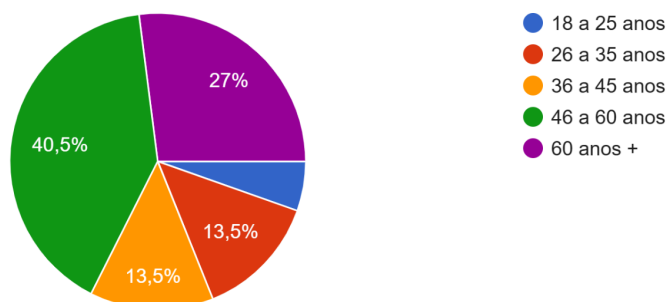
Sexo:

37 respostas



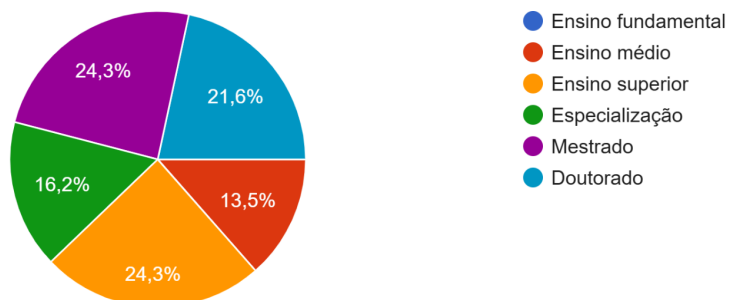
Idade:

37 respostas



Qual o nível de instrução?

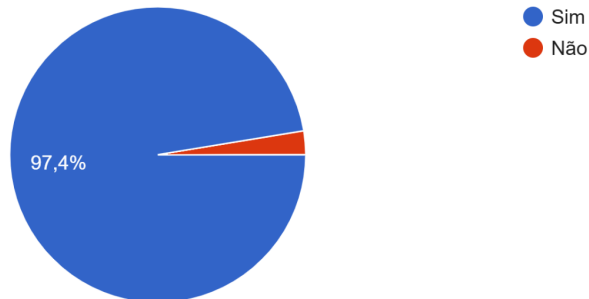
37 respostas



Dados da Visão sobre o Museu

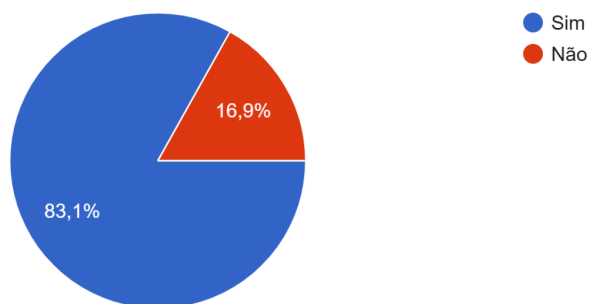
Você já ouviu falar no Museu do Índio?

77 respostas



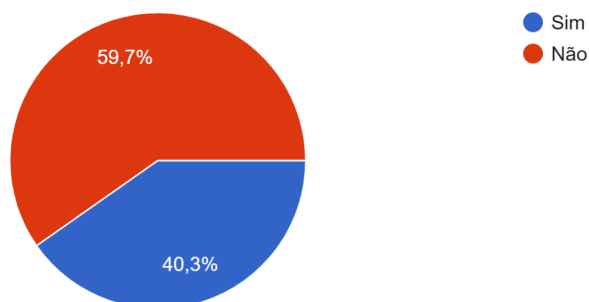
Você sabia que o Museu é subordinado à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)?

77 respostas



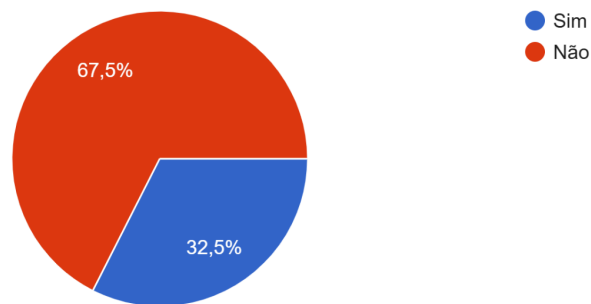
Você sabia que o Museu possui duas unidades desconcentradas fora do Estado do Rio de Janeiro, o Centro Audiovisual (CAud) em Goiânia (GO) e o Centro Cultural Ikuiapá (CCI) em Cuiabá (MT)?

77 respostas



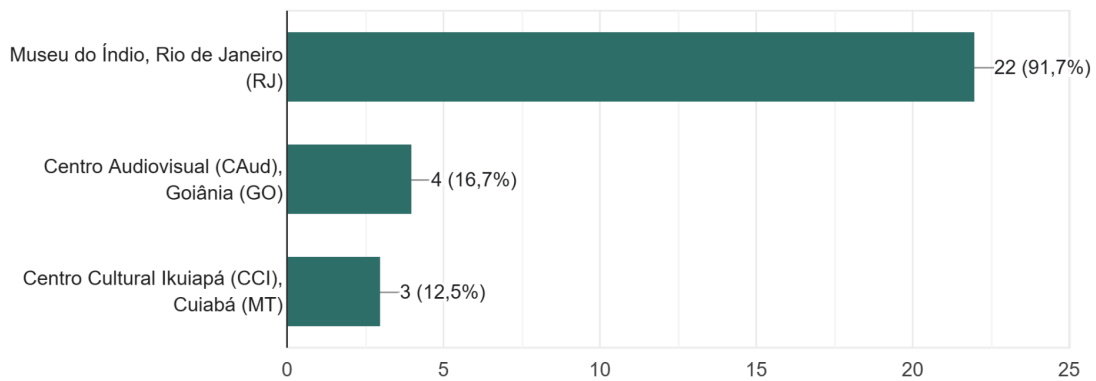
Você já visitou o Museu do Índio ou alguma de suas unidades desconcentradas?

77 respostas



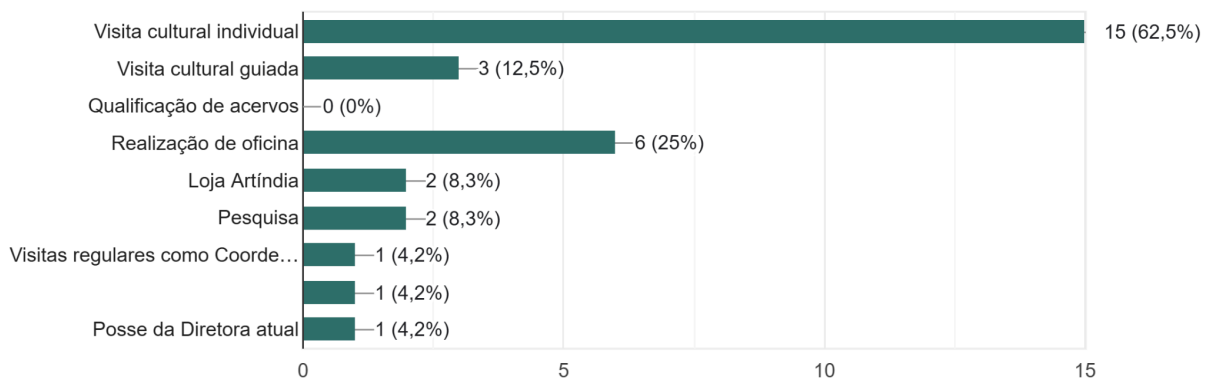
Quais? (Pode escolher mais de uma opção)

24 respostas



Qual a motivação da visita? (Pode escolher mais de uma opção)

24 respostas





Apêndice D

LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL

Decreto No 10.652, de 16 de outubro de 1942: aprova o Regimento do SPI que cria a Seção de Estudos, a qual prevê a existência de um museu.

1942

19 de abril de 1953 - Inauguração do Museu do Índio [Subordinado ao SPI] como parte das comemorações oficiais do "Dia do Índio", por iniciativa do antropólogo e escritor Darcy Ribeiro.

1953

Inicia a formação do Acervo Permanente da Seção de Estudos do SPI. - Ainda no Instituto Benjamin Constant

1950

Oficializa-se a subordinação do Museu do Índio ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) pelo Decreto No 52.665, de 11 de outubro de 1963: Subordina o Museu do Índio à Seção de Documentação e Divulgação (SEDOD), do CNPI.

1963

Museu do Índio passa a integrar a Seção de Documentação do CNPI

1961

Em cumprimento às determinações do Ministro do Interior, houve a transferência do Museu do Índio do prédio que ocupava na rua Mata Machado (Maracanã) para o imóvel tombado pela SEPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na rua das Palmeiras, 55 (Botafogo).

1977

A Lei No 5.371, de 05 de dezembro de 1967 cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ligada ao Ministério do Interior. No mesmo ano o Museu do Índio passa a ser subordinado à FUNAI.

1967

Início do CEMDOC [Centro de Estudos de Museologia e Documentação/Museu do Índio].

1981

O Museu do Índio foi reaberto ao público com uma exposição permanente intitulada: O ÍNDIO BRASILEIRO, SEU MUNDO ECONOMICO, UNIVERSO SIMBÓLICO E SOCIAL. No entanto, as demais atividades, já estavam em funcionamento dois meses após a transferência do Maracanã para Botafogo."

1978

Houve a 1ª Portaria de organização da estrutura do Museu, a Portaria 387, de 14 de outubro 1986, do Ministério do Interior. No Parágrafo II - " Museu do Índio passa a integrar, na estrutura básica da FUNAI, os Órgãos de Assessoramento do Presidente".

1986



Reformulação Institucional em função da Constituição de 1988, que contém princípios com impactos importantes na política indigenista, e consequentemente no Museu do Índio.

Crise Institucional decorrente da fragilidade da FUNAI frente ao novo Estatuto do Índio, imposto pela Constituição de 1988, que retirou da Fundação a função de responsável pela saúde e educação indígena, deixando-a somente com a questão fundiária. Durante toda a década o Museu passou por reestruturação.

Reabertura do Museu do Índio ao público.

Inclusão do Museu do Índio no Plano Pluri-Anual (PPA) da FUNAI, por meio de reivindicação dos servidores, assegurando recurso da União diretamente para o Museu e, com isso, certa estabilidade institucional.

Publicação da "Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil", no Boletim do Museu do Índio, no 8, 1988.

Lançamento do "Vocabulário Básico de Línguas Indígenas no Brasil".

1990

1991

O Museu do Índio paralisa suas atividades e fecha para o público durante dois anos.

1992

O Museu do Índio é individualizado na na estrutura organizacional da FUNAI, pelo Decreto no 564, de 8 de junho de 1992.

1993

1995

Atuação do Museu como unidade de apoio à etapa de identificação e delimitação de terras indígenas.

1998

2000

Durante toda a década houve a Reestruturação Interna do Museu, com o início dos processos de triangulação entre instituição, pesquisadores e populações indígenas nas ações do Museu.

2004

2006

Além disso, nesse ano de 2000, acervos do SPI que se encontravam nas unidades da FUNAI passam a ser recolhidos e geridos pelo Museu do Índio.

Publicação do "Tesouro de Cultura Material dos Índios do Brasil".



20.1. Primeiro termo de acordo com uma associação indígena - Organização do Povo Indígena de Parintintin do Amazonas.

2007

Reestruturação do Museu. Desenvolvimento das Coordenações e da estrutura que o Museu tem atualmente.

2009

Definição das competências do Museu no Estatuto da FUNAI, pelo Artigo 24o do Decreto no 7.778, de 27 de julho de 2012, que aprova o Estatuto da Funai.

2012

Pelo mesmo decreto, o Centro Audiovisual (CAud) em Goiânia e o Centro Cultural Ikuiapá (CCI) em Cuiabá ingressam como unidades descentralizadas na estrutura do Museu.

2017

Implementação do regimento Interno mais atualizado da FUNAI pela Portaria no 666, de 17 de julho de 2017.

2022

Implementação do Estatuto mais recente da FUNAI, pelo Decreto No 11.226, de 07 de outubro de 2022

2008

O Fundo Arquivístico do SPI é eleito para integrar o Programa Memória do Mundo, da Unesco.

Início dos Programa de Documentação de Culturas e Línguas Indígenas com a Unesco

2011

Tem início o Projeto Gramáticas Pedagógicas de Línguas Indígenas

2016

Fechamento do Museu ao público.

Início do processo de digitalização dos acervos

2021

Lançamento das primeiras versões de dicionários multimídia de línguas indígenas da plataforma Japiim.

2023

Posse da Fernanda Kaingáng - Primeira pessoa indígena a ser diretora do Museu, pela Portaria SE/MPI No 312, de 27 de novembro de 2023.



2024

Reabertura da área externa do Museu do Índio ao público em 30 de janeiro de 2024.

Abertura do Processo sob o nº 08786.000297/2024-19 para realizar a mudança do nome da instituição para "Museu Nacional dos Povos Indígenas", MNPI.

Elaboração do primeiro Plano Museológico da Instituição por meio de Termo de Execução Descentralizada com O Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus (NUGEP), subordinado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Isso pela 31.3.1. Dispensa do Termo de Execução Descentralizada - MI/UNIRIO - SEI nº 5591232 - Processo nº 08786.000501/2023-11.



REFERÊNCIAS DA LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL:

BOLETIM do Museu do Índio: documentação no8. Listagem dos nomes dos índios indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1998.

CHAGAS, Mário. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, p. 175-198, 2007.

COUTO, Ione H. P. A. A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição "Tempo e Espaço no mazonas: os Wajãpi". In.: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Org.). Questões indígenas e museus: debates e possibilidades. 2012

COUTO, Ione Helena Pereira. Armazém da memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios-SPI. 2009. Tese de Doutorado.

COUTO, Ione H. P.; LEVINHO, José Carlos; OLIVEIRA, Thiago da Costa. Coleções Etnográficas Virtuais: a construção de um conhecimento digital. MAST Colloquia. Vol. 16. Museus, Acervo e Ambiente Digital. Rio de Janeiro: MAST, 2021.

LIRA, Daniel Oliveira. O Museu do Índio como Salvaguarda de Saberes: o projeto de documentação da cultura Baniwa. 2021. (DISSERTAÇÃO).

MARTINS, Thais Tavares. Um programa de gestão de documentos para o Museu do Índio. 2016. Dissertação de Mestrado.

MOTTA, Dizla Fonseca de. Tesouro de cultura material dos índios no Brasil. Museu do Índio, FUNAI, 2006.

PAULA, Ruth Wallace de Garcia; GOMES, Jussara Vieira. O Museu do Índio. 1953-1983. In.: MUSEU DO ÍNDIO. Museu do Índio: 30 anos, 1953-1983. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983. p. 9-22

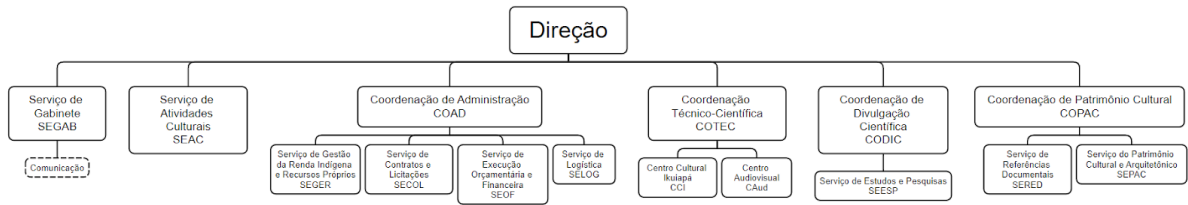
RONDINELLI, Rosely Curi. Inventário analítico do arquivo permanente do Museu do Índio: documentos textuais 1950-1994. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1997.



Anexo

Anexo A

Organograma Museu/FUNAI



Não consta na estrutura formal da FUNAI.